

Anuário do Museu Imperial

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Museu Imperial.
Anuário do Museu Imperial, anos 1976/80, Petrópolis. 1983.
282 p. il.

1. Brasil - História - Periódicos. I. Título.

CDD-981.05

Biblioteca
do M. I.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MUSEU IMPERIAL

ANUÁRIO
DO
MUSEU IMPERIAL

Volume 37/41 1976/80



Petrópolis

1983

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Ministros de Estado

EDUARDO DE MATOS PORTELA/RUBEM CARLOS LUDWIG

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Secretário

MANUEL DIEGUES JUNIOR

SECRETARIA DA CULTURA

Secretário

ALOÍSIO MAGALHÃES

MUSEU IMPERIAL

Diretor

LOURENÇO LUÍS LACOMBE

Coordenadora Técnica

DORA MARIA PEREIRA REGO CORREIA

Chefes de Divisão

ÁUREA MARIA DE FREITAS CARVALHO

Divisão de Documentação e Divulgação

MARIA DE LOURDES PARREIRAS HORTA

Divisão de Museologia

Chefes de Seção

ALCINDA GLÓRIA DOS SANTOS

Seção de Conservação e Restauração

CARLOS FERNANDES XAVIER DA SILVA

Seção de Divulgação e Publicação

DAVID JOSÉ SCHMIDT

Administração da Sede

LÉA DE OLIVEIRA PAULA

Seção de Atividades Educativas e Culturais

LÚCIA ELOY MACIEIRA BARBOSA

Seção de Atividades Auxiliares

MARIA ANTONIETA ABREU DA SILVA

Seção de Museografia

SÉRGIO FLÁVIO FERREIRA DA SILVA

Secretário Administrativo

ZULEIDA DE CASTRO MELO

Chefe da Biblioteca

Apresentação

Reúne o Museu Imperial neste volume do seu Anuário, os números 37 a 41 referentes aos anos de 1976 a 1980, encerrando assim a década de 70, e divulgando conferências pronunciadas nas comemorações do sesquicentenário da instalação dos Cursos Jurídicos, dos 90 anos da Lei Áurea, bem como outros trabalhos referentes ao II Reinado.

Está certo de, procurando divulgar trabalhos de real valor, contribuir para o melhor esclarecimento do período monárquico, em que foi governado o Brasil pela grande figura de d. Pedro II e se preparou para receber, sem abalos, a República.

Laurenço Luiz Lacombe
Diretor do Museu Imperial

SUMÁRIO 76/80

- A criação de cursos jurídicos no Brasil – Alberto Venâncio Filho, **13**
- O curso jurídico de Olinda dentro de um conceito histórico – Flávio Guerra, **25**
- A criação dos cursos jurídicos em São Paulo – Manuel Gonçalves Ferreira Filho, **35**
- A influência dos cursos jurídicos na cultura mineira – Gerson Boson, **49**
- O negro na formação étnico-social – Gilberto Freyre, **69**
- Documentos da escravidão – Raul Lima, **81**
- Os movimentos para libertação dos índios e dos escravos negros – Artur César Ferreira Reis, **95**
- A escravidão na literatura brasileira – Josué Montelo, **107**
- Alguns parlamentares fluminenses do Império – Célio Borja, **123**
- Vida social no II Reinado – Américo Jacobina Lacombe, **147**
- A música no Brasil no II Reinado – Odilon Nogueira de Matos, **165**
- Uma reavaliação da política econômica do II Reinado – Mircea Buesco, **187**
- O Exército e o II Reinado – Mário Silva O’Reilly Sousa, **199**
- Evolução industrial no Império – Francisco de Paula e Azevedo Pondé, **215**
- Noticiário – Anos: 1976/77/78/79/80, **233**

**A criação dos cursos
jurídicos no Brasil**

Alberto Venâncio Filho



D. Pedro I. Imperador constitucional, defensor perpétuo do Brasil e criador dos cursos jurídicos no Brasil.

1º de março de 1828, São Paulo, Largo de São Francisco, Convento de São Francisco. Às 4 horas da tarde, na presença do presidente da província, conselheiro Garcia de Almeida, do bispo diocesano dom Manuel Joaquim de Andrada, funcionários civis, militares e eclesiásticos, e grande concurso do povo, inclusive presença de senhoras da cidade, “Avelar Brotero recitou um bem traçado discurso, proferindo a aula inaugural do curso jurídico de São Paulo. A sala destinada à aula, que media noventa palmos, estava apinhada de gente. Finda a oração, dirigiram-se todos à igreja onde o padre mestre guardião fez cantar um *Te Deum* em ação de graças. Depois foram todos convidados pelo ilustre diretor para servirem-se de doces e refrescos, e para isso estava preparada uma esplêndida mesa, franqueada a todo o povo. Ali se recitaram algumas odes e cantou-se o hino composto para solenizar este ato.”

Em Olinda, a 15 de maio de 1828, a solenidade revestiu-se de igual pompa. Compareceram autoridades civis e eclesiásticas; a tropa formou, dando salvas de artilharia; a Câmara Municipal fez celebrar um *Te Deum* de ação de graças, e iluminou a cidade por três noites. No discurso inaugural, o dr. Lourenço José Ribeiro mostrou a importância social do curso jurídico para o progresso do país, as facilidades trazidas para os que desejassem aprender sem ter mais necessidade de ir buscar na Europa institutos científicos, o que nem todos podiam fazer, perdendo-se assim nas famílias desprovidas de recursos muitos talentos de valor. Dava-se, assim, cumprimento ao disposto na lei de 11 de agosto de 1827 que determinava a criação de dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um em São Paulo e outro em Olinda.

Se se tentar um perfil biográfico sumário dos dois iniciadores do magistério de Direito entre nós, verificar-se-á que Avelar Brotero, nascido em Portugal, bacharelara-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1819, abrigando-se nos Açores com a contra-revolução de 1823, chegando ao Brasil em 1825. É curioso notar que em 6 de outubro de 1826, quando ainda transitava na Assembléia Geral o projeto de lei de criação dos cursos jurídicos, o imperador, por representação de Brotero, houve por bem fazer-lhe mercê de uma das cadeiras do curso jurídico que em tempo oportuno lhe seria designada. De formação liberal, exerceu o magistério durante quarenta e três anos, jubilandose em 1871. Temperamento agitado, deixou fama pelos arroubos de eloquência e pela veemência dos discursos, com troca de palavras que ficaram conhecidas na academia como as “broteradas”. Em 1829 escre-

veu um compêndio de direito natural, obra elaborada de afogadilho expondo a doutrina, e que foi rejeitada pela Assembléia Geral.

Já Lourenço José Ribeiro nascera em São João Del Rei, Minas Gerais, em 1796, e formara-se em direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1823. Nomeado lente do curso jurídico de Olinda, logo em seguida é designado para o exercício interino da direção, uma vez que o diretor efetivo, Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, ocupava funções no ministério. Escreveu um importante trabalho de direito público: *Análise da Constituição do Império do Brasil*, que o Ministério da Justiça editou recentemente.

A circunstância dos dois lentes que inauguram o magistério jurídico serem, um português que se radica no Brasil, e outro, um brasileiro formado na Universidade de Coimbra dá bem a medida da conjugação de correntes que confluíram nesse episódio marcante do início do Império – dos mais importantes que as efemérides registram – e que só poderá ser entendido na sua verdadeira grandeza, se o filiarmos ao conjunto de fatos que no campo político, ideológico e cultural culminaram com a proclamação da Independência. Por isso, escrevendo certa vez sobre o assunto, intitulei a criação dos cursos jurídicos símbolo da independência nacional. E sua exata dimensão só se revela quando a confrontarmos com a evolução do processo educacional na colônia, que se manteve praticamente no mesmo estágio rotineiro e atrasado, mesmo com a transmigração da família real portuguesa.

O Brasil não teve durante o período colonial instituições de ensino superior. E essa assertiva será melhor compreendida quando a inserirmos no contexto educacional da época. José Veríssimo afirmou no *Livro do Centenário* que: “foram os jesuítas que criaram, e por dois séculos quase exclusivamente mantiveram o ensino público no Brasil”. Essa implantação decorreu, de um lado, dos propósitos missionários da Companhia de Jesus e, de outro, da política colonizadora inaugurada por d. João III.

Apenas chegado à Bahia em 1549, o padre Manuel da Nóbrega tomava as primeiras providências para a organização de uma escola, e no mesmo ano, chegando a São Vicente com doze meninos, Leonardo Nunes erguia espaçoso pavilhão de taipa. Em 1554 Nóbrega transfere os filhos dos índios para uma casa erguida nos campos de Piratininga, o futuro colégio de São Paulo. Em 1563 o colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro inaugura suas aulas. Já em 1564 o alvará de d. Sebastião, que fixou o padrão de: “redízima de todos os dízimos em direitos que pertenceram a El-Rei em todo o Brasil, de que Sua Alteza faz esmola para sempre, para sustentação da colônia da Bahia” fornecia aos inacianos os recursos financeiros de que, até então, careciam para seus empreendimentos missionários.

Amparadas financeiramente pelo auxílio real, cresceram e se multiplicaram as escolas da Companhia de Jesus; no século XVI fundam-se os colégios de São Luís do Maranhão, Ilhéus, Paraíba, Santos e Paraná, transformando-se em Olinda a escola de ler e escrever em colégio. No século XVII a

expansão foi ainda mais intensa; criam-se os colégios em Alcântara, Colônia do Sacramento, Fortaleza, Vigia, Paranaguá e Desterro.

Os cursos dos colégios da Companhia eram organizados segundo os princípios da *Ratio Studiorum* com cinco classes inferiores, uma de retórica, outra de humanidades e três de gramática. O curso de filosofia, posterior aos de retórica e humanidades, com a duração de três anos, compreendia cinco ou seis anos de gramática, retórica e humanidades e três de filosofia, abrangendo, esta, a lógica, a física, a metafísica, a moral e a matemática. O alto nível atingido por esses colégios conduziu a que já no ano de 1582 fossem concedidos os primeiros diplomas de bacharel em letras. Os documentos da época colonial, como por exemplo o *Catálogo Genealógico* de frei Jaboatão, indicam bem o alto prestígio que alcançara o título no Brasil colonial.

Mas essas instituições jamais se alçaram à condição de estabelecimentos universitários. É verdade que o Real Colégio da Bahia conseguiu autorização régia para conferir graus acadêmicos seguindo o ritual da Universidade de Évora. Em documentos da época, menciona-se a expressão “universidade de Bahia”, não só em documentos jesuíticos, mas em escritos governamentais. No entanto, no último quartel do século XVIII, a Câmara Municipal de Salvador representa ao regente do reino sobre: “as conveniências que se seguiam ao seu real serviço em haver neste Estado do Brasil uma Universidade de Évora, ou, ao menos, a confirmação do grau de licenciado e mestre em artes que os reverendos padres da Companhia de Jesus dão por concessão de Sua Santidade”. Petições são feitas no mesmo sentido também no início do século XVIII, mas os despachos são sempre negativos: “Por ora, não há lugar para tratar deste requerimento. E portanto se suspenda”.

Caracteriza-se assim uma particularidade da colonização da América portuguesa em relação à América espanhola, onde cedo surgiram os estabelecimentos de ensino superior. A Universidade de São Domingos é de 1538, e a de São Marcos, em Lima, de 1551, mesma data da cidade do México, e ao findar o período colonial, tinham sido instaladas nas diversas possessões de Castela nada menos que vinte e três universidades, seis das quais de primeira categoria, por onde milhares de filhos da América puderam completar seus estudos sem precisar transpor o oceano.

Outras tentativas leigas, em nossa terra, tiveram a mesma resposta que receberam os padres jesuítas. Quando as Câmaras Municipais de Minas Gerais se propuseram a criar um centro de formação de médicos, opinou contrariamente o Conselho Ultramarino em documento fundamental para a compreensão da política cultural portuguesa: “que poderá ser questão política se convinhem essas aulas de arte e ciências em colônias..., que podia relaxar a dependência que as colônias deveriam ter do reino; que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência de nossas colônias era a necessidade de vir a estudar em Portugal; que esse vínculo não se devia relaxar; que [o precedente] poderia talvez, com alguma conjuntura para o futuro, facilitar o estabelecimento de alguma aula de jurisprudência até

chegar ao ponto de cortar este vínculo de dependência”. Manuel Bonfim menciona documento do governador do Maranhão, d. Fernando Antônio Noronha, que se opunha ao ensino de filosofia com essa eloqüente afirmação: “Não é conveniente que nesta conquista haja mais do que as cadeiras de gramática latina e a de ler e escrever; estudos superiores só servem para nutrir o orgulho e destruir os laços de subordinação legal e política que devem ligar os habitantes à metrópole”.

Dessa situação resultou que a formação dos jovens brasileiros se processava na Europa, sobretudo na Universidade de Coimbra, em cujo ambiente intelectual predominou até o terceiro quartel do século XVIII o ambiente de grande obscurantismo intelectual. Um edital do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra de 1746 proibia que se ensinasse: “opiniões novas pouco recebidas ou inúteis para os estudos – das ciências maiores, como são as de René Descartes, Gassendi, Newton e outros, nomeadamente qualquer ciência que defenda os átomos de Epicuro ou outras quaisquer conclusões opostas ao sistema de Aristóteles”.

Entretanto, a segunda metade do século XVIII viria a resultar na confluência, de um lado, da grande riqueza produzida nas regiões das Minas Gerais, criando condições para que um número maior de jovens pudesse atravessar o Atlântico para prosseguir nos seus estudos superiores. E de outro, a reforma pombalina abre os horizontes de Portugal às idéias científicas e iluministas. No que se refere aos estudos jurídicos, a reforma pombalina representou sobretudo a ênfase que se procurou dar ao estudo do direito pátrio, abandonando o direito romano, e a introdução da “lei da boa razão” e dos princípios racionalistas na interpretação da norma jurídica.

É preciso destacar, entretanto, que do ponto de vista da colônia, os efeitos da reforma pombalina foram desastrosos, com a destruição do sistema jesuítico, substituído por um arremedo de sistema, as “aulas régias”, sustentadas pelo subsídio literário.

A reforma pombalina continha uma contradição em termos apontados com acuidade por Ribeiro dos Santos: “Este ministro quis uma impossível política; quis civilizar a nação, e ao mesmo tempo fazê-la escrava, quis espalhar a luz das ciências filosóficas e ao mesmo tempo elevar o poder real e o despotismo”. Esta observação é extremamente pertinente para caracterizar a posição da geração brasileira que acode à Universidade de Coimbra na segunda metade do século XVIII. Pois as luzes que a nova geração brasileira hauriu em Coimbra iriam se revelar incompatíveis com a manutenção do pacto colonial, e com a situação de servidão que a colônia atravessava.

Dentre os membros dessa geração, encontravam-se José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, o primeiro tratadista da economia e do direito comercial brasileiro, e o idealizador do decreto de abertura dos portos brasileiros; os três Andradas, José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco, de tão grande atuação na vida política do país; Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois marquês de Barbacena, antigo aluno da Academia de Marinha

e introdutor no país, doze anos após a descoberta de Fulton, da navegação a vapor, e de outros melhoramentos; Manuel Ferreira da Câmara Betencourt e Sá, o intendente Câmara, primeiro a produzir gusa do minério de ferro brasileiro; José Vieira Couto, mineralogista autor do primeiro plano de mineração sistemática no país; Lacerda de Almeida e Pontes Leme, exploradores científicos; frei José Mariano da Conceição Veloso, botânico; José Arouche de Toledo Rendon, o primeiro diretor do Curso Jurídico de São Paulo e introdutor da cultura do chá no planalto paulista; o bispo Azeredo Coutinho, homem de governo e economista; Francisco de Melo Franco, médico, autor do famoso *Reino da Estupidez*; Carneiro de Campos, marquês de Caravelas, Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, o primeiro doutor em leis, o segundo em matemática, principais responsáveis, com o marquês de Queluz e marquês de Baependi, pela elaboração da Constituição do Império.

Pode-se verificar da formação profissional do grupo a ascensão de figuras voltadas para as especializações técnicas e científicas, ao contrário do primado que nas décadas anteriores exerceram os homens da lei e os clérigos. Esse primado, contudo, esteve presente no movimento da Conjuração Mineira, pensando os conjurados em fazer de Vila Rica uma nova Coimbra, centro dos estudos superiores da República. Em um dos depoimentos se dizia que na cidade: “se haviam de abrir estudos como em Coimbra em que também se aprendesse as leis”. A realização desse sonho parecia tão próximo que o jovem Resende Costa deixa de partir para Portugal por ser a viagem desnecessária, uma vez que poderia realizar os seus estudos superiores na universidade que se ia abrir na ilustre Vila Rica. Os dados da época parecem comprovar essa expectativa. Em 1786 e 1787 matricularam-se em Coimbra, respectivamente, doze e dez estudantes provenientes do Brasil. Mas em 1781 somente três cruzaram o Atlântico, e nenhum em 1789.

As importantes transformações que a transmigração da família real provocou no campo político e no campo econômico resultaram reduzidas no campo educacional e, praticamente inexisteram no setor de instituições de ensino superior. Surgem as aulas de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, ainda na Corte a cadeira de Artes Militares, a par de algumas instituições culturais relevantes, como o Horto Florestal, a Imprensa Régia e a Biblioteca Nacional. Garção Stockler é incumbido em 1812 da preparação de um plano integral de educação que não chega a ser executado. E há referência de que José Bonifácio esboçara um plano para a criação de uma universidade, mas que não chegou a ser divulgado. Pode-se, assim, dizer que a tarefa educacional empreendida no período, esteve muito aquém das reais necessidades da colônia e das aspirações de seus homens mais expressivos.

A presença nas cortes de Lisboa em 1821 de representantes das províncias brasileiras deixa bem clara a posição de divisão entre a colônia e a metrópole, e o esforço dos deputados dessas províncias para conseguir para a terra natal, senão a independência, pelo menos uma posição de bastante autonomia. Os episódios mais enérgicos de tentativa de recolonização levam

ao retorno de d. João VI a Portugal, e logo em seguida à proclamação da Independência, com a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Instalada em 3 de maio, José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro visconde de São Leopoldo, apresenta já, em 14 de junho, projeto de lei criando uma universidade na cidade de São Paulo: “Proponho que no Império do Brasil se crie, quanto antes, uma universidade, pelo menos, para assento da qual parece dever ser preferida a cidade de São Paulo, pelas vantagens naturais e razões de conveniência geral.

“Que na Faculdade de Direito, que será sem dúvida uma das que comporá a nova universidade, em vez de multiplicadas cadeiras de direito romano, se substituam duas, uma de direito público constitucional, outra da economia política.”

Depreende-se, assim, que o jovem político brasileiro estava atento às realidades da modernização, propondo cadeiras, uma que espelhava os anseios pelo estudo do regime constitucional que se espalhava por toda a Europa, e que seria acolhido pela nova nação, e outra, do estudo dos princípios econômicos que espelhavam as novas realidades do mundo contemporâneo.

Fernandes Pinheiro revelava a motivação de sua proposta fazendo referência a documento recebido de estudantes brasileiros em Coimbra para afirmar que “uma porção escolhida da grande família brasileira, a mocidade, a quem um nobre impulso levou à Universidade de Coimbra, geme ali debaixo dos mais duros tratamentos e opressões, não se decidindo, apesar de tudo, a interromper e abandonar sua carreira, já incerta de como seria tal conduta avaliada por seus pais, já determinados por não haver ainda no Brasil institutos onde prossigam e retomem seus encetados estudos. Nessa amarga conjuntura, voltados sempre para a pátria por quem suspiram, lembraram-se de constituir-me com a carta que aqui apresento.”

A carta é documento bastante expressivo da situação de dificuldades que passavam os estudantes brasileiros em Coimbra. Falavam eles da “ocorrência de adversas circunstâncias”, “incômodos que temos tido”, “existência que se vai tornando cada vez mais precária” e concluem com o pedido da criação de: “algum estabelecimento provisório no Brasil em que pudessem concluir os seus estudos”.

Encaminhada a proposta à Comissão de Instrução Pública, esta formulou o seguinte projeto de lei: “1º Haverão (sic) duas universidades, uma na cidade de São Paulo e outra na de Olinda, nas quais se ensinarão todas as ciências e belas-artes”. Comentando o dispositivo, ironizava Paulo Prado que pelo menos era patente a necessidade de instrução primária... O projeto dispunha sobre a criação desde logo de um curso jurídico na cidade de São Paulo, convocando o governo mestres idôneos e governando-se provisoriamente pelos estatutos da Universidade de Coimbra.

O debate na Assembléia Constituinte, do qual participara grande número de deputados, revela a importância que o assunto despertara e os diversos

aspectos tomados em conta pelos constituintes, inclusive o interesse regionalista, de terem os novos cursos sede em suas respectivas províncias. A discussão mostra bem, entretanto, que não havia da parte dos constituintes uma idéia reitora do que visava a universidade ou apenas os cursos jurídicos, cifrando-se a discussão, via de regra, a alguns aspectos tópicos. Embora não tenha participado ativamente do debate, José Bonifácio teria organizado uma memória cujo objetivo principal era o regime e a organização das universidades já criadas, e não a fundação de uma ou mais. Há referência de que a memória fora mandada à impressão, mas nada se sabe a respeito.

Silva Lisboa é a grande figura nesse debate da Assembléia, examinando o problema da universidade em si mesma, com fundamentação em Bacon e Adam Smith, e apreciando ainda a integração das artes na universidade. Dá o devido valor ao estudo do direito romano, e polemiza com Araújo Lima a respeito, embora sem recomendar o excesso imposto pelos Estatutos de Coimbra.

A localização das universidades provocou tão grande celeuma que o projeto correu o risco de naufragar. Cada deputado pedia preferência para a sua província. Com muita razão ponderou Silva Lisboa que “parece realizado o caso da fábula de Orfeu que, à força do amor das ninfas, foi por elas despedaçado porque cada qual o desejava inteiro para si”. Tudo era discutido, a situação geográfica, clima, topografia, salubridade, produção, custo de vida, população, estética, cultura, tradição, tendências políticas, vida social, e até a língua falada.

A criação do curso jurídico em São Paulo foi entretanto a iniciativa mais constante. Fernandes Pinheiro prefere esse local: “Considerarei principalmente (em São Paulo) a salubridade e a amenidade do seu clima, sua feliz posição e abundância e barateza de todas as precisões e cômodos de vida. O Tietê vale bem o Mondego de outro hemisfério. Em Minas o entusiasmo foi tão grande que várias câmaras municipais se dirigiram à assembléia, e foi aberta subscrição para a fundação da universidade. Andrada Machado combate a localização na Bahia por considerá-la a segunda Babilônia do mundo, com distrações infinitas, cheia de caminhos de corrupção, e cloaca de vícios. Montezuma repele a injúria, mostrando os homens destacados que a província já produzira.

A localização na corte foi outra idéia muito discutida, impugnando-a alguns, por recear o controle da autoridade pública. Teve portanto razão o prof. Edgardo de Castro Rebelo ao afirmar que “a própria discussão não rara e aparentemente pueril, sobre a localização das universidades que se projeta fundar orienta-se em parte pelo propósito de evitar-se, ou de permitir-se, aquela tutela”.

Afinal, o projeto é aprovado pela assembléia com a emenda de Araújo Lima estabelecendo a criação futura de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda e a criação imediata dos cursos jurídicos nessas duas

cidades, mas logo em seguida a dissolução da assembléia interrompe a iniciativa.

Em 8 de janeiro de 1825, após a dissolução da assembléia, decreto assinado pelo ministro dos Negócios do Império, Estevão Ribeiro de Resende e rubricado pelo imperador, cria provisoriamente um curso jurídico na corte. Os considerandos do decreto são extremamente importantes ao revelar a motivação e as concepções que tinham os governantes do novo império sobre o problema da educação. O decreto considera dentre os benefícios da educação e instrução pública o conhecimento do direito natural, público e das gentes e das leis do Império, como: “objetivo de obter para o país futuros magistrados e a notória falta de bacharéis formados para os lugares da magistratura”. A influência do evento da independência é claramente mencionada, inclusive com a referência de que seria incompatível que os brasileiros continuassem a demandar à Universidade de Coimbra ou de quaisquer outros países estrangeiros. E dando prova de grande realismo considera que não é possível se esperar os grandes e dispendiosos este estabelecimentos da universidade, que só com o andar do tempo poderiam realizar-se, urgindo pois a criação de um curso jurídico.

O curso não chega a funcionar, mas para ele preparou os estatutos Luís José de Carvalho e Melo, o visconde, com as honras de grandeza, da Cachoeira, os quais seriam adotados por força da lei de 4 de agosto de 1827 nos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. No dizer de Clóvis Beviláqua: “os Estatutos do visconde da Cachoeira representam trabalho verdadeiramente notável que (os daria lisonjeira idéia da mentalidade jurídica brasileira a esse tempo se a fôssemos aferir por ele. É obra de jurisconsulto e administrador.” Apresentando uma verdadeira justificação das matérias do ensino jurídico, abeberado nas melhores fontes da doutrina estrangeira, os estatutos representavam roteiro seguro para a implantação de um ensino de bom padrão.

Instalada em 1826 a Assembléia Geral Legislativa, requereu Teixeira de Gouveia já na sessão de 12 de maio que a Comissão de Instrução Pública, tomando em consideração o projeto sancionado pela Assembléia Constituinte, e fazendo as modificações que julgasse necessárias, organizasse projeto sobre o assunto. Vozes se pronunciaram em discordância, entendendo que seria necessário inicialmente cuidar da instrução elementar. Mas Bernardo Pereira de Vasconcelos, que representaria na Assembléia Legislativa a figura dominante que fora, na Constituinte, Silva Lisboa, defende a indicação de Teixeira de Gouveia. O programa aprovado foi também objeto de discussões, em especial a amplitude dada aos estudos de ciências sociais, entendendo-se que os magistrados não precisavam de tantos conhecimentos para o bom desempenho de suas obrigações. Eruditas e brilhantes dissertações foram produzidas a respeito do programa, do método de ensino e da necessidade da adoção do direito romano. Muito se discutiu igualmente sobre a localização do curso jurídico, fazendo referência Bernardo Pereira de

Vasconcelos às “ciências do sertão” e pronunciando-se favoravelmente à localização no Rio de Janeiro.

José Clemente Pereira tem uma palavra de total sabedoria: “É preciso, srs., que tenhamos em vista que o estudante não vai buscar a perfeição nas ciências quando se matricula em um liceu. Daí ninguém sai erudito; nem completo, nos ramos que estudou...”

“Aquele que simplificar ainda mais o método de ensino fará certamente um grande serviço à humanidade. Desenganemo-nos por uma só vez. Nas aulas não se adquire ciência, mas somente se aprende a marcha para as alcançar. Ora, sendo isso certo, que resta para se completar em quatro anos o estudo desses desempenhos senão uma boa escolha de compêndios e um método sábio de ensinar?”

Terminada a discussão na Assembléia Geral em 31 de agosto de 1826, o projeto é enviado ao Senado, que iniciou o debate em 19 de maio de 1827. A discussão foi menos extensa, e, afinal, foi o projeto aprovado em 4 de julho, e convertido em lei em 11 de agosto. Fernandes Pinheiro, então ministro do Império, referenda a lei, e confessará mais tarde reputá-lo: “o ato o mais glorioso de minha carreira política e que penetrou-me do mais íntimo júbilo que pode sentir o homem público no desempenho de suas funções”.

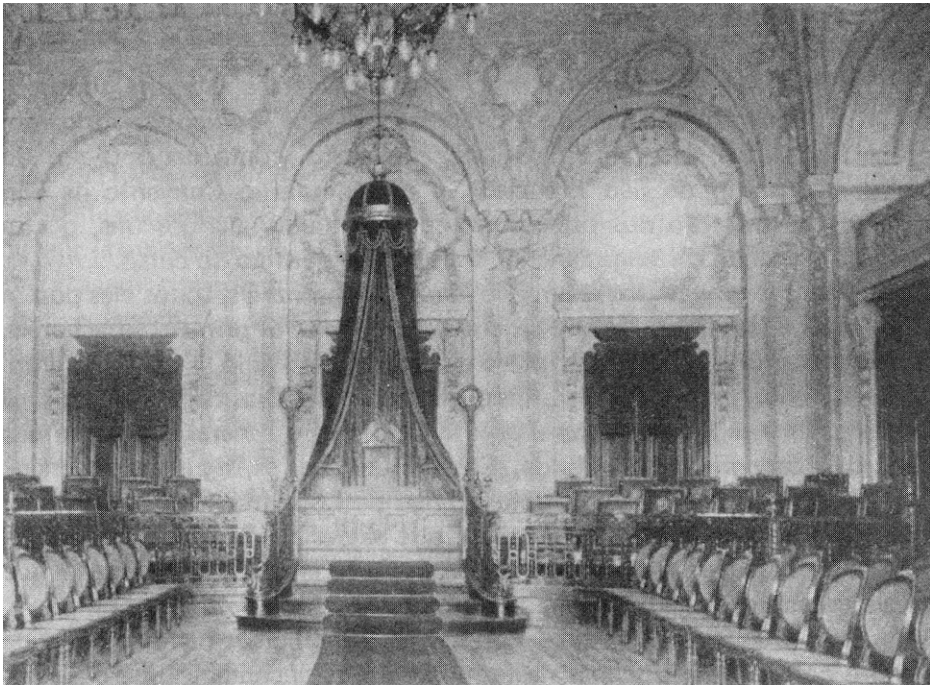
A lei de 11 de agosto de 1827 especifica as cadeiras a serem ministradas no curso jurídico, faz referência à nomeação dos lentes proprietários e lentes substitutos; fixa-lhes os vencimentos, determina que os lentes farão a escolha dos compêndios, ou os prepararão submetendo à escolha da Assembléia Geral, e especifica os requisitos para a matrícula, determinando afinal a adoção dos estatutos do visconde da Cachoeira.

A dificuldade de fazer funcionar os novos cursos superava todos os esforços. Em relação às instalações materiais, os cursos jurídicos se abrigaram em locais precários, à sombra de velhos conventos, como ocorreu em São Paulo no Convento de São Francisco, e em Olinda no Convento de São Bento. A improvisação dos professores foi acentuada, clérigos uns, portugueses outros, sendo difícil preencher as cadeiras no início do curso.

Já em 1832 graduavam-se em São Paulo seis bacharéis, todos eles porém transferidos de Coimbra. No ano seguinte, formam-se os primeiros bacharéis, totalmente formados no país, trinta e cinco em São Paulo, e quarenta e um em Olinda, encontrando-se entre eles, em São Paulo, Dias de Toledo, futuro professor; Pimenta Bueno, notável político e jurista, e Amaral Gurgel, futuro diretor da Academia. E em Olinda, Eusébio de Queirós, figura exponencial da política imperial, Pereira Ibiapina e Trigo de Loureiro, futuros lentes da Academia, e Sérgio Teixeira de Macedo, que se destacaria na carreira diplomática. Completava-se, assim, o longo processo de emancipação cultural que há três séculos vinha sendo sonhado entre nós.

Outros aqui falarão do que representaram os cursos jurídicos na vida cultural e política do país, mas neste momento, para concluir, quero apenas ressaltar mais uma vez que a criação dos cursos jurídicos representou um

marco significativo na evolução educacional no Brasil e corresponde bem à denominação que lhe foi dada, de *Símbolo da Independência Nacional*.



Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife, Pernambuco.

**O curso jurídico de Olinda
dentro de um conceito histórico**

Flávio Guerra



Visconde de São Leopoldo

Criador dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. 11 de agosto de 1827.

INTRODUÇÃO

Comenta muito bem Nilo Pereira que a criação dos Cursos Jurídicos do Brasil, a 11 de agosto de 1827 “obedeceu a um imperativo histórico que não decorria apenas das iniciativas culturais da Assembléia Legislativa e Constituinte de 1823”. De fato, as raízes provinham de enfoques bem mais fortes e objetivos, pelo menos no que dizia respeito a Pernambuco, onde se caracterizavam incisivas condições intelectuais e definidos consensos culturais, toda uma gama de inteligências vivas, capazes de justificar os planos – logo ratificados pelo nosso primeiro imperador – do visconde de São Leopoldo, que chegou a confessar nas suas *Memórias*:

“Ao tempo deste meu ministério, pertence o ato que reputo o mais glorioso da minha carreira política, e que penetrou-me do mais íntimo júbilo, que pode sentir o homem público no desempenho das suas funções.

Refiro-me à instalação dos Cursos Jurídicos de S. Paulo e Olinda, consagração definitiva da idéia que aventara na Assembléia Constituinte, em sessão de 11 de junho”.

De Olinda, naturalmente, eram-lhe sabidas as condições acadêmicas, quase universitárias, dos estudantes dali, que desde os tempos dos velhos jesuítas impunham-se pelo saber, pela inteligência viva, pelas tendências pedagógicas.

Fato que desde os fins do século XVII já era bem evidenciado, como foi a 6 de agosto de 1681, com o Conselho Ultramarino, em Lisboa, baixando a Resolução favorável ao pedido feito ao rei, pela Câmara de Olinda, para permitir a “todos aqueles que tenham estudado filosofia no Colégio dos Padres Jesuítas dali, os privilégios de poderem se matricular na Universidade de Coimbra sem prestar exames e mais exigências”.

Na época da Independência do Brasil as antecipações históricas e culturais do Seminário de Olinda já eram um fato.

Clóvis Beviláqua chega a enfatizar que, entre os antecedentes do Curso Jurídico de Olinda, está a fermentação das idéias do Seminário dali. Enquanto certo observador social destaca que “o bispo Azeredo Coutinho foi talvez o primeiro brasileiro a sonhar para Olinda e os seus montes um futuro tranqüilo de cidade universitária, que viesse consolar a antiga cidade

dos capitães-generais, da sua viuvez política. Ele fez do velho Colégio dos Jesuítas o esboço de uma universidade moderna, desenvolvendo o ensino secundário em ensino superior, tornando-se Olinda uma espécie de Coimbra e o Beberibe o seu Mondego”.

Talvez fosse mesmo por tudo isso, toda essa tradição pan-universitária dos estudos atuantes em Olinda, ao que se acrescia ainda a maneira de se reconhecer os valores éticos, nobres e ecléticos da antiga e quase abandonada capital pernambucana, que tenha sido escolhido Pernambuco para receber um curso jurídico, gozando, como complemento, das vantagens de ser Olinda um burgo quieto, silencioso, vivendo nas sombras místicas dos conventos e velhas igrejas, e tendo nas batinas dos seus religiosos seculares e regulares algo de um manto teológico, para abrigar a alma e a tristeza da sua viuvez política. Uma viuvez que os acontecimentos da esquina histórica de 17/10/1711 quando foram às armas, entre si, olindenses e recifenses, conceituou-se no abandono da velha capital e no apogeu de uma nova vila, a de Santo Antônio do Recife.

OS BENEDITINOS NA EVOLUÇÃO CULTURAL PERNAMBUCANA

Vem de 1587 a raiz histórica do Mosteiro de São Bento, de Olinda, em Pernambuco, onde duzentos e quarenta e um anos depois do seu aparecimento se instalaria a primeira Escola de Direito do Nordeste e segunda do Brasil.

Foi seu iniciador o frei Remígio, segundo abade dos beneditinos de Pernambuco, que até então habitavam na igreja de Nossa Senhora do Monte. Em 1575 fora divulgado o II Capítulo Geral da Ordem Beneditina nas províncias portuguesas, e onde se recomendava fossem fundados mosteiros da Ordem nas Índias, no Brasil e “outros lugares ultramarinos”. E, como consequência disso, em 1581 chegava às mãos do geral da Ordem em Lisboa, frei Plácido de Vila-Lobos, um pedido dos moradores da Bahia, solicitando a permanência ali desses monges da chamada Nova Reforma, “para consolação espiritual dos povos”. Em 1584 era nomeado, então, para a Bahia o abade, e primeiro da custódia do Brasil, frei Antônio Ventura, ficando deste modo o primaciado da ordem beneditina entre nós localizado na cidade de Salvador.

Não ficariam atrás, naturalmente, os olindenses, e logo Jorge Coelho (1578-1601) donatário de Pernambuco, reclamou do geral, em Lisboa, a instalação também de um mosteiro em seus domínios, oferecendo para isso todas as facilidades, como terras e ajuda em dinheiro para manutenção.

O pedido foi atendido, sendo a 8 de abril de 1592 dada a permissão para os monges permanecerem nas terras duartinas. Nesse mesmo ano eram recebidas as primeiras sesmarias em Olinda, para instalar um mosteiro. Mas, enquanto isso não acontecia definitivamente, por provisão do bispo do Brasil, d. Antônio Barreiros, permaneceram os religiosos recolhidos e atuando na igreja de Nossa Senhora do Monte, dali.

Em 1612 já era dado como pronto o mosteiro dos beneditinos, levantado logo à entrada da velha Olinda, onde os monges se instalaram, até quando se verificou a invasão dos holandeses, em 1630. Era um edifício de modesta presença, mas de agradáveis linhas arquitetônicas, representando na época e ao meio uma certa feição apreciável e quase impressionante. Totalmente arrasado, porém, em 1631, quando Olinda foi barbaramente destruída e incendiada pelos invasores flamengos, permaneceram vários anos as suas ruínas no mais completo abandono.

Em 1654, após a vitória pernambucana, em virtude dos sucessos da Guerra da Restauração, retornaram os beneditinos que andavam dispersos, uns em Mussurepe, outros em Ipojuca e mais outros em outros lugares até longínquos, passando a se movimentar para a reconstrução do seu mosteiro e da sua igreja. Foram iniciados, então, os trabalhos sob a responsabilidade do frei Diogo Rangel, agora em uma posição mais elevada, e onde ainda hoje se encontra.

A operação de ressurgimento foi levada a efeito precisamente como era possível ao tempo e aos limitados meios de uma terra quase arrasada, saída de uma longa e tormentosa guerra, que deixara em estado de pobreza muitas das suas comunidades outrora florescentes.

A essa restauração, que durou quase cem anos, por motivos óbvios, deu grande concurso, esforço, e enfrentando até profundos sacrifícios, o frei Miguel Arcanjo da Anunciação, irmão carnal do famoso historiador paulista do século XVII, frei Gaspar da Madre de Deus.

Foi, pois, nessa casa monacal-abacial beneditina, que durante o século XVIII e princípios do seguinte sofreu apuradas obras, que se ouviu pela primeira vez no norte do Brasil a voz do Direito ensinando a homens rudes, sofredores, mas vivazes, intrépidos e inteligentes, os seus direitos e os seus deveres à luz da ciência jurídica, fazendo-os envergar orgulhosamente, pela primeira vez na sua história, a beca dos doutores e dos juizes, isso tudo como consequência da instalação ali do curso jurídico, autorizado pela carta-imperial de 11 de agosto de 1827.

No momento, pelo conjunto do seu edifício, pelo valor teológico, jurídico e social da sua vasta biblioteca, pelo saber dos seus monges, era o local mais indicado para abrigar a futura Academia Nordestina.

Em 1860 ainda o curso jurídico de Olinda estava em pleno funcionamento, quando o mosteiro passou por uma reforma quase completa, durante o abaciato do frei Filipe Palm, que começara aos poucos notando o rareamento dos seus religiosos, em face do noviciado haver sido proibido pelo governo imperial, enquanto velhos monges iam sendo ceifados pela morte. A coisa chegou a tal ponto de, praticamente, extinguir-se entre nós a comunidade religiosa dos monges, isso já no abaciato de frei José de Santa Júlia Botelho, que se recolheu melancólico e sozinho ao mosteiro da Paraíba.

A essa altura já o curso jurídico de Olinda houvera se mudado do mosteiro, passando a funcionar, ainda na velha vila capitânia, em local mais

adaptado: no antigo edifício que serviu de palácio dos governadores, durante a fase colonial, e hoje ocupado pela prefeitura municipal.

AINDA OS SINTOMAS PARA A CRIAÇÃO DO CURSO JURÍDICO EM PERNAMBUCO

Como já se disse de início, a criação dos cursos jurídicos no Brasil tinha suas raízes nos imperativos culturais da Assembléia Legislativa e Constituinte de 1823, que d. Pedro I tão arbitrariamente dissolvera.

Mas haviam ficado as raízes. Quatro anos mais tarde daquele ato de violência imperial, após outorgada a Constituição capenga de 1824, o que se viu foi o vazio das ciências jurídicas e sociais autenticamente brasileiras, bordadas das peculiaridades de um povo novo que surgia num Mundo Novo, em terras tropicais americanas, tão diferentes daquelas do além-mar. O novo país precisava de uma ordem legal nova, conceituada dentro das suas necessidades específicas e características próprias: “o que então possuíamos era, no campo do Direito, o ensino castiçamente europeu da Universidade de Coimbra, de onde vieram os nossos primeiros doutores, para executar no Brasil, as Leis e Ordenações do Reino”.

Daí os esforços, a luta e, após, a vitória de José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, tornando uma realidade a criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. Na histórica sessão de 14 de junho de 1823, São Leopoldo tornou-se assim o intérprete autorizado de uma das maiores aspirações dos homens de cultura do Brasil.

A proposta, encaminhada à Comissão de Instrução Pública, foi logo aprovada, sendo elaborado o projeto de lei, criando as duas universidades – de Olinda e de São Paulo. Mas infelizmente, os acontecimentos políticos, que levaram o imperador d. Pedro I à extrema violência daquele ano, não permitiram a concretização do projeto.

Somente em 1827 é que seria ele votado, sendo ainda d. Pedro I quem a assinaria, e assim redigido como lei:

“Dom Pedro Primeiro, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte: Art. 19 Criar-se-ão dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda, e neles, no espaço de cinco anos, e em nove cadeiras, se ensinarão as matérias seguintes, etc., etc.”

Criado, destarte, pelo decreto de 11 de agosto de 1827, foi instalado o Curso Jurídico de Olinda a 15 de maio do ano seguinte.

SEUS PRIMEIROS DIRETORES

O primeiro diretor nomeado pelo governo imperial para exercer as fun-

ções no curso jurídico de Olinda, foi Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, que sempre ocupado em altos postos políticos na capital do Brasil, e já cogitado para ser o regente do Império, se mantinha à distância, somente assumindo a direção efetiva quase dois anos mais tarde.

Assim, praticamente o primeiro diretor da instituição, seu instalador e organizador, foi o professor Lourenço José Ribeiro, figura ilustre, nascida em São João del Rei, Minas Gerais, desembargador da Relação da Corte, Fazenda e Soberania Nacional, membro do Conselho de S. M. o Imperador e comendador da Ordem de Cristo.

Formado com o grau de bacharel na Universidade de Coimbra em 1823, logo transferiu-se para o Brasil, onde passou a exercer a advocacia no Rio de Janeiro. Criados os cursos jurídicos em 1827, foi escolhido pelo próprio imperador para seguir para Pernambuco e assumir a regência de algumas cadeiras no recém-criado curso jurídico de Olinda, acumulando a sua direção até a chegada do titular, que, como vimos, era o marquês de Olinda.

Segundo Nilo Pereira: “demonstrou sempre o mais amplo conhecimento do Direito, o que era motivo de admiração por parte dos alunos, que nele viam um mestre universitário da mais alta categoria”. Aliás em Pernambuco, acumulando as funções de mestre e diretor do curso jurídico local, chegou a ser desembargador da Relação.

Pereira da Costa, nos seus *Anais Pernambucanos* (Vol. IV, p. 371-372), diz que Lourenço José Ribeiro abriu a solenidade da instalação do curso jurídico, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, com um longo e erudito discurso, do qual escolhemos este trecho, que evidencia o espírito altamente reformador e moderno do jovem mestre:

“O brasileiro que ambiciona a carreira literária é obrigado a sacrifícios incalculáveis, e nada menos do que abandonar a sua pátria, atravessar duas vezes o procelar oceano, renunciar ao doce clima em que nascera, aos carinhos e desvelos dos seus pais, parentes e amigos, a troco de mil privações, incômodos e despesas, para que consiga escassos princípios de direito e um diploma que o habilite para os cargos públicos. E qual era o resultado de semelhante estorvo? Nasceram talentos tão vulgares e murcharam sem dar fruto, já por falta de meios e já por mal entendido amor de alguns pais, vindo assim a recair os empregos em pessoas, que não sendo naturais deste hemisfério, faltava-lhes pela maior pane apego ao ninho para bem o compor e conservar”.

Deve-se salientar que Lourenço José Ribeiro, por suas idéias de certo modo radicais, como subentende-se neste pequeno trecho do seu discurso, sempre foi um ferrenho comentador da Constituição de 1824, nunca deixando de lembrar entre os seus alunos as cores violentas da brutal ferida aberta pela férrea punição que d. Pedro I impusera aos pernambucanos, adeptos da fracassada Confederação do Equador. E por isto, como jurista, contribuíra para a criação do chamado Partido Constitucional.

Mas foi com um extremado zelo profissional e administrativo, que dirigiu, instalou, montou e personalizou o Curso Jurídico de Olinda, até a sua entrega ao titular efetivo.

A sua preocupação pelo bom nome e boa fama da Academia era a tônica da sua direção cheia de entusiasmo e de fé nos destinos da cultura jurídica brasileira, à qual o Curso de Olinda estava oferecendo já uma contribuição decisiva.

CONCLUSÃO

Quando se fala em nossos dias em faculdade de Direito do Recife, via de regra é esquecido que esta nobre, austera, histórica mesmo, e valorosa Escola Superior é na sua essência o prolongamento do velho Curso Jurídico de Pernambuco, instalado em Olinda no ano de 1828.

Discordo de alguém que chegou a afirmar que foi na faculdade de Direito do Recife “que se desenvolveu de modo mais claro a tradição coimbrã”. De modo algum. Este espírito jurídico português, que inspirou e deu essência à cultura acadêmica brasileira, cresceu foi nas velhas ruas ensolaradas, ladeirasas do antigo burgo de Duarte Coelho, maneirando, se estendendo, criando formas definitivas nacionais, dentro das salas vetustas e consultando-se os empoeirados livros clássicos ao tempo, do Direito europeu, e existentes nas longas estantes dos corredores do mosteiro de São Bento, onde permaneceu o Curso Jurídico durante vinte e quatro anos.

Saindo dali para outro local, ainda em Olinda, foi se aboletar em um segundo abrigo igualmente impregnado de cultura portuguesa, o velho palácio dos governadores, vindo dos tempos de Vidal de Negreiros, que chegou a se atritar seriamente com o velho general da Restauração Pernambucana, Francisco Barreto de Meneses, então no governo-geral do Brasil (Bahia), por entender que em Olinda é que se encontrava, em toda a plenitude do seu idealismo, o embrião da nacionalidade, mesclada entre a cultura coimbrã e a influência regional, social e religiosa peculiares de um povo que se ia formando numa nova nação de visão pan-americana.

Durante os tempos do Curso Jurídico de Olinda ainda esteve bem, pois, o espírito coimbrão, e os conceitos do Velho Mundo ainda se estudava ali, através de compêndios latinos, de raciocínios jurídicos italianos, do próprio sistema pedagógico ibérico e das já radicais tendências sociais e jurídicas revolucionárias da França.

Somente depois de 1854, com a transferência do curso para a Vila de Santo Antônio, e sua transformação em faculdade de Direito do Recife, funcionando como uma Academia de Ciências Sociais e Jurídicas, foi que os novos bacharéis do nordeste brasileiro foram tomando uma formação diferente, mais humanista que técnica: “Explica-se que uma academia, assim chamada, tivesse sido o núcleo de uma cultura universitária tão humanística quanto científica. E desempenhou por algum tempo funções de uma autênti-

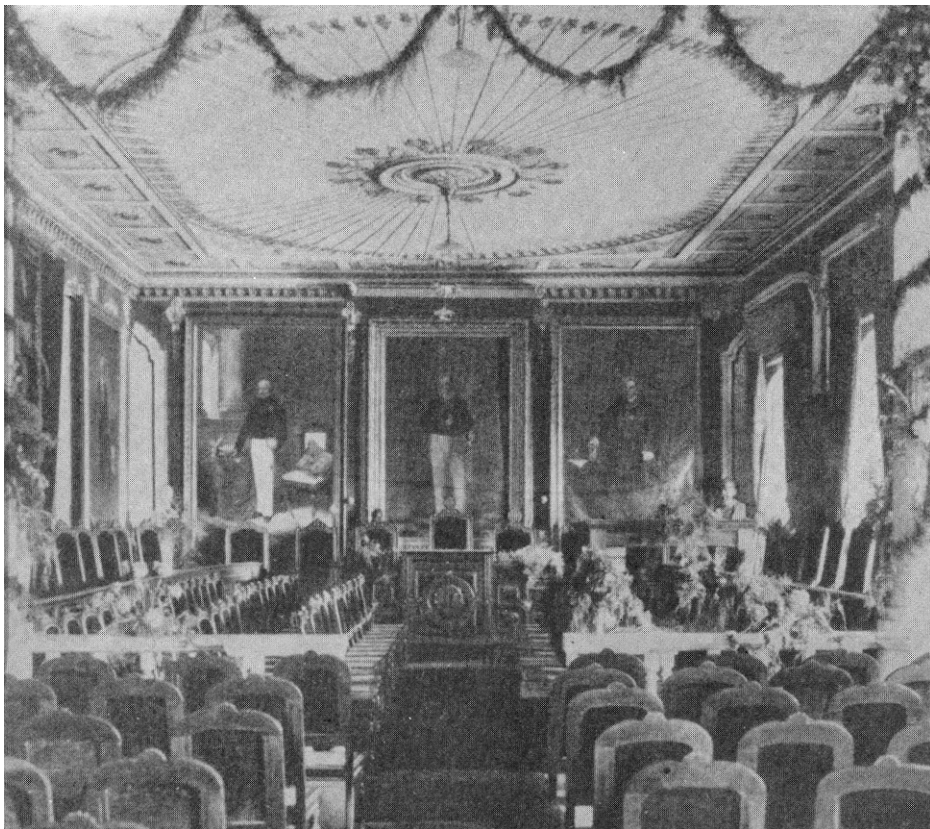
ca faculdade de Filosofia e Letras, e não apenas de ciências humanas mais ligadas às jurídicas”.

Daí o surgimento de novos doutores bem estereotipados dentro deste conceito, como juristas-filósofos (Teixeira de Freitas), outros abraçando tendências várias, como o próprio conceito do direito e da ciência social germânica (Tobias Barreto), e mais, entre muitos e muitos, um Martins Júnior, um Teixeira de Macedo, um Pontes de Miranda, um Clóvis Beviláqua, um Joaquim Nabuco, assim por diante.

Mas foi em Olinda que o ensino jurídico no nordeste brasileiro firmou-se mesmo. Ainda de certo modo coimbrão mas, em linhas gerais, brasileiro, à espera apenas do tempo, das aclimações, das influências geo-humanas e para-ambientais, para, afinal, como de fato aconteceu, afirmar no Recife a sua própria escola, o seu próprio conceito jurídico-social, a sua própria vivência política e jurídica regional.

**A criação dos cursos
jurídicos em São Paulo**

Manuel Gonçalves Ferreira Filho



Salão Nobre do antigo edifício da Faculdade de Direito de São Paulo.

Gentilezas há que tocam profundamente toda alma sensível. No rol delas está a homenagem que hoje é feita à faculdade de Direito de São Paulo, ao ensejo da comemoração da criação dos cursos jurídicos no Brasil.

Outro não é, com efeito, o sentido do convite que dirigido a um de seus professores para proferir, nesta ocasião, uma palestra, perante auditório tão seleta.

Tal homenagem à velha Casa do Largo de São Francisco desvanece todos aqueles que lá hauriram seus conhecimentos jurídicos, e, em particular o orador deste momento. Sim, porque foi ele aluno das Arcadas, e hoje tem a honra de lá estar, incluído entre os professores da academia.

Quero, por isso, em nome da faculdade do Largo de São Francisco, e no meu próprio, manifestar um profundo reconhecimento e o mais caloroso agradecimento pela gentileza da homenagem e pela cortesia do convite.

Era São Paulo, por ocasião da independência do Brasil, uma pequena cidade. Uma pacata, calma e pobre cidade do interior.

O número de seus habitantes não chegava a 20.000.

Estes poucos se acomodavam no alto de uma colina que domina a confluência do Tamanduateí e do ribeirão Anhangabaú. Singelo era o casario que se espalhava por um triângulo cujos vértices eram três conventos: o de São Bento, o do Carmo e o de São Francisco.

Nela era sossegada e tranqüila a vida. Inexistia o bulício, muito menos a agitação. A paz era acentuada pela quase que completa inexistência de distrações.

Disso lhe resultava um ar certo de melancolia que o clima frio e a garoa intermitente sublinhavam.

Por isso é que, num desabafo, Castro Alves exclama: “Se leres poesias nebulosas, germânicas, tiritantes, acéfalas, anômalas... não critiques nunca, antes de ver se são de S. Paulo, e se forem... cala-te. S. Paulo não é o Brasil... é um trapo do pólo, pregado a goma-arábica na fralda da América”.

Nessa cidadezinha parada, o custo de vida era baixo. Essa era uma qualidade louvada por quase todos os visitantes que se compraziam em apregoar a abundância de alimentos encontrados em seus mercados.

Assim, por exemplo, o inglês Mawe impressionou-se com a variedade de plantas alimentícias dos arredores de São Paulo: o cará, o repolho, o nabo, a

alcachofra, a couve-flor, a batata, a batata-doce, o milho, o feijão, a ervilha. Além de comentar serem baratíssimos os porcos, os frangos, os perus, gansos e patos que se criavam na vizinhança. No mesmo tom insistia o sueco Beyer que se deleitou com as verduras e legumes servidos na mesa paulistana.

Referência semelhante se vê em St. Hilaire. Este observou que, embora o distrito de São Paulo fosse um dos menos férteis da província, produzia, entretanto, com relativa abundância, feijão, milho, farinha de mandioca e arroz. Havia, é certo, ocasionalmente, falta de carne fresca. Nem era frequente o pão, pois se plantava pouca mandioca, e o milho em geral era reservado para a criação.

Simple, até ingênuo, era, no dizer de Vampré, o povo que vivia em Piratininga.

Os homens procuravam vestir-se com apuro e se esmeravam na polidez. As mulheres que, para o passeio ou a ida à igreja, vestem seda preta “são formosas, em geral, posto que débeis e doentias. Evitam cuidadosamente que o sol lhes requeime a cútis”. As moças quando solteiras ousam enfeitar os cabelos com uma rosa perfumada.

Raros são os estrangeiros que chegam à cidade. Então, sempre, objeto de curiosidade discreta.

Numerosos os africanos que se incumbem dos afazeres mais humildes.

Para todos a grande diversão eram as festas de igreja. Particularmente as procissões em que se infiltravam figuras simbólicas, quase carnavalescas, como o farricoco na procissão dos Passos. Era este um “pregoeiro, extravagantemente vestido com uma camisola de cor suja, tendo na cabeça um capuz do mesmo pano que lhe cobria o rosto inteiramente, deixando abertos os dois buracos dos olhos. Trazia uma trombeta, na qual bufava notas desconcertantes, e empunhava um vergalho, com que escorraçava os moleques que o seguiam, puxando-lhes as vestes ou atirando-lhes pedras”.

Era, por outro lado, bem razoável o nível cultural médio dos habitantes da cidade. Isto se depreende das páginas de St. Hilaire, para quem havia maior cultura intelectual na capital dos paulistas que na capital de Minas Gerais, em que eram abundantes os literatos. Assinala Ernâni da Silva Bruno “que nos tempos vizinhos da independência política do país, a mocidade das classes superiores e medianas de São Paulo, de longa data havia freqüentado as aulas públicas de latim, de retórica e de filosofia”. E acrescenta: “conquanto o conhecimento dessas disciplinas não bastasse para fazer sábios, bastava, todavia, para fazer letrados relativamente instruídos, aptos para adquirir outros conhecimentos”. Ademais, desde 1821, se estabelecera uma espécie de colégio que funcionava no próprio Palácio do Governo. Nele se ensinava os clássicos latinos, teologia e até a filosofia kantiana conforme relata Von Martius.

Havia, inclusive, em São Paulo, fato raro para o tempo, no Brasil, uma biblioteca. A biblioteca do convento dos franciscanos. Em 1825, entretanto, criou-se uma biblioteca pública em São Paulo. A maior parte dos livros que a

compuseram, provinha da coleção do bispo d. Mateus de Abreu Pereira, aos quais se acrescentaram as obras que haviam pertencido aos franciscanos, a coleção do desembargador Chichorro da Gama e os 600 volumes doados pelo tenente-general Arouche de Toledo Rendon, que iria ser o primeiro diretor da faculdade de Direito de São Paulo.

Toda essa livralhada foi guardada no convento de São Francisco e posta à disposição daqueles que tinham curiosidade intelectual ou vontade de aprender mais do que a instrução habitual e rotineira lhes propiciava.

Não eram ricos, porém, os paulistanos. Na verdade, a terra dos paulistas não primava pela opulência.

Durante o período colonial, se alinhou ela entre as menos desenvolvidas do país e a sua pobreza contrastava com a opulência de outras, onde abundava o ouro, a prata e pedras preciosas, ou onde se cultivavam produtos rendosos como a cana-de-açúcar.

Sem dúvida, a pobreza do planalto de Piratininga estimulou os seus filhos a procurarem, noutras plagas, melhores condições de vida. Isso não deixou de ser um dos principais, se não o principal, dos estímulos para o bandeirismo, para o espírito de desbravador e de lidador que no período colonial sempre caracterizou o paulista.

Ora, como aos bandeirantes se deveu a conquista dos sertões e o afastamento das fronteiras, eram íntimos os vínculos que uniam a modesta São Paulo aos mais longínquos rincões brasileiros. Do noroeste, do oeste, do sudoeste, do sul, afora os liames evidentes com as Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Era, por isso, essa cidade, o ponto de convergência do interior brasileiro.

Todas essas características vieram à tona quando se cogitou, proclamada a independência, de estabelecer um centro de ensino superior no Brasil.

Tal se deu logo em 1823, perante a Assembléia Constituinte, por proposta de José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois, visconde de São Leopoldo, em discurso pronunciado na sessão de 14 de junho.

Historiou ele então, os vexames que sofriam em Coimbra os estudantes brasileiros. Portugal, naquela época, ainda não se conformara com a independência do Brasil. Os brasileiros que lá viviam padeciam a hostilidade popular e encontravam dificuldades para viver em paz. Dificuldades especiais eram encontradas pelos estudantes que eram hostilizados por seus colegas portugueses, bem como pela população de Coimbra.

No dizer de Fernandes Pinheiro: “uma porção escolhida da grande família brasileira, a mocidade, a quem um nobre estímulo levou à Universidade de Coimbra, geme ali, debaixo dos mais duros tratamentos e opressão”. E arrimava o orador uma carta que recebera enviada por um estudante brasileiro, José de Araújo Ribeiro, carta que se conservou até hoje e que ainda hoje impressiona os que a lêem.

Em razão disso, o futuro visconde de São Leopoldo, formulou indicação para que se criasse no Brasil, o quanto antes, uma universidade, a fim de

que todo brasileiro que desejasse instruir-se não precisasse sair de seu país, para obter o ensino.

Essa universidade, segundo a indicação, deveria ser criada na cidade de São Paulo, “pelas vantagens naturais e razões de conveniência geral”. Dessa indicação resultou um projeto de lei, elaborado pela Comissão de Instrução Pública, que previa a criação de duas universidades: uma na cidade de São Paulo, e outra, na de Olinda. Nesse mesmo projeto era estabelecido que desde logo se criaria um curso jurídico na cidade de São Paulo.

Os debates que essa proposição suscitou, foram acesos. Houve quem considerasse prematura a criação de universidade. Não faltaram os que propuseram em substituição a Olinda e a São Paulo, outra sede para as universidades previstas. Com denodo, batalhou Fernandes Pinheiro por São Paulo. Acusado de dar preferência a essa cidade, por ser de origem paulista, argumentou que na escolha do lugar considerara “principalmente a salubridade e amenidade de seu clima, sua feliz posição, a abundância e barateza de todas as precisões e cômodos da vida” e, poeticamente, chegou a afirmar que “o Tietê vale bem o Mondego do outro hemisfério”. E houve quem invocasse a ausência de distrações como mérito de S. Paulo. Tal evitaria que os jovens sofressem tentações, que os afastassem dos estudos.

Também, em favor de São Paulo, se pronunciou o deputado Luís José de Carvalho e Melo, depois, visconde, com as honras de grandeza, da Cachoeira, cujas razões principais foram as seguintes: “a cidade de São Paulo é muito próxima ao porto de Santos, tem baratos víveres, tem clima saudável e moderado, e é muito abastecida de gêneros de primeira necessidade, e os habitantes das províncias do sul e do interior de Minas podem ali dirigir os seus jovens filhos com comodidade”.

Entre os que se opuseram à instalação, em São Paulo, de uma universidade, está Silva Lisboa, depois, visconde de Cairu, que preferia fosse a mesma situada na Bahia. Entre os argumentos que aduz Silva Lisboa, está a pronúncia desagradável dos paulistas, cujo dialeto seria um dos mais peculiares do Brasil.”

Longamente debatido o projeto foi, afinal, aprovado pela assembléia, em 4 de novembro. Entretanto, o imperador não o promulgou. Com isso não vingou a tentativa de implantação de duas universidades no Brasil, uma delas em São Paulo. Mesmo porque, logo depois, a 12 de novembro de 1823, foi a Constituinte dissolvida por d. Pedro I.

Somente em 1826 se renovou a tentativa de criação de estabelecimentos de ensino superior no Brasil. Assim, em 5 de julho de 1826, Januário da Cunha Barbosa, em nome da Comissão de Instrução Pública, apresentou projeto de lei que previa o estabelecimento de um curso jurídico ou de ciências sociais, no Rio de Janeiro. A esse projeto ofereceu o deputado mineiro Teixeira de Gouveia uma emenda para que o curso jurídico fosse estabelecido em São Paulo. Reavivou-se, então, o debate acerca do local onde se deveria estabelecer o curso jurídico.

Entre os que então se opuseram à idéia de seu estabelecimento na província de São Paulo, está o ilustre Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este não só argumenta com o atraso de São Paulo naquela época, como também invoca a insegurança que lavrava no interior, o que impediria, ou pelo menos dificultaria, o ensino objetivo e isento de disciplinas como o Direito Político. Afirma ele, de modo candente: “Quem se atreverá a explicar a Constituição em qualquer de nossas províncias?”

Dos debates resultou afinal a idéia da criação de cursos jurídicos, não apenas em São Paulo, mas também em Olinda. Isto foi o que consagrou a lei de 11 de agosto de 1827.

Interessante e instrutiva foi, por outro lado, a discussão no Parlamento do Império, a propósito do programa que haveria de ser seguido nesses cursos jurídicos. Enquanto Bernardo Pereira de Vasconcelos pregava a necessidade do estudo do Direito Romano, Batista Pereira o contraditava, afirmando que: “o Direito Romano é o direito da trapaça, e o advogado ou o ministro que nele se faz forte, é, por via de regra, mau advogado ou mau ministro”.

É de se salientar que se previa, na primeira cadeira dos cursos jurídicos, a análise da Constituição do Império. Reclamava-se, portanto, o estudo do Direito Constitucional. Isto, aliás, já estava na proposta de Fernandes Pinheiro, de 1823. Com efeito, na sessão de 27 de agosto de 1823, o futuro visconde de São Leopoldo pregara a criação de uma cadeira de Direito Público Constitucional que, no seu entender, seria de grande utilidade “para o desenvolvimento do sistema representativo que adotamos”. Eis que “a ciência da divisão e da balança dos poderes é inteiramente nova, o gênio de Montesquieu apenas a entreviu, apesar de se dizer que ele tinha buscado, e achado, os direitos perdidos do homem”.

Ora, apenas em 1834 é que, em Paris, se criou uma cadeira de Direito Constitucional. Tal se deu por uma decisão de Guizot, tendo sido a cátedra entregue a um italiano, doutor pela Universidade de Bolonha, de nome Pellegrino Rossi. É certo que tal cadeira já existia desde 1797, na Universidade de Ferrara. Entretanto, não deixa de ser significativo que, no Brasil, se sentiu a necessidade de seu estabelecimento e se concretizou a sua criação antes de que tal se fizesse num dos países mais desenvolvidos culturalmente, qual seja, a França. A França, da Revolução, da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Em verdade eram nove as cadeiras do curso. Duas versavam o Direito Natural, Público e Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia. Duas o Direito Civil. As outras Direito Eclesiástico, Direito Criminal, Direito Mercantil e Marítimo, Economia Política e Teoria e Prática do Processo Civil.

Vigente a lei de 11 de agosto, logo se iniciaram as providências para a instalação dos cursos jurídicos em São Paulo.

Disso, foi incumbido Arouche de Toledo Rendon, nomeado diretor por decreto de 13 de outubro do mesmo ano.

Procurando local adequado, hesitou o diretor da Academia entre os três conventos que definiam os três vértices do triângulo paulistano. Concluiu ele, segundo relata em ofício dirigido ao ministro do Império, que os conventos do Carmo e São Bento não tinham capacidade para neles se estabelecer o curso jurídico. Em cada um deles não seria possível instalar mais do que três salas de aula. Ademais, para neles fazer funcionar a Faculdade, seria preciso expulsar os frades. Mais amplo, mais confortável, era o Convento de São Francisco, e, por ele optou Rendon.

O Convento de São Francisco fora erigido por volta de 1644. Era uma construção humilde, de feia aparência com um telhado de beirada larga e pequenas janelas, tendo por única entrada a antiga portaria do convento, no vestíbulo da Igreja de São Francisco.

Na frente da faculdade, não existia o atual Largo de São Francisco. Ocupava a área deste um pátio vazio, cercado por muros, pertencente ao Convento de São Francisco. Foi bem mais tarde que, botando-se abaixo esses muros, se abriu o Largo.

Foi nesse Convento de São Francisco que, a 1^ª de março de 1828, às quatro horas da tarde, com grande concurso de gente, segundo sublinha Spencer Vampré, ocorreu a inauguração dos cursos jurídicos no Brasil.

Ministrou a primeira aula o professor Brotero, cuja lição foi apreciada como eloqüentíssima pelos cronistas do tempo. A sessão solene foi presidida por Arouche de Toledo Rendon, o primeiro diretor da faculdade de Direito de São Paulo. A ela estiveram presentes o presidente da província, o conselheiro Tomás Xavier Garcia de Almeida, o bispo diocesano, d. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, e numerosas pessoas de relevo na sociedade paulistana da época, entre as quais numerosas senhoras.

O primeiro diretor da Academia de São Paulo foi, como já se disse, o tenente general José Arouche de Toledo Rendon, nomeado por decreto de 13 de outubro de 1827. Nascera ele em São Paulo, em 1756, e recebera em Coimbra o grau de Doutor em Leis. Era figura de relevo da sociedade paulistana. Desempenhara altos cargos, e, inclusive, fizera a carreira na vida militar, fato que era então comum na fidalguia paulistana. Tinha grande influência na vida política, havendo sido deputado por São Paulo à Assembléia Constituinte, e, mais tarde eleito para a legislatura ordinária de 1827. Não lhe faltavam recursos; ao contrário, era homem de posses e, na linguagem de hoje, empresário, tendo sido quem introduziu em São Paulo a cultura do chá. Plantou-o em sua chácara. Chácara essa situada no morro que veio a ser chamado de Morro do Chá, o que justifica a denominação de Viaduto do Chá, à obra arte que une o morro ao centro antigo da cidade.

Deixou, inclusive, obra publicada, tanto literária, quanto jurídica. Entre seus trabalhos literários sublinha-se um de título ingênuo: *A superioridade das letras sobre as armas, isto é, dos filhos de Minerva sobre os alunos de Marte*. Seu trabalho jurídico principal se situa no campo do Processo. Intitu-

la-se *Elementos de Processo Civil, precedidos de instruções para juizes municipais*.

O primeiro professor, ou, como se dizia então, o primeiro lente da Academia de São Paulo, foi José Maria de Avelar Brotero. Nascido em Lisboa em 1791, obtivera ele em Coimbra o grau de Doutor em Direito. Envolvido numa conspiração antimiguelista, fora forçado a fugir de Portugal, vindo para o Brasil, primeiro estabelecendo-se no Rio de Janeiro e depois mudando para São Paulo, a fim de lecionar no curso jurídico. Coube-lhe, segundo já se disse, ministrar a aula de abertura dos cursos jurídicos em São Paulo, a primeira aula de direito no Brasil.

Era de temperamento difícil, irrequieto e belicoso. Relata Vampré que “ao lecionar saíam-lhe as palavras em borbotões, e com tal veemência discursava que por vezes trocava frases ou palavras, umas pelas outras, dando lugar ao que se chamou broteradas. Estas se lhe atribuem: cidadeiro brasilão, vidrada quebraça, limenta com pimão, bolei as trocas, Imperial constitucionador. Em vez de: cidadão brasileiro, vidraça quebrada, pimenta com limão, troquei as bolas, imperador constitucional”.

Parece não ter primado pela cultura ou pelos méritos científicos. Escreveu um compêndio de nome *Princípios do Direito Natural*. Esse livro, inspirado na obra de Mably, *Droits et devoirs des citoyens*, se abria com o seguinte prefácio: “Aos leitores. Se a vossa censura é filha da maledicência e capricho, sois uns entes nulos no Universo; se ela, porém, é filha do amor, da verdade, então, sois homens benfazejos e imitais ao Criador”.

Como era prescrito pela lei, esse compêndio foi remetido à Assembléia a fim de que a mesma o apreciasse. Ao ensejo, o deputado Lino Coutinho afirmou que o livro era “a vergonha das vergonhas pelas suas imbecilidades”. E acrescentou, adiante, ser o mesmo prejudicial: “pelas más doutrinas que nele se encerram”. Em vista disso, a Comissão de Instrução Pública rejeitou o compêndio de Brotero, proibindo que o Direito Natural fosse ensinado com base nessa obra.

Famosas ficaram as suas turras com Rendon e seus colegas. O segundo lente da Academia de São Paulo foi Baltazar da Silva Lisboa, irmão de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu. Nascido na Bahia em 1761, já contava com 67 anos quando chegou a São Paulo. Pouco permaneceu em exercício, pois, assumindo a cadeira em março de 1828, dela pediu demissão em 1830, tendo lecionado durante um ano apenas o Direito Eclesiástico.

O terceiro lente da faculdade de São Paulo foi o dr. Luís Nicolau Fagundes Varela, avô do grande poeta romântico. Foi ele nomeado professor em 22 de julho de 1828. Era formado em Leis pela Universidade de Coimbra e representara a província do Rio de Janeiro nas cortes gerais de Lisboa, de 1821 e 1823. Lecionou Processo Civil, entretanto por pouco tempo, já que faleceu em 1831.

Em 1829, foi completado o corpo docente da Casa com a nomeação de

quatro professores: Carlos Carneiro de Campos, terceiro visconde de Caravelas; José Joaquim Fernandes Torres; o padre Antônio Maria de Moura, e Prudêncio Giraldes Tavares da Veiga Cabral.

Carneiro de Campos, baiano de nascimento, foi o primeiro mestre de Economia Política. Deixou fama de exímio professor e de profundo conhecedor das doutrinas econômicas. Baseava o seu ensino no Catecismo de Economia Política, de Jean Baptiste Say.

José Joaquim Fernandes Torres, nascido em Minas Gerais, foi o primeiro catedrático de Direito Criminal e Teoria do Processo Criminal. Por pouco tempo permaneceu na Academia, pois em 1833 pediu exoneração da cadeira para seguir carreira política.

O padre Antônio Maria de Moura, nascido em Sabará, fora nomeado em 1828 substituto. Em 1829 passou a segundo catedrático de Direito Natural Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia. Cobia-lhe, pois, continuar o estudo da matéria ministrada no primeiro ano por Avelar Brotero. Em 1831, passou a catedrático de Teoria e Prática do Processo. Foi amigo e companheiro de Diogo Antônio Feijó. Bateu-se, ao lado do futuro regente contra o celibato clerical, motivo por que sua eleição para bispo do Rio de Janeiro não foi aprovada pelo Papa.

Veiga Cabral, nascido em Cuiabá, foi o primeiro professor de Direito Civil. Deixou fama de estróina e, como não se furtaram de dizer os seus contemporâneos, de maluco. Conhecido é o episódio de seu casamento com uma das filhas do primeiro diretor da Academia, Toledo Rendon. Na noite de núpcias, sem haver penetrado na câmara nupcial, passeou horas inteiras diante da porta, exclamando de tempos em tempos: “Que fizeste Cabral! Que fizeste Cabral!” E, pela manhã, deixou a casa para nunca mais voltar. Conforme narra Vampré “nunca houve lente menos assíduo do que Cabral. Conta-se que chegava muita vez até o Largo de São Francisco e, ao avistar os estudantes, fazia uma volta e tornava para casa, pretextando ter assim iludido a sua expectativa”.

Avelar Brotero o detestava. Por ocasião de uma visita a São Paulo, d. Pedro II, insistiu para que o imperador assistisse a uma das aulas de Veiga Cabral, convicto de que isto representaria o fim da carreira do professor desidioso. A isto acedeu o imperador, que compareceu inopinadamente à aula. Entretanto, em lugar de uma lição medíocre, Veiga Cabral, nesse dia, proferiu uma brilhante preleção que encantou o imperador. O feitiço virou contra o feiticeiro, pois Veiga Cabral saiu engrandecido e alvo da admiração de d. Pedro II. Isto, porém, não o mudou. Nem por isso se tornou ele assíduo ou deu maior atenção e cuidado ao curso que ministrava.

Ao abrir-se em 1828 a matrícula para o primeiro ano da Faculdade de São Paulo, inscreveram-se 33 estudantes. O primeiro a matricular-se foi um clérigo, Antônio Pais de Camargo, já catedrático de Exegética do curso de Teologia do Seminário Episcopal. Não chegou a concluir o curso, pois logo o interrompeu.

De todos os alunos da primeira turma da faculdade de São Paulo, o mais glorioso é José Antônio Pimenta Bueno, o futuro marquês, com as honras de grandeza, de São Vicente. Nasceu ele em São Paulo, em 1804, de pais desconhecidos. Foi, com efeito, exposto à porta do cirurgião mor José Antônio Pimenta Bueno que o acolheu e criou.

Lutando com muitas dificuldades conseguiu concluir o curso de humanidades, quando obteve o emprego de amanuense do Tesouro Provincial, para o qual foi nomeado em 1824.

Formado, iria ter uma carreira brilhante. Como magistrado, começou como juiz de direito em Santos, para depois ser juiz de direito da comarca do Paraná, e em 1844 promovido a desembargador da Relação do Maranhão para, em seguida, vir para a Corte em 1847, aposentando-se em 1857, com as honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Sua carreira de juiz, entretanto, foi várias vezes interrompida para que atuasse na política. Ocupou a presidência da província de Mato Grosso de 1835 a 1837, o cargo de ministro Plenipotenciário no Paraguai, de 1844 a 1846; de deputado geral por São Paulo, em 1848, de presidente da província do Rio Grande do Sul, em 1850. Foi escolhido senador do Império em 1853. Coube-lhe organizar o Gabinete de 29 de setembro de 1870.

Tinha-o o imperador em alta conta, tanto assim que o fez conselheiro de Estado em 1859, visconde em 1867 e marquês de São Vicente em 1872.

Por ocasião da missão diplomática que exerceu no Paraguai, credenciado junto ao presidente Carlos Antônio López, pai do ditador Francisco Solano López, conquistou a simpatia e a confiança do velho caudilho. Sua influência era, assim, muito grande, o que profundamente desagradava os jornais e o governo de Buenos Aires.

Jurista insigne, logrou, em 1843, a aprovação plena no doutoramento, na faculdade de São Paulo. Deixou três obras fundamentais: os *Apontamentos sobre as formalidades do Processo Civil*; os *Apontamentos sobre o Processo Criminal e sua forma*, e, sobretudo, *O Direito Público Brasileiro e a Análise da Constituição do Império*. Esta obra constitui o mais notável trabalho de Direito Constitucional que veio à luz durante o Império. Seus conceitos são de rara precisão e suas lições de grande clareza. É obra cuja consulta, ainda hoje, traz notáveis ensinamentos. Por isso, é ele justamente considerado o constitucionalista por excelência do Império.

Do ministério que presidiu, proveio o projeto que iria transformar-se, sob o Gabinete do Rio Branco, na lei do Ventre Livre, lei que estabelecia serem livres os filhos de escravos, o que constituía golpe fatal para a escravidão.

Outros nomes destacados pertenceram à primeira turma da faculdade da São Paulo, como Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, Manuel Dias de Toledo e Vicente Pires da Mota. Todos os três foram professores da Academia e homens de Estado que ocuparam altos postos na política e na administração pública.

Do primeiro, diz Vampré que foi o melhor aluno da turma, a quem coube o prêmio maior. Tal êxito deveu-se a seu talento e aos sólidos estudos básicos que realizara.

Fora, inclusive, discípulo de frei Francisco do Monte Alverne que lhe ensinou filosofia.

Padre e professor no seminário, foi um dos líderes da mocidade paulistana por ocasião dos acontecimentos de 1821-1822, tendo batalhado ao lado dos Andradas pela independência do Brasil.

Foi mais tarde deputado e vice-presidente da província.

Pires da Mota, como Pimenta Bueno, filho de pais incógnitos, foi também deputado, vice-presidente e presidente da província de São Paulo, tendo igualmente sido presidente das províncias de Pernambuco, do Ceará, de Minas Gerais e de Santa Catarina. Outrossim chegou a conselheiro de Estado.

Dias de Toledo também teve participação política, como deputado, vice-presidente de São Paulo e presidente da província de Minas Gerais.

Com eles começava a Academia a alcançar a glória.

Minhas senhoras e meus senhores.

A instalação da faculdade de Direito em São Paulo, marca o início de um período de transformações. Abre o processo de desenvolvimento de São Paulo.

Assinala, com justiça, Ernani da Silva Bruno que “a presença de estudantes numerosos do seu curso jurídico, além do destaque que conferiu ao pequeno burgo provinciano como centro intelectual, contribuiu para alterar profundamente a existência da cidade, através de suas iniciativas, suas troças”. Enriqueceram eles o velho arraial jesuítico “com as suas repúblicas, as suas revistas literárias, os seus divertimentos, o ruído de suas expansões”.

Assim, despertou São Paulo para um novo destino. Ponto de partida de homens ousados, como o bandeirante Fernão Dias Pais, tornou-se a matriz de um pensamento político e jurídico que iria refulgir em estrelas do porte de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco, antes de se transformar numa metrópole industrial, devotada ao trabalho e ao progresso.

Cento e cinquenta anos depois cabe avaliar a obra da Academia. Sem modéstia nem jactância.

Foi ela a escola onde amoldaram o caráter onze presidentes da república brasileira, afora inúmeros homens de Estado, de antes, e de depois, de 1891.

Nela aprenderam o Direito juristas como Rui Barbosa, Lafaiete, Teixeira de Freitas, Pedro Lessa, João Mendes Júnior.

Sob as Arcadas se formaram literatos como Castro Alves, Fagundes Varela, Álvares de Azevedo, Guilherme de Almeida, José de Alencar.

Assim, a casa do Largo de São Francisco soube ser formadora de estadistas e políticos, de jurisconsultos e magistrados, de poetas e romancistas.

Enfim, numa palavra, labutou pela cultura. E se o fez com grandeza, foi

porque nunca se olvidou de que sua vocação é um Brasil engrandecido. Um Brasil próspero e livre.

**A influência dos cursos
jurídicos na política mineira**

Gerson de Brito Melo Boson

O objeto desta palestra, que tenho a honra de proferir nesta ilustre Casa de tão nobres tradições, a convite do Museu Imperial, em convênio com a Católica de Petrópolis, ao ensejo da passagem do sesquicentenário da fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil, há de transcender o que vem indicado pelo próprio tema: influência dos cursos jurídicos na formação mineira.

O campo estrito da influência desses cursos na formação cultural de Minas Gerais, inclusive pela necessidade da colocação do problema, indica se deva passar ao âmbito dessas mesmas influências no quadro nacional, de que Minas é apenas uma parte, bem como ao campo do bacharelismo no Brasil, sobre o qual existem numerosas dissertações, e do qual Minas é também, de certa forma, um resultado prático.

No meu entendimento, não há nas letras nacionais um assunto sobre o qual mais se tenha discutido e escrito – com renovação a cada ano – do que este, relativo à fundação dos cursos jurídicos no Brasil e suas influências na vida social, política e cultural de nossa pátria.

Essas influências estão patentemente demonstradas por filósofos, sociólogos, historiadores, professores e políticos, constituindo bibliografia vasta e assaz eloqüente.

Os bacharéis fizeram o Brasil!

Fizeram a sua independência e sedimentaram as suas estruturas orgânicas de pátria soberana no concerto das nações.

Essa missão não poderia deixar de ser cumprida por bacharéis, pois ocorreu na época esplendorosa das teses contratualistas sobre as origens do Estado. Época dos marcantes acontecimentos que, no ciclo cultural do ocidente, se vinculam à instituição da sociedade política como um “estado de Direito”, somente imaginável e engendrado pela mentalidade dos juristas.

Nem diferentemente ocorreu nos Estados Unidos da América, que encabeçam a emancipação continental, e onde avultam os bacharéis, entre os nomes mais célebres dos seus fundadores, como também ocorreria em todos, ou quase todos os Estados surgentes do racionalismo jurídico, na idade do Iluminismo, da *Aufklaerung*, que transborda o século XVIII para o XIX.

Assim, diante dessa verdade, diante da grandeza desse fato que é a independência, e a estruturação da pátria, imputável a bacharéis, fato que esplende como nota abonadora de homens que souberam implantar na Amé-

rica do Sul a unidade de uma nação estendida sobre o mais vasto território da latinidade em todo o mundo, não poderiam faltar os panegiristas (em regra talentosos) a tecerem justas loas a essa *paideia* bacharelesca que traduz toda a formação brasileira inicial, de onde a pátria se vem erradicando para o futuro.

E, de outro lado, ante as falhas havidas nessa mesma formação, prenhe de retórica, de devaneios espirituais, de belezas românticas, debitadas tanto à época, como também ao próprio sentido excitante, inflamável da lusitanidade – que sem nenhum esforço encontramos nas raízes brasileiras, salgadas pelo enciclopedismo francês – não faltariam também talentosos caricaturistas do bacharelismo, que entre nós seria endêmico, e ao qual debitam todo o negativismo brasileiro, todo o atraso nacional, toda a nossa pobreza atuante, pelas que ainda hoje estariam a fazer o Brasil claudicar nos seus diversos campos de vida, principalmente no campo da tecnologia, que levou certas nações ao apogeu da riqueza, enquanto outras, como o Brasil, se remetem à categoria de um “terceiro mundo” à espera de um futuro que tarda.

Está visto, porém, que são talentos que se empolgaram, ou se empolgam, só com o mar, ou só com a terra.

Não se empolgaram, ou não se empolgam, com a paisagem no seu conjunto, a fim de que pudessem ver delineado o verdadeiro sentido da influência do bacharel na formação brasileira e, ao mesmo tempo, delineadas as mais diversas influências, nessa mesma formação, atuando sobre os nossos bacharéis fundadores e seus sucessores, de poderosos fatores que deles independiam, como hoje independem dos nossos atuais bacharéis. Tais fatores podem ser citados a dezenas. Para exemplificação, citarei apenas alguns.

Um deles, o já assinalado espírito da época contratualista, o liberalismo, o afã pelas liberdades, que em paixão desvirtuou os demais valores, impedindo que o exercício destes nos conduzissem a um desenvolvimento mais equilibrado.

Ora, nem mesmo em França, aquela famosa trilogia *liberté, égalité, fraternité*, que resume toda a problemática, e também toda a plataforma, todo o programa do movimento, em cuja fé ardente pretendiam os revolucionários franceses impor aos outros povos, pode resistir ao impacto das hipertrofias libertárias, que descambaram para o predomínio do capitalismo, através do *laissez faire, laissez passer*, quebrando-se, assim, a programática, a evolução harmoniosa para a implantação da igualdade, que se tornou meramente formal, igualdade perante a lei, esta citada pela nova classe, a burguesia dominante.

Outro, a conjuntura internacional, a influência de países que lideravam o mundo, influências estas que sempre existiram como uma constante histórica, nos vários ciclos da civilização. Influências capazes – que sempre o foram – de arrefecer, ou mesmo anular, os esforços das nações menos favorecidas, na senda do seu desenvolvimento, e cuja figuração econômica expressiva se acha hoje no que se denomina como *multinacionais*.

A isto pode-se ainda acrescentar: a tropicalidade da maior parte do território nacional, cujo clima, naquela época preconceituosa mais do que agora, com a notícia das doenças endêmicas, assustava os interesses migratórios de nível mais elevado, o que não ocorria com relação aos países temperados da América, como os Estados Unidos.

As dificuldades de penetração interiorana, não só pela acidentalidade do solo brasileiro que, embora não apresentando grandes elevações montanhosas, é, todavia, excessivamente ondulado, cujas conseqüências são bem descritas por Viana Moog, em seu *Bandeirantes e Pioneiros*.

As dificuldades próprias dos meios de transporte da época; a infra-estrutura cultural portuguesa, beletrista, resumidamente tecnológica; Portugal, demograficamente pobre, com a escravaria negra, despida de qualquer lastro ideológico. Enfim, mais tarde, a própria abolição da escravatura, precipitada pela conjuntura internacional, caindo as conseqüências no quadro de uma profunda inaptidão, por falta de preparo para o trabalho, dos senhores proprietários de terras.

Esse panorama, com algum exagero e com alguns pontos ainda de grande atualidade, vem retratado por Alberto Torres, em várias passagens do seu trabalho sobre a organização nacional *A Organização Nacional*, Rio, Imprensa Nacional, 1914, p. 5.

Dizia Alberto Torres que “cientistas, literatos e juristas da Escola de Coimbra trouxeram, para o nosso meio, brilhantes idéias, conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas estudadas nos centros europeus. Com tal espólio de doutrinas e limitações, arquitetou-se o edifício governamental feito de material alheio, artificial, burocrático. Os problemas da terra, da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social ficaram entregues ao acaso; o Estado só os olhava com os olhos do fisco; e os homens públicos, doutos parlamentares e criteriosos administradores, não eram políticos nem estadistas; bordavam sobre a realidade da nossa vida uma teia de discussões abstratas ou teóricas; digladiavam-se em torno de fórmulas constitucionais francesas ou inglesas; tratavam das eleições, discutiam teses jurídicas, cuidavam do exército, da armada, da instrução, das repartições, das secretarias de finanças, das relações exteriores, imitando ou transplantando instituições e princípios europeus. Sob a impetuosidade do primeiro monarca e o academismo do segundo, o mecanismo governamental trabalhou sempre desorientado e sem guia, estranho às necessidades íntimas essenciais, do nosso meio físico e social”.

É, na verdade um quadro desalentador, se aceito ao pé da letra.

Todavia, as melhores caricaturas se acham com Zacarias de Góis, Tavares Bastos, ou com Pereira Barreto.

Ao discutir o projeto de criação da universidade em 1870, comentava Zacarias:

“... temos bacharéis demais a disputarem empregos públicos, às vezes sem saberem mesmo ler e escrever corretamente, e não é deles que o Brasil

precisa. Precisamos de trabalhadores para o comércio, lavoura, indústria, de quem produza riqueza e não de mais bacharéis que a universidade projetada viria a fabricar”.

Tavares Bastos, em 1861, já falava sobre a necessidade da reforma radical da “instrução pública superior, constituída a secundária sobre um programa de conhecimentos úteis, desenvolvida e difundida a elementar ele [o governo] extinguiria essa peste de médicos sem clínica, de bacharéis sem empregos, verdadeiros apóstolos do ceticismo e germes da corrupção”.

De outro lado, inspirado em pressupostos positivistas (como assinala Alberto Venâncio Filho) em São Paulo, Pereira Barreto comandava o combate ao bacharel, vindo na academia: “... um pomposo clisma de jato contínuo derramando anualmente sobre o país uma onda calculada de saber falso, de virtudes falsas e da anarquia certa”.

E assim se sucederia uma corrente numerosa de caricaturistas, que de Sílvio Romero iria a Eduardo Prado, sem esquecer Júlio Ribeiro, Basílio de Magalhães, Monteiro Lobato e tantos outros, todos lançando os bacharéis no purgatório das responsabilidades pelo atraso nacional, não faltando nem mesmo o vate popular, com sua decantada quadrinha:

Quando Deus voltou ao mundo,
para castigar os infiéis,
ao Egito deu gafanhotos,
ao Brasil deu bacharéis.

Tais exageros são compreensíveis, podendo-se dizer mesmo que têm um certo grau de credibilidade, quando vistos dos ângulos unilaterais em que são postulados.

Felizmente, porém, a questão hoje se acha amadurecida. Já podemos vê-la tratada com maior profundidade e menos emoção, como se acha nos trabalhos de Gilberto Freyre, San Tiago Dantas, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Cândido Mota Filho, Marcílio de Lacerda, Oliveira Viana, Nelson Nogueira Saldanha e muitos outros, dentre os quais desejo destacar o pensamento do professor Afonso Arinos de Melo Franco, exposto em suas memórias *A Escalada*, Rio, José Olympio, 1965, no qual se faz distinção entre os conceitos “bacharelismo” e “jurisprudencialismo” no Brasil, distinção esta que era de necessidade fazer no exame da questão.

Diz o professor Afonso Arinos haver “sem dúvida, uma nuance bem marcada entre os conceitos”, no Brasil. “Ambos são filhos do mesmo pai, o Império acadêmico e discursivo (muito mais profundo e autêntico, no entanto, do que parecem acreditar certos observadores apressados) e a tradição luso-coimbrã, agasalhada nas faculdades de leis de São Paulo e Pernambuco. O jurisprudencialismo evoluiu para uma espécie de abstração científica, um certo gênero de clericalismo (no sentido de Julien Benda) que nos deu Teixeira de Freitas, Lafaiete Rodrigues Pereira, Clóvis Beviláqua e mesmo Tobias Barreto ou Pedro Lessa, cujos temperamentos ferventes não eliminaram aquela irresistível tendência à formulação teórica que os incompatibilizava, como nos

demais, com a vida política. Um traço de jurisdicção é, aliás, este: inadaptado à política partidária militante, apesar de evidente paixão política de homens como Lessa ou Tobias.

Já é o bacharelismo outra linguagem, tão diferente como os Orleans dos Bourbons. O bacharelismo é a técnica jurídica aplicada especialmente à realidade política. Não é teórico, sobretudo não é abstrato nem filosófico. O maior dos bacharéis brasileiros é Rui Barbosa, cuja incapacidade para a filosofia e a teorização tem sido tantas vezes salientada. Os juristas-teóricos, apolíticos – amavam a filosofia, todos eles: Freitas, Tobias, Lafaiete, Clóvis, Lessa”.

E acrescenta o professor:

“Já os bacharéis políticos nada têm de filósofos: Rui, Epitácio, Melo Franco, Raul Fernandes, João Neves, Pedro Aleixo, Prado Kelly. São todas vidas de políticos enquadrados na realidade política do país. inspecionando as duas listas de nomes acima, recordando ainda que muito ligeiramente as obras e as vidas dos componentes de uma e de outra, confirmo para mim mesmo uma impressão que sempre me vagava esparsa no espírito a do conservadorismo dos bacharéis em contraste com o espírito inovador (seja no sentido progressista seja no reacionário) dos juristas. Por quê isto? O jurista é o homem de maior capacidade indutiva, tende a formular, a criar o Direito, a extraí-lo da observação do complexo social. Por isso vê este complexo no seu dinamismo histórico, e o espírito que os anima é sempre aberto às mudanças, às inovações da realidade vital, seja na direção evolutiva (como Tobias) seja na orientação reacionária (como Campos).

“Já no bacharel, o traço do espírito marcante é a agudez dedutiva. Ele tem de aplicar e não formular o Direito; ou antes, é o homem mais da lei que do Direito. Porém, a lei, de certo modo, é apenas a cristalização de uma experiência social já vivida, quero dizer, passada. Daí o bacharel ser levado por hábito, e por gosto, à defesa das fórmulas consagradas, à imutabilidade das estruturas, à solidariedade com os sistemas criados, numa palavra – e sem o menor sentido pejorativo – ao conservadorismo que é, em geral, bem distinto do reacionarismo”.

Ainda que não se possa aceitá-la, essa distinção, sem embargo das exemplificações serem feitas com referência a personalidades contemporâneas ou mais recentes, consegue, pelo menos, colocar fora do purgatório das responsabilidades do bacharel pelo atraso nacional, os grandes juristas que o sendo, atuando ou não no campo político, deram estrutura jurídica à sociedade brasileira.

Deve-se, outrossim, assinalar a observação que faz o professor Afonso Arinos, segundo a qual, até princípios do século, até o governo Afonso Pena, a predominância do bacharelismo vigorou na vida do país, e, por consequência, e com maioria de razão, dentro das faculdades de Direito.

Realmente, tem sido observado por alguns ser a campanha civilista com a derrota da candidatura Rui Barbosa à presidência da república um marco

crepuscular do domínio político do bacharel no Brasil, a partir do qual começaria a sedimentar-se o prestígio dos militares na vida política.

Sobre o conteúdo dessa observação tenho, porém, muitas dúvidas, que o objetivo dessa palestra não comporta externar.

Mas o certo é que o ingresso definitivo do Brasil, embora tardiamente, nas sendas da revolução industrial-tecnológica é indicado como fato consagrador da decadência do prestígio do bacharelismo entre nós.

Ainda agora, no dizer de Alberto Venâncio Filho (*Das Arcadas ao Bacharelismo*, Editora Perspectiva, 1977, p. 295) citando José Luís Bulhões Pedreira e Luís Gonzaga do Nascimento e Silva: “o processo de desenvolvimento econômico do país fez mudar completamente a posição do bacharel. Ao invés de amparar com a segurança de um emprego os concluintes das faculdades de Direito, o interesse governamental concentrou-se em estimular e proteger a criação de cursos técnicos de nível superior, formando o pessoal que as necessidades de uma sociedade em processo de industrialização estava a exigir. Ao mesmo tempo, o processo de intervenção do Estado no domínio econômico passou a requerer a presença da norma jurídica pelo engenheiro, pelo economista, pelo administrador, pelo tecnocrata, enfim. A jeremiada contra o tecnocrata é absolutamente sem resultado, pois, no lúcido comentário de José Luís Bulhões Pedreira: os advogados ficaram isolados dentro da sociedade porque continuaram a manter um comportamento beletista, enquanto o mundo sofria profundas transformações de estrutura. Por isso caíram para plano secundário juntamente com os políticos de que são legítima expressão. Um reequilíbrio de posições só será possível com a formação mais adequada do bacharel em face da realidade contemporânea, e assim, uma decorrência da melhoria do ensino jurídico, compreendendo o papel do advogado em face das necessidades do desenvolvimento econômico brasileiro, e trabalhando num campo em que o papel do jurista é essencial: a interação entre o Direito e a transformação social pode ser vista, principalmente, sob o ângulo dos processos de modificação das estruturas econômico-sociais do país e aí, o papel de uma elite jurídica é, parece-me essencial.

Penso, porém, que tais conclusões ainda são fruto de uma visão unilateral e casuística do problema, e, embora a seriedade com que são tiradas, nem por isso deixam de ser exageradas, também consubstanciadoras de um resultado caricato dos debates que a matéria tem proporcionado.

Não se procurou, antes, precisar o verdadeiro sentido de conceito *bacharel* ou *bacharelismo*, em função do qual são elas obtidas.

O conceito transcende o de advogado, cuja preparação, inserida nos objetivos das faculdades de Direito, nem por isso cobre o campo das finalidades dessas escolas de ensino superior. Transcende, outrossim, o de *jurista*, quando tomado, com precisão, como faz o prof. Afonso Arinos, na conformidade da referência acima feita.

O conceito não deve ser visto apenas sob o ângulo profissional. No meu

entender, constitui erro lamentável o raciocínio que se vem generalizando, segundo o qual as faculdades de Direito devem ser exclusivamente profissionalizantes, de sorte que deve advogar, ser juiz, membro do Ministério Público ou delegado de polícia quem conclua os seus cursos, entendendo-se como fracassados na carreira que teriam abraçado ao entrar nessas escolas, aqueles que não a seguem especificamente.

Esquece essa visão antolhada, exatamente, o pano de fundo cultural que deve estar na formação do bacharel, do qual depende o exercício de qualquer tecnologia jurídica. Pelo humanismo e pela universalidade apriorística do Direito, esse pano de fundo cultural deve estar nos cursos jurídicos, mais necessariamente que em qualquer outro tipo de curso, como formação educacional de instância superior.

Na verdade, o bacharelismo é um estado mental íntegro, ou melhor, um modo de pensar, sentir e agir “dentro” e a respeito das coisas do mundo, com lances que podem ser específicos no campo da normatividade jurídica.

Daí a observação apropriada de Chacon, segundo o qual o apelo ao formal rebarbativo, ao distanciamento retórico da pesquisa, faz parte do conceito, fato que afetou não só a bacharéis em Direito como a médicos, economistas, engenheiros e outros. “As faculdades de Medicina da Bahia e do Rio – diz Chacon – também tiveram seus bacharelistas [...] eram pródigas em produzir “bacharelistas” competindo assim com as suas irmãs em Direito e merecendo idêntica admiração de um público que considerava a retórica o supremo valor intelectual.”

Ou ainda, a observação de Eduardo Prado, segundo a qual “o senhor d. Pedro II, tão ocupado das ciências, não fez senão bacharelizar o oficial do exército que agora naturalmente revela pronunciado furor politicante. Daí a razão de muitas aptidões se desviarem das carreiras das armas e daí o falseamento do espírito militar”.

Ademais não pode deixar de ser visto como bacharelismo – e não dos mais recomendáveis – essa vigente mania legiferante de economistas e tecnocratas de variados matizes, os quais nos têm brindado com textos jurídicos de hierarquia normativa diversificada, verdadeiramente chocantes, contraditórios no tempo e no espaço, tumultuários e às vezes mesmo ininteligíveis, enquanto, por sua vez, também se intrometem indevidamente – tal como outrora a teriam feito os bacharéis em Direito – em campos outros – contra o que já se registra um clamor nacional.

Na verdade, fazendo a observação de que nunca, em momento histórico algum deste país, tanto se fundaram escolas de Direito, posso afirmar que as faculdades de Direito não devem ser transformadas em fábricas de advogados, em fábricas de técnicos de requerimento, mesmo porque se assim o forem, não haverá quem os saiba despachar.

Essas faculdades não podem e não devem descer a tanto. Não podem e não devem largar, rota no chão do seu caminho para as reformas recomendáveis, a bandeira do universalismo e do humanismo, que são as características

principais e próprias do Direito, objeto precípuo dos seus ensinamentos, segundo a concepção que dele temos no Estado democrático.

Quem fala em advogado supõe necessariamente o processo judiciário. Ora, acontece que a peça mais importante desse processo não é o advogado, mas sim o juiz, aquele que vai julgar a causa, cuja maior importância decorre da lei, como também da razão natural de sua missão. E o juiz não pode ser simplesmente um técnico do Direito positivo. Juiz técnico, só mesmo o de futebol. Se o juiz pudesse ser apenas um técnico da lei, poderia, talvez com vantagem, ser substituído por um computador programado. Tecnicamente não se prepara um juiz. Este tem que lidar com um sistema de valores, que somente uma preparação cultural mais ampla – e não somente a tecnologia analítica da lei – pode deitar-lhe no espírito, tornando-o capaz para o julgamento.

Muitas coisas esquecem os que pregam a reforma do ensino jurídico à base de proveitos advocatícios. Esquecem o que já fora observado pelo prof. Afonso Arinos: o espírito inovador dos juristas – os homens que formulam, que criam o Direito, que o extraem do complexo social, os homens que impulsionam o dinamismo histórico das mudanças, a que sempre estão abertos. Esquecem o papel primordial dos bacharéis nas transformações sociais que, sem eles, não teriam condição de receber sistema e organicidade. O técnico apenas “sabe fazer” algo, não sabe “porque fazer” e “para que fazer”, na plenitude das causas e conseqüências.

Esquecem que a queda do ensino jurídico no Brasil se deve, antes de mais nada, a essa acomodação à mediocridade, que se vem restringindo a formulações práticas de foro, levando as faculdades a se preocupar em fazer peticionadores, em detrimento da formação intelectual do bacharel, prática do domínio obscurantista da nova classe de que nos fala Djílas: a classe dos tecnoburocratas.

De outro lado – lamento dizer – os que assim procedem estão fazendo – ainda que inocentemente – o jogo de setores políticos interessados em aniquilar os bacharéis como força viva das mudanças sociais, pois só os bacharéis – e não meros procuradores de partes – podem, com melhor sabedoria, condicionar essa dinâmica. Vejam, por exemplo, o triste papel dos bacharéis nos países totalitários: acusadores públicos, defensores dativos, juizes regimentais. É o resultado.

É verdadeira a idéia do microcosmos, cuja história vai de Santo Tomás, Nicolau de Cusa e Giordano Bruno, passando por Leibniz até Goethe, e segundo a qual a parte homem é, no essencial, idêntica à totalidade do mundo; e, no mesmo tempo, a totalidade do mundo se acha plenamente contida no homem como parte do mundo, o que equivale a dizer que as essências de todas as coisas se encontram no homem.

Assim, somente pela cultura o mundo se aperfeiçoa *realiter* no homem e o homem *idealiter* no mundo.

Por isso mesmo, a obra universitária não admite personalização. O que

de personalismo nela possa haver, são os erros e os desenganos. A obra universitária, em todos os seus setores, deve ser obra da comunhão de talentos no espírito dos grupos, no espírito da nação e da humanidade. A Universidade mãe pode admitir senhor que prescreva o que nela se há de pensar, fazer ou sentir.

Como já tive ocasião de expressar: condição primeira e fundamental da cultura é a liberdade, como atuante e individual espontaneidade do espírito humano.

Cultura – no dizer de Max Scheler, em notável conferência pronunciada na Academia Lessing, de Berlim, não é educação “para algo”, para uma profissão, uma especialidade, um rendimento de qualquer gênero; nem se dá tão pouco a cultura em benefício de tais adestramentos, mas sim todo adestramento “para algo” deve existir em benefício da cultura, em benefício do ideal do homem perfeito, em benefício do ideal da nação perfeita, da humanidade perfeita.

Tão pouco é cultura o fazer-se de si mesmo uma obra de arte, narcisismo que tenha por objeto o próprio eu, e que elimina a verdadeira finalidade do saber.

O “saber pelo saber” é coisa vã, como já reconhecera Epicuro, e tão absurdo como a “arte pela arte” dos estetas.

A “ciência pela ciência” é uma idiotia intelectualista que só tem sentido quando oposto à idiotia do pragmatismo, segundo o qual todo saber existe somente para a utilidade.

Uma universidade que tivesse por objetivo a formação de homens portadores do “saber pelo saber” ou da “arte pela arte” seria tão falha quanto a que só tivesse a missão de formar técnicos e práticos. É tão inútil o “saber pelo saber” quanto perigoso fazer-se da ciência positiva, ou da tecnologia, o único saber necessário. A primeira hipótese exemplifica a contemplação, o diletantismo; a segunda exemplifica a carência de orientação, a carência de visão do destino da cultura humana, da sustentação da pátria no conjunto das nações, a carência da verdadeira visão do posto do homem no universo.

O tecnicismo que não se volte imediatamente para o serviço do homem como ser espiritual, conduzirá o mundo ao retrocesso de um estado de barbárie “comparado com o qual os chamados povos primitivos seriam helenos, porque a barbárie científica, sistematicamente fundada, seria a mais espantosa de todas as barbáries imagináveis.”

É correto, sem dúvida, o afã com que o homem se dedica às ciências positivas, procurando avançar sempre mais no campo da racionalização das causas dos fenômenos que incorpora ao seu conhecimento, dominando-os e pondo-os a seu serviço. Surge então a tecnologia, o *know how*, o saber fazer, o saber de rendimento, cada dia mais vasto, mais poderoso, orientado para a modificação prática do mundo, sob a forma, especialmente, das ciências ditas naturais, nos seus diversos ramos do saber especializado.

Este fato tem-se constituído característica principal da fase hodierna da

cultura, contrapondo-se ao saber culto dos povos greco-latinos e ao saber de salvação dos povos orientais.

Todavia, não se deve tomar a ciência de rendimento senão como faceta, aspecto ou forma parcial do conhecimento, que constitui missão da universidade obter e operar.

Compondo-se com essa classe de ciências, cuja problemática se inicia com a necessidade de dominar os fenômenos naturais, de predizê-los ou de provocá-los para nos servir, e cuja nota maior é a de se acharem no plano das coisas que fazem do presente um produto do passado, encontramos as ciências de fins, em que o presente se afirma como produto do futuro, como destinação do homem na sociedade e no mundo.

A posteridade humana não encontrará segurança nos suportes da tecnologia. Nesta encontra bem-estar, conforto, assim como pode encontrar também a autodestruição, quando postergada a estrutura dos princípios diretores da personalidade humana, princípios tangidos para o porvir.

A especialização não faz líderes e, pode ser deturpada, derivando-se para a criação de autômatos, de robôs viventes, que é o que se está pretendendo, ao que parece, introduzir-se nas Universidades.

Só a realização também de valores que transcendem os meramente utilitários, pode garantir a perspectiva do homem, no posto que ocupa no Universo.

E essa perspectiva estaria acrisolada, incapaz de cumprir os seus propósitos, se, por sua vez, não se fundasse, não na problemática das necessidades vitais, mas na problemática da “admiração”, com a subsequente pergunta pelo fundamento e causa do todo universal, com a pergunta pela estrutura essencial e apriorística do mundo, com o por quê esse ou aquele objeto é trazido à existência, com o saber acerca da essência e valor do que é absolutamente real em todas as coisas.

Não é difícil, pois, verificar que o saber utilitário, o saber de rendimento, de domínio da natureza, assim como o saber culto, o saber de destinação do homem no mundo, e o saber de salvação, o saber de fundamentação filosófica do universo, da participação nossa no ser supremo das coisas, não são caminhos diversos que nos proponham uma opção; são meros aspectos de uma finalidade universitária. Não são direções parciais e estanques do espírito, mas sim feição integrada deste. É necessária, pois, a nivelção, sobre a qual, exclusivamente, poderá manifestar-se, consolidada, a cultura humana, na realização das suas virtualidades, na concretização das suas aspirações de plenitude.

Nenhuma dessas direções do saber poderia suprir ou representar as outras: “Sempre que uma delas se arroga a detenção do domínio registra-se a quebra da unidade, a desarmonia, o atraso, o crescente aumento dos riscos de uma tragédia cultural”.

Com muito acerto observa Scheler “que todo saber prático, orientado para fins do homem enquanto ser vital, tem que servir, em última análise, ao

saber culto, enquanto que todo saber culto há de subordinar-se, por sua vez, ao saber filosófico de salvação, porque todo saber, em definitivo, é saber de Deus e para Deus”.

E os verdadeiros bacharéis sempre estiveram no centro destas perspectivas.

Na verdade, com vistas a esse monturo em que a tecnologia moderna está transformando o mundo, com vistas a esse cadinho de ideologias chocantes que o poderão quebrar, com vistas a esse arsenal atômico que a qualquer hora poderá explodir, fazendo da Terra um planeta do lixo, podemos dizer com serenidade, que nunca, em etapa alguma da civilização, foi tão necessário o bacharel quanto o é agora.

É preciso não esquecer o que disse San Tiago Dantas em aula inaugural dos cursos jurídicos, na Faculdade Nacional de Direito, em 1955:

“... pela educação jurídica é que uma sociedade assegura o predomínio dos valores éticos perenes na conduta dos indivíduos e sobretudo dos órgãos do Poder Público. Pela educação jurídica é que a vida social consegue ordenar-se segundo uma hierarquia de valores em que a posição suprema compete àqueles que dão à vida humana sentido e finalidade. Pela educação jurídica é que se imprimem no comportamento social os hábitos, as reações espontâneas, os elementos coativos que orientam as atividades de todas as aspirações em comum”.

Assim, pelas razões expendidas e outras que ainda poderiam ser citadas, não posso incluir-me entre os que apregoam a decadência do bacharel no Brasil.

A perda de cenas áreas específicas, que não lhe são próprias no campo de atuação, cujas lacunas anteriormente preenchiam, não recomenda o juízo apresado.

O Estado moderno é um poder, expresso no ordenamento jurídico das suas instituições. Estas são virtualidades que se atualizam, que se concretizam, por atos dos órgãos públicos competentes. Segundo a teoria clássica, esses órgãos se agrupam nos chamados poderes legislativo, judiciário e executivo. Dentro do Poder executivo se acham as Forças Armadas, como um dos seus órgãos-instituição componentes, com o objetivo preciso de garantir a permanência e a atuação constitucional dos demais órgãos.

Essa institucionalização do poder, a personificação do Estado, e não dos indivíduos que lhe são os órgãos ou instrumentos de atuação, é que basicamente distingue o Estado moderno em face do Estado antigo.

Daí ser dever das Forças Armadas, perfeitamente legitimado, intervir, para garantir, ou restaurar, toda vez que existam ameaças ou fatos, vindos do exterior ou emergentes no interior, que estejam a perturbar ou a desvirtuar o legítimo exercício das competências que compõem os poderes do Estado.

Indiscutível, pois, a sua atuação em 1964, quando, diante de uma revolução subversiva que se preparava contra as instituições democráticas,

com assento na própria Chefia de Estado, atuando pelo desmonte das instituições com o germe da indisciplina, do falecimento da hierarquia, dos compromissos tácitos, espúrios, e da anarquia, atendendo ao clamor da nação estarecida e, em parte perplexa, resolveram intervir, assumindo os óbvios compromissos da restauração.

O cumprimento desse dever, exercido pelas Forças Armadas, não pode e não deve ser encarado, absolutamente, como nota de ascensão política da classe militar, em detrimento das outras forças vivas da nação brasileira.

As Forças Armadas não constituem, ao que eu saiba, nenhuma escola de governar. Neste país não há escola de governar. Ainda que possamos distinguir classes em nossas estruturas sociais e políticas, a verdade é que todos os componentes dessas classes saem do povo e, igualmente, podem ter as aspirações de governar e chegar ao exercício efetivo do governo, sem que se possa ver nesse fato a estereotipação de um *esprit de corps*, posto e exposto em contrariedade à nação. Esta é a tradição brasileira que conheço.

As tentativas de escola de governar nunca passaram de um sonho doutrinário que, surgido na famosa Política de Platão, passou por Santo Agostinho e Campanella, para se apagar com Tomás Morus.

Quando esses movimentos surgem, alegam os revolucionários como força de sustentação de suas idéias, um sistema de valores plenos de conteúdo. No seu entusiasmo, e mesmo na sua candura de intenções, no seu otimismo de que “agora todos os problemas serão resolvidos”, deitam logo plataformas, a cuja efetivação se dedicam afanosos, fazendo às vezes justiça, e praticando também injustiças de todo tipo, esquecidos da reiterada lição da história, de que a excelência das revoluções se mede pelo tempo de sua duração: quanto menos durarem melhor se projetam e mais eficazes se tornam. Assim porque, antes que a rotina, pela formalização dos seus postulados, desacredite ou esvazie o conteúdo dos seus valores, estes, intactos, podem permanecer como estrela polar, de orientação aos rumos futuros do povo, nas suas aspirações e concepções.

Toda a vida dessa nobre figura, que é o patrono do nosso Exército – o duque de Caxias – é um desmentido aos que supõem estejam os militares brasileiros pretendendo – como classe – o monopólio do patriotismo e da honestidade, para se manterem justificadamente no governo da nação, contrariando embora os sentimentos e os reclamos desta.

Na definição aristotélica essência é aquilo que faz o objeto ser o que é, e não outro, distinguindo-se entre si os objetos de uma mesma espécie, pelos predicamentos.

Nesse sentido, o Direito é a essência *material* da sociedade, aquilo que a faz ser o que é, variando as sociedades em função dos seus predicamentos, em função do ritmo ético, de vida que leva, em função de sua moral, da sua pobreza ou da sua riqueza, da educação de sua gente, da sua economia, do teor de suas liberdades e de sua fé.

Esta conclusão pretende ser válida não somente para a sociedade

política, a qual, por sua vez, se integra por um sem número de sociedades outras. Pretende ser válida para todo e qualquer tipo de sociedade, desde a sociedade comercial, a sociedade familiar, até a sociedade representada pelo Estado e, mais ainda, a *civitas máxima*, isto é, a sociedade internacional.

As teorias contratualistas, na verdade, não dizem coisa diferente.

Apenas os teóricos do contratualismo, por circunstâncias dominantes na troca, não souberam explicar melhor as origens da sociedade, apelando para a existência de um chamado estado pré-social do qual teriam saído os homens para o estado social, mediante um contrato ou um pacto, fruto de um entendimento que, no plano histórico, efetivamente nunca houve.

Todavia, se a tese contratualista, quanto às origens da sociedade, é historicamente improvável, é, porém, válida no campo da lógica, porque a sociedade humana, ou seja, a sociedade política, o Estado, existe como se, efetivamente, para criá-lo, os homens tivessem se reunido nos seus primórdios, e deliberado instituí-lo.

E enquanto assim for, como aliás penso, nunca poderá deixar de ser, haverá o primado da cultura jurídica.

Não haverá o monopólio do poder político por parte dos bacharéis mas haverá sempre o primado da cultura jurídica, como expressão do primado e do espírito no Estado democrático.

Essa problemática em torno do bacharelismo, da fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil e de suas influências em nosso país, é a mesma que se verifica com relação a Minas Gerais, onde, tal como no litoral, esses fatos tiveram, sempre, a maior importância e assinaladas conseqüências.

A colonização de Minas Gerais começou tarde.

As dificuldades de penetração, à vista das dimensões territoriais brasileiras, excessivamente onduladas e mais acentuadamente em Minas Gerais, ao lado de outros fatores, retardaram essa colonização. Efetivamente, só pelos fins do século XVII se encontram delineados os sinais de fixação definitiva dos colonizadores no território mineiro, cujo povoamento, em pontos diversos e afastados, ainda era prejudicado pelo fato de algumas de suas regiões, como a região central, metalúrgica e as dos rios São Francisco e Jequitinhonha, serem mal afamadas por causa das febres que ali reinavam por ocasião das vazantes. Eram obstáculos terríveis para os bandeirantes, desprovidos de freios de combate ao mal.

Todavia, iniciada a colonização, esta se desenvolveu com a maior rapidez, pressa que não se verificara em qualquer outra região do país.

A propósito, observa o historiador Lúcio José dos Santos (*História de Minas Gerais*, resumo didático, p. 45, Imp. Oficial, Belo Horizonte, 1972) que “sendo vasto o território brasileiro e escassas as correntes migratórias, era natural que com grande lentidão se viesse a povoar a terra mineira, se algum estímulo mais forte do que a natural tendência de expansão não viesse a excitar os aventureiros. Com efeito, terra por cultivar não faltava no litoral, e aí encontrariam os colonizadores um vasto campo de trabalho”.

Assim, o ouro, o diamante e as pedrarias que se descobriam tornaram-se atrativos não só para pessoas das várias partes do país, como também para Portugal, sobrevindo para Minas Gerais aventureiros de toda casta. Deu-se uma verdadeira invasão. Abandonavam-se as lavouras, desertavam-se as indústrias, porque ninguém queria saber de mais nada, senão de ouro e das pedras preciosas.

Já em 1701, a Câmara de São Paulo representava a El-rei, para que sustasse e proibisse o trabalho nas Minas, porque a jovem colônia caminhava rapidamente para uma situação intolerável. Foi em vão, porém, que o governo português tentou impedir a entrada de mais aventureiros. E inúteis resultaram todas as providências tomadas pelo então governador da capitania.

Nem tardou que o próprio governo de Portugal, possuído da mesma febre do ouro, procedesse em contrário aos reclamos da Câmara de São Paulo, passando ele próprio a fomentar, principalmente a partir de 1705, com a derrogação de todas as medidas que vieram a impedir a entrada no território das minas, a exploração das jazidas auríferas, chegando mais tarde ao extremo de vedar a prática de muitas indústrias, a fim de que não se desviassem das minas os braços de que estas necessitavam.

Compreende-se o quanto deveria ser anárquica essa situação que, de 1696, a 1710, marca a época dos grandes desbravamentos do território mineiro, o qual, por essas mesmas razões, viu-se rapidamente povoado.

Daí uma característica que deve ser assinalada: desenvolveu-se a sua população em ritmo de liberdades individuais bem mais acentuadas que em qualquer outra parte do país.

Os episódios da chamada Guerra dos Emboabas, que estão raiz da formação mineira, imprimindo nesta alguns sinais típicos, retratam bem essas liberdades, que daí por diante conduziriam a várias reações contra o poder do Estado, especialmente o poder do Estado-fisco.

Algumas dessas reações iluminadas já pelo espírito bacharele *grossissant* na época, portador das novas idéias que surgiam na Europa, deixariam mais tarde marcas indeléveis na história da capitania, com algumas repercussões no quadro nacional.

Uma delas, vigorosa pelos anseios maiores de liberdade, e que iria apressar a separação definitiva da capitania de Minas, até então parte da de São Paulo, foi a que irrompeu em Vila Rica em junho de 1720, integrada já por doutores, e na qual o espírito do bacharel é manifesto.

Os seus chefes, Pascoal da Silva Guimarães, homem rico e influente, senhor do arraial de Ouro Podre, um dos fundadores de Ouro Preto; o dr. Manuel Mosqueira da Rosa, antigo ouvidor; Sebastião da Veiga Cabral, que governara a colônia do Sacramento; frei Vicente Botelho, filho do dr. Mosqueira; frei Francisco do Monte Alverne e outros, são nomes que já denotam o bacharelismo assinalado.

O verdadeiro herói dessa revolta foi Filipe dos Santos, apontado por Diogo de Vasconcelos como “chefe e tribuno do povo” e pelo conde de Assu-

mar como o “mais diabólico homem que se pode imaginar, o agente por que o povo se movia, e que fez coisas inauditas nos motins”.

O certo é que Minas Gerais crescia rapidamente e sob o pálio de suas riquezas naturais se desenvolviam, também rapidamente, as coisas do espírito, tornando-a um dos pontos de então mais significativos da cultura brasileira emergente.

Pela segunda metade do século XVIII, Vila Rica já era um centro de cultura, cujo esplendor perdido nunca mais pôde readquirir. Possuía juristas de grande valor, poetas notáveis, artistas, oradores eloqüentes e, tanto na capital como nas principais vilas da capitania, contavam-se numerosas sociedades literárias, movimentadas por representantes de famílias abastadas, que promoviam festas suntuosas.

É nesse brilhante contorno, que Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, toma posse do cargo de governador da capitania, em julho de 1788: o déficit do quinto do ouro então devido à Coroa era de 528 arrobas, e de há muito não se lançava a derrama para a complementação das cem arrobas anuais do acordo firmado com as câmaras. O visconde de Barbacena assumira o cargo com instruções especiais, dadas pelo ministro Maninho de Melo e Castro, para cobrar os atrasados.

Acontece, porém, que aquela época já estava marcada, definitivamente, pela maior revolução da história do Ocidente: as idéias que repugnavam a democracia liberal, a institucionalização do poder do Estado, a criação deste como um Estado de Direito.

Havia na Europa, berço dessa cultura, um vento geral de rebelião, e as sociedades secretas, em toda parte, espalhavam os germes das idéias libertárias. Os Estados Unidos se tinham libertado da Inglaterra com a ajuda da França, num ambiente de admiração e simpatias universais.

Tais fatos, descuidados pelas autoridades portuguesas e, entre nós, pelo visconde de Barbacena, evidentemente não poderiam deixar de influir em Minas Gerais, cuja população, como já se observou, se desenvolvia com características libertárias marcantes, especialmente no espírito bacharelesco dos homens responsabilizados pela Inconfidência Mineira.

Os moços brasileiros da época estudavam na Europa e dentre eles, havia vários naturais de Minas Gerais, como José Álvares Maciel, filho do capitão-mor de Vila Rica, que se formara em Coimbra e viajara pela Inglaterra e outros países do Velho Mundo. Era cunhado de Francisco de Paula Freire de Andrada, comandante dos Dragões.

A idéia-força da Libertação, lançada por Álvares Maciel no espírito de Tiradentes, de Freire de Andrada e de outros, em breve avassalaria Cláudio Manuel da Costa, Toledo de Melo, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Oliveira Rolim – doutores, poetas, literatos, clérigos, militares – todos imbuídos das novas idéias que varriam o mundo, imbuídos do espírito do bacharelismo da época, tão cheio de universalidade e de humanismo, que

tantas ilusões produziriam, com efeitos práticos, porém, no engrandecimento da civilização ocidental.

Essa idéia-força logo se precipitou, sem qualquer preparo, a não ser o da boa fé dos seus portadores, e da credibilidade destes nas virtudes das próprias idéias que assumiam; precipitou-se até o holocausto, no que se chamou Inconfidência Mineira, evidentemente um sonho de bacharéis.

Poetas que, em vez de um plano efetivo para o êxito da rebelião, preferiam sonhar com a arquitetura de um plano de coisas a serem feitas, no deleite platônico de uma vitória: proclamação de uma República, criação de uma universidade, uma nova nacionalidade, uma bandeira, leis...

E o resto do Brasil, onde a conjuração era completamente ignorada? No Rio e em São Paulo ninguém cogitava de semelhante coisa, muito menos nas regiões mais distantes do território brasileiro.

Os conjurados não contavam com qualquer elemento de sucesso.

Sem embargo disso, não se trata de um movimento sem importância. Trinta e três anos depois o Brasil estaria independente e ninguém se atreveria a negar a repercussão e as influências que a Inconfidência Mineira teve no desenrolar dos acontecimentos que nos levou logo depois à soberania nacional. O que importa, porém, aqui fixar, é a excelência das raízes libertárias que esse movimento deitou na própria formação da gente mineira, como se construiu esta à maneira livre assim como se desbravara o território de Minas Gerais, nascente o amor à liberdade com o próprio nascimento da capitania, alimentada a sua gente, desde as origens, pelos ideais humanistas próprios do bacharelismo, e que têm levado Minas a dar ao Brasil, não somente no campo das Ciências Jurídicas e Sociais, mas também no campo geral das Ciências Humanas, representantes da melhor cepa, no quadro da cultura brasileira.

Destarte, se a formação jurídica, buscada pelos jovens fora do país, desenvolvera grande influência na formação cultural da gente montanhesa, com maior força haveria de atuar a influência dessa formação, buscada agora em Pernambuco e com maior amplitude em São Paulo, após a fundação dos Cursos Jurídicos no país.

Todavia, era necessária a criação desses cursos em Minas Gerais, o que efetivamente veio a se concretizar em 1892, quando, em Ouro Preto, na residência de Levindo Lopes, sob a presidência do conselheiro Afonso Pena, com o grupo constituído com Levindo Lopes, Gonçalves Chaves, Francisco Veiga, Melo Franco, Camilo Brito, Rebelo Horta, Arnaldo de Oliveira, Edmundo da Veiga, Donato da Fonseca e Afonso Arinos, ficou definitivamente criada a faculdade livre de Direito do Estado de Minas Gerais, incorporada, em 1927, à Universidade de Minas Gerais, federalizada em 1949, hoje simplesmente Faculdade de Direito da UFMG.

A fundação da faculdade de Direito em Minas Gerais não pode, porém, deixar de ser vista como um resultado das fontes irradiadoras da cultura jurídica da época que, sediadas em Pernambuco e em São Paulo, já trabalhavam com independência, o espírito da juventude brasileira.

Se se quiser, é mesmo possível traçar um paralelo entre a necessidade da fundação de Cursos Jurídicos no Brasil, por imposição da soberania nacional, que já não podia admitir continuassem esses jovens indo a Coimbra em busca da habilitação para o exercício da magistratura, da advocacia, das lides diplomáticas e das funções públicas em geral, e a necessidade da fundação de Cursos Jurídicos em Minas, por imposição da autonomia do Estado, que já não podia admitir continuasse a juventude mineira a procurar fora de Minas a formação jurídica necessária ao implemento das carências públicas e particulares do bacharel em Minas Gerais.

Nem faltavam talentos notáveis no Estado para a formação de um excelente corpo docente, que de fato se constitui com os fundadores, à frente o conselheiro Afonso Pena, então presidente do Estado, e que passou a responder pela cátedra de Ciências das Finanças.

Todavia, é manifesta a imperfeição desse paralelo porque, se podemos reconhecer na expressão jurídica brasileira, sem embargo dos inegáveis marcos das influências portuguesas ainda hoje persistentes entre nós, por vinculação histórica indelével, uma representação cultural típica, naturalmente devida a fatores de toda ordem, incluída a consciência da nacionalidade, distinta da expressão jurídica lusitana, o mesmo já não podemos dizer relativamente a Minas perante a configuração do Brasil.

E graças a Deus assim é, porque, se Minas Gerais, por diversas causas, mas principalmente pela sua posição geopolítica no cenário brasileiro, tem sido força de coesão, de equilíbrio e de unidade da pátria, isso mesmo não poderia ser se tivesse expressão jurídica diversificada, uma vez que nada melhor que o Direito, a organicidade jurídica de um povo, para caracterizar a sua feição política, como já demonstrara com brilho inexcusável Rudolf Stammler, ao definir o Direito como a forma através da qual se manifestam todos os conteúdos sociais.

Vale dizer que, em nenhum sentido, existe uma cultura mineira, podendo existir, sim, um recorte mentalizado da cultura brasileira, representado por Minas Gerais, recorte esse que, considerado, tanto na sua generalidade quanto especialmente, isto é, no sentido estrito da problemática jurídica, não fica atrás de nenhum outro recorte que se queira fazer no quadro cultural do Brasil.

Na verdade, a expressão jurídica e cultural nacional, verificada através de Minas Gerais, é tão nobre, tão rica e brilhante, e tão relevante tem sido a contribuição de Minas, pelos homens públicos, legisladores, escritores, magistrados, professores, advogados, cientistas, atuando em casa ou fora do Estado, na sedimentação dos grandes princípios de vida e na evolução do Direito e do nosso destino político dependente do Direito brasileiro, que, não se podendo dizer inigualável, todavia se convirá na sua equiparação ao que, no país, já tenha podido surgir como de melhor.

Seria enfadonha a citação de uma numerosa lista de nomes de mineiros ilustres que, no passado, formaram, e no presente formam, a rica plêiade de

bacharéis, que tantos passos decisivos têm dado, em todos os campos da cultura, e não só da cultura jurídica, no desempenho do engrandecimento e dignificação da pátria.

Não citarei nomes. Quero citar apenas um símbolo, pela sua dignificante atualidade: refiro-me a Milton Campos, cuja figura de sábio, cuja simplicidade, cujo exemplo de vida pública e privada, cujo desprendimento pela causa do Direito e da Justiça, cujo amor à liberdade, constituem, realmente, o padrão representativo de Minas, nos momentos definitivos da história da nação brasileira.

**O negro na formação
étnico-social do Brasil**

Gilberto Freyre

Estou gratíssimo ao meu amigo Lourenço Lacombe, pelas palavras gentilíssimas com que acaba de receber-me nesta histórica cidade. Gosto muito de falar vendo o ouvinte e sentindo sua reação ao que estou dizendo, mesmo quando estou lendo. É mau ler e não ver. Tenho sempre um texto, porque sempre estudo o que vou dizer. Detesto a improvisação irresponsável. Há uma improvisação que significa espontaneidade. Respeito-a. E há uma improvisação que significa irresponsabilidade, da qual prefiro fugir. De modo que escrevo sempre o que vou dizer.

Mas sempre me afasto do que escrevo, para ter maior contato com os ouvintes. Sempre tenho pena daqueles que são obrigados a seguir alguém que lê tão estritamente, que parece preso ao texto, desligando-se de todo do ouvinte. Só compreendo o conferencista em completo convívio com o ouvinte. Não gosto muito de ir a conferências. Sou um pouco parecido com o petropolitano que, segundo Lacombe, não gosta de ir a conferências. Também não gosto de ouvi-las. Escolho muito o conferencista que me disponho a ouvir. Sou especialista em arranjar desculpas para não ir a conferências, até de amigos.

Sei que isso é geral. Geralmente, a conferência, é, de fato, maçadora. Não sei se pertença a essa classe de conferencista, por mais que evite ser maçador. Mas, às vezes, é inevitável que eu faça conferências. Como disse a Lacombe, ele não me fez um convite, mas uma intimação. Eu tinha que responder, aceitar e obedecer. Aqui estou muito contente, porque todos os meus convívios com Petrópolis, quer como conferencista, quer como não conferencista, sempre me têm deixado a mais agradável das impressões. O assunto é o negro na formação brasileira. Não é assunto formulado por mim. Foi-me levado pelo professor Lourenço Lacombe. Nem me perguntou se concordava. Deu-me o assunto um tanto ditatorialmente. Creio que os diretores de museus têm uma vocação ditatorial, fácil de ser exercida, porque o material de museu é considerado material morto, não podendo reagir ao ditador. Sabendo disso, sequer tentei reagir à intimação de Lacombe. Aceitei-a e ao tema. E aqui estou!

Já tanto tenho escrito, eu próprio, sobre a presença africana na formação brasileira, que é inevitável repetir-me, sobretudo quanto a conceitos opostos às generalizações convencionais; conceitos esses não convencionais. A eles me levou o estudo desde velhos dias, de assunto tão complexo, porque

desde a minha juventude, estudante no estrangeiro, procurei estudar o Brasil. A minha tese universitária, na Universidade de Colúmbia, foi sobre a vida social do Brasil no meado do século dezenove. E a essa tese venho sendo fiel, através de toda a minha vida.

Nela sustentei – apoiado em muita leitura, à base menos de trabalhos ou de obras brasileiras que de depoimentos de observadores estrangeiros, dentre os mais idôneos que estiveram aqui, naquele período, nos meados do século passado – a audaciosa atitude de que, no Brasil, o regime de relação escravo, casa grande-senzala foi, senão o mais benigno, menos áspero, comparado a outras partes do mundo de então, em que havia o mesmo sistema de trabalho ou o equivalente dele. Não foi um arrojo retórico em terra estrangeira. A Universidade de Colúmbia, na minha época, era, mais do que hoje, muito rigorosa no tocante a estudos pós-graduados. Mais exigente como é notório, tem-se dado um declínio de *Phdeismo* americano, devido à grande explosão estudantil e ao fato a que se assemelha um pouco a situação brasileira – de o número de professores idôneos, para pós-graduação, não ter correspondido ao aumento de estudantes nesses cursos. Daí o inevitável declínio na qualidade de tais estudos. Posso dizer que apanhei um período de mais seleção, de mais rigor, de mais exigência, nos cursos pós-graduados da Universidade de Colúmbia: a década de 20. E vou usar uma palavra que hoje se tornou muito antipática, mas à qual sou muito afeiçoado, porque creio nela: elitismo. É muito comum se dizer agora com desprezo: mas isso é elitista. Acredito que meus ouvintes de hoje todos já pensaram no assunto elite. Alguns, senão todos, já chegaram, como eu, à conclusão de que, sem elite, não há aprimoramento de cultura. Sem elite, não há aprimoramento de valores humanos. Temos que aceitar o elitismo. Temos que reagir contra essa tentativa, hoje, de parte de certos órgãos de divulgação, ou de comunicação – essa tão difundida comunicação – de mostrar que elite é qualquer coisa de pejorativamente antidemocrático. Ora, a própria democracia subentende elite. Vocês todos sabem que a revolução democrática nos Estados Unidos no século XVIII, foi uma revolução organizada por uma elite, como nunca, nos Estados Unidos, veio a surgir outra igual. Tal foi a elite dos Jefferson, dos Benjamin Franklin, os Hamilton e dos Adams. Uma extraordinária elite que deu forma a novo conceito de organização política.

Já a mais bela forma de democracia clássica, qual foi? A grega! Foi uma democracia desenvolvida por uma elite admitindo-se até o trabalho escravo, assunto que, aliás, foi objeto de um dos meus cursos na Universidade de Colúmbia. Quem deu esse curso foi sir Alfred Zimmern, inglês de Oxford, grande especialista no assunto. Zimmern acentuava o fato de, paradoxalmente, dentro da Grécia, com um regime em que havia uma classe senhorial e uma classe servil, sob vários aspectos, a classe servil ser, intelectualmente, uma classe superior. Era de mestres! O ensino, em grande parte estava nas mãos de escravos, escravos eruditos, sábios até. A propósito, recorda-se que

houve, no Brasil patriarcal, escravos de origem muçulmana que sabiam ler e escrever, enquanto os seus senhores, os maçons da época, mal sabiam ler. As senhoras, as sinhás, sob vários aspectos admiráveis sinhás – façamo-lhes justiça – raríssimas sabiam ler. Havia escravos que sabiam ler arábico. Sabendo ler em arábicos, como muçulmanos, transferiram traços árabes para a cultura brasileira. O nosso sistema senhor-escravo foi, realmente, cheio de paradoxos e de contradições. A certa altura, cheguei a uma conclusão em meus estudos, que continua para mim válida até hoje. Detesto ser chamado mestre, como alguns me chamam ainda. Não me considero mestre! Nunca pretendi ser mestre! Enquanto lúcidos – e eu ainda o sou – os que estudamos devemos nos considerar uma gente constantemente a aprender ou a reaprender, a autocriticar-se, a retificar-se, a adquirir novas perspectivas de assuntos. Rigorosamente, não há mestres! No meu caso, sei perfeitamente que não sou mestre. Sei que estou sempre aprendendo, sempre me retificando, e muito orgulhoso, porque sou capaz de contradizer-me. Através de meus estudos, que datam de dias tão remotos na minha vida, venho compreendendo o Brasil com uma sucessão, ele próprio de contradições válidas, inclusive nas relações entre dominadores e dominados. Sou autor de um livro intitulado *Casa-Grande & Senzala*, onde, mui dialeticamente, sou acusado de apresentar o Brasil – sua formação – como equilíbrio de antagonismo. Há quem diga diante disso, que sou um reacionário, um retrógrado, um arcaizante. Na verdade, considero um indivíduo com direito de ser contraditório ao admitir tal. Estagnados e retrógrados creio que são muitos dos que me acusam desses feios pecados – inclusive os socialistas, de todo arcaicos para alguém como eu, anarquista construtivo na sua filosofia social.

Considero o socialismo coisa estagnada e sem futuro. Por quê? Porque sou a longo prazo um anarquista construtivo. Considero os totalitarismos e os socialismos estatais as grandes forças que estão burocratizando o mundo, tecnocratizando-o. Considero a tecnocracia – não sei qual a opinião de vocês – e a burocracia dois monstros muito ligados. Estão em alguns casos soltos, e continuarão soltos, se o construtivo anarquismo não vier a ter oportunidade de detê-los. Eles acabarão nos reduzindo a nada, a nós indivíduos, a nós pessoas, a nós grupos criativos. A minha filosofia, realmente é a de um Governo ou Estado coordenador mas não dominador exclusivo, isto é, exercendo aquela coordenação que em vários pontos, meu mestre Bertrand Russel dizia ser tão necessária quanto a regulamentação do tráfego.

Estamos no mundo de hoje diante de dois formidáveis poderes burocratizantes e tecnocratizantes, dos quais nos devemos resguardar: o norte-americano e o russo-soviético. São duas forças burocratizantes e tecnocratizantes tremendas, das quais Deus – acredito nele, é uma das minhas contradições – nos livre.

Mas o que desejo dizer, dentro do assunto que me foi confiado é que, no Brasil, esse paradoxo, talvez único, em nações como a nossa, predominou durante anos, de uma formação patriarcal, familiar que, com todos seus

alunos, contém excessos estatais, escravocrática. O que aconteceu não se verificou senão vagamente em países de formação um tanto semelhante à nossa, como vários da América Espanhola e da própria América Inglesa, onde floresceu, também, a relação senhor-escravo ou a relação casa-grande-senzala. Floresceu neles mas sem este grande característico brasileiro: o dominado ter tido a oportunidade de influir sobre o dominador. O que é a cultura brasileira, senão uma cultura repleta de influência dos dominados sobre os dominadores? O que é a cultura brasileira, senão toda uma dominação européia, que foi decisiva mas não exclusiva? De dentro para fora é uma cultura, a nossa repleta de africanismos e de indigenismos. Qual de nós brasileiros, não tem, dentro de si, influência africana ou ameríndia? Todos a temos, alguns juntando a essas influências os sangues africano ou ameríndio. Em nenhum país, com organizações sócio-econômicas semelhantes à brasileira, foi tão permitido aos dominados influírem, como o negro e o indígena influíram no Brasil, numa formação nacional, através de uma série de influxos que resultaram no que viria a ser o brasileiro.

Diz-se que o brasileiro foi colonizado pelo português. Esse o conceito convencional. Contra ele, tenho sugerido outro. O negro, no Brasil, não foi um colonizado; foi um co-colonizador. O negro, no Brasil, agiu de uma tal maneira e com uma tal sutileza, sutileza essa muito da inteligência dos oprimidos, que, diplomática e suavemente, quase sem asperezas de revoluções conseguem domínios, os mais surpreendentes e inesperados, sobre os dominadores. Pergunto a vocês o que é a cozinha brasileira, senão uma cozinha três quartos, talvez, se posso dizer, africana, no que ela tem de mais característico? Como se passou isso senão através do fato de que, das senzalas, valores sutilmente se projetaram sobre as casas-grandes? Essa cozinha pode ser considerada, sem nenhum exagero, antropológica, sociológica e, culturalmente, uma das manifestações mais brilhantes de uma civilização brasileira.

Está hoje estabelecido que, sem uma cozinha, uma civilização não se afirma. Temos os brasileiros, uma cozinha própria. Mas, não a teríamos, se não houvesse, aqui, como tem havido, na cozinha e em outros setores, uma síntese, um amalgamento, uma fusão de influências, européia, africana e ameríndia. E, nessa fusão, nesse amalgamento, a influência africana foi a que deu alguns dos melhores requintes à cozinha brasileira. Aqueles que conhecem o que são um vatapá e um caruru, sabem que não são comidas simples. São requintes de paladar. Não os teríamos adquirido do português. O que não significa que muitos bons quitutes brasileiros tenham deixado de ter sua origem em Portugal. O filhós, por exemplo, é antiquíssimo na cultura portuguesa. O português também nos trouxe uma série de comidas, não européias, mas mouriscas, luso-árabes, inclusive o cuscuz, que são verdadeiros primores. Mas o cuscuz, no Brasil, sofreu um renascimento. O cuscuz paulista já tem um toque africano. O cuscuz do norte e nordeste, que já não é só de milho, mas de mandioca, já é indianizado e africanizado. E o que se passou com esses, hoje se analisarmos sobretudo passou com vários outros produtos de

culinária. Produtos da culinária portuguesa, introduzidos no Brasil, aqui nasceram de novo, africanizados graças a essa como que vocação especial do africano e da africana para o domínio, quase absoluto, sobre a arte da cozinha, sobre a doçaria. Claro que essa capacidade africana encontrou no Brasil tropical, um campo magnífico para exercer sua criatividade e sua inventividade.

Cedo apareceram doces extraordinariamente brasileiros, como aquele que primeiro tornou conhecido o Brasil de europeus, amantes de paladares exóticos: a marmelada. Marmelada tornou-se uma palavra inglesa, *marmelade*, graças ao Brasil. Claro que, em inglês, só é usada para caracterizar um doce. Não tem aquele nosso subsignificado de isso é uma “marmelada”, tão do Brasil. Para conhecimento desse outro significado da palavra, os ingleses teriam que se iniciar em certos segredos da cultura brasileira.

Vem, depois, outro doce brasileiro apreciado na Europa. A goiabada figura numa das páginas mais deliciosas de *Eça de Queirós*, que era, como se sabe, um *gourmand*. E vários outros doces brasileiros. Quantas outras frutas brasileiras e, sobretudo, essas manejadas pela mão africana, fazem da doçaria brasileira um complemento da sua culinária, dando a esta parte da nossa cultura um realce extraordinário! Creio que só o México, nas Américas, pode rivalizar conosco. Deixamos, quanto à culinária, longe a grande república dos Estados Unidos da América do Norte. Tenho para mim que o brasileiro ainda não se apercebeu da importância da sua culinária. É uma importância enorme. É um conjunto, na verdade, de cozinhas regionais. Fala-se como se a única culinária notável, no Brasil, fosse a baiana. Mas não é verdade. Se vocês tomarem um certo conhecimento da culinária amazônica, verão que por si só, é um mundo.

Alguém dirá que lá não chegou o negro. Inúmeros núcleos de negros levaram à área amazônica, o Brasil do nordeste. Através desses negros chegaram palavras portuguesas as próprias Guianas, conforme identificação antropológica, muito interessante, do antropólogo americano Melville Herskovits.

Volto à minha tese do negro co-colonizador. O grande Roquete Pinto identificou em Mato Grosso, no Brasil central, vários casos de penetração de negros fugidos das plantações de açúcar e de café, portanto, daquele complexo casa-grande e senzala, geralmente associado ao cultivo da cana, do café e do cacau, à estância, à fazenda de criar. Roquete encontrou vários exemplos do que teria sido a cristianização de indígenas, no Brasil, não pelo português, pelo europeu, pelo branco, mas pelo negro. Por esse negro fugido para os matos, que precisava de mulher. Então, muito sabiamente, repetiu o rapto das sabinas. E a essas sabinas e aos filhos, comunicou crenças, hábitos, usos, valores já brasileiros.

Esses negros iam às tribos, escolhiam as indígenas mais do seu agrado e as levavam consigo, para formarem novos grupos brasileiros. Passaram a ensinar a essas mulheres a língua portuguesa. E passaram – segundo bons infor-

mes – a cristianizá-las. O que é isso senão colonização? Colonização dentro da formação de uma nação brasileira, que teve, na língua portuguesa e na religião católica, seus dois elementos aculturativos mais importantes. Isso fixa ou não, o negro co-colonizador, como sócio do português, na obra de colonização e formação cristã do Brasil? Pensem nisso. Essa minha idéia, às vezes, é considerada louca. Mas não é. Esses co-colonizadores negros, de tal modo, se integraram nessa missão abasileirante e cristianizante, que vários deles, na primeira metade do século dezenove vindos do século dezoito, valendo-se desse processo abolicionista gradual, que foi, no Brasil, a facilidade de obtenção de alforria, decidiram, em ímpetos românticos, dos quais alguns penderam – quase sempre nos arrependemos de certos ímpetos românticos; eu, aliás, me confesso romântico – ir para a África, sobretudo para a Nigéria, tendo Lagos como centro. O que fizeram? Tornaram-se nas suas próprias Áfricas, donde vieram, elementos abasileirantes e cristianizantes, da maior importância, mesmo para as Áfricas francesas e inglesas. Levaram para a África as suas devoções brasileiras. Nosso Senhor do Bonfim foi, enfim, por um processo antropológico, mas sempre ainda para ser explicado, tornado Nossa Senhora. O Senhor tornou-se, na África, Nossa Senhora do Bonfim. Levaram noções da arquitetura apreendida no Brasil civilizado. Levaram a culinária brasileira, tão mais rica do que as africanas, embora tenha sido tão beneficiada pelo africano. Levaram as suas festas, danças, talvez a ciranda. Hoje, no Brasil, felizmente, está havendo uma revivescência da ciranda: feliz revivescência. Levaram o carnaval brasileiro. Levaram os costumes de sepultamento e de túmulos. Eu próprio tive contato com esses abasileiramentos de coisas africanas da África por negros brasileiros. Fiz um estudo de túmulos afro-brasileiros na África. Está publicado. Despertou interesse entre os meus amigos, antropólogos de Oxford, inclusive o grande antropólogo europeu, meu amigo, falecido há pouco, daquela Universidade – Evans Pritchard.

Levaram esses negros abasileirantes da África ao lado de tipos, absolutamente brasileiros, de túmulos, caracterizados de todo por símbolos cristãos – a cruz, sobretudo – outros semicristãos figura como se fossem de Maria. E, também, símbolos de ofícios de antigos ofícios africanos, trazidos para o Brasil e por eles levados, novamente, para a África, como negros livres. Portanto, levaram uma cultura afro-brasileira para a África. Dotaram uma parte da África de uma influência brasileira que de algum modo se prolongaria, até hoje. Há várias famílias na África de hoje com os nomes de Silva, Sousa e Rodrigues, descendentes de antigos escravos que, pela alforria, se tornaram livres e regressaram às origens ou raízes negras, mas sem repudiarem o Brasil. Transformaram-se em homens e mulheres de tal modo impregnados, na África, do Brasil, que alguns se arrependiam de ter voltado à África. Um deles me disse já no Brasil: “o meu lugar é no Brasil”. Era um babalorixá, um sacerdote do culto afro-brasileiro. Ele estudou em Lagos. Lagos, para ele, era uma equivalência do que Roma seria para o católico brasileiro, aquele que ali fosse se preparar no sacerdócio. Esse afro-brasileiro

religioso fez curso em Lagos. Lá aprendeu nagô. Mas não quis ficar na África. Voltou ao Brasil. E me dizia: “O Brasil é a minha terra!” E sorrindo: “já não tolerava aqueles negros!” E ele era negro. Uma coisa interessantíssima, porque era muito sincero. Mostra o seu caso como é certa a teoria do meu querido mestre de antropologia – mestre no sentido de professor – da Universidade de Colúmbia – o grande Boas. Cultura é mais importante do que raça. Quando aquele babalorixá dizia que já não tolerava aqueles negros, queria dizer que, lá, a cultura deles não se afinava com a dele, que era uma cultura afro-brasileira, nacionalmente brasileira, especificamente afro-brasileira. À base dessas informações, procurei desenvolver uma teoria que é um desses meus conceitos não convencionais. Este, aliás, é aprovado pela minha querida Sorbonne, uma universidade européia, particularmente atenta à inteligência brasileira, onde teve sua maior atuação, depois de seu magistério em São Paulo, o sociólogo Roger Bastide. Não sei se vocês conhecem o seu último livro. Não exagero, ao dizer que é uma obra notável. Chama-se *Antropologie Appliquée*. Dá apoio a conceitos desenvolvidos no Brasil, contra conceitos convencionais, ao de lusotropicalismo, por exemplo.

Outro conceito que venho procurando desenvolver, aprovado pela Sorbonne, quando generosamente, me doutorou Honoris Causa, é o de meta-raça. Meta quer dizer além de. Meta-raça significa alguma coisa que vai além da raça. O que procuro sugerir, com esse conceito, tão diferente dos convencionais, entre os quais há um que diz que nós, no Brasil, estaríamos desenvolvendo uma raça brasileira, é inexato. Não se desenvolve, em dois ou três séculos, uma raça. Uma raça só se desenvolve através de milênios. Pode-se dizer que a polinésica é uma raça diferente da caucásica e da mongólica, é produto de muitos séculos. Mas, não se pode afirmar que há uma raça brasileira, ou que a estamos desenvolvendo, ou que, dentro em pouco, teremos uma raça brasileira. Contudo, estamos desenvolvendo alguma coisa mais importante do que seria desenvolver uma raça. Estamos desenvolvendo uma meta-raça. Estamos criando um tipo nacional de brasileiro e de brasileira que já não é racial, embora tenha ingredientes raciais.

O brasileiro já não faz questão da sua origem racial ou da sua condição racial. Tanto que – isso é significativo – o Serviço Brasileiro de Estatística, quando faz aquelas perguntas tão enfadonhas, tão dos inquéritos para fins estatísticas, resolve não mais perguntar ao brasileiro qual a sua raça, pois, de fato, para o brasileiro, isso já não significa, senão nada, quase nada. O brasileiro, o que se sente, é um tipo social: um novo tipo nacional. Há um brasileiro que se caracteriza, antropologicamente, mas não racial-antropologicamente, e sim social-antropologicamente, pelo modo de andar. Vocês, se forem a Paris, cidade agora tão cheia de brasileiros, ótimo laboratório para se estudar antropologia e brasileirologia, poderão identificar, se tiverem algum treino antropocultural, no meio de gente de várias procedências, inclusive franceses – brasileiros e, sobretudo, brasileiras, pelo modo de andar, pelo

sorriso e pelos gestos. Isso antes de apanharem a fala brasileira, já bem diferenciada da de Portugal, pelo sotaque. Os característicos antroporraciais, no Brasil, estão sendo superados pelos antropossociais, ou antropoculturais, características típica e expressivamente brasileiros. Há um tipo nacional de brasileiro; independe de origem ou de condição racial.

Quando, há pouco, fui provocado por um repórter, para citar brasileiros ou brasileiras típicos, independentes de sua origem ou condição social, eu me propus a citar os tipos mais do meu conhecimento, e mais de conhecimento público, como famosos artistas de televisão. E indiquei Sônia Braga. Nunca examinei, por antropologia física, o caso de Sônia Braga; considerando-o pela antropologia sociocultural, pelo tipo brasileiro de olhar, de sorrir, de andar, ela me parece tipicamente exemplo da brasileira meta-racial. Se tem sangue africano ou ameríndio, não sei. Talvez tenha e talvez seja apenas ameríndia pelo sol do trópico. Pode-se admitir que o sangue dela tenha um toque ameríndio. Mas, pode ser descendente legítima do hispano-árabe, que o sol tropical do Brasil abrazeirou à sua maneira. De qualquer maneira, é uma típica morena brasileira. Tem uma graça brasileira que se junta à sua beleza. No seu tipo sociocultural, considere-se outro caso igual o de Pelé, que é tipicamente brasileiro, embora no pigmento, afro-negro. Entretanto, não anda como africano, mas como brasileiro. Sorri como brasileiro, tem atitudes de brasileiro. Pode ter trazido alguma coisa de africano para o seu jogo de futebol. Mas não é africano. É brasileiro. Nós jogamos brasileiromente o futebol: arte de que é mestre. Não é racialmente afro-negro: é meta-racialmente brasileiro. Um moreno brasileiro.

Há uma morenidade brasileira, com o sol se juntando ao processo biológico do amorenamento. Há um amorenamento geral, já tido como elegante e desejável. Não só aceitável, como ostentável.

Tive um amigo americano, professor de Harvard, que passou algum tempo no Brasil. Ele me disse que ficou de tal maneira impressionado com a beleza da morenidade brasileira, que, quando voltou aos Estados Unidos, foi a uma praia elegante de lá. Quando viu aquelas brancuras todas, teve a impressão de que estava num sanatório de gente doente. Portanto, há, já não só para o brasileiro, como para o estrangeiro, uma estética de morenidade, que importa numa estética de miscigenação.

Estamos aceitando a mistura de raças, como capaz de grandes revelações estéticas do tipo brasileiro. Suponho, às vezes, que as Vera Fischer estão fazendo tudo para se amorenarem ao sol das praias. Embora admire mais Sônia do que Vera Fischer, já disse que considero a linda Vera, uma espécie de prima de Sônia, porque ela tem uma graça, não germânica, mas brasileira. É uma graça de mulher, a sua, toda brasileira.

Mas o assunto merece um livro, estou fazendo apenas uma palestra.

Na verdade, talvez esteja falando demais. Perguntarei em conclusão: será exato aquilo que sugeri no início, isto é, que o sistema relação branco-preto, senhor-escravo, dominador-dominado, no Brasil, foi de fato, mais benigno do

que na América espanhola ou na América inglesa? Como recordei no começo desta palestra, este foi o tema da minha tese universitária, na Universidade de Colúmbia, um pouco escandalosa para agora, porque a tendência era para considerar-se escravidão como pura expressão de crueldade. Há sempre quem pretenda reduzir as verdades a verdades absolutas. Sou daqueles que pensam que as verdades são sempre relativas e que há várias verdades, e não uma só. Essa tese, aliás, não é minha, mas de Pirandello. É a verdade de cada um. Mas o que parece é que a verdade de cada um tende a concluir numa verdade comum a várias dessas verdades. Há uma verdade de cada situação. Dentro desse critério, houve no Brasil um regime de relação branco-preto, senhor-escravo, dominador-dominado, no que foi, de fato, mais benigno do que outras partes da América ou do mundo tropical. Ou noutras situações. É o que indicam várias verdades de cada um a concluírem numa verdade baseada em vários depoimentos de estrangeiros idôneos. De que espécie de estrangeiro? Dentre os mais sábios, os mais cultos e os mais idôneos, que visitaram o Brasil, no fim do século dezoito e no século dezenove. Esses depoimentos, com acréscimos, estão para aparecer num novo livro. Está para sair uma nova edição em língua portuguesa, daquela tese que primeiro foi publicada em inglês.

Nesse pequeno livro sobre a vida social do Brasil, nos meados do século XIX, é o que se sustentava: que houve mais benignidade da parte, no Brasil, do senhor para com o escravo, porque houve mais interpenetração entre eles. Menos distância. Isso desde o século XVI, por vários motivos. Primeiro, o português, ao contrário do inglês, que foi para os Estados Unidos somente conhecendo a Europa nórdica, era de uma parte da Europa muito vizinha da África e tinha tido experiência árabe, experiência moura, em cujo folclore se avultou a figura, da qual todos nos inteiramos, quando crianças, da moura encantadora, tipo ideal de beleza feminina: uma beleza morena.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, ao se defrontarem com as índias parece que bastante despidas, lembraram-se das mouras encantadas como se de repente estas se lhes parecessem encantadoras e ao alcance de seus desejos. Tanto que vários deles logo se fixaram no Brasil, tomando mulheres índias como esposas.

Um dos primeiros pontos, no Brasil, onde se fixou essa presença lusitana, foi Pernambuco. Lá houve no século XIX um fidalgo chamado Jerônimo de Albuquerque, que se encantou, extraordinariamente, por uma indiazinha, que fez batizar com o nome de Maria do Espírito Santo, sem perder, entretanto o nome nativo, traduzido em português, como Arcoverde, de onde se originou a fidalguíssima família pernambucana de Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque, de uma união que aliás, não foi casamento. Um dos seus descendentes seria o primeiro cardeal da América Latina.

Documentos da escravidão

Raul Lima

Falar da história da abolição parece impossível de fazer-se apresentando novidades, porém não impossível quanto a certos detalhes, que vamos apreciar.

No verbete “Escravidão” da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* – MEC/FENAME, 2ª edição, 1975, p. 276, lê-se que foi feita a Abolição: “... no Brasil em 1888, por pedido da princesa Isabel (1846-1921) a seu pai, d. Pedro II (1825-1891) para comemorar o jubileu sacerdotal de Leão XIII (1810-1903)”.

À margem a demasiada simplificação do remate de um processo de tão longa duração como foi o movimento abolicionista vitorioso no ano, de fato, do jubileu sacerdotal do grande papa da *Rerum Novarum*, a afirmação conduz à curiosidade sobre que influências atuaram para justificá-la de algum modo. Em suma, que relação se pode estabelecer, à luz da verdade histórica buscada nos documentos, entre a revolução parlamentar aqueles apenas cinco dias que abalaram o Brasil, e as comemorações do mundo católico em honra de seu chefe.

A 14 de janeiro, o ministro João Artur de Sousa Correia, da legação do Brasil junto à Santa Sé, entregou ao Santo Padre “a carta de Sua Alteza Imperial Regente acompanhando a cruz de brilhantes oferecida pelas senhoras brasileiras a Sua Santidade por ocasião do seu jubileu sacerdotal”, conforme comunicação, em ofício n. 628 de 19 do mesmo mês, ao barão de Cotegipe, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (Arquivo Histórico do Itamarati).

O diplomata não dá detalhes do encontro, mas junta recortes do *Moniteur de Rome* de 17 e de 19 ainda de janeiro, este último transcrevendo os discursos trocados.

Leão XIII, ao referir-se ao jubileu e às demonstrações de amor e veneração que estava recebendo, anuncia sua intenção: “... *désirons Nous donner au Brésil un témoignage tout particulier de Notre paternelle affection au sujet de l’émancipation des esclaves*” (anexo ao documento).

O maior lutador da campanha, pois lutou em todas as frentes – a diplomática, a parlamentar, a dos meios de comunicação disponíveis à época – Joaquim Nabuco, narra seus esforços junto à Santa Sé: (Nabuco, Joaquim, *Minha formação*) – Por muito conhecida, deixa-se de resumir a histórica e admirável conversa com Leão XIII, semanas depois.

Mais tarde, vencida já a grande batalha, Nabuco interrompe uma série de artigos sobre a monarquia federativa, para responder a um escrito de Teixeira Mendes, onde o apostolado positivista do Brasil o acusa de ter firmado “com Leão XIII um pacto, no qual em troca de uma encíclica sem nenhuma eficácia, sacrificava a liberdade religiosa e entregava as almas dos libertos ao clero católico”.

Refuta exemplarmente a colocação do assunto, deixando bem clara a sua posição, que não era a de um clerical, e sim de uma patriota e humanista que pregava a união de todas as correntes de pensamento em favor da abolição, até ali, da federação de agora em diante (artigo em *O País*).

As intenções do Papa assustaram o barão de Cotegipe que, mesmo já demissionário – dir-se-á melhor demitido – desde o dia 7 de março, dirige longo ofício, datado de 9, ao ministro Sousa Correia.

O ministério seguinte assumiu, chefiado por João Alfredo Correia de Oliveira, no dia imediato (ver: *Organizações e Programas*, publicação do Arquivo Nacional, 2ª edição, pp. 231 e 232).

Luís Viana Filho, anotando a circunstância da data do ofício, o vê “como se fora um testamento político” (*A vida de Joaquim Nabuco*, Editora Nacional, p. 155). Mas diríamos um testamento póstumo.

Nele Cotegipe faz ponderações sobre o problema escravagista em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. E concluía: “O governo imperial, confiado na alta sabedoria do governo pontifício, aguarda tranqüilo e respeitoso a resolução que ele houver de tomar em assunto tão grave”. Recomenda ler o “despacho ao cardeal secretário e entregar-lhe cópia dele” (cópia existente no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais).

Em Roma, porém, as coisas tinham avançado algo mais. A 8 de fevereiro, o *Moniteur de Rome* voltara a tratar do assunto, conforme recorte junto ao ofício datado do dia seguinte, do chefe da legação para o Estado.

O jornal lembrava a promessa papal, fornecia dados sobre a diminuição do número de escravos em várias dioceses e concluía: “*L’Encyclique de Léon XIII donnera une nouvelle et puissante impulsion au mouvement qui s’accroît en faveur de l’abolition de l’esclavage et sera un éclatant témoignage à ajouter à tant d’autres de la sollicitude de N.T.S.P. le Pape pour assurer partout les progrès de la vraie civilisation!*”

Divulgava estatísticas, segundo as quais nas Alagoas, onde havia 42 mil escravos em 1877, restavam ali 7 mil; na Bahia, o número de colonos livres era de mais de 300 mil; em São Paulo, infelizmente, havia mais de 100 mil escravos.

Destacava a atuação de alguns bispos do Brasil, como os de Olinda (José Pereira da Silva Barros), Goiás (Cláudio José Gonçalves Ponce de Leon) e São Paulo (Lino Deodato Rodrigues de Carvalho).

O despacho de Cotegipe chegaria em abril, quando o ministro Correia cumprindo as instruções como dá conta em ofício de 11 daquele mês, entre-

ga cópia ao cardeal Rampolla, de quem ouve a reiteração de: “que a encíclica que o Santo Padre em breve dirigirá ao episcopado brasileiro, será concebida em termos que não possam contrariar a política do governo imperial em relação à melindrosa questão, que tanto agita os ânimos e na qual Sua Santidade não quer, nem deve intervir, senão com palavras de paz e conciliação”.

É estranho que Correia ainda se dirija nominalmente a Cotegipe como ministro de Estrangeiros e ignore, um mês depois, que “a política do governo imperial” sobre o assunto mudara. À época, já existia o telégrafo submarino e o tempo decorrido fora mais que suficiente para comunicação marítima.

Carolina Nabuco escreveu: “A encíclica não veio logo” (*A vida de Joaquim Nabuco*, 4ª edição, Livraria José Olympio Editora. Rio, 1958). Salienta ela, porém, que as atitudes do Santo Padre marcaram sua posição antiescravagista e produziram grande efeito.

Enquanto isso, deviam estar chegando ao Vaticano as notícias das alforrias de escravos obtidas de senhores e/ou compradas com o produto de espórtulas recebidas em intenção do Jubileu, como afirmara Nabuco na famosa entrevista.

No Rio, a 3 de maio, abre-se o Parlamento e é lida a Fala do Trono, que diz:

“A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.

“Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições” (fala com que Sua Alteza Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, abriu a 3ª sessão da 20ª Legislatura da Assembléia Geral, no dia 3 de maio de 1888).

Mais cinco dias e começava a funcionar o rolo compressor – grande batalha parlamentar – que em outros cinco produziria a promulgação da Lei Áurea.

O frio texto dos Anais da Câmara dos Deputados não dá idéia da atmosfera fortemente eletrizada daquele momento em que o presidente, o barão de Lucena, anuncia que o sr. ministro da Agricultura (Rodrigo Augusto da Silva) está na ante-sala e o faz introduzir no recinto e sentar-se à direita, de onde lê apenas o seguinte:

“Augustos e digníssimos senhores representantes da nação – Venho, de ordem de Sua Alteza Imperial Regente em nome de Sua Majestade o Imperador, apresentar-vos a seguinte proposta:

Art. 1º – É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Rio de Janeiro, 8 de maio de 1888.

Rodrigo A. da Silva”

Tal era a ansiedade de votar a proposta que a emenda apresentada pelo deputado baiano Araújo Góis Júnior acrescentando “desde a data desta lei”, na continuação do artigo 1º, tão necessária, como demonstrou, para evitar a vigência gradativa em diferentes pontos do território nacional, segundo previa lei geral, foi inicialmente considerada protelatória ou obstrucionista.

O comando do rito parlamentar, exercido por Nabuco, é perfeito, afastando obstáculos regimentais e acelerando a marcha do projeto que a 11, com o texto final “É declarada extinta, a partir desta data, a escravidão no Brasil” está no Senado, onde a tramitação decorre com a mesma urgência. E a 13, finda a terceira votação, contam os Anais:

“O sr. presidente declarou que ia officiar ao governo, pelo ministro do Império, a fim de saber-se o dia, hora e lugar em que Sua Alteza a Princesa Imperial regente do Império digna-se a receber a deputação desta Câmara que tem de apresentar à mesma Sereníssima Senhora os autógrafos do decreto que acaba de ser votado pela Assembléia Geral.”

João Alfredo, presidente do Conselho, dá notícia de telegrama sobre a saúde de d. Pedro II e termina:

“Agora declaro a V. Exa. que estou autorizado por Sua Alteza Regente a comunicar que hoje, às 3 horas da tarde, receberá no Paço da Cidade, a deputação do Senado”.

Exame minucioso do original da Lei mostra que a data inicialmente desenhada pelo calígrafo Leopoldo Heck foi 12 de maio, depois emendada para 13, o que significa haver sido prevista toda a tramitação em apenas 4 dias e a sanção no sábado e não no domingo, como ocorreu.

Na sessão de 14, Afonso Celso conta que a princesa, ao receber os autógrafos, disse: “Examinarei”! Depois de ouvir a saudação lida pelo senador conselheiro Dantas respondeu: “Seria o dia de hoje um dos mais belos de minha vida, se não fosse saber meu pai enfermo. Deus permitirá que ele nos volte para tornar-se, como sempre, tão útil à nossa pátria” (*Anais do Senado do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1888).

A expressão empregada pela princesa – “Examinarei” – era apenas protocolar. Deixara Petrópolis ansiosa por assinar a lei e o fez diante da multidão, em apoteose.

A regente escreveu do próprio punho o telegrama da comunicação ao imperador nestes termos:

“Empereur Brésil, Milan

Acabo sancionar a lei da extinção da escravidão. Abraço papai com toda a efusão do meu coração. Muito contente com suas melhoras. Comungamos hoje por sua intenção. Isabel” (fac-símile estampado no *Mensário do Arquivo Nacional*, Ano II, nº 6).

A maneira como d. Pedro II recebeu a notícia tem diferentes versões, algumas conferindo à cena aspectos vibrantes.

À época, a condessa de Barral escrevia ao conde d'Eu e à princesa Isabel cartas narrando, dia a dia, o que se passava com os imperadores e, na datada de 22 de maio, ocupa-se do melindroso estado de saúde de d. Pedro II que, então, chegou a receber a extrema-unção.

Conta a fidalga que, em seguida a esse ato, lhe disse ela: “Sabe meu senhor, chegou uma grande notícia do Brasil que a Imperatriz vai dar a V. Majestade.

– O que?

Maman (refere-se à Imperatriz) então disse – é a emancipação!

E como isto não era claro acrescentei: V. M. não tem mais um só escravo no seu Império. A lei passou quase sem discussão em ambas as Câmaras e foi recebida com o maior entusiasmo. Vivas a V. M.

Ele respondeu: Graças a Deus!

Continua a condessa de Barral dizendo que o imperador perguntou o dia e os nomes dos que tinham votado contra e expressou 20 vezes: “e ser minha filha quem assinou isso é para mim o maior prazer!”

A condessa conta o seu esforço para não desfazer-se em lágrimas e que foram enviados telegramas a todos os chefes de missão diplomática do Brasil, aos reis e rainhas da Inglaterra, Portugal, Espanha, Alemanha, Bélgica e ao Santo Padre.

No dia seguinte, após ter sofrido nova crise, o imperador quando mais calmo, voltou a dizer: “que belo pensar nos meus libertos e ser minha filha que assinou”.

“E eu disse – e que belo ela ter um paizinho como V. M.!”

Entre a Fala do Trono e a apresentação do projeto, a 5 de maio, Leão XIII datou uma longa carta aos bispos do Brasil, chegada portanto, bem depois da Abolição.

O documento foi traduzido pelo dr. Antônio de Castro Lopes e publicado no *Diário Oficial* de 5 de julho (sempre de 1888). Um detalhe burocrático: por petição (doc. 62, pac. 3, cx. 914 no Arquivo Nacional) o tradutor requereu o pagamento – 500\$000 – de seu trabalho e teve parecer de que a verba poderia ser a de “consignação de aluguel de casas, compra de paramentos, despesas extras do culto público”. Uma lição de química orçamentária.

No documento, Leão XIII expressa que entre as manifestações recebidas de todo o mundo pelo jubileu destacava a do Brasil “pois em razão deste venturoso sucesso foram restituídos à liberdade não poucos daqueles que no vastíssimo território desse Império gemem ainda sob o jugo da escravidão”. Ainda, na data da carta; não mais, só oito dias depois dela.

Ainda relacionando o Papa com a escravidão no Brasil, o que temos é a doação da Rosa de Ouro à Redentora.

No Arquivo Histórico do Itamarati encontra-se a documentação sobre essa concessão.

A primeira peça é a carta do cardeal Rampolla, de 26 de maio, ao ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, comunicando a doação, assim como a nomeação de monsenhor Spolverini, internúncio e enviado extraordinário da Santa Sé, delegado apostólico para a entrega da oferenda, sendo recebido por S. A. I. no Palácio Isabel a 23 de setembro.

Igual comunicação é feita à princesa Isabel e ao conde d'Eu, havendo no dossiê duas minutas emendadas para as respostas que foram datadas de 6 de outubro.

As festividades da entrega da Rosa de Ouro, que se encontra no tesouro da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, foram intensamente divulgadas, à época.

Por coincidência, seria o mesmo o ministro da Agricultura e ministro interino dos Negócios Estrangeiros, o que apresentara a proposta, na sessão de 8 de maio da Câmara dos Deputados, e mais tarde, receberá das mãos do internúncio Spolverini o Breve consagrador, datado de 29 de maio e confundido alhures como encíclica, a encíclica que não chegou a haver ou a mencionada carta aos Bispos do Brasil.

Não se pode, pois, dizer que houve influência direta do desejado pronunciamento pontifício em tempo oportuno sobre a decisão do povo brasileiro, já irreversível no instante em que o Santo Padre o datou e já consumada quando veio a tramitar pelos canais das diplomacias do Vaticano e do nosso país.

O que se pode dizer é que o jubileu e a sabida posição de Leão XIII contribuíram para a caudal da opinião pública e para atitude de muitos senhores de escravos, assim, motivando os bispos e padres para a campanha de alforrias comemorativas da efeméride grata a todo o mundo católico.

Há até uma carta de André Rebouças a Nabuco, em janeiro de 1888, em que admite que a conversão do conselheiro Antônio Prado ao abolicionismo, movimento que chama de “doutrina de Jesus”, tenha sido inspirada pelo Cristo.

Fizemos um breve passeio por documentos, vários deles inéditos e até não referidos por historiadores, sobre a grande revolução pública, econômica e social em que a monarquia se deixou imolar.

Entretanto, é freqüente ouvir-se e ler-se que Rui Barbosa, quando ministro da Fazenda do governo provisório da República, fez destruir toda a documentação existente no país sobre a escravidão.

Esta, como quase sempre são as acusações, é feita com indevida generalização. É verdade que o ato do grande brasileiro tem também recebido calorosas justificativas, baseadas sobretudo em que a iniciativa, até hoje – e será sempre – lamentada pelos historiadores, visara exclusivamente, ante uma *poussée* de pretensões dos antigos senhores de escravos, retirar-lhes elementos para pedidos de indenização.

Esses pedidos, como, na biografia de Rodrigues Alves, anota Afonso

Arinos de Melo Franco, começaram a chegar abundantemente à Câmara dos Deputados logo depois de 13 de maio de 1888.

O assunto foi tratado exemplarmente, como tudo que Américo Jacobina Lacombe faz, em sua conferência sobre Rui e a história política do Império e da República, e em outra, de 1959, constante do seu mais recente livro: *A sombra de Rui Barbosa*.

Mas ainda cabe acrescentar ao estudo alguns detalhes talvez não despiciendos e também examinar o assunto à luz das vicissitudes da documentação pública até os nossos dias.

De um lado, a redação dos considerandos da portaria de 14 de dezembro de 1890 não indica o restrito, pragmático, e real motivo, como se pode ler: “Rui Barbosa, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional:

Considerando que a Nação Brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral;

Considerando, porém, que dessa nódoa social ainda ficaram vestígios nos arquivos públicos da administração;

Considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira;

Resolve:

1º Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria;

2º Uma comissão composta dos srs. João Fernandes Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, e do administrador da Recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da máquina da Alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão.

Capital Federal, 14 de dezembro de 1890.

ass. Rui Barbosa”

Tratar-se-ia, portanto conforme os considerandos, de um ato de puro romantismo político. Uma esponja no passado como se isso fosse possível. Mas o texto da parte resolutiva é restrito ao âmbito fazendário, como não podia deixar de ser.

No Congresso Nacional a iniciativa repercutiu sob a conotação ampla. Publicado o ato no dia 18 de dezembro, o líder abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha, talvez no mesmo dia, embora emendando para 19, como se vê do original existente na Câmara dos Deputados, redige esta moção:

“O Congresso Nacional congratula-se com o Governo Provisório por ter mandado fazer (esta palavra foi escrita cancelada e novamente escrita) eliminar (inicialmente escrevera desaparecer) dos arquivos nacionais os últimos vestígios da escravidão no Brasil.”

Em seguida à do autor, há as assinaturas de 72 outros componentes do poder constituinte, presentes, muitos dos vultos mais prestigiosos da época, juristas e grandes figuras da política, inclusive futuros presidentes da República como Prudente de Moraes, que, presidindo a Mesa escreveu “Aprovada”, Epiácio Pessoa e Rosa e Silva.

Não é de salientar somente o número e a importância dos signatários, entre eles o eminente constitucionalista João Barbalho diante de cujo nome, aliás, se encontra uma interrogação entre parênteses, mas também a maneira evidentemente vibrante com que apuseram as assinaturas em duas colunas na primeira página, com a anotação no centro “Tem Costas” e mais uma coluna nessas costas.

Mostravam-se todos de fato descabeladamente dominados pelo romantismo político, ampliando as dimensões e o alcance do ato ministerial ao atribuir não apenas ao ministro, e no âmbito do seu ministério, a decisão de eliminar os papéis de natureza fiscal relativos à escravidão, mas ao governo provisório e alcançando todos os arquivos onde se encontrassem o que chamavam hiperbolicamente de “últimos vestígios da escravidão”. Tanto mais hiperbolicamente quanto é certo que na verdade esses vestígios, e muito mais que vestígios não somente documentais, na realidade abundantes, perduraram por longos anos, encontram-se ainda nos resquícios de feudalismo que o latifúndio preserva ou certas formas de relações entre empregador e/ou aliciador e empregado sobrevivem onde não chega o braço da justiça social que o Estado brasileiro vem aperfeiçoando continuamente.

Diante daquele pronunciamento, as determinações do titular da Fazenda podem ser consideradas estritamente limitadas, como se vê da parte resolutiva da portaria – repita-se.

Todos os biógrafos de Rui Barbosa assinalam e comprovam o seu grande prestígio no governo provisório, nada lhe negando o marechal Deodoro da Fonseca. Assim, ter-lhe-ia sido fácil fazer-lo adotar aquilo que a moção erroneamente supunha, se fosse sua intenção prejudicar a história.

Consultando-se os Anais do Congresso verifica-se na ata da sessão de 20 de dezembro, a que compareceram 234 congressistas, não ter sido o redator da proposição, José Mariano, quem a apresentou, e, sim, José Seabra. Certo da tranqüila aprovação, dispensou-se de maiores justificações, limitando-se a dizer o seguinte:

“Peço a palavra, sr. presidente, para apresentar à consideração da Casa uma moção que me parece não poder deixar de ser aprovada pelo Congresso. Refere-se ela ao fato de haver o Governo mandado extinguir os últimos vestígios da escravidão.

“A moção acha-se assinada, por grande número de senadores e deputados, e espero que o Congresso aprovando-a, fará justiça e prestará devida homenagem ao patriótico Governo Provisório que acabou de uma vez para sempre com aquilo que era a nossa vergonha, a página negra da história do Brasil”.

Foi então que se fez ouvir a voz do bom senso, na palavra do deputado Francisco Coelho Duarte Badaró, representante de Minas Gerais, se considerarmos o enfoque errado que se apresentava.

Badaró, além de ocupar-se dos poetas, autor do *Parnaso Mineiro*, fora abolicionista. Publicara, antes, um livro, *Faustina de cenas da escravidão*, com juízo crítico de Bernardo Guimarães. A esses apontamentos bibliográficos, encontrados em Sacramento Blake e em Dunshe de Abranches, pode-se acrescentar outra obra sua, escrita quando ministro do Brasil junto à Santa Sé *L'Église au Brésil* e mais, referido na Enciclopédia Delta Larousse, *La République du Brésil et le Royaume du Portugal*, estudo histórico, 1894.

A intervenção de Badaró foi a seguinte, recomendando-o ao apreço dos historiadores:

“Sr. presidente, não quero que ninguém entenda que, ao levantar para pronunciar-me contra esta moção, eu pretendo condenar a obra meritória dos abolicionistas. O que faço é protestar contra o ato de cremação de todo o arquivo da escravidão no Brasil, porque envolve interesse histórico. Nós, em vez de procurarmos destruir, o que é uma obra de verdadeiros iconoclastas, devíamos ter a nossa Torre do Tombo, um edifício destinado a recolher os papéis de todos os arquivos do país.

Somos um povo novo que corremos o risco de ter dificuldades para escrever a nossa história, porque é deplorável o que se observa em todas as municipalidades e nas repartições das antigas províncias: por toda a parte o mesmo abandono, o mesmo descuido, e por último o fato de mandar-se queimar grande número de documentos que podiam servir para se escrever com exatidão a história do Brasil, no futuro”.

Em seu apoio falou, em aparte, o deputado Lamounier Godofredo, também mineiro, dizendo: “A vergonha nunca há de deixar de existir; não é a cremação que a fará desaparecer.”

Badaró conclui então com a melancólica e um tanto preconceituosa declaração de que: “Além disto, não se pode fazer apagar os vestígios da escravidão, porque para atestá-la aí está a debilidade da nossa raça” o que, segundo as notas taquigráficas, provocou vários “muito bem!”

Em seguida, como reza a ata, ninguém mais pedindo a palavra é encerrada a discussão, e, posta a votos a moção, é aprovada.

E, outra curiosidade: na publicação, os signatários aparecem não na ordem em que se encontram no original, mas em outra bem diversa, começando pelo barão de São Marcos, que assinara no verso, só figurando o redator da moção entre os últimos.

Voltando aos limitados propósitos da portaria de Rui Barbosa, seria interessante uma pesquisa sobre a execução, isto é, se realmente todas as repartições do Ministério da Fazenda terão recolhido todos os papéis, livros e documentos relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos de mulher escrava e libertos sexagenários. No relatório do exercício de 1890 nada consta a respeito.

Em 13 de maio de 1891, como que assinalando a data da Lei Áurea, o novo ministro, Tristão de Alencar Araripe, expedia a circular n. 29 ordenando “às Tesourarias da Fazenda que providenciem no sentido de serem incinerados, sem demora, os livros de lançamento e as declarações feitas para cobrança da taxa de escravos, e devolvidos os mandados ao juízo que os houver expedido”.

A íntegra da circular assim resumida pode ser lida no *Diário Oficial* daquela data:

“Convindo, para cumprimento das instruções expedidas por este Ministério em 14 de dezembro de 1890, que fiquem extintos todos os livros e papéis referentes ao elemento servil, recomendo aos srs. inspetores das Tesourarias da Fazenda que providenciem, com toda a urgência, para que sejam incinerados sem demora os livros de lançamento e as declarações feitas para a cobrança de taxa de escravos, e os mandados devolvidos ao Juízo que os houver expedido, *ex-vi* do art. 59 da lei n. 3.396 de 24 de novembro de 1888; desaparecendo por este modo os últimos documentos que atestam a ex-propriedade servil.

“A incineração será feita em presença da Junta da Fazenda, e disto se lavrará uma ata minuciosa, da qual se remeterá cópia a este Ministério.

“E, para que a falta de tais livros não afete à responsabilidade dos exatores, cujas contas ainda não tenham sido tomadas, quanto à arrecadação daquele imposto, deverá a verificação dessa responsabilidade ser feita pela confrontação da importância das certidões extraídas dos talões, com as partidas do livro da receita. – T. de Alencar Araripe.”

Como se vê, nela se relaciona expressamente a medida com um dispositivo que faz parte de uma cauda orçamentária (lei n. 3.396 de 24 de novembro de 1888) e é o seguinte:

“Art. 59 – Ficam desde já extintas as dívidas provenientes da ex-propriedade servil, devendo o Governo restituir integralmente os impostos dessa origem, cobrados no exercício de 1888.”

Era o corolário natural da Abolição. Deixara de haver o direito de propriedade sobre o escravo, não podia o Estado continuar a tributá-la.

Era preciso alertar sobre isso os agentes fiscais, não como fizera Rui, revestindo o seu ato de outras intenções aparentes, porém, como era próprio de seu sucessor, Tristão de Alencar Araripe, indo diretamente à questão.

Tem-se aí a confirmação de que, como jurista e defensor de ofício do Tesouro Nacional, o que Rui tivera em vista, com a sua famigerada portaria, fora a eliminação de documentos que servissem para as pretensões dos que se

consideravam vítimas de uma desapropriação de bens legalmente possuídos.

Em vez de discuti-las nos tribunais, usava os poderes da Revolução cortando o mal pela raiz, destruindo provas.

O exame do episódio torna-se oportuno diante do fenômeno, tremendamente mais grave e corriqueiro, no correr dos tempos, da eliminação de documentos necessários à história nacional de forma indiscriminada e gratuita, atingindo não apenas determinados papéis relativos a uma instituição que mesmo sem eles pode ser e tem sido largamente estudada, mas à vida administrativa do país. É feita por determinações pessoais e arbitrárias, quando muito por ordens de serviço e atos de administração interna.

Certas comissões, quando designadas, para diluir a responsabilidade, são meramente burocráticas e levam em conta critérios de estreitíssimo alcance, correndo mesmo como se fosse anedota, infelizmente sem ser, a atribuição de remuneração por documento eliminado, um real estímulo à faina destruidora.

Tudo isto sem falar nas perdas por falta de arquivamento adequado, a documentação arrasada por insetos e ratos, os códices que se transformam em tijolos na umidade dos porões.

O deputado Badaró, falando em 1890, ao expressar que, em vez de eliminar documentos “devíamos ter a nossa Torre do Tombo”, parecia ignorar que já existia, desde 1838, o então Arquivo Público Nacional, embora à época em acomodações provisórias, pois só em 1907 viria a ter edifício próprio.

Em suma, posta em julgamento a providência de Rui Barbosa, diante dos reais objetivos a que visava, diante da relatividade do prejuízo dela resultante para o estudo da história da escravidão e diante do fato de que ainda não se exerce efetivamente a proteção constitucional (art. 180) aos documentos de valor histórico, não merece condenação.

Nos arquivos no Brasil inteiro, apesar desses pesares, é ainda abundante a documentação relativa à escravatura. Se bem conservada e acessível, dará trabalho a exércitos de historiadores. Estes, ao contrário do que pretendem anti-historiadores, não têm por que ignorar o episódio da escravidão, vivido, aliás, no mundo inteiro. Ao estudá-lo, aliás, têm o privilégio de narrar a Abolição, orgulhosos, como podemos ser, de tê-la realizado por puro idealismo e sentimento cristão, pacificamente, jubilosamente, como estamos fazendo.

**O movimento para libertação
dos índios e dos escravos negros**

Arthur César Ferreira Reis



Reprodução do jornal *El Mosquito*, de Buenos Aires, em 13 de maio de 1888

A escravidão do homem pelo homem não começou no episódio da expansão geográfica, quando os europeus tomaram contato com os continentes distantes que foram revelando e, com os continentes, os povos que os habitavam e sobre os quais lançaram o domínio político, econômico e cultural. Aquela condição aviltante é muito velha e vamos encontrá-la nos primeiros aglomerados humanos, no momento em que, nos conflitos que os distanciavam, os vencedores transformavam os vencidos em seres sem mais liberdade. Os gregos, mesmo sustentando as excelências do sistema democrático, não estiveram livres daquele pecado. Em Atenas havia cidadãos no uso e gozo de todos os seus direitos, como havia os que não desfrutavam dos mesmos direitos e compunham a classe dos escravos. Roma, com todo o aparato jurídico que lhe valeu, para eternizar-se, muito mais que suas conquistas militares, também não ignorou o regime, nele se firmando para a manutenção de seu *status* político, econômico, imperial.

Na Idade Média, Charles Verlinden, em livro clássico, sobre a escravidão naquela fase histórica, registrou e analisou o que ocorria, nesse particular, na península Ibérica e na França. Não se imagine que os escravos que existiam naquelas áreas do chamado Velho Mundo fossem já os negros africanos que comporiam mão-de-obra nos empreendimentos econômicos que Espanha e Portugal, França e Inglaterra, a principiar no século XVI, iriam promover nos impérios ultramarinos que fundaram nas Américas. A escravidão medieval nas duas regiões européias processava-se sobre os muçulmanos vencidos, gregos, sardos, russos, caucásios, turcos, armênios, libaneses, búlgaros. E os mercados, que sediavam em Montpellier, Nápoles, Marselha, Gênova, Veneza, Portugal, Aragão, Navarra, Catalunha, Galiza, constituíam centros ativos de comércio e de utilização da mão-de-obra escrava, em nefando comércio que se admitia como natural e não infringente de leis que deviam reger a vida comunitária, assegurando igualdade entre os que a integravam.

Quando portugueses e espanhóis, por primeiro, atingiram a África e a América, não lhes causou surpresa, portanto, a existência do sistema escravista, entre as gentes que compunham a humanidade daquelas partes da terra em descobrimento. A instituição era comum entre os grupos tribais ou os reinos maiores ou menores que ali funcionavam: os vencidos eram aprisionados e submetidos ao regime de cativo. Há, a respeito, vasta literatura e, ainda há pouco, reuniu em Paris, sob a égide do Instituto Internacional

Africano, colóquio que estudou o problema histórico. Rafael de Labra, espanhol, como José Antônio Saço, cubano, ensaístas famosos, este nos livros que escreveu acerca da história da escravidão, a geral, a dos índios e a dos negros, como aquele na obra sobre *A Colonização na História*, apontaram quadros, ricos em dados, sobre a triste façanha humana.

O que nos interessa, no entanto, agora, é um balanço sintético, partindo da instituição que o europeu aplicou no Brasil, até a hora em que a um estado da consciência universal, condenando-a e, contra ela, atuando abertamente, pôs-se fim ao seu funcionamento, mesmo arcando-se, no Brasil e em outras partes do mundo, com as conseqüências econômicas negativas que o passo liberal significava.

Área de produtos florestais naturais, mas onde seria possível, com êxito, a experiência de uma agricultura tropical de espécies com mercado seguro na Europa, o Brasil iniciou sua história, social e econômica, com o emprego do regime escravizante de índios e de negros africanos. Aqueles, sabedores do que era a terra em empossamento pelos portugueses, nas suas peculiaridades geográficas e nas naturezas botânica e zoológica que a definiam seriam, como de fato foram, os guias, essenciais, livres ou escravizados, para a posse e para o uso de meio físico e de suas riquezas em potencial. Além de guias, essenciais, insisto, a primeira mão-de-obra de que se valeram os que chegavam de Portugal, em número muito reduzido, mas traziam consigo o propósito da ação mercantil visando, se não o enriquecimento fácil, melhoria de condições materiais de vida, já difícil no reino, que incentivava a emigração, certo do que valeria para a empresa ultramarina, num capitalismo que nascia com apetite e decisão firme de afirmar-se nos lucros, nos êxitos e nas conseqüências de ordem política, fatais.

“O colono que veio fazer as Américas, não devemos nunca ignorar esse aspecto da empresa no seu caráter próprio, não era santo nem herói de um ato: a admirável façanha da europeização da terra. Era um homem, com todos os defeitos dos homens. Não se procuravam, nos que vinham, as qualidades generosas que poderiam possuir. Todos serviam na hora da aventura. Havia bons e maus, santos e heróis, moços e velhos, solteiros e casados, corajosos e covardes, limpos de sangue ou heréticos e judaizantes. A Santa Inquisição apuraria, mais tarde, a extensão e a importância desse quadro social em elaboração com todos esses elementos disponíveis e portanto impossível de triagem como hoje costumam fazer os governos dos países, interessados na importação de mão-de-obra para seus esforços de progresso e de desenvolvimento tecnológico. Sendo assim os novos possuidores políticos do espaço não seriam levados ao convívio fraterno com os da terra. E em desentendimento, imediato ou mais distante, com os integrantes das seis ordens religiosas que vieram fazer a pacificação e a cristianização, promoveram, na realização de seus interesses materiais, a solução que lhes parecia a solução certa e segura – a da escravização pura e simples.”¹

A escravidão do índio processou-se até o período de Pombal. Foi impiedosa, como a dos negros africanos. Na Amazônia, por exemplo, organizaram-se “tropas de guerra” e “tropas de resgate”. Aquelas para vencer a resistência dos grupos indígenas que se opunham à penetração dos pioneiros sertanistas, como sucede agora. Estas expedições, sob a justificativa de que iam resgatar índios escravizados por outros índios. Libertando-os? Realmente, reescravizando-os.

As grandes bandeiras que se lançaram sobre as aldeias dos missionários jesuítas espanhóis nos latins, nos Tapes, no Guaíra, visando à conquista de braços, estavam na linha de conquista para obter mão-de-obra para a propriedade rural que se montava na capitania vicentista. A luta entre colonos e missionários, a propósito da liberdade e da escravidão dos índios, importa em reconhecer que constituía página do esforço que já se iniciava para conter o apetite, a voracidade dos homens que não cediam na defesa dos interesses materiais, representados na produção que se obtinha na feitoria ultramarina à custa da liberdade de muitos milhares de seres humanos.

A igreja tem direito, por isso, ao reconhecimento universal, desde que papas, em pronunciamentos famosos, tiveram a coragem de proclamar que as gentes primitivas das Américas, e aí estava o Brasil nascente, tinham, não apenas corpo físico, mas algum sentimento, o que lhes assegurava a condição de membros efetivos da grande família humana universal. Las Casas e Nóbrega, como vozes angustiadas ante o quadro desumano, heróis de uma façanha admirável de conteúdo espiritual, foram vozes dos muitos poucos que compreendiam o horror daquela empresa material. Com Pombal, iniciou-se a nova política, a que reconhecia aos índios seu direito a viver livres, participando da vida local, inclusive nas providências que se fizessem necessárias para o bem coletivo.

Todo um conjunto de atos régios foi sendo promulgado. A 6 e 7 de junho de 1755, concedeu-se liberdade total ao índio, que foi submetido, não mais à legislação especial, mas às leis aplicáveis aos demais elementos integrantes da grande família humana, representada até então, no caso, especificamente pela humanidade portuguesa. Punha-se fim, portanto, àquele regime de exceção e o aborígene integrava-se agora à sociedade que realizava a empresa de criar o Brasil. Essa legislação liberal, a princípio limitada à Amazônia e ao Maranhão, foi estendida, depois, em 8 de maio de 1758, às demais regiões brasileiras.

A mestiçagem que ocorrera, à lei da natureza ou sob incentivos oficiais, contribuía para a perda de substância do qualitativo indígena como contribuía para explicar, com as epidemias e as guerras, o desaparecimento quantitativo daquela população pré-européia.

“O tratamento que lhe dispensavam era um tratamento severo demais. As ‘tropas de guerra’ e as ‘tropas de resgates’, eram instrumentos cruéis, em uso, para executar o gentio. Quanto, pelo Regimento do Diretório, Pombal atendendo às sugestões do irmão, o capitão-general Francisco Xavier de

Mendonça Furtado, disciplinou a liberdade que estava faltando, cumprindo aqueles dispositivos humanos, contidos nas advertências e nas reflexões dos Papas, a começar de Paulo III, a espécie já diminuía sensivelmente. O contágio das varíolas dizimara, na Amazônia, cerca de 40 mil índios que pareceram no período entre 1740 e 1749. O desgaste encontrava explicação nos contatos mortíferos com o ádvena. Essa, uma situação trágica, que se verificava pelos dois continentes, o africano e o americano, no decorrer dos três primeiros séculos da presença européia.”² A violação aos dispositivos liberais foi sempre uma constante. A desobediência era norma.

“Quando, por isso, em Lisboa, reuniu a Assembléia Constituinte, as cortes que deveriam fundar o Estado liberal de que seríamos parte integrante como área ultramarina, foram presentes proposições a respeito do quadro, que ninguém podia negar. Muniz Tavares, Borges de Barros, Ricardo Zany, Ribeiro da Cunha e José Bonifácio, ofereceram-nas à meditação dos responsáveis pelos destinos do Brasil nascente como nação soberana. Em nada, porém, resultaram que beneficiasse a multidão que fugia à presença dos brancos escravizadores.

Um dos que tinham a seu cargo o exame da situação do extremo norte, na conjuntura, Francisco Ricardo Zany, em longo memorial que dirigira a d. João e, posteriormente à própria assembléia, registrou a verdade dos fatos, naqueles aspectos negativos que estavam revelando a existência de uma mentalidade estratificada contra a liberdade do gentio da terra. Zany percorrera toda a região, no exercício de funções governamentais. Seus relatórios, que se guardam na seção de manuscritos da biblioteca do Pará, são um minucioso documentário retratando o estado da Amazônia em todos os aspectos de sua realidade. Suas palavras de advertência e suas sugestões, contudo, não mereceram receptividade nem naquele instante nem posteriormente, por que, em suas andanças e no cumprimento de suas obrigações funcionais, Zany continuou a denunciar e sugerir uma política que levasse a multidão indígena, a uma participação mais intensa, e menos rude, no processo de mudança que devia estar sendo instaurado no país, agora um Império soberano da Sul-América. Outros, no mesmo estilo de denúncia e de sugestões, também procuraram, em memoriais que endereçaram às autoridades provinciais e de maior posição no quadro da alta administração nacional, propor a situação calamitosa. Entre eles o cônego André Fernandes de Sousa, vigário geral do Rio Negro, e Sebastião José Presstes, que exercia funções administrativas na comarca do Alto Amazonas, presentemente estado do Amazonas.”³

O desrespeito à legislação, às decisões governamentais, ocorreu sempre. Em plena vida normal do Primeiro Reinado, um presidente da província do Pará providenciava, face à denúncia de que no município de Monte Alegre a escravização do indígena continuava. As diretorias de índios, criadas nas províncias, onde esse restante demográfico ainda existia, vieram para assegurar-lhes condições de vida distantes dos perigos que as gentes pioneiras pro-

moviam na luta por conquistar e possuir terra onde aqueles restos humanos resistiam.

E o negro africano? É comovente lembrar que não se fizera à sua volta, o mesmo movimento do tipo Las Casas e Nóbrega. São Pedro Claver, o Apóstolo dos Negros, não tinha continuadores ou mesmo seguidores com a mesma decisão e ímpeto evangelizador. Do Vaticano não descera, como no tocante aos índios, a palavra condenatória da escravidão dos africanos, embora nas fileiras religiosas se fossem somando negros que professavam e criavam lentamente um clero africano. A solução de mestiçagem, nesse caso, não fora solução aplaudida e incentivada pelo poder público. Ao contrário, era proibida, e os que dela resultavam, não encontravam acolhida na sociedade de claros. Era marginal e, se de cor quase agressivamente escura, escravo como o ascendente feminino.

A história da escravidão africana nas Américas ainda não está escrita nas suas minúcias. Só agora, para exemplificar, sai o primeiro livro, de conteúdo maior, sobre o negro no Paraguai. O inventário da contribuição indígena, vem se fazendo muito mais intensamente. Como a dos elementos europeus, da empresa descobridora e colonizadora. A história do tráfico ainda não foi elaborada a contento. Os ensaios de Charles de la Ronciere, Philips Curtin, Père Dieudonné Rinchon, Georges Scelle, Richard Gray, Anthony Cuttrel, Gaston Martins, Afonso d'Escragnole Taunay, Alfredo Gomes, Edmundo Correia Lopes, Sérgio Macedo, sobre o tráfico, não respondem a muitas dúvidas, deixando muitos pontos sem informação. Quantos negros vieram da África para as Américas, para o Brasil? A resposta será impossível! Não haverá estatísticas que possam permitir os algarismos convincentes. No caso do Brasil, esses algarismos andam entre 3.500 mil e 15 milhões, sem que haja a certeza de que expressem verdade.

O negro teria sido levado a todas as províncias das Américas? Ao Canadá, por exemplo? No particular do Brasil, na Amazônia, no extremo sul, ele teria constituído força expressiva na criação da riqueza econômica e na contribuição étnica pelo processo de mestiçagem? A resposta, ainda em vigor, no tocante ao extremo sul, é a de que, ali, ele não teve expressão quantitativa e qualitativa. Na Amazônia, afirmou-se o mesmo. Fui dos que aceitaram a tese. Vicente Sales, em magnífica monografia, *O Negro no Pará*, encerrou o assunto – o negro tivera significação na Amazônia, inclusive no que diz respeito à sua contribuição cultural. Trazido para as Américas a fim de que fosse possível o empreendimento econômico, essencial, para explicar a presença européia, na concorrência que havia entre portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e suecos na partilha do espaço ultramarino, os negros africanos compuseram um fundamento étnico-cultural e econômico da existência da própria América, tão expressivo e tão profundo, como o que devemos à contribuição dos nativos indígenas e dos europeus que procederam à conquista e ao domínio dos mundos americanos.

O tráfico, que se processou intensamente entre a África e as Américas, se de um lado fez diminuir demograficamente aquele trecho do mundo de onde era exportado, de outro, trouxe para este um acréscimo visível que, de outro lado, valeu como instrumento expressivo para o desenvolvimento econômico, essencial, contribuindo, étnica e culturalmente, para a criação humana e espiritual dos povos americanos em elaboração com a participação do contingente europeu que chegara para a empresa política do domínio. Era, aliás, a contribuição alentadora, que hoje se examina para conclusões memoráveis.

A multidão negro-africana, assim manipulada, mesmo sem recursos materiais para reagir à exploração desumana que sofria, acabou por dar a demonstração de que não aceitava aquela condição e, em movimentos isolados, por vários pontos das Américas, insurgia-se e tentava a libertação. A Tróia Negra, dos Palmares alagoanos, não foi a única manifestação de protesto dos negros escravos. As rebeliões explodiram, lembremos, para exemplificar, nas Antilhas, na América Central, sempre vencidas e, desse modo contida a tentativa de libertação. O pronunciamento dos Malés, na Bahia, já o Brasil independente, mostrou a permanência da idéia de libertação. Os quilombos que se montaram por todo o território nacional significavam o mesmo desejo de liberdade.

Força incontestável, no caso brasileiro, para a construção da lavoura canavieira e a fabricação de açúcar, na exploração do subsolo, do episódio das Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, o escravo africano negro deu ao Brasil, no decorrer de quase 400 anos, uma participação admirável que Nina Rodrigues, Artur Ramos, Diégues Júnior, Renato Mendonça, Édson Carneiro, Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Jacques Raimundo, João Ribeiro, Dante de Laitano, entre muitos outros, já estudaram cientificamente mostrando o que representou, aquela presença, em nossa formação como povo. Como Evaristo de Moraes, Maurício Goulart, Perdigão Malheiros, Brasil Gerson, Robert Conrad, Osório Duque Estrada, José Alípio Goulart nos deram os grandes lances da história da escravidão africana.

Se houve, de parte de muitos senhores, o sentimento humano no relacionamento com o escravo, esse, realmente, no entanto, não foi a grande regra. Análises recentes que se fazem tentando comparações entre o procedimento do senhor luso-brasileiro com o senhor anglo-americano, comprovam facilmente a dureza do tratamento, explicável, face ao estado de consciência vigorante nas sociedades que descendiam da Europa descobridora, colonizadora, e conquistadora, estado de consciência refletindo sentimentos de superioridade e de inferioridade raciais. Ademais, o capitalismo nascente e triunfante, impedia a formulação de um pensamento de fraternidade entre os homens de cores e culturas diferentes.

Chegou, porém, o dia de uma nova reflexão ou de um apetite sob forma diferente. E da própria Europa partiu o princípio de que os homens eram iguais, deviam possuir os mesmos direitos, não podendo, portanto, ocorrer a

discriminação por motivos de raça, de religião, de cultura. O princípio, expresso também na “liberdade, igualdade e fraternidade”, da Revolução Francesa, levou, de imediato, à insurreição no Haiti e a criação ali, em 1804, do segundo Estado soberano da América, o Império de Dessalines, e cujos fundamentos haviam sido lançados por Toussaint Louverture. Os lances dramáticos, sangrentos, dos episódios, repercutiam no mundo inteiro. Houve o horror generalizado pelos sucessos, sem que tivesse ocorrido antes esse mesmo horror pelas cenas dantescas do tratamento áspero do negro escravizado e muitas vezes barbarizado, como se ele não pertencesse à espécie humana.

A campanha contra o tráfico foi, como era natural, o primeiro passo visando ao extermínio da escravidão africana, sobre que principiou literatura que incluía a reflexão acerca das conseqüências econômicas da abolição. Seria possível efetua-la sem grandes riscos para o regime econômico ainda vigorante em muitas áreas? Quem substituiria o braço escravo nas plantações do mundo tropical nas Américas? A imigração livre de europeus, que fugiam a condições negativas de vida na Europa, já seria suficiente para satisfazer, na substituição, o braço do africano?

O tráfico foi abolido. Os ingleses, com a Revolução Industrial vitoriosa, lançaram-se à campanha com o uso de todos os meios, entre eles a força armada de sua frota de guerra. Fomos por eles atingidos. A história não é muito longa, mas registra episódios que nem sempre nos deixaram bem perante nós próprios e provocou reações que iam ao exagero da afirmação de que, com os atos de fiscalização dos ingleses, nossa soberania era ferida e nossos brios nacionais maculados. A exaltação, na época dos incidentes, tomou proporções. A presença dos navios britânicos ao longo da costa e mesmo de portos brasileiros era desafiante e desmoralizante.

A ideologia redentora já, a esse tempo, começara a esboçar-se. Era tímida, e tinha de enfrentar, não um sentimento anti-humano, mas as razões de ordem econômica que valiam na argumentação dos que temiam pela abolição, capaz de empobrecer ou levar a dias negros o Império. O imigrante estrangeiro fixava-se no sul, onde a multidão africana não apresentava expressão numérica.

As associações que se foram estabelecendo nas províncias, os pronunciamentos nas assembleias provinciais, os artigos em jornais, as conferências que se faziam, compondo um autêntico movimento de idéias a caminho de ação material, há que somar a literatura que se escrevia, não apenas aquela do tipo de *A Cabana do Pai Tomás*, ou para ficar em casa, *A escrava Isaura*, mas a que ousara analisar o problema à luz de uma filosofia pragmática que encobria o sentimentalismo humano, de ordem fraterna, e a rude condição material da vida, representada na economia agrária em que se fundava o Império, levariam à formulação de uma conclusão fatal – a abolição viria. Ademais, aquela hostilidade de ontem, através de providências que levariam à abolição, e dos escritos que circulavam, convocando a consciência universal para o repúdio à escravidão, criavam uma situação muito difícil ao Brasil,

que não poderia permanecer indiferente a esse estado de espírito a que ele teria, por fim, de render-se. Acima dos interesses das classes rurais que também debatiam a matéria, sustentando suas razões contrárias à abolição, havia o princípio de justiça social que despontava e de que a igualdade entre os homens seria capítulo fundamental. Na Fala do Trono, de maio de 1867, Pedro II dizia: “O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, prevendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura – sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação...”

Em reunião do Conselho de Estado, examinara-se a possibilidade de declarar extinta a escravidão, marcada para o ano de 1899. Na mesma oportunidade, estudaram-se três projetos relacionados com o problema da escravidão, entre eles, o da liberdade assegurada aos filhos dos escravos. Era o projeto que, a 28 de setembro de 1871, seria transformado na lei 2.040, a chamada “Lei Rio Branco”.

Daí por diante, o movimento abolicionista, verificada a decisão oficial de promovê-lo dependendo de sua oportunidade, não encontrou mais obstáculos que lhe impedissem o prosseguimento rápido. Votaram-se, nos Orçamentos do Império e das assembleias provinciais, recursos para a manumissão, nem sempre utilizados porque ocorria o fato memorável dos possuidores de escravos, contagiados pela propaganda, não receberem, por decisão própria, a importância a que teriam direito pelo ato de concessão da liberdade.

A lei Dantas-Saraiva-Cotegipe, de 28 de setembro de 1885, que declarava livres os escravos sexagenários, importava na segurança de que aqueles propósitos oficiais de chegar-se à abolição total não estavam abandonados ou esquecidos. No Ceará e no Amazonas, respectivamente, a 25 de março e a 10 de julho de 1884, as duas províncias haviam declarado abolida a escravidão em seu território. Seguiram-se municípios gaúchos, o que asseguraria à província do Rio Grande uma posição excelente no quadro da abolição – em seis meses 35 mil escravos haviam sido libertados. A essa altura, Joaquim Nabuco publicava seu livro fundamental, *O Abolicionismo*, no ano de 1883. Defendera, no Parlamento, a abolição total, idéia que não vingara. No livro, analisava a escravidão nos mais variados ângulos, mostrando a necessidade imperiosa de sua adoção. Respondia aos que a combatiam, mostrando os aspectos negativos de sua existência e manutenção para a própria caminhada ascensional do Brasil. Suas reflexões eram serenas, objetivas, irrecusáveis. Nabuco, no entanto, não dispunha da força essencial para a vitória imediata de sua tese. O que sucedera nos Estados Unidos devia ser evitado no Brasil. O espírito de secessão não existia, é certo. A libertação a que se procedia nas províncias não poderia vir a transformar-se num perigo para as instituições, uma vez que as províncias deliberavam e agiam sem atender à condição de integrantes de um país de regime unitário, impeditivo de atitudes isoladas

que podiam ferir os princípios constitucionais e a própria unidade política do Império?

A lei de 13 de maio de 1888 pôs fim às preocupações coletivas. O Brasil, no século XIX, experimentara as mais variadas situações – começara como colônia de Portugal; de 1808 em diante, sede da Monarquia portuguesa, Reino Unido. Em 1822 proclamara-se soberano, sob forma imperial. Agora, em 1888, estabelecera a igualdade total entre os seus filhos. Não haveria mais a distância anterior entre o homem livre e o homem escravo. Votara-se, sob aplausos, a medida. Não se recorrera à guerra civil.

No decorrer da campanha abolicionista, como teria procedido o imperador Pedro II, cujos 150 anos de nascimento provocou recente assembléia de historiadores?

Exercendo o poder moderador, com o que continha as exaltações e provocara correções na política que visava conduzir o Império a grandes destinos, d. Pedro II em nenhum momento mostrou simpatia pelo regime que encontrara e não podia revogar precipitadamente, pondo em risco a segurança econômica do país. Toda vez em que teve de intervir, fê-lo com o sentimento humano. Alforriou os escravos do Trono, aplaudiu as medidas que levariam à abolição total. Sua frase, ao saber da Abolição realizada sem sangue e por entre aclamações e flores, ficou famosa, a expressar seu pensamento: – grande povo, grande povo!

1. De minha autoria, *O problema do índio no Brasil*; conferência no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, publicada em Carta Mensal, n. 172, p. 18, Rio, 1969.

2. Idem: pp. 19-20.

3. Idem: p. 20.

A escravidão na literatura brasileira

Josué Montelo

O professor Lacombe – O dr. Josué Montelo, da Academia Brasileira de Letras, é membro do Conselho Federal de Cultura, do qual foi presidente e, diria mesmo, o fundador do referido conselho, instalando-o naquela magnífica sala que lá está, no Palácio da Cultura. Reitor e fundador da Universidade Federal do Maranhão, nos dá hoje a honra da sua palavra, para falar sobre a *Escravidão na Literatura Brasileira*. Com a palavra o dr. Josué Montelo.

O sr. Josué Montelo – Agradeço ao professor Lacombe, em primeiro lugar, a gentileza de me ter chamado para fazer esta palestra e, em segundo, a bondade das palavras com que me apresentou.

Na verdade, estive refletindo, longamente, sobre a vastidão deste tema *A Escravidão na Literatura Brasileira*. A minha preocupação foi condensar-me de tal maneira, que pudesse preencher os cinqüenta minutos normais de uma lição. Quero começar apresentando uma tese que me parece importante para a nossa reflexão. Esta é: uma literatura faz uma revolução, mas uma revolução não faz uma literatura. O inverso não se realiza. Há uma preparação, através das letras, para que a revolução se realize. Depois de realizada, a revolução não suscita, a seguir, uma literatura. Entretanto, com o passar do tempo, a literatura, pouco e pouco, vai encontrando, na revolução, alguns dos seus motivos. Então, já podemos tirar, antes da explanação factual, uma conclusão de ordem reflexiva. Para tal preparação, esta é uma literatura de impregnação política, porque procura modificar algo na ordem social e na ordem política. Dizia uma mulher de extrema inteligência, madame Daudet, que a chamada literatura de partido tem um mal: é que dura, apenas, o momento da luta. Desaparecida a luta, esvazia-se de conteúdo. Para que isso não aconteça, é preciso que seja de tal maneira importante, como valor na ordem estética, que traga consigo os elementos da sua perdurabilidade. Mas, depois de alcançado esse objetivo, entra numa fase que é, de certo modo, de depuração, de tal sorte que somente sobrevivem aquelas peças literárias que têm um valor na ordem artística, aquelas que trazem consigo o demente da sua perdurabilidade. Ora, a literatura da Abolição tem o sentido de uma campanha até o momento em que a abolição se realiza. Quando esta alcança o seu objetivo, que é transformar-se em lei, e essa lei passa a ser uma determinação do Estado, automaticamente essa literatura não pode mais ter aquela inspiração combativa que precedeu à lei.

Desse momento em diante, a literatura a respeito do fenômeno deixa de ser uma campanha, uma proposição, para ser uma literatura de ordem histórica. Então, hoje posso continuar a desenvolver uma literatura que tem, por inspiração, a escravidão no Brasil, o tráfico, a adaptação do escravo, as lutas pela libertação do escravo e as várias etapas. Mas essa não é mais uma literatura de campanha. Ela passa a ser uma literatura histórica. Tem uma impregnação histórica. É importante estabelecer bem essa distinção de ordem filosófica, porque, com essa arrumação do problema, podemos partir para a sua perfeita compreensão.

Para que tenham idéia do que é significativo e, para a literatura, um fator de ordem histórica, quero, apenas, dar um exemplo: é que toda transformação que se processou no século XIX, no romance, como gênero literário, tem como fundamento a inspiração histórica. É Walter Scott que faz dos temas medievais, na Escócia, o assunto dos seus romances. Com ele, mais do que a preocupação do romancista, existe a preocupação do historiador. Os seus livros transformam-se em verdadeiros guias para o conhecimento daquela região. Essa minúcia, na ordem histórica, é importante para o conhecimento na dimensão do tempo. Ora, foi a partir do processo de Walter Scott, como historiador, para a elaboração do romance, que Balzac se inspira para fazer a sua *Comédia Humana*. Que faz Balzac? Resolve aplicar o processo da verdade histórica, de que se servira Walter Scott para compor seus romances medievais e, transferir esse processo para a realidade contemporânea. Com isso, transformou-se, substancialmente, o romance, tal como o conhecemos, como espelho da vida. É, assim, o resultado de uma transferência metodológica, da ordem histórica, para a ordem da criação literária. Então, já vemos ser importante acentuar que a literatura da escravidão tem duas etapas. A primeira é uma etapa de campanha e de reconhecimento do problema, de fixação desse problema, em termos de uma inspiração. Em segundo lugar, a partir de 13 de maio, essa motivação vai ser de ordem histórica, para todos os escritores que vieram depois.

É a grande linha. É o marco. É o divisor de águas. Ora, este tema – a escravidão no Brasil – tem duas vertentes nítidas e bem assinaladas. Primeiramente, a escravidão é indígena. Tivemos, no Brasil, a escravidão vermelha, a escravidão do índio. Depois, a escravidão do negro. Quando se fala, habitualmente, em escravidão, na literatura, somos inclinados a situar o problema, apenas, relativamente à raça negra. Mas é preciso, também e sobretudo, equacionar o problema em termos do índio brasileiro, porque este é o primeiro escravizado.

É tão importante este problema, que o primeiro documento, o documento fundamental das nossas letras, que é o famoso *Diálogo da Conversão* do padre Nóbrega, tem, como motivação, não apenas a preocupação de natureza religiosa, no plano da conversão. Tem, também, a especulação dentro do ambiente da liberdade individual. Quero chamar atenção dos alunos deste curso para o fato de que, freqüentemente, no diálogo que Nóbrega

imagina entre Mateus e Álvares, personagens desse documento fundamental, ponto de partida da nossa literatura, o elemento negro, continuamente referido, não é propriamente um negro. É o índio, porque, nessa fase, aplicava-se ao índio a palavra negro. Vemos isso nas cartas jesuíticas e nesse *Diálogo da Conversão*, de Nóbrega. Há um trecho em que Gonçalo Álvares diz assim: “Eu tive um negro que criei de pequeno; cuidei, que era bom cristão e fugiu-me para os seus”. Adiante, em outro trecho, diz Gonçalo Álvares, dirigindo-se a Mateus Nogueira: “Dizei-me, irmão, por amor de Nosso Senhor, que não há, entre meus irmãos e padres, quem esteja da parte desses negros?” Responde Mateus Nogueira: “Todos, porque todos os desejam converter e estão determinados de morrer na demanda, como disse”. Quero citar esses trechos, chamando muito a atenção de vocês, porque esse problema de liberdade aparece no primeiro documento, no documento básico da nossa literatura, que é esse *Diálogo da Conversão*, de Nóbrega. Mateus Nogueira, em outro trecho, diz assim: “Estou eu imaginando todas as almas dos homens serem umas e todas de um metal, feitas à imagem e semelhança de Deus e todas capazes da glória e criadas para ela. E tanto vale, diante de Deus, por natureza, a alma do Papa – Vejam bem. É o religioso que fala – como a alma do vosso escravo Papanar”. O religioso estabelece que, diante de Deus, a alma do Papa e do escravo Papanar, seu escravo, são equivalentes. Isso mostra que, nesse documento fundamental, já há uma compreensão relativamente ao problema da liberdade e do valor do homem.

O problema vai perdurar durante muito tempo na literatura brasileira, na literatura que, sobretudo, vai aparecer nos documentos jesuíticos, nas cartas do padre Antônio Vieira, nos seus sermões. Antônio Vieira é, em certa hora, o grande advogado da liberdade do índio, o índio escravizado, o objeto das conquistas das Entradas e que é essencial, diz Vieira numa carta ao rei, para a sobrevivência do branco, pela sua capacidade de adaptação à terra. Essa sujeição do índio dá motivo a toda uma literatura. E esta vai se prolongar ao longo, pelo menos, de três séculos, de tal modo que vai surgir, já no período romântico, como uma motivação essencialmente brasileira. Mas, antes que isso aconteça, vamos ter o índio na poesia épica brasileira, despontando no poema de Basílio da Gama e no de Santa Rita Durão. O famoso verso: “Tanto era bela no seu rosto a Morte”, com que Basílio da Gama fecha toda uma seqüência de admiráveis versos brancos, é uma inspiração de índia, mas uma inspiração marcadamente brasileira. E com uma circunstância: é que Basílio da Gama é um mestiço, mas um mestiço que resultou da incorporação do negro à civilização brasileira. O problema do índio, na literatura nossa, dá toda uma corrente que, a princípio, imaginamos ser uma corrente de transplantação francesa, por influência de Chateaubriand, ou, então, de transplantação americana por influência de Fenimore Cooper. Mas, na verdade, o índio é uma motivação natural, que acompanha a nossa literatura desde a Carta de Pero Vaz Caminha. Quando lemos esta, encontramos, nesse primeiro narrador das coisas brasileiras, o deslumbramento diante da terra e a

curiosidade diante do exotismo da gente que aqui eles encontram. Há mesmo uma cena em que um dos marinheiros desce e vem a terra. Enquanto outro vai tocando uma gaita, ele segura índios pela mão e faz uma roda, dançando. É o primeiro congraçamento que se verifica na história do Brasil, primorosamente registrado pela pena de Pero Vaz Caminha. Ali, já está o índio descrito. Já está incorporado à nossa literatura. Quando aparecem Gonçalves Dias e José de Alencar, aquele traz o índio consigo, por força do próprio sangue, incorporando-o, em definitivo, à cultura e à literatura brasileira, e este retoma aquela veia, aquele filão épico que tínhamos encontrado em Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Ora, o índio, depois de realizado, literariamente, no período romântico, vai ficar, de certo modo, esquecido.

O problema que vai surgir é o do negro. Aparece na literatura de língua portuguesa, de início, nas peças de Gil Vicente, que incorpora o povo como elemento teatral, traz o povo ao palco; traz, também, aqueles primeiros negros que participam da fisionomia social de Lisboa ou de Portugal de seu tempo. Esse negro vai surgir, no Brasil, na literatura de Gregório de Matos. Para quem procura ver essa literatura no seu amanhecer, como uma expressão que nos vem, não apenas do gênio português, mas do gênio ibérico, Gregório de Matos filia-se, diretamente, ao gênio de Quevedo. Todos sabemos que Quevedo, pela sua força como figura satírica, não é, apenas, um gênio espanhol, é um gênio paradigmático, que dá o modo de ser para toda a literatura que se derrama por este continente, tanto a literatura portuguesa, quanto a de impregnação espanhola. Digo isso depois de uma demorada pesquisa que fiz, relativamente aos séculos XVII e XVIII, de todos os poetas satíricos do continente, de fala portuguesa e de fala castelhana. Verifiquei que eles como que se intercomunicam. Na verdade, essa intercomunicação é a fonte comum. Para quem se habituou à leitura de Quevedo, é explicável se tenha dado essa extraordinária contaminação. É preciso acentuar que a importância do gênio de Quevedo, como irradiação para toda essa literatura hispano-americana, é notória, pois, graças a esse gênio da sátira, se inaugura, não apenas nessas literaturas, mas nesses povos em formação, a primeira língua da liberdade. É aquela língua de contestação e de protesto que encontramos em Caviedes, do Peru, e que vamos encontrar em Gregório de Matos, fixando os mulatos do seu tempo, os pretos, o conflito entre o povo e a autoridade. Isso decorre do extraordinário gênio de Quevedo. Para que vocês tenham uma idéia do mesmo, apenas me lembro, assim de relance, entre muitas coisas, de um trecho de uma novela de Quevedo, que se chama *El Buscón*. Em *El Buscón*, sai um cavalo manco pelas ruas da cidade. Então, diz Quevedo – vejam a astúcia da frase: “Mais por manco do que por educado, o cavalo saiu pela rua a fazer reverência”. Esse o gênio de Quevedo, gênio que ele consegue comunicar aos seus discípulos. Encontramo-lo na obra de Gregório de Matos. Irradia-se para os poetas satíricos da Argentina, Colômbia, Peru e México. Então, há uma harmonia que deriva desse filão comum. Quando encontramos, na poesia de Gregório de Matos, aqueles

protestos relativos ao mulato brasileiro, esse mulato, essa denúncia, essa língua da liberdade tem motivação local, mas uma inspiração que vem de raízes ibéricas.

O negro, no Brasil, como sabemos, desde cedo, incorporou-se à civilização, à raça, à sociedade brasileira, vindo, como decorrência natural, daquela expansão dos portugueses pelo território africano até o outro lado da África, depois de passado o famoso cabo Não. Então, vêm escravos de Moçambique, de Guiné e de Angola, sobretudo desses três pontos, e se vão incorporar com suas tradições, seus dialetos, suas línguas, seus costumes, sua comida e, até mesmo, entonação, o que vai influir no português que se fala no Brasil. Esse elemento negro vai ser o elemento fundamental, não apenas da constituição da nossa raça, através da mestiçagem. Vai incorporar, também, a sua cultura. Há uma observação importante que, quando os portugueses chegam, pela primeira vez, à Etiópia, os negros etíopes imaginam que eles – brancos – são a representação do diabo, porque o anjo, para o etíope, é negro, enquanto o diabo é branco. Esse conflito, que já pertence a uma categoria mental, é importantíssimo, porque uma das lutas que os primeiros religiosos tiveram, ao tentarem catequizar o índio brasileiro, foi a dificuldade de encontrarem uma concordância nas categorias mentais do jesuíta que aqui chega e do índio que ele procurava catequizar. Por exemplo, um episódio para o qual o professor Mecenas Dourado, na introdução desse *Diálogo da Conversão*, chama a atenção. O índio admitia que o homem pudesse estar aqui e ali, a mesma pessoa. Essa ubiqüidade, esse dom de transferir-se de um lugar para outro e ser a mesma pessoa, fazia parte da arrumação mental do índio, do seu dispositivo intelectual. Então, era preciso fazer uma alteração dessa concepção, para que as idéias da cultura européia, que, então, se transplantavam, pudessem realmente, ser acolhidas e fecundassem naquele homem novo. Ora, o elemento negro vai trazer uma cultura bem mais adiantada que a do índio que aqui estava. Ele vai trazer consigo, com o seu sofrimento e com os seus elementos nostálgicos, uma cultura e uma capacidade de incorporar-se à nova terra e às novas raças, de tal modo que temos hoje, sobretudo depois da compreensão extraordinária de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, seus *Sobrados e mocambos*, daquilo que foi uma revolução da visão sociológica do problema brasileiro, uma compreensão nova do valor do negro para a civilização brasileira.

Essa incorporação faz-se em lutas que são demoradas. Essa luta se faz de início, estabelecendo uma profunda separação entre senhor e escravos, que se refletirá, necessariamente, na literatura. Mas só vamos ter conhecimento exato do problema, em termos de profunda dicotomia social, por ocasião da famosa campanha da abolição no Brasil. Essa campanha, como acentuei no princípio desta lição, se divide em etapas. A primeira é para suspender o tráfico, no sentido de se interromper aquele fluxo de elemento negro, pois, em certas cidades, como Salvador, a presença do negro era muito mais numerosa do que a do branco. Então, era preciso interromper esse fluxo imigrató-

rio. Isso sucede em 1850, a despeito de já haver uma lei de 1831, que proibia a importação de escravos africanos, declarando que todo negro trazido ao Brasil, depois dessa data, era um homem livre. É baseado nessa lei que o conselheiro Macedo Soares faz toda uma campanha judiciária pela libertação do negro no Brasil. Essa campanha, a que não se dá importância, é de extraordinária significação, porque é baseada no direito e na lei pela qual, muitas vezes, Macedo Soares juntava escravos, apanhados, indigentemente, na rua, e se transformava em advogado natural deles, batendo às portas dos tribunais para conquistá-los a alforria. Esses valores, na motivação histórica ou social, vão refletir-se, necessariamente, no documento literário. Mas, só passa a haver, no Brasil, uma campanha que sacode intelectuais, professores, sacerdotes, jornalistas e tantos outros do país, depois que se cria uma mentalidade em favor da abolição da escravidão negra. Essa, sobretudo, é uma mentalidade romântica. O romance literário vai-nos trazer esse elemento. Antes, porém, é preciso atentar para um fato. É que, em 1730, se publicou a *História do Brasil*, de Rocha Pita, segunda história do Brasil, que vem depois da de frei Vicente do Salvador. Em 1730, ele publica a sua *História da América Portuguesa*. Nela há um trecho em que Rocha Pita conta o desfecho de Palmares, aquele primeiro quilombo que ocorre no Nordeste brasileiro e que dura quase um século, com perto de vinte mil negros aglutinados na sua cidade e na sua república. O desfecho dessa república é descrito, dramaticamente, pela pena de Rocha Pita, quando o Zumbi – diz ele – acompanhado de 350 de seus companheiros, precipita-se do alto de um rochedo, ao sentir que não pode mais travar ou continuar a travar luta, defendendo sua liberdade, diante das forças brancas, que se opõem àquele quilombo. Em Rocha Pita, portanto em 1730, trinta e seis anos depois da destruição de Palmares, existe a cena de um historiador que registra o fato, que nos dá a autenticidade daquele acontecimento de alta significação para nós, porque mostra que a raça negra, vinda para o Brasil, escravizada, já no século XVII, procurava encontrar os elementos de sua rebelião. Essa rebelião de negros é importante, pois, diante da nova sociedade, o instinto da liberdade faz com que se confedere e possa lutar para sobrevivência de seu grupo, naquela forma que tem enorme significação para a história do negro no Brasil. Ora, quando vem o período romântico, ele vai ter uma nova visão do problema do negro do Brasil. Admito que o relacionamento de branco e senhores escravos deve ter uma certa analogia com o relacionamento de patrão e empregado doméstico na nossa sociedade. Pouco a pouco, essa diferença de hierarquia social tende, naturalmente, a desaparecer. Mas, ainda não temos aquela noção conflitante, que só passa a surgir, no Brasil, por força de uma campanha que se reflete nos documentos literários. De repente, no Brasil, vamos encontrar poetas, prosadores e tribunos que se batem pela libertação do negro. A princípio, nos documentos, esse reflexo é, apenas, o de fixação do problema. Não é a denúncia em termos candentes, como vamos encontrá-la em Castro Alves. É, inicialmente, como disse, uma fixação desse problema. E, até mesmo, em

termos líricos. A primeira figura que aparece, fixando o problema do negro, é a do maranhense que se chama Trajano Galvão de Carvalho, nascido no Maranhão, em 1830, e ali falecido em 1874. O seu livro, que se chama *Sertaneja*, só foi publicado em 1898, no Rio de Janeiro, por um contemporâneo seu, Raimundo Correia. É aí que figuram os primeiros poemas, fixando o drama do negro no Brasil. O primeiro é um pequeno poema, que me vou permitir ler, apenas, para uma elucidação de ordem histórica. Chama-se *O Calhambola*. Diz assim: “Aqui, no silêncio das selvas, quem me pode o descanso vedar?” Quer dizer, o negro fugido, Calhambola, que vive no quilombo, faz, com plenitude, uso de sua liberdade. “Durmo à noite num leito de relva. Só a aurora me vem despertar. Ante a onça que, afoita, anda corso, mas, afoito, meus passos não torço. Nem é dúvida uma luta entre nós. O bodoque às vezes supre cavala. Toda marca medrosa se cala, quando ruge, medonho, nas rochas”.

O poema se prolonga sempre neste ritmo. Mas é o negro fugido que está na fruição da sua liberdade, na compreensão de que é o senhor de suas horas, de que o tempo é seu e de que faz da sua vida e do seu tempo aquilo que quer. É essa fruição que Trajano Galvão descreve neste poema, ponto de partida para a fixação do problema do negro na literatura brasileira. Logo a seguir, já com a orientação nitidamente romântica, ele escreve *A Crioula*. E descreve assim: “Sou cativa. Que importa? Folgando, hei de o meu cativo levar.” Já, aí, ele não descreve o negro que fugiu, como no primeiro poema. Descreve a cativa, a escrava: “Hei de, sim, que o feitor tem um brando coração que se pode amansar!” Portanto, é a graça da mulher, da mestiça, escrava, que sabe que, pelos seus encantos naturais, pode conseguir amenizar o relacionamento entre ela e o feitor: “Já à noitinha, escondido com a rama, no caminho, oh! crioula, vem cá!” Não há aí nada que pague o gostinho de poder-se, ao feitor, no caminho, faceirando, dizer: não vou lá!” “Tenho um pente coberto de lhama, de ouro fino, tal brilho tem, que, raladas de inveja, as mucamas me sobrelham, com ar de desdém.” A escrava fixada neste poema romântico por Trajano Galvão, ainda não tem aquele sentido de rebeldia, de protesto. Mesmo no primeiro poema, em que descreve o negro fugido, o negro fugido está em plena fruição da sua liberdade. Não é um antagonista. Não protesta. O protesto vai ocorrer muito depois. Contemporâneo de Trajano Galvão é Celso Magalhães. Gostaria de deixar, na lembrança de todos que me ouvem, nesta noite, este nome, extremamente importante para a história da luta da libertação do negro no Brasil. Celso Magalhães é um jovem bacharel, formado no Recife, que, aos 28 anos, toma conhecimento de dois crimes ocorridos em São Luís. São os seguintes: uma senhora, Ana Rosa Ribeiro – digo isso, porque tive o processo nas mãos –, senhora do dr. Carlos Ribeiro, futuro barão de Grajaú, vice-presidente da província, presidente do Partido Liberal, mata, a princípio, um escravo de onze anos. Daí a algum tempo, mata o segundo escravo, um pouco mais velho. Murmura-se, como em toda cidade pequena, sobre esses crimes. Um dia, uma escrava de dona

Ana Ribeiro, que mora no centro da cidade, na rua de São João, velho solar maranhense, foge de casa e pede abrigo no destacamento policial que funciona algumas casas adiante da casa da sua senhora. Há o conhecimento do fato e a murmuração dos jornais de província.

De repente, transforma-se São Luís, aquela São Luís imperial, de senhores e escravos, bem marcada por essa distinção, ali prevalecendo o preconceito de cor, como no caso daquela senhora de escravos, famosa, dona Ana Jansen, hoje incorporada ao folclore maranhense, às suas tradições, onde fui criado. Dizia-se ouvir à noite o rumor de uma carruagem. Era a carruagem de dona Ana Jansen que, saindo do cemitério de São Luís, atravessava as ruas da cidade. E só se ouvia o galope dos cavalos e o rumor daquelas rodas sobre os paralelepípedos de São Luís. Quando se abria a janela, a carruagem tinha desaparecido. Já ia por outras ruas. E acrescentava a tradição que, inevitavelmente, haveria de morrer quem houvesse de surpreender aqueles cavalos puxando aquele carro, com dona Ana Jansen que saía do cemitério e dava uma volta na cidade. Essa tradição, incorporada ao legendário maranhense, dá bem idéia de um conflito na ordem social, porque deixa a marca, a presença, a imagem de uma senhora de escravos, que se transfere, com sua vida comum, para o domínio da criação da magística popular. Dona Ana Ribeiro, um belo dia, é denunciada por Celso Magalhães, como a responsável, a criminosa, a assassina dos dois escravos. A princípio parece que se trata de uma simples extravagância daquele jovem promotor, que, no entanto, leva a sua denúncia às maiores conseqüências no plano da lei, a tal ponto que dona Ana Ribeiro, certo dia, recebe um mandado de prisão. E é presa. Vai ser julgada. Toda a sociedade maranhense se revolta. As grandes damas locais, no dia do julgamento, comparecem, severamente vestidas de negro, estabelecendo uma coação para aqueles jurados. E dona Ana Rosa Ribeiro, acusada por Celso Magalhães e defendida por dois grandes advogados locais, permanece na sua cadeira de ré, ouvindo aquele promotor, que lhe pede, como alta dama da sociedade local, a pena das galés. Isso estremece a sociedade maranhense. Essa é uma data na história das lutas pela liberdade do negro, porque, pela primeira vez, o fato acontecia a um jovem que ainda não tinha chegado aos trinta anos, introdutor dos estudos do folclore no Brasil, homem que se batia, na imprensa maranhense, pela fixação dos costumes locais, com uma literatura costumbrista, de acentuado valor, e que escrevera um poema sobre a liberdade dos negros, chamado *Os Quilombos*. Celso Magalhães consegue levar essa acusação às suas últimas conseqüências. A lei, na verdade, era democrática; permitia a Celso Magalhães acusar essa grande dama, fazendo-a sentar no banco dos réus. Mas o júri era aristocrático. Ainda tinha a impregnação da aristocracia local. E dona Ana Rosa Ribeiro, a despeito de todos os documentos e de todas as testemunhas, segundo tive oportunidade de ler, no processo que me caiu às mãos, é absolvida por unanimidade. Essa absolvição faz com que ela deixe a prisão, diretamente para casa. O processo parece perdido nessa

luta. Mas, em verdade, ela vai continuar na província, com reflexos na literatura local, a que, mais adiante, terei oportunidade de fazer referência.

Não quero continuar esta exposição sem chamar a atenção para um fato que não figura nas histórias literárias, mas que é, também, de capital importância, porque traz, para a luta e para a literatura da escravidão, no Brasil, a figura de Gonçalves Dias. Ele, apenas apontado como indianista e poeta lírico, juntamente com Manuel de Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manuel de Macedo, lançou, no Rio de Janeiro, em 1849, uma publicação mensal – *Guanabara*. Era uma revista literária, científica e artística. Passo a ler o trecho de um artigo, não incorporado em livro. Chamo atenção para o fato, de alta significação, porque esse poeta lírico, advogado do índio, na literatura romântica, é, também, precursor da defesa do negro no Brasil. Moço desconhecido, e que chegara à Corte três anos antes, Gonçalves Dias já tinha um nome, uma obra e uma reputação. Disponha, assim, de uma autoridade pessoal. E é na nova revista que publica, usando estilo bíblico, o trabalho que escrevera, alguns anos antes, em Caxias, contra o cativo. Só na poesia de Castro Alves iremos encontrar, duas décadas depois, um acento análogo sobre o mesmo tema. Gonçalves Dias deixa sentir que o seu trabalho, a que dá o título de *Meditação*, terá as proporções de um livro. Só depois de sua morte, um amigo do poeta, dr. Antônio Henriques Leal, transferiria esse trabalho para a unidade de um livro. Imagina o poeta um velho estendendo a mão escarnada e lenta em sua direção; toca-lhe nas pálpebras, que logo cintilam, dando-lhe a visão de um vasto império, que é o Brasil. Agora, peço que redobrem de atenção para o trecho em que o mesmo ancião, imaginado pelo poeta, depois de mostrar os homens de cor preta sangrando com os ferros que os manietam, sugere ao poeta que volva os olhos em redor de si. Este texto, agora, é de Gonçalves Dias. Isto é de 1849: “Vi algumas cidades, como árvores raquíticas, plantadas em deserto infrutífero, e, nessas cidades, vilas e aldeias, havia um fervilhar de homens velhos e crianças, correndo em todas as direções diversas e com rapidez diferente, como homens carentes de juízo; e as ruas eram tortuosas, estreitas e mal calçadas, como obra de incúria, e as suas casas, baixas, feias e sem elegância. Não rivalizam com a habitação dos castores.” Adiante, diz Gonçalves Dias, passando à acusação objetiva:

“E nessas vilas, cidades e aldeias, no seu cais, nas suas praças e chafarizes vi, somente, escravos e, à porta ou no interior dessas casas mal construídas e nesses palácios sem elegância, escravos; e no adro ou debaixo das naves dos templos, de costas para as imagens sagradas, sem temor, como sem respeito, escravos; e nas jangadas mal tecidas, nas canoas de um só tora de madeira, escravos; e, por toda a parte, escravos. Por isso, o estrangeiro, que chega a algum porto do vasto império, consulta de novo a sua derrota e observa, atentamente, os astros, porque julga que um vento inimigo o levou às costas da África. E conhece, por fim, que está no Brasil, na terra da liberdade, na terra ataviada de primores e esclarecida por um céu estrelado e

magnífico. Mas grande parte da sua população é escrava. Mas a sua riqueza consiste nos escravos. Mas o sorriso, o deleite do seu comerciante, do seu agrícola e o alimento de todos os seus habitantes é comprado à custa do escravo. E, nos lábios do estrangeiro que aporta no Brasil, desponta um sorriso irônico e despeitoso. Ele diz consigo que a terra da escravidão não deve durar muito, porque é crente e sabe que os homens são feitos do mesmo barro, sujeitos às mesmas dores e às mesmas necessidades”. Vai ainda além o poeta, na veemência do seu protesto. O atraso brasileiro, ele o atribui à escravidão. O escravo não pode ser arquiteto, porque a escravidão é mesquinha e porque a arquitetura, filha do pensamento, é livre como o vento que varre a terra. O escravo será negligente e inerte, porque não lhe aproveitará o suor do seu rosto, porque a sua obra não será a recompensa do seu trabalho, porque a sua inteligência é limitada e porque não tem amor à glória. Nenhum outro escritor, antes de Gonçalves Dias, tivera, no Brasil, em prosa ou em verso, uma veemência tão grande, na defesa do negro e na acusação à escravidão no Brasil. É preciso, portanto, associar à literatura da escravidão, no Brasil, o nome de Gonçalves Dias.

Mas, a certa altura da literatura brasileira, vamos ver que não apenas aparece o problema da luta pela libertação do negro; já começa a surgir um novo tipo social, que é o mulato. Dizia Oswald de Andrade, num reparo que cito, apenas para amenizar um pouco esta lição, que o que estraga o mulato é o branco que há nele. Já, ao contrário do que se pensa, é o branco que dá aquela capacidade de falar, a extroversão do mulato. O mulato, que aparece na paisagem social brasileira, por esta mistura de raças, tem, na figura do padre Caldas Barbosa, na sua famosa *Viola de Lereno*, o primeiro tocador de viola, que se acompanha com os seus versos.

Portanto, antecipando todos aqueles que, no nosso tempo, misturam sua poesia e o seu violão, esse Caldas Barbosa vai aparecer, na sociedade lisboeta, freqüentando os grandes salões da nobreza portuguesa, ali cantando as modinhas brasileiras, aquilo que já era a nossa expressão rítmica, um ritmo novo do Brasil, impregnado das coisas e dos motivos brasileiros. Ele constitui, na sociedade do seu tempo, uma figura de tal modo popular, que um grande escritor – Backford – no seu diário, fala do mulato brasileiro distraído e sendo a figura popular dos grandes salões de Lisboa. A *Viola de Lereno* incorpora elementos genuinamente brasileiros, que vamos encontrar na poesia de outro mulato, Gonçalves Crespo, e, mais tarde, até mesmo perto de nós, na poesia de Jorge de Lima – *Essa Nega Fulô*. Ela tem a sua raiz mais distante na *Viola de Lereno*, do padre Caldas Barbosa. Essa *Viola* vai surgir ao longo da literatura brasileira. Quando lemos *Essa Nega Fulô*, com aquele embalo rítmico, perceberemos, nas suas raízes, a *Viola* daquele velho padre, já esquecido ao longo da literatura brasileira. Há um poema de Gonçalves Crespo, que diz assim: “Cercada de mestiças, no terreiro, cisma a senhora moça. Vem descendo a noite e, pouco a pouco, escurecendo o vale umbroso e o monte sobranceiro. Brillam insetos no capim rasteiro. Vêm das matas os

recolhendo. Na longa estrada ecoa, esmorecendo, o monótono canto de um tropeiro. Atrás das grandes pardas borboletas, crianças nuas lá se vão na varanda correndo, ladrilhada. O sabiá gorjeia, enquanto, às portas do curral, ondeia a mugidora fila da boiada”. É, apenas, um cromo. Não é, ainda, a literatura de denúncia ou de protesto. É uma simples fixação, como encontramos na poesia de Trajano de Carvalho. Mas esse mesmo Gonçalves Crespo tem um poema que se chama *As Velhas Negras*. Já aí o protesto se insinua, quando ele diz: “As velhas negras, coitadas, ao longo estão assentadas, do batuque folgazão. Pulam crioulas faceiras, em derredor das fogueiras e das folhas de alcatrão. Na floresta rumorosa, esparge a lua formosa a clara luz tropical. Tremeluzem piri-lampos, no verde-escuro dos campos e nos côncavos do val. Que noite de paz! Que noite! Não se ouve o estalar do açoite, nem as pragas do feitor. Essas pobres negras, coitadas, pendem as fontes cansadas, num letárgico torpor”. Já, então, a nota de protesto começa a aparecer.

Mascam aquele denço, aquele langor, aquela doçura que vamos encontrar na poesia de Jorge de Lima. Jorge de Lima, naturalmente, continua, no nosso século, a poesia de Gonçalves Crespo. Vemos o nosso Jorge de Lima dizer: “Ora se deu que chegou – isso já faz muito tempo – no bangüê do meu avô, uma nega bonitinha, chamada Nega Fulô. Essa Nega Fulô! Oh! Fulô! Era a fala da Sinhá. Vai forrar a minha cama, pentear os meus cabelos. Vem ajudar a tirar a minha roupa, Fulô!” Nesse embalo, que tem o ritmo popular por excelência, que são esses versos de sete sílabas, Jorge de Lima consegue retrotrair a poesia, para chegar às mesmas fontes em que se inspirou Gonçalves Crespo para fazer os seus *Noturnos*. Essa poesia vai alcançar, de repente, uma ou pouco mais de uma década, porque o primeiro poema de Castro Alves sobre o africano é de 1863. Então, vamos ver 63, 64, 65, 70, a década de 70 e 80, sobretudo depois da Guerra do Paraguai, em que todo o país começa a sacudir-se com a campanha do Ventre Livre, depois a da libertação do sexagenário, até 88, quando temos, afinal, a raça negra libertada no Brasil. Essa campanha vai de norte a sul. Ainda não foi feito o levantamento de todos os poetas que dela participaram. Antes, porém, de fazer a apreciação dessas denúncias, nos versos de Castro Alves, gostaria, também, de pedir atenção para um outro escritor da minha província. É Aluísio de Azevedo. Ele é testemunha presencial do processo de dona Ana Rosa Ribeiro. E vai escrever o primeiro grande livro em que se denuncia o preconceito de cor no Brasil, em *O Mulato*. É o livro de um jovem de vinte e poucos anos, que viera para o Rio de Janeiro, com a preocupação de estudar pintura, e que regressa à sua província. Ali participa de uma luta religiosa entre católicos e maçons. Essa luta vai suscitar na província dois jornais: *O Pensador* e *A Civilização*. Esse *Pensador* é tão importante, que o homem que constrói Manaus e que lhe dá feição moderna, incluindo o Teatro da Paz, nele aparece. Eduardo Ribeiro figura, na crônica amazonense, como o pensador, por influência desse jornal de província, em que colaborava Aluísio de Azevedo.

Aluísio de Azevedo, em plena luta contra os padres da *Civilização*, escreve um romance, que é a denúncia do preconceito de cor na província.

O Mulato é, apenas, o ponto de partida, porque Aluísio vai continuar na mesma linha, até escrever o seu maior livro – *O Cortiço* – o primeiro grande livro de multidão no Brasil, sobre o problema da escravidão, através da figura da negra Bertolesa e da exploração do seu senhor, João Romão. Esse romance, o melhor, a obra-prima de Aluísio de Azevedo, ficou na literatura brasileira, não apenas como a fixação de uma realidade que estava diante dos olhos do romancista, mas como uma denúncia da exploração do negro. E vai continuar pelo tempo adiante, por força daqueles valores de ordem artística, que fazem com que uma obra escrita, inicialmente, na linha da propaganda e da luta ideológica, possa, depois, sobreviver ao próprio fato, incorporando-se, definitivamente, à literatura do nosso país. Aluísio, com *O Cortiço* e *O Mulato*, insere-se, naturalmente, na história da luta pela libertação da raça negra no Brasil. Ao mesmo tempo, incorpora a escravidão à literatura brasileira, com esses dois romances. Dizia-me um grande escritor francês – Paul Sodré – que os poetas se dividem em duas categorias: os poetas dos mistérios de El sis, que são aqueles poetas herméticos, fechados e de um pequeno público e os poetas da  gora, que são os poetas da praça pública, que, instantaneamente, se comunicam com as multidões. Castro Alves, pela veemência do seu verso,   esse tribuno da poesia. Ele consegue ser, na hora própria, o intérprete da reden o de uma raça. Nada de mais tocante se escreveu, no Brasil, de que *O Navio Negreiro*, com as suas estrofes de protesto, mostrando aqueles negros naquele navio, dançando debaixo dos açoites para não morrerem. Castro Alves consegue, com a sua juventude bravia, na hora própria, fazer essa denúncia. Ele se associa a um outro grande tribuno da prosa, chamado Joaquim Nabuco. Joaquim Nabuco, moço de família aristocrata, da velha aristocracia pernambucana, senhor de engenho, faz da liberta o da raça negra, o apostolado da sua vida, como parlamentar, jornalista e escritor. Então, há uma hora, na cultura brasileira, em que quase todos os escritores estão engajados na liberta o da raça negra. Até mesmo um homem aparentemente distante, como Machado de Assis, também aparece. Encontramos, ao longo da sua obra, com discri o pessoal, sua participa o nessa luta, em algumas denúncias fundamentais, como em alguns contos e em certos trechos dos seus romances, sobretudo no *Memorial de Aires*, quando fixa a hora da Aboli o e participa do seu regozijo. Aquele homem, aparentemente distante, arrastado pelo seu amigo Ferreira de Araújo, participa de uma passeata no Rio de Janeiro, na hora em que a raça negra   libertada. Ao mesmo tempo, vemos eclodirem e surgirem figuras como José do Patrocínio ou Rui Barbosa, com a numerosidade da sua palavra, todos empenhados na liberta o da raça negra no Brasil.

Contados são os grandes escritores que ficaram ausentes dessa peleja. Depois que ela se encerra, ainda vemos sua ressonância, nos vários escritores que se voltam para o tema da escravidão, sentindo que, na nossa literatura,

esse problema pode ser apresentado em termos de revisão histórica. Digo isso com minha experiência pessoal. Passei cerca de três anos de minha vida voltado para um romance que talvez seja o menos mau dos meus livros. Chama-se *Os Tambores de São Luís*. Procurei fazer desse livro, não o romance da Abolição, mas o romance da escravidão no Brasil, acompanhando todo o processo do negro, desde a sua vinda, não apenas até a sua libertação, mas até sua mistura, de tal maneira que uma das últimas cenas do livro é aquela em que o trisavô se debruça sobre o berço do trineto, que não é mais moreno do que ele, já tem a pele clara pela mistura das raças, sem que traga mais consigo o travo da sua revolta, mas sim a tendência da conciliação, essa conciliação que, hoje, figura na sociedade brasileira. Sempre digo que a literatura, ao contrário do que muita gente pensa, é, talvez, uma das formas mais profundas de conhecimento do eu. Eu próprio, ao longo da elaboração desse livro – afirmo isso para terminar esta lição que já se vai alongando – pude rever o processo histórico da escravidão no Brasil, à medida em que construía as situações do meu romance. Por exemplo: fui criado, lendo, nas histórias do Brasil, que uma das leis redentoras da raça negra era a que deu liberdade ao sexagenário. Quando fui ver a lei, fiquei espantado. Em primeiro lugar, ela diz que o negro, quando completava sessenta anos, tinha direito à sua liberdade desde que trabalhasse mais três para o seu senhor. Já não eram mais sessenta anos. Eram sessenta e três. Olhamos a estátua de José Bonifácio e de José de Alencar, ali no Rio de Janeiro, e vemos aquele homem barbado – José de Alencar – que morreu quando ia completar quarenta e oito anos, mas nos dá a sensação de um velho. Naquela época, os romances de Joaquim Manuel de Macedo diziam assim: “Um velho de cinquenta anos...” Portanto, os velhos tinham cinquenta anos àquela época. Pois o negro, para alcançar sua liberdade, tinha que alcançar sessenta e três. Não se estabeleceu nenhuma liberdade para o senhor. Permitiu-se-lhe, apenas, colocar esse negro velho ou essa negra velha na porta dos seus sobrados ou na porteira das suas fazendas. Ocorreu isso com duas de minhas personagens, trazidas por uma senhora que se desfez de suas fazendas. Não sabendo o que fazer com duas velhas, deixa-as sentadas num banco de praça. Abandona-as, porque isso a lei permitia. Então, coube a mim, romancista, ter a perfeita percepção disso, não mais embalado pela cantiga de que aquela era uma lei redentora, quando se tratava, apenas, de uma lei iníqua, que só dá ao pobre preto o direito de morrer, porque o seu senhor não tinha mais nenhum compromisso com ele.

**Alguns parlamentares
fluminenses do Império**

Célio Borja

A Câmara dos Deputados completou, no dia 6 de maio cento e cinquenta anos de existência, como órgão do Poder Legislativo brasileiro, em regime bicameral.

Como presidente daquela Casa do Congresso Nacional e, sobretudo, como fluminense, não encontro meio mais adequado de celebrar tão importante evento do que esse de lembrar aqueles que, no Parlamento do Império, ilustraram minha velha província natal; e é ainda maior a minha alegria, por fazê-lo em Petrópolis, cidade que reparte com o Rio de Janeiro, a honra de ter sido a sede da Corte, o cérebro e o coração da Monarquia e da República, o sítio para o qual convergimos, todos os brasileiros, quando queremos tomar ao passado exemplo e inspiração para as dúvidas presentes.

Sou-lhe duplamente grato, professor Lourenço Lacombe, pela iniciativa de associar o Museu Imperial às Comemorações do Sesquicentenário da Câmara dos Deputados e por proporcionar-me a evocação de momentos gloriosos da vida parlamentar de nossa pátria em lugar tão caro aos corações fluminenses.

Escrevendo sobre os principais estadistas do Segundo Reinado, afirmou certa vez o historiador Edmundo da Luz Pinto:

“... É pois, inegável, que a sombra desse parodiado parlamentarismo brasileiro, cujos modelos ideais eram a Inglaterra e a França daquele tempo, se formou uma nata de homens públicos, que não se encontram em qualquer outra fase da história do Brasil.”

Dessa plêiade de estadistas uma parcela das mais significativas pertencia, nessa fase imperial, à antiga província do Rio de Janeiro, antes denominada capitania de São Vicente. Vê-se, então, que não era casual o fato de ser o Rio de Janeiro a mais rica e mais importante província do Brasil imperial, importância que se estende até os nossos dias republicanos, talvez não tanto já pelos fatores econômicos, mas, particularmente, por motivos de ordem cultural, que nem a transferência da capital para Brasília modificou, antes terá acentuado e consolidado.

É verdade que já não prevalece hoje a antiga paisagem provincial fluminense, com a proliferação fácil dos cafezais resultando numa classe social bafejada pela fortuna, pela posse de fazendas, pela presença do trabalho servil – em boa hora abolido pela consciência cristã de todo o nosso povo – e beneficiada por títulos nobiliárquicos tais como os de conde de Baependi,

visconde de Maranguape, visconde de Itaúna, visconde de Niterói, de Paranaguá, visconde de Itaboraí, visconde do Cruzeiro, marquês de Amaro, marquês de Maricá, visconde do Uruguai. Mais estes: marquês de Caravelas, visconde de Sepetiba, barão de Campo Grande, barão de Caçapava, visconde do Rio Branco, visconde do Bom Retiro. Ou ainda: barão de Sousa Lima, visconde de Tocantins, visconde de Inhomirim, visconde de Carapebus, visconde de Jaguari, visconde de Jequitinhonha, conde de Irajá, marquês de Inhambupe.

O ato adicional de 12 de agosto de 1834, acrescentado à Constituição de 1824, proporcionou à então província do Rio de Janeiro governo próprio, administração independente. Antes, como se sabe, era governada pelo ministro do Império (até 1834). Depois, seus presidentes passaram a ser indicados pelo imperador. O primeiro presidente da província designado na regência foi o dr. Joaquim José Rodrigues Torres, mais tarde visconde de Itaboraí. Dele se disse que “dentre os membros da representação provincial na Câmara, nenhum se lhe avantajava em experiência administrativa e em saber”. Por nascimento e por laços de família, era legítimo expoente da aristocracia rural da província.

A primeira assembléia provincial, instalada a 19 de fevereiro de 1835, era constituída de nomes ilustres. Ali tiveram assento um Bustamante Sá, um Amaro da Veiga, um Belisário Soares de Sousa, um Evaristo da Veiga, um Francisco Chagas Werneck, ao lado de um Hermenegildo Feijó, de um Hilário Joaquim de Andrade, de um Gonçalves Ledo (o temido jornalista), de um Batista Pereira, de um Nogueira da Gama e de um Sousa França.

Entre os documentos do acervo do Arquivo Nacional, um existe, já da fase do Segundo Reinado, datado de 11 de novembro de 1863, e firmado pelo seu então presidente, José Feliciano de Moraes Costa, que felicita o imperador d. Pedro II por sua presença no teatro da guerra do Paraguai e pelos feitos heróicos de nossos soldados.

Já então a histórica província fluminense acompanhava ativamente os acontecimentos que interessavam de perto aos destinos brasileiros, confirmando, dessa forma, como em tantos outros episódios de nossa história, o seu inegável ascendente, que não se interrompeu ao longo de quase cinco séculos.

Particularmente agora, em nossos dias, quando a terra fluminense teve restabelecida, com a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a sua original unidade geográfica, geopolítica e cultural, é para nós grato lembrar fatos e figuras de nossa terra natal. Tanto mais que isto sucede neste tranqüilo ambiente do Museu Imperial, tão impregnado de história, tão marcado por aquela época de esplendor e de fausto, de hábitos aristocráticos, de uma aristocracia rural só comparável àquela outra que predominou – é verdade que sem a proximidade da presença física de nossos dois imperadores – em terras do nordeste açucareiro.

Chamou-me especialmente a atenção, ao voltar a percorrer as vidas des-

ses verdadeiros estadistas patricios, que foram os parlamentares fluminenses da nossa fase imperial, aquilo que, citando ainda Edmundo da Luz Pinto, constituiu-se afinal num “verdadeiro comício de grandes homens, notáveis pelo talento ou pelas realizações”. Eis aí tema sedutor para renovados estudos de nossas instituições políticas. Creio que a fase imperial brasileira terá sempre, para todos nós, não importa qual o grau de participação na vida pública, esse atrativo que nos leva a indagar, repetidamente, como aliás fez Oliveira Viana – esse fluminense extraordinário, tão visceralmente fluminense quanto brasileiro, aliás ainda hoje incompreendido, porque talvez pouco estudado, numa época em que a superficialidade prevalece em todas as línguas – se o seu ocaso pudessem ter sido adiado por mais algum tempo, qual seria hoje o conteúdo de nossas instituições políticas. Evidentemente não afirmo e, sim, pergunto, sem qualquer resquício sebastianista, se os padrões morais e políticos do Primeiro e do Segundo Reinados (aí também incluído o período regencial) tiveram a desejável continuidade.

Mas não quero desviar-me do tema de minha conferência.

Começemos pelas cortes constituintes de Lisboa, que são, por assim dizer, o embrião de nossas instituições parlamentares.

Dentre os políticos e estadistas fluminenses que integraram as cortes, destaca-se a figura de Francisco Vilela Barbosa, o 1º marquês de Paranaguá. Era formado em matemática pela Universidade de Coimbra e lecionou na Real Academia de Marinha do Rio de Janeiro. Nas cortes constituintes, chegou a assinar a primeira Constituição portuguesa, concluída em setembro de 1822. Foi senador pela província do Rio de Janeiro, eleito e nomeado em 1826. Por várias vezes ocupou a pasta da Marinha, caracterizando-se pela absoluta fidelidade ao imperador d. Pedro I. Já consagrado como grande figura da Independência e do Primeiro Reinado, apoiou o movimento que antecipou a maioria de d. Pedro II, em 1840. Como ministro, foi o marquês de Paranaguá um dos dez conselheiros que colaboraram na Constituição e a assinaram. Colaborou ainda na restauração do Conselho de Estado, na reforma do Código de Processo Criminal, com a criação da chefia de polícia nas províncias. Em 1825, foi um dos três negociadores brasileiros para o Tratado firmado com Portugal. Em 1826, foi o plenipotenciário do Tratado de Amizade e Comércio que o Brasil fez com a França.

Um testemunho de Joaquim Manuel de Macedo define bem a personalidade desse fluminense que tantos serviços prestou à sua província natal e ao Brasil: “O marquês de Paranaguá era honesto e probo, de lealdade nunca desmentida, e a grandeza de seu ânimo ficou provada na sua constância inabalável e firmeza expendida no meio das borrascas políticas, que nunca puderam abalar sua coragem”.

Joaquim Gonçalves Ledo foi deputado pela oposição liberal, de 1826 a 1831. Estudou Medicina na Universidade de Coimbra, sem contudo concluir o curso. Foi um dos mais ativos participantes dos movimentos de 1821 em favor da Independência. Naquele mesmo ano fundara, com Januário Barbosa,

o *Revérbero Constitucional Fluminense*, jornal de propaganda política que desempenhou papel de destaque na campanha da Independência. O barão do Rio Branco afirmou ter sido Gonçalves Ledo quem inspirou todas as grandes manifestações que antecederam imediatamente o movimento pela Independência. Foi ele quem estimulou o governo a convocar uma constituinte e quem redigiu alguns dos principais documentos políticos, como o manifesto de 19 de agosto de 1822, dirigido por d. Pedro aos brasileiros.

Na Constituinte de 1823, Ledo gozou de muita consideração, sendo sempre escolhido para integrar comissões importantes. Em 1835, foi eleito membro da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, sendo reeleito nas duas legislaturas seguintes. Por duas vezes deixou de ser incluído em listas senatoriais pela antiga província fluminense, o que muito contribuiu para afastá-lo das lutas políticas.

José Egídio Álvares de Almeida, o barão de Santo Amaro, representou a província do Rio de Janeiro no senado, do qual foi o primeiro presidente, ao constituir-se a Câmara vitalícia, em 1826. Foi aliás nesse mesmo ano que o imperador d. Pedro I lhe concedeu o título de marquês. Mas a sua carreira parlamentar começou com a eleição em 22 de setembro de 1822 – portanto, poucos dias após o Grito do Ipiranga – com 166 votos, para a Constituinte imperial pela província fluminense. O pleito fora realizado pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, sob a presidência do desembargador de Juiz de Fora José Clemente Pereira, outro parlamentar fluminense da fase imperial.

A atuação parlamentar do barão de Santo Amaro deve ser vista levando-se em conta as peculiaridades das instituições brasileiras da época. Na nossa primeira constituinte, por exemplo, foi o chefe da oposição moderada, juntamente com Pereira da Cunha. Nessa qualidade foi que defendeu, ao lado de Antônio Carlos e outros, o art. 39 do projeto apresentado por Muniz Tavares no sentido de que as leis feitas pela Constituinte imperial, antes de aprovada a constituição, fossem dispensadas da sanção do Imperador. Contudo, sem embargo de posições como esta, em favor do prestígio do poder legislativo e por uma monarquia constitucional, José Egídio permaneceu sempre fiel a Pedro I. Essa fidelidade, que soube manter sem choque com a sua condição de membro da oposição parlamentar, evidencia-se, quando lembramos ter aceito participar, ao lado de José Bonifácio, d. José Caetano da Silva Coutinho, mosenhor fidalgo e frei Antônio de Arrábida, da Comissão Organizadora do Cerimonial da Solenidade de Sagração e Coroação do Imperador D. Pedro I, em 19 de dezembro de 1822, servindo, aliás, de mestre de cerimônias.

Descendia o barão de Santo Amaro de tradicional família baiana. Feitos os primeiros estudos, viajou para a Europa e lá formou-se em direito pela Universidade de Coimbra. Contando com a proteção de um tio, antigo ministro do regente d. João, tornou-se deste o que hoje chamaríamos oficial de gabinete, passando em seguida a secretário, função que exerceu por longos anos.

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, José Egídio acompanha d. João, que o nomeou gentil-homem da câmara do príncipe d. Pedro – o futuro Imperador – e, mais tarde, ao ser coroado rei, em 1818, agraciou-o com os títulos de barão de Santo Amaro e de conselheiro do Erário Régio e da Fazenda. Nessas funções, era o seu parecer ouvido em todas as questões importantes, e não poucas vezes seu ponto de vista orientou a solução de problemas políticos e atenuou dificuldades penosas para a época e para os homens. Daí porque lhe dedicava o rei d. João VI especial estima. Entre os testemunhos desse afeto, conservou sempre o leal servidor uma caixa de rapé cravejada de brilhantes que recebera das próprias mãos do monarca.

Foi o barão de Santo Amaro um dos presidentes de nossa Constituinte imperial. Dissolvida esta, em novembro de 1823, foi José Egídio nomeado membro do Conselho de Estado do Império do Brasil, integrado por dez membros. Nesse cargo é que assinou a resolução da expatriação dos presos políticos, em conseqüência do fechamento da assembléia. A criação desse conselho, incumbido da elaboração do novo projeto de constituição, resultou da modificação havida na proposta feita ao imperador: “convocar-se, já, uma junta composta de vinte membros escolhidos dentre os deputados da extinta assembléia, para, sem perda de tempo, apresentarem a Constituição do Império...” Nessas condições, foi o barão de Santo Amaro um dos redatores da Constituição de 1824.

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o visconde de Sepetiba, inscreve-se entre os mais notáveis estadistas patricios que se distinguiram por sua honradez e talento administrativo. É das mais completas figuras de homem público do Segundo Reinado, esse fluminense nascido no ano de 1800, na freguesia de Itaipu, município da Vila Real da Praia Grande, hoje Niterói. Edmundo da Luz Pinto define esse antigo magistrado como “homem culto e de sociedade, observador, maneiroso, inteligente, vocação de diplomata”. Suas qualidades de administrador foram manifestadas nas presidências das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Todos quantos lhe estudaram a personalidade, do ponto de vista do administrador, são unânimes em afirmar a capacidade administrativa do conselheiro poderá ter encontrado, quem com ele ombreasse, entre os nossos melhores estadistas. Entretanto, dificilmente se encontrará alguém de quem se diga que o superou. Foi o que, aliás, escreveu textualmente Leri Santos, em seu *Panteon Fluminense*:

“Como administrador Aureliano pode ter igual, não tem superior; ao lado do mais belo talento e da mais sólida e profunda ilustração, tinha ele a mais louvável prudência e, principalmente, a mais escrupulosa honradez que por todos era reconhecida e por ninguém jamais foi posta em dúvida.”

A irônica designação de “Facção Áulica” para o grupo de políticos que se reunia em torno do futuro visconde de Sepetiba, e nele via o chefe, certamente resultava da malícia a que não escaparam os que, pelo valor e

sagacidade política, tinham, como era o caso de Aureliano, livre acesso ao Paço Imperial. É verdade que os estudiosos dessa magnífica época de nossa história reconhecem que nem sempre a figura de Aureliano é vista com simpatia. É possível que tenha sido freqüentemente oportunista. Entretanto, não se lhe aponta, em toda a sua carreira de homem público, nenhum desserviço ao Brasil.

Tendo presidido, como já vimos, a província do Rio de Janeiro até 1848, com as interrupções motivadas pelo comparecimento às sessões legislativas, Aureliano Coutinho foi também ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, tendo integrado o chamado Ministério dos Irmãos, ou da Maioridade. Sua influência sobre o imperador-menino foi enorme. No assim chamado “Clube da Joana”, tinha ele, ao que tudo indica, o bastidor da sua influência política.

Em sua administração como presidente da província do Rio de Janeiro, fizeram-se importantes obras, não só na capital como em todas as comarcas. Edificaram-se chafarizes, abriram-se estradas. Vários edifícios públicos foram restaurados e novos foram levantados. Construíram-se pontes para facilitar o acesso ao interior da província. Foi criado um depósito de sal. Ampliou-se a navegação fluvial. Deve-se a ele a fundação da colônia alemã da serra da Estrela, hoje cidade de Petrópolis. Por suas obras e por seu tino administrativo chegavam de todos os pontos da província as mais calorosas felicitações. E acentue-se este aspecto: sua honesta e exemplar administração despertava entusiasmo em todos.

No ministério, Aureliano foi responsável por algumas das iniciativas que permanecem até hoje como instituições nacionais: a Casa de Correção, o Montepio, a Caixa Econômica.

Os trechos que a seguir transcrevo, de seu testamento, mostram a grande estatura moral do cidadão, do político, do filósofo, que foi esse ilustre fluminense.

“Seja o meu enterro com muita simplicidade e sem a menor ostentação; não me vistam farda, não me ponham insígnias; esses galardões do mérito, se tanto na vida provocam a vaidade, postos em cima de um cadáver, isto é, num pouco de lama abandonada pela alma, me parecem quase ridículos... Desejo que minha família não peça pensão; se o governo entender que é justo dá-la, só então a deve aceitar e agradecer... Nunca pedi nada ao chefe de Estado, nem para mim nem para membro algum de minha família; tive entretanto freqüentes ocasiões de estar a seu lado, e tenho consciência de o haver servido com honra, zelo, desinteresse e muita dedicação... Só é verdadeiramente grande neste mundo quem fez à humanidade maior soma de bens... Digo à minha mulher, aos meus filhos, que tanto amei, e a todos os meus amigos, um saudoso e último adeus.”

Não é sem razão que essa fase de nossa história política, pela elevação moral dos estadistas que a integraram, é considerada sem paralelo.

Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho foi um dos mais denodados lutadores e incansáveis cooperadores de nossa independência política. Era natural da hoje cidade de Angra dos Reis.

Em 12 de novembro de 1823, fora dissolvida pelo imperador d. Pedro I a primeira Assembléia Constituinte brasileira. Só no dia 29 de abril de 1826 – portanto, quase dois anos e meio depois – instalava-se, já agora como Assembléia Geral Legislativa, em sua primeira sessão preparatória, a Câmara dos Deputados. Pereira da Nóbrega era um dos representantes da província do Rio de Janeiro na nova Câmara.

De sua vida, sabe-se que desde cedo dedicou-se à carreira das armas, percorrendo os postos subalternos até alcançar o de capitão do 3º Regimento de Infantaria de Linha da corte, por decreto de 17 de dezembro de 1806. Foi nesse posto que, pela sua reconhecida competência, viu-se elevado, por carta régia de 13 maio de 1811, à graduação de tenente coronel agregado ao 1º Regimento de Cavalaria de Milícias do distrito de Itapacorá. Daí, foi promovido a coronel. É nesse posto que, em 1818, em atenção aos seus merecimentos e serviços, vemo-lo transferido para a tropa de linha, ficando adido ao Estado Maior do Exército, onde exerceu o cargo de deputado do ajudante general do Exército.

Em 1821 existia, no Rio de Janeiro, o Clube Patriótico, dirigido pelo capitão-mor José Joaquim da Rocha. Nóbrega fazia parte dessa corporação, e foi nela que cooperou, com ardor e dedicação pessoal, nos trabalhos que prepararam o acontecimento de 9 de janeiro de 1822, ou seja, o rompimento da revolução da Independência pela declaração do príncipe regente d. Pedro de ficar no Brasil (o Fico), em desobediência ao decreto das cortes de Lisboa e do rei d. João VI, seu pai.

Os serviços por ele prestados durante o dia e toda a noite de 11 a 12 de janeiro, ajudando a preparar a resistência às tropas portuguesas do general Avilês, que se havia manifestado contrário à disposição do príncipe d. Pedro e ocupara o morro do Castelo, ameaçando a cidade, situam-no na primeira linha dos beneméritos daquele dia e noite de cívica e gloriosa dedicação.

A 13 de março desse mesmo ano de 1822 é graduado no posto de brigadeiro, e, a 13 de maio, indicado para o cargo de ajudante de general do Exército.

Em julho, afastando-se do cargo o titular da pasta da Guerra, por motivo de saúde, Pereira da Nóbrega é nomeado interinamente para o lugar, pela primeira vez ocupado por um brasileiro. Aí referendou atos de muita importância, destacando-se o decreto de 19 de agosto, que declarava “inimigas, e como tais devendo ser tratadas, todas as tropas que de Portugal ou de qualquer outra nação que fossem mandadas ao Brasil sem prévio conhecimento do príncipe regente”. Foi ainda no exercício do cargo de ministro da Guerra que viu raiar, a 7 de setembro, a Independência da pátria.

Foi um dos quatro ocupantes da pasta da Guerra durante a regência de d. Pedro.

A projeção que alcançara e a confiança que merecia fizeram com que continuasse nesse elevado posto até ver d. Pedro ser aclamado imperador do Brasil, a 12 de outubro de 1822. Mas, logo depois, a 28 de outubro, demite-se o Ministério Andrada, ao qual pertencia. Ligado à facção de Gonçalves Ledo, que abria então luta com os Andradas – Martim Francisco e José Bonifácio, que subiriam ao poder dois dias depois – Pereira da Nóbrega é deportado por suspeito de tendências republicanas, juntamente com José Clemente Pereira e o padre Januário Barbosa – ambos também deputados pela província fluminense. Voltaria, porém, para o país, em 1824, plenamente reabilitado, tendo sido promovido a brigadeiro efetivo. Passa então a dedicar-se a vida particular. Mas nem por isso o esqueciam os seus concidadãos, que, em 1826, como já vimos, elegem-no deputado à assembléia geral na primeira legislatura ordinária, como representante de sua terra natal, a terra fluminense.

Durante a sessão de 1826, em que foi presidente da Câmara o brigadeiro Pereira da Nóbrega, vários projetos e outras questões de relevância foram apresentados e discutidos. Destacaremos estes: projeto Clemente Pereira, que abolia o comércio de escravos; projeto Clemente Pereira, que apresentava as bases para a organização do Código Criminal; proposta Gonçalves Martins sobre a criação de escolas de instrução primária no Império; projetos sobre a criação dos cursos jurídicos, sobre a organização dos conselhos gerais das províncias, em torno da criação de uma cadeira de Direito natural, e outra de Direito das gentes, na capital do Império.

Ainda nos quatro meses da presidência Pereira da Nóbrega, merecem referência especial estes assuntos: projeto relativo à proteção aos gêneros de manufatura e produção nacional oriundos do país; que estabelecia a diminuição ou abolição dos direitos de importação sobre livros; sobre papel e matrizes tipográficas; sobre a liberdade de imprensa; sobre o direito de propriedade; que criava o Supremo Tribunal de Justiça; que criava tipografias nas capitais das províncias; indicação para que fosse discutido o projeto de lei sobre a criação de uma universidade, apresentado na assembléia constituinte.

O escritor Joaquim Manuel de Macedo escreveu a respeito desse fluminense ilustre:

“Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho foi um dos beneméritos da Independência do Brasil e a ela prestou serviços tão relevantes em 1822 que merece lugar de honra na história pátria.”

Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, parlamentarmente Eusébio de Queirós, é outra figura exponencial destas terras fluminenses. Embora brasileiro, não nasceu no Rio de Janeiro nem em qualquer outro ponto do Império. Contudo, o seu nome estará sempre ligado àquela cidade e província, tendo em ambas gozado da maior influência e prestígio, e sendo por elas elevado às mais altas posições. Dele afirmou Leri Santos, no seu já mencionado *Panteon Fluminense*:

“Nenhum nome tem maior direito de ser lembrado nos anais fluminenses”.

Nasceu Eusébio de Queirós em São Paulo de Luanda, Angola, em 1812, quando, lá, seu pai, o conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho da Silva, exercia o cargo de ouvidor geral da comarca. Criança ainda, veio para o Brasil. Aprendeu as primeiras letras já no Brasil. Em 1822 aprendeu o latim em Pernambuco, com o padre Francisco do Rego Barros. De novo no Rio, frequentou o Seminário de S. José, onde estudou filosofia racional e moral, retórica e grego. Repetia, na Bahia, o curso de retórica quando, abrindo-se em 1828, em Olinda, o curso jurídico, para lá seguiu, em companhia do primeiro lente daquela faculdade, e seu diretor interino, o desembargador Lourenço José Ribeiro. Tinha 15 anos, quando fez o que hoje designaríamos de vestibular para a tradicional faculdade, onde se bacharelou em Direito, em 1832.

Em sua página imortal intitulada *O velho Senado* (incluída em *Páginas Recolhidas*), Machado de Assis nos deixou esse testemunho da atuação parlamentar de Eusébio de Queirós:

“... Não faltavam oradores. Uma só vez ouvi falar a Eusébio de Queirós, e a impressão que me deixou foi viva; era fluente, abundante, claro, sem prejuízo do vigor e da energia. Não foi discurso de ataque, mas de defesa; falou na qualidade de chefe do partido conservador, ou *Papa*. Itaboraí, Uruguai, Saião Lobato e outros eram cardeais, e todos formavam o *consistório*, segundo a célebre definição de Otaviano no *Correio Mercantil*.

Não reli o discurso, não teria agora tempo nem oportunidade de fazê-lo, mas estou certo que a impressão não haveria diminuído muito, posto lhe falte o efeito da própria voz do orador, que seduzia.

.....

Eusébio de Queirós era justamente respeitado dos seus e dos contrários. Não tinha a figura esbelta de um Paranhos, mas ligava-se-lhe uma história particular e célebre, dessas que a crônica social e política de outros países escolhe e examina, mas que os nossos costumes – aliás demasiado soltos na palestra – não consentem inserir no escrito. De resto, pouco valeria repetir agora o que se divulgava então, não podendo pôr aqui a própria e extremada beleza da pessoa que as ruas e salas desta cidade viram tantas vezes. Era alta e robusta; não me ficaram outros pormenores.”

Em 1838, Eusébio de Queirós foi eleito deputado à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Em 1840, apesar de candidato da oposição, teve grande votação para deputado geral. Nas novas eleições de 1853, foi eleito pela província do Rio de Janeiro e ocupou uma cadeira na Câmara temporária, dissolvida no ano seguinte.

Em 1848, voltou à Câmara dos Deputados, por ter sido reeleito pela

mesma província. Em seguida, ocupou a pasta da Justiça, em setembro do mesmo ano, onde permaneceu até maio de 1852.

No Parlamento, Eusébio foi, durante longo tempo, o chefe do Partido Conservador na cidade e província do Rio de Janeiro e em todo o Império. Contemporâneos seus afirmam que, como orador, a sua palavra era fácil, amena, elegante e, por vezes, eloqüente. Tinha uma voz sonora e harmoniosa, presença simpática, fisionomia expressiva e um certo magnetismo que atraía o auditório e prendia-lhe a atenção. Possuía, em suma, todos os requisitos de um grande orador. Seu nome está entre os dos maiores oradores parlamentares que o Brasil tem tido.

A atuação parlamentar de Eusébio de Queirós voltava-se mais para os problemas sociais do que para os chamados debates de tese, em que muitos de seus contemporâneos se perdiam. Era um chefe nato e uma inteligência objetiva.

Edmundo da Luz Pinto considera a sua lei de 4 de setembro de 1851 como o primeiro marco da campanha abolicionista. Essa lei pôs fim ao tráfico africano para o Brasil.

Exemplo de sua lúcida visão de estadista preocupado com as questões sociais é este trecho de seu discurso na Câmara dos Deputados, proferido na sessão de 16 de julho de 1852 sobre o problema do negro:

“A princípio, acreditando que na compra do maior número de escravos consistia o aumento dos seus lucros, os nossos agricultores, sem advertir no gravíssimo perigo que ameaçava o país, só tratavam da aquisição de novos braços, comprando-os a crédito, a pagamentos de três a quatro anos, vencendo no intervalo juros mordentes. Ora, é sabido que a maior parte desses infelizes são ceifados logo nos primeiros anos pelo estado desgraçado a que os reduzem os maus tratos da viagem, pela mudança de clima, de alimentos e de todos os hábitos que constituem a vida. Assim, os escravos morriam, mas as dívidas ficavam, e com elas os terrenos hipotecados aos especuladores, que compravam os africanos aos traficantes para os revender aos lavradores. Assim, a nossa propriedade territorial ia passando das mãos dos agricultores para os especuladores e traficantes.

Esta experiência despertou os nossos lavradores e fez-lhes conhecer que achavam sua ruína onde procuravam riqueza, e ficou o tráfico desde esse momento completamente condenado”.

Em 1854, Eusébio de Queirós foi eleito e escolhido senador pela província do Rio de Janeiro. Foi também nomeado conselheiro de Estado. A partir de 1855, exerceu o cargo de inspetor geral da instrução pública, no antigo município neutro, a capital do império, mais tarde capital da República.

Fez parte do Gabinete Monte Alegre, como ministro da Justiça. Foi esse, inquestionavelmente, um dos mais notáveis gabinetes do Segundo Reinado, durante o qual as iniciativas e reformas devidas ao conselheiro Eusébio de

Queirós revelaram o seguro estadista de quem outro grande ministro da época, Nabuco de Araújo, ocupando a mesma pasta, orgulhava-se freqüentemente de estar dando continuidade à obra.

Com efeito, entre os relevantes serviços que durante a sua gestão como ministro prestou ao país o fluminense Eusébio de Queirós, alinham-se o haver referendado a lei de 19 de setembro de 1850, que reorganizou a guarda nacional, bem como a 25 de junho desse mesmo ano, que veio a ser o código comercial. Com sua reconhecida influência, muito contribuiu Eusébio para a implantação, no Brasil, dos serviços de telégrafos, e para que, em 1851, o governo assinasse com o futuro barão de Mauá o contrato de iluminação a gás para então capital do Império.

Entretanto, a mais saliente obra do conselheiro Eusébio de Queirós no Ministério da Justiça foi, sem dúvida nenhuma, a extinção do tráfico de escravos.

Outro parlamentar fluminense do Segundo Reinado – cujo centenário de morte transcorreu este ano – foi Francisco de Sales Torres Homem, o visconde de Inhomirim. Era natural da cidade do Rio de Janeiro. Formado em medicina, sua entrada na vida pública se deu através da imprensa. Como jornalista político foi o redator principal, ou colaborador destacado, de jornais cariocas como *O Independente*, o *Jornal dos Debates* (em 1837), *O Despertador* (em 1839), *O Maiorista* (1842), a *Minerva Brasileira* (1844), *O Correio Mercantil* e *A Aurora Fluminense*. Em 1836, quando exercia, em Paris, a função de secretário de legação e encarregado de Negócios, fez parte da redação da revista *Niterói*, editada na capital francesa. Por essa época, publicou dois panfletos então muito lidos: refiro-me ao *Libelo do Povo*, assinado com o pseudônimo de Timandro e que o tornou conhecido no país inteiro e ao *A Oposição e a Coroa*, este publicado em 1842, em resposta a outro panfleto intitulado *A Facção Áulica*, de autoria de Firmino Silva.

O curioso, na carreira política de Sales Torres Homem, aliás Timandro, é que, a propósito do que escrevera no *Libelo do Povo*, mais tarde iria reconhecer o quanto errara em suas opiniões antimonarquistas. Convencido sincera e profundamente de que as idéias de Timandro eram exaltadas e demagógicas, resolveu retratar-se. Tomo emprestado a Edmundo da Luz Pinto este parágrafo esclarecedor:

“Assim, esse eminente homem público, que começou sua carreira empregando a fulgurante inteligência como arma de destruição, tornou-se depois um fecundo cooperador da administração, um luzeiro do Parlamento, acatado e ouvido nas maiores questões ali debatidas, sendo de notar-se que o liberal das rebeliões do norte, no estudo e no exame das realidades da coisa pública, veio a transformar-se num conservador ferrenho.”

Estranhos caminhos da redenção política! Em nossos dias, como naqueles passados anos do Segundo Reinado, quantos talentos, à maneira de Timan-

dro, não estarão necessitando fazer o mesmo exame de consciência – ou como é mais comum dizer-se agora, a mesma autocrítica – mudadas, é claro, as circunstâncias e guardadas as proporções?

No caso particular desse fluminense, que foi uma das maiores autoridades em matéria financeira, no país, chegando sua autoridade no assunto a se rivalizar, no Império, com as do visconde de Itaboraá (Joaquim José Rodrigues Torres, o primeiro presidente da província do Rio de Janeiro) e de Sousa Franco, o que nos chama a atenção é o fato de, na sua fase construtiva de jornalista e homem público, haver publicado, no *Correio Mercantil*, em 1853, a série de artigos – depois reunida em folheto – sob o título *Pensamentos acerca da conciliação dos partidos*. Pois foram tais artigos, amadurecidamente meditados, que orientaram a opinião pública, não só possibilitando a conciliação dos partidos políticos, como facilitando a tarefa que nesse sentido realizou superiormente, logo depois, Honório Hermeto, o marquês de Paraná, de quem, por sinal, afirmou Euclides da Cunha ser “o ponto culminante do Império”. Tão superiormente que outro grande brasileiro, o barão do Rio Branco, iria também, mais tarde, assinalar que fora a partir do Ministério Paraná que se verificaram, sem sombra de dúvida, os grandes progressos realizados pelo Brasil.

Insisto neste ponto: encerra viva lição para todos nós, brasileiros de hoje, a bela trajetória política de Sales Torres Homem, que, das críticas demagógicas e dissolventes ao que em 1849 pejorativamente designava de “aristocracia de chinelos”, passaria a membro convicto do Partido Conservador, daí resultando ser escolhido senador do Império em lista tríplice, pelo imperador d. Pedro II – que esqueceu os agravos à sua pessoa e à família imperial contidos no *Libelo do Povo* – fato, aliás, que segundo alguns, teria motivado a discutida queda do Gabinete Zacarias, em 1868.

Em sua carreira parlamentar, Sales Torres Homem, que já fora antes membro da Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, foi deputado em várias legislaturas, sendo, como vimos há pouco, elevado ao senado.

Pela terra fluminense foi eleito deputado em 1857, reeleito em 1861, representando, assim a sua província natal de 1857 a 1860 e de 1861 a 1864.

Foi ministro da Fazenda de fins de 1858 a 10 de agosto de 1859.

Em 1867, foi nomeado por Zacarias de Góis, conselheiro de Estado.

Finalmente, é elevado pelo imperador d. Pedro II ao título de visconde de Inhomirim, com as honras de grande do Império.

Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraá, foi o estadista que, por cerca de cinquenta anos, prestou os mais assinalados serviços ao Brasil, para justificado orgulho de sua fluminense terra natal.

É homem do começo do século 19. Como quase todos os brasileiros ilustres dessa época de nossa História, formou-se pela Universidade de Coimbra, em 1825, no grau de bacharel em matemáticas. No ano seguinte, já está de volta ao Brasil, sendo nomeado, aos 23 anos, lente substituto da Academia Militar.

O principal título desse outro estadista fluminense de primeira ordem foi, dúvida nenhuma, o de financista. De fato, é nessa condição e na de chefe do Partido Conservador que o seu nome avulta dentre as mais representativas figuras do período regencial e do Segundo Reinado.

É assim que Tavares de Lira a ele se refere em sua obra *A presidência e os presidentes do Conselho de Ministros*:

“Na pasta da Fazenda, a administração de Torres foi modelar e lhe granjeou a merecida reputação de grande financista, contando um dos seus biógrafos que, ao se darem modificações ministeriais, o que mais interessava aos capitalistas de Londres era saber se ele havia subido; porque, para eles, esta era a melhor garantia de segurança e firmeza na direção das finanças do país”.

Apesar de não haver tomado parte nos movimentos políticos que antecederam a abdicação de d. Pedro I, o nome de Rodrigues Torres já se tinha projetado suficientemente no cenário político da época para merecer a confiança e a amizade de Evaristo da Veiga, o grande jornalista da *Aurora Fluminense*, o árbitro, afinal, dos acontecimentos de 7 de abril de 1831. Com efeito, o futuro visconde de Itaboraí começou a aparecer politicamente logo após regressar de sua segunda viagem à Europa, onde se havia demorado em Paris, de 1827 a 1829, freqüentando as escolas e academias da capital francesa. Inicialmente ligado ao Partido Liberal moderado, foi pela mão de Evaristo que o jovem fluminense se viu alçado, no mesmo ano da abdicação, ao cargo de ministro da Marinha, e, no ano seguinte, em caráter interino, ao de ministro da Fazenda, vago em razão do afastamento de Bernardo Pereira. Acentue-se este fato: não tinha ainda completado 30 anos de idade. Coincidentemente, atravessava o país um de seus instantes mais difíceis.

Em fins de julho desse mesmo ano de 1832, deixa o poder para voltar ao Ministério da Marinha, em novembro, cargo no qual haverá de permanecer até meados de 1834.

No ano seguinte, vamos vê-lo assumindo uma cadeira na Assembléia Geral Legislativa, eleito que fora pela província do Rio de Janeiro. Foi aí que contribuiu para as reformas da Constituição do Império, consubstanciadas no ato adicional de 1834. Foi aliás em consequência desse ato que o antigo município da corte separou-se da província do Rio de Janeiro. Rodrigues Torres é então nomeado o primeiro presidente da província fluminense, cabendo-lhe a glória de aqui inaugurar o governo provincial e organizar a administração pública.

Sem dúvida foi esse, dentre todos, os que prestou em sua vida pública, um dos serviços mais relevantes e de que lhe resultou grande prestígio.

Em 1836, Bernardo Pereira de Vasconcelos, da cisão do Partido Liberal moderado (do qual, como já vimos, fazia parte Rodrigues Torres), fundou uma nova agremiação designada Partido Conservador. O futuro visconde de Itaboraí foi dos que se alistaram no novo partido. De 1837 em diante,

militou sempre nas fileiras desse partido, dele vindo a ser um dos mais autorizados conselheiros e, mais tarde, o chefe de maior prestígio. Os *Anais da Câmara dos Deputados* registram, em sua fase imperial, as razões políticas com que Itaboraí fundamentou, numa das sessões da Câmara, a sua mudança partidária. A cerrada oposição, que a partir de então o Partido Conservador fez aos ministérios do regente Feijó, obrigaram este a renunciar à regência em 18 de setembro de 1837.

É então elevado ao poder o partido de Rodrigues Torres. Essas transformações políticas assinalam também, pela terceira vez, a presença do grande fluminense no ministério, novamente como titular da pasta da Marinha, oportunidade em que, em 1838, propôs a criação do Conselho Naval, aliás só discutido e aprovado muitos anos depois, em 1856.

O futuro visconde de Itaboraí voltaria ainda ao ministério pela quarta vez, em maio de 1840, aí permanecendo até julho. Foi então ministro titular do Império e interino da Marinha, num momento em que o país atravessava uma das mais violentas crises institucionais depois da Independência.

Em 1843, viria, agora pela quinta vez, a ser nomeado ministro da Marinha. No ano seguinte, incluído na lista tríplice apresentada pela província do Rio de Janeiro, Rodrigues Torres foi escolhido pelo imperador Pedro II, senador do Império.

Com a organização, em 1849, do Gabinete de 29 de setembro, com nova ascensão do Partido Conservador, Torres vê-se outra vez elevado aos Conselhos da Coroa, cabendo-lhe a pasta da Fazenda. É dessa fase um de seus maiores serviços ao país: a criação do atual Banco do Brasil (do qual viria anos mais tarde a ser presidente), não sem antes sustentar importantes debates na tribuna parlamentar, quando se discutia o respectivo projeto. Seu adversário nessa luta foi Bernardo de Sousa Franco. Dedicou-se, então, ao urgente trabalho de regularizar a circulação monetária do país, o que alcançou, prestando, dessa forma, serviços dos mais assinalados às finanças nacionais.

Mas é em 1852 que a carreira de Rodrigues Torres atinge um de seus pontos mais altos. Seu prestígio como chefe do Partido Conservador, ou em razão da natural liderança política nos postos que até então havia superiormente ocupado, faz com que o imperador o chame para organizar o ministério. Foi, portanto, como presidente do Conselho de Ministros que organizou o Gabinete de 11 de maio, chamando a si, ainda uma vez, a pasta da Fazenda. Dirigiu os destinos do país até 6 de setembro de 1853, sendo sucedido pelo mais tarde marquês de Paraná.

São de 1853 a sua nomeação como conselheiro de Estado e de 2 de dezembro de 1854 o título de visconde de Itaboraí, com que o agraciou, com grandeza, o imperador Pedro II.

Outros relevantes serviços ainda haveria de prestar ao país o ilustre fluminense. Durante a Guerra do Paraguai, era crítica a situação financeira nacional. O próprio Partido Liberal, então no poder, reconhecia-se impotente

para superar as dificuldades. Figuras das mais importantes dentre os liberais chegaram mesmo a se manifestar da tribuna da Câmara pela oportunidade de o Partido Conservador assumir o governo. E entre os membros desse partido era para o visconde de Itaboraí que se voltavam as esperanças de que se restaurassem as nossas finanças, não só pela sua reconhecida competência de financista consumado, mas igualmente pela força moral de que gozava aqui mesmo e no exterior. Estamos em 1868. Sucede, então, um dos mais discutidos episódios da história do Segundo Reinado: a queda do Gabinete Zacarias. Pela segunda vez vai governar o país, formando gabinete integrado por conservadores puros e ocupando ainda uma vez, a pasta da Fazenda. O simples nome de Itaboraí foi bastante para que o saneamento de nossas finanças com o restabelecimento do crédito na Europa, ocorresse de forma a despertar a confiança pública. Coincidentemente, as decisivas vitórias das armas brasileiras na Guerra do Paraguai iriam resultar no fim da longa campanha, em 1º de março de 1870. Dando por encerrada a sua tarefa, Itaboraí retira-se do Gabinete, em setembro desse mesmo ano, juntamente com todos os que integravam o governo.

A franca e decidida oposição de Itaboraí ao projeto de emancipação do ventre escravo, apresentado como programa do Gabinete organizado a 7 de março de 1871 pelo visconde do Rio Branco, não se baseava em sentimentos escravagistas. Apenas entendia ele que a imediata concretização daquelas idéias poderia resultar em conseqüências danosas para o país. Sua atitude contrária ao que mais tarde se transformaria na lei de 28 de setembro, representou, sobretudo o entendimento do estadista voltado para as conseqüências em nossas finanças da aprovação da política emancipadora do Gabinete Rio Branco. Para Itaboraí, que por duas vezes recolocara em boa ordem as finanças do Império, a Lei do Ventre Livre, embora na consciência de todos, poderia significar um salto no escuro, sem embargo dos seus aspectos marcadamente humanitários.

O que é inegável é isto: Itaboraí se destaca, dentre as figuras de grandes parlamentares fluminenses dessa fase de nossa história imperial, como uma das importantes e beneméritas.

Falecido há pouco mais de cem anos, em 1873, o visconde de Itaboraí legou à pátria e à sua família, para repetir o que dele escreveu o seu contemporâneo Leri Santos, um nome honrado.

Deputado, sempre reeleito, de 1834 a 1844; senador, conselheiro de Estado, cinco vezes ministro da Marinha (que lhe deve grandes serviços) e três ministro da Fazenda; presidente do Conselho de dois ministérios. Eis, em resumo a ampla, bela e fecunda folha de serviços ao Brasil desse fluminense de Nossa Senhora da Conceição do Porto das Caixas, da freguesia São João de Itaboraí, visconde desse nome.

Agora é de outro membro do Partido Conservador que quero sucintamente falar, como tenho feito em relação às figuras ilustres de fluminenses até aqui lembradas. Trata-se de Paulino José Soares de Sousa, Paulino de

Sousa, o visconde do Uruguai, o primeiro Paulino. Posto que não tenha nascido em terras fluminenses, Paulino de Sousa vem a ser, pela circunstância de haver sido um dos primeiros presidentes da então província do Rio de Janeiro, nomeado pelo Regente Feijó, e de ter sido, antes, eleito membro da assembléia provincial logo na primeira legislatura e incluído, por aquela Câmara, na lista dos vice-presidentes da província – um dos mais notáveis parlamentares fluminenses do Segundo Reinado. Formou, com Eusébio de Queirós e o visconde de Itaboraí, o famoso “triumvirato saquarema”. Edmundo da Luz Pinto reconhece nele um “diplomata notável, publicista abalizado e um verdadeiro organizador”.

Nascido em Paris, fez os estudos primários no Maranhão, matriculando-se aos quinze anos na Universidade de Coimbra. Fechada a universidade, por força do movimento absolutista de d. Miguel de Bragança, interrompeu os estudos acadêmicos e voltou para o Brasil, onde obteve, em 1831, na recém-fundada academia de Direito, o seu grau de bacharel.

Como presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino de Souza prestou importantes serviços, revelando-se administrador competente e hábil.

Na Câmara, filiou-se ao Partido Conservador, ao qual se manteve fiel até o fim da vida.

Distinguiu-se como orador dos mais bem dotados de seu tempo. Na tribuna, defendeu o projeto de interpretação do ato adicional, como relator da comissão especial respectiva.

A 23 de maio de 1840, entrou para o ministério nesse mesmo dia organizado. Aí ocupou a pasta da Justiça. Dois meses depois, aclamada a maioria de d. Pedro II, deixava o governo, juntamente com os demais integrantes desse ministério, uma vez que o Partido Conservador se havia oposto à maioria. Mas já no ano seguinte, oito meses após, com a queda do Gabinete liberal da maioria, Paulino voltou à pasta da Justiça, no ministério de 23 de março.

No Senado e na Câmara imperiais, encaminhou as reformas do Código do Processo – logo depois lei de 3 de dezembro – e o projeto de criação do novo Conselho de Estado, que, aprovados pelo Legislativo e sancionados pelo imperador, provocaram as revoltas liberais de São Paulo e de Minas Gerais, em 1842. A história registra como tendo sido das mais enérgicas a atuação de Paulino de Sousa para, como ministro da Justiça, conter, nas circunstâncias extraordinárias em que vivia então o país, essas revoltas.

No ministério que se organizou a seguir, a 20 de janeiro de 1843, Paulino continuou a ocupar a pasta da Justiça, passando depois para a dos Negócios Estrangeiros, à qual voltaria ainda em 1849, em substituição ao marquês de Olinda.

Mas já em 1844 estava na oposição, na Câmara, pois organizara-se novo gabinete, liberal. Em 1845, depois de derrotado na eleição no ano anterior, ocupa uma cadeira na Câmara, agora como suplente. Contudo, em 1848

alcança excelente vitória eleitoral, sempre pela província do Rio de Janeiro: a 29 de setembro saudou o retorno de seu partido ao governo.

Em lista tríplice submetida à Coroa, em 21 de março de 1849, é escolhido senador, também pela província fluminense.

Foi como ministro dos Negócios Estrangeiros que determinou ao representante brasileiro em Montevideu que assinasse, em 1851, um convênio com o Uruguai e os governadores das províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, na época revoltadas contra Rosas, com o objetivo de realizarem uma ação conjunta para expulsar daquele país as forças de Oribe, auxiliado pelos confederados argentinos.

Com o Uruguai e com o Peru, concluiu tratados de comércio, de limites e de navegação fluvial. Antes, em 1850, já defendera patrioticamente os direitos e a honra do Império contra a atuação da Inglaterra, na questão do tráfico de escravos africanos. Com a sua influência, concorreu, auxiliando Eusébio de Queirós, para a extinção desse tráfico para o Brasil. É esse, aliás, um dos títulos de glória do gabinete de 29 de setembro de 1848, no qual, como estamos vendo, foi figura de proa o parlamentar fluminense Paulino de Sousa, que encerrou sua carreira política ativa com a saída do poder, a 6 de setembro de 1853, desse mesmo ministério.

Dois dias depois de haver deixado o ministério foi nomeado conselheiro de Estado. E a 2 de dezembro de 1854 recebeu, do imperador Pedro II, o título de visconde do Uruguai, com grandeza.

Uma de suas últimas comissões foi em 1855, em Paris, onde esteve como enviado extraordinário para tratar da questão de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Em 1862, publicou *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. E, em 1865, *Estudos Práticos Sobre a Administração das Províncias do Brasil*.

Paulino de Sousa, que pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, morreu pobre, em 1866, legando a seus filhos a riqueza do seu belo nome e de seus grandes serviços a então província do Rio de Janeiro e ao país, além da memória de sua probidade sem mácula.

Mas se a rememoração desses perfis exponenciais de parlamentares fluminenses do Primeiro e do Segundo Reinados confirma a importância que teve nessa gloriosa época de nossa história a antiga província do Rio de Janeiro, uma dessas figuras, particularmente, de todas as demais se destaca, para reafirmar às gerações atuais que sem o conhecimento do passado de nosso hoje estado do Rio de Janeiro não se terá certamente uma visão completa do Brasil como um todo. Refiro-me à figura, por todos os títulos descomunal de estadista verdadeiramente digna desse título, que foi o parlamentar fluminense José Maria da Silva Paranhos, o primeiro Rio Branco, o visconde do Rio Branco.

Em discurso pronunciado em 14 de novembro de 1911, no Senado, Lauro Müller fez este panegírico da estirpe dos Rio Branco:

“Bendito seja esse nome de Rio Branco, raça de homens que aumentaram, por lei e por sentenças arbitrais, com o pai, o número de cidadãos para o território, e com o filho, a extensão do território para os seus concidadãos.”

Outro grande brasileiro também reverenciou a memória do visconde do Rio Branco, escrevendo, no seu *Um estadista do Império*:

“No conjunto... e na forma em que esse conjunto foi animado, ele é o primeiro dos nossos políticos; é ele o equilibrado, o feliz, o completo, o Olímpico”.

Em 1853, o país vivia um momento excepcional, que reclamava a presença de um grande homem. Foi quando reapareceu poderosamente Honório Hermeto, o marquês de Paraná, o estadista que se cercara “de homens que iam bastar a todas as exigências do Império até quase à República”, na análise de Euclides da Cunha.

Ora, em 1871, em seguida à Guerra do Paraguai, o Brasil vivia outro instante excepcional de sua História. O conflito não só deixara cicatrizes profundas no corpo da nação. Durante longo tempo, estiveram paralisadas todas as medidas de caráter político e material, de que precisava o Império para continuar se desenvolvendo normalmente.

Tanto no plano interno como no externo, cumpria trabalhar muito, e bem, para recuperar o tempo perdido.

A propósito desse momento extraordinário de nossa história, Edmundo da Luz Pinto lembra, repelindo com todo acerto a interpretação facciosa que lhe empresta Karl Marx, na sua teoria dos grandes homens, esta afirmação de Helvetius:

“Cada época tem necessidade dos seus grandes homens e, se não os encontra, inventa-os”.

No caso do Brasil de 1871, o encontro se deu na pessoa do visconde do Rio Branco, aliás já conhecido e admirado de todo o país, em razão dos serviços prestados. Muitos vêem nele um predestinado político, predestinação por sinal gloriosamente confirmada, se pensarmos na obra do governo que iria realizar no gabinete de 7 de março daquele ano.

Em 1845, já tem uma cadeira na Assembléia do Rio de Janeiro, província que representaria na Assembléia Geral Legislativa de 1847. Antes, já fora nomeado secretário e vice-presidente da mesma província.

Começa, portanto, a sua carreira política como parlamentar. Como jornalista, escrevendo no *Novo Tempo* e, mais tarde, no *Jornal do Commercio*, já fizera nome, graças ao seu talento e brilho de inteligência.

Que era um predestinado os fatos parecem indicar. O episódio é conhecido. Prefiro dar a palavra a Batista Pereira, em seu *Figuras do Império e outros ensaios*:

“Honório Hermeto, nem de vista o conhecia. Um dia, porém, entrou pelo *Jornal do Commercio*, durante o dia, numa dessas horas mortas, que precedem às tarefas da tarde e da noite, e pediu para falar ao sr.

Paranhos. Imagine-se o alvoroço da redação, quando o poderoso Paraná, o autoritário vice-rei, lhe apareceu inopinadamente! Paranhos, inquieto e desconfiado, enfiou às pressas o paletó e recebeu-o numa saleta, lateral à sala de redação. Honório Hermeto demorou-se dez minutos. Quando saiu, Paranhos não pôde satisfazer a ansiedade dos companheiros. Disse que o presidente do Conselho quisera orientá-lo sobre a nossa política externa.

A verdade é que fora convidado para ir para o Rio da Prata, como secretário particular de Honório Hermeto. Ousara perguntar a este ao que devia a tão alta distinção: “A ninguém, respondeu o altaneiro estadista. Não consultei ninguém para nomeá-lo. O que influiu no meu espírito foi o seu merecimento, apreciado por mim. Espero que o senhor me prove que acertei”.

Essas duas gigantescas figuras de nossa história política travam portanto contato em 1851. Nunca mais se separariam, a não ser pela morte de Paraná, cuja doença seria acompanhada até o último instante por Rio Branco – que, posteriormente, no plano histórico, haveria de conquistar a glória de ser o maior dos nossos estadistas do Segundo Reinado, título que, para quem conhece a trajetória do marquês de Paraná, nada tem de despiciendo.

Mais tarde, voltando ao Brasil de nova missão ao Prata, aonde fora por solicitação do gabinete do marquês de Olinda, é que preside, em 1858, a província do Rio de Janeiro. Se não se demora no cargo porque o visconde de Abaeté o faz ministro do gabinete de 12 de dezembro.

Em 1862, está no Senado, agora representando a província de Mato Grosso. É quando ocorre a sua terceira missão no Prata, de que resulta o convênio de 20 de fevereiro e que significaria para ele muitos dissabores, sofrimentos e injustiças, ao lado de muito aplauso e de muita glória. Por já ser quem era, e por já se encontrar na situação que a História iria consagrar de ser a maior figura de estadista do Brasil-Império, Rio Branco não podia ficar imune à inveja e à inimizade política, que, afinal, envenenaram a opinião pública nacional de tal forma que a ele se atribuiu desonra ou mesmo traição. Na verdade, nada mais fizera que advogar uma solução pacífica, desfecho aliás bem de acordo com a consciência do próprio povo brasileiro. Afinal, fora atingido, surpreendido com o ato de demissão enquanto ainda no exterior.

Entretanto, a calúnia não ficaria sem resposta. De volta ao Brasil, reiniciados os trabalhos parlamentares, Paranhos sobe à tribuna do Senado para fazer a justificação do acordo de 20 de fevereiro. Essa sessão do velho Senado ficou gravada na memória de Machado de Assis como uma das mais vivas sensações de sua atividade de jornalista político. Assim se refere ao famoso discurso de 8 horas proferido pelo primeiro Rio Branco:

“Era uma hora da tarde quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso. Começava a discussão do voto de graças. [...] Eram nove horas da noite, quando ele acabou. Estava como no prin-

cípio. Nenhum sinal de fadiga nele, nem no auditório, que o aplaudiu, foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar. A agitação passara com os sucessos, a defesa estava feita.”

Com efeito, o futuro iria dar razão a Rio Branco. Veio a Guerra do Paraguai, com todas as suas conseqüências. Sem a capacidade que tinha Paranhos de antecipar o futuro, sem a sua sagacidade e intuição, manifestas na assinatura do já mencionado Convênio de 20 de fevereiro, a formação da Tríplice Aliança, em 1865, não teria sido fácil.

Em 1866, é nomeado para o Conselho de Estado. Em 1868, retorna ao governo, como ministro do Gabinete Itaboraí.

Em 1870, é agraciado com o título de visconde do Rio Branco. Encontrava-se, em outubro desse ano, outra vez em missão no Prata, quando o imperador o chama para confiar-lhe a organização de novo gabinete. Paranhos formou-o com homens novos, tal como fizera o marquês de Paraná. Joaquim Nabuco designou de “seus alunos”, dele Rio Branco, os colegas de governo de Paranhos. Esse gabinete, o de mais longa duração do Segundo Reinado, vai de março de 1871 até 1875. Foi na sua vigência que sucedeu a importante reforma social da lei do Ventre Livre, também chamada lei Rio Branco; intensificou-se a construção da então designada estrada de ferro D. Pedro II, depois Central do Brasil; inaugurou-se o cabo submarino; fez-se a reforma judiciária e realizou-se o primeiro recenseamento geral do Brasil.

Recorro, ainda uma vez, a Edmundo da Luz Pinto, para caracterizar melhor essa fase de nossa história:

“Com Rio Branco, não se objetivou amortecer o ardor partidário, lançar pontes que unissem as facções. O programa era trabalhar, inovar, produzir, libertar, sobretudo libertar... E assim, desse programa é que surgiu, em face de mais de um problema, e especialmente nos debates da lei do Ventre Livre, a fusão de forças liberais e conservadoras. Não foram os partidos tradicionais os que então terçaram armas. A disposição partidária tomou um sentido novo: abolicionistas e escravocratas. Aqui e ali, confundiam-se liberais e conservadores.

Rio Branco, como Paraná, esqueceu os partidos e trabalhou para a nação”.

Visconde de Taunay, dedicado e fiel amigo do visconde do Rio Branco, deixou dele uma descrição incomparável. É dessa fonte que a história registrou, a respeito da grande e nobre figura do estadista José Maria da Silva Paranhos, as palavras que Rio Branco, pouco antes de morrer, proferira: “Confirmarei diante de Deus tudo quanto houver afirmado aos homens”.

Minhas senhores, meus senhores.

Os limites de uma conferência impedem-me que relembre para tão selecionado auditório outras figuras de parlamentares fluminenses do Primeiro e Segundo Reinados. A galeria deles inclui um Januário da Cunha Barbosa, um José Clemente Pereira, um José Joaquim Vieira Souto, ao lado de um marquês de Maricá, de um Montezuma, de um Saldanha Marinho. E também

Bulhões de Carvalho, de um Chichorro da Gama, de um Francisco Otaviano, entre outros. Dar-me-ei contudo por bem recompensado se, do repassar assim rapidamente, como intentei fazer, essas vidas gloriosas de homens públicos que honraram não só a nossa boa terra fluminense como o nome do próprio Brasil – se dessa volta ao nosso passado político alcançar que as novas gerações de brasileiros, que hoje cursam as universidades que naquele tempo nos faltavam, estudem essa maravilhosa época da história pátria e nela se possam inspirar para servir ao Brasil, encontrando soluções brasileiras para os problemas brasileiros.

Se é verdade que não se deve apegar-se demasiado ao passado, a ponto de negligenciar o presente e o futuro, também não será menos verdadeiro afirmar-se que, sem um conhecimento apurado do que se fez de duradouro entre nós, ignorando como atuaram nossos estadistas de outrora, precisamente no momento em que o Brasil amanhecia para o lugar que já hoje ocupa no mundo, estaremos cometendo o grave equívoco de seccionar o fluxo das correntes históricas autenticamente nacionais.

Estou persuadido de que nem tudo foi dito ainda a respeito de nosso passado histórico, de suas figuras mais altaneiras de estadistas. Eis aí um desafio que as novas gerações não deverão de rejeitar.

Algumas referências bibliográficas:

- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno biographico brazileiro*. Rio de Janeiro, Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876. 3 v.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Páginas recolhidas*. Rio de Janeiro, Garnier, 1900.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 4. ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1975.
- Novo dicionário de história do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1970.
- PEREIRA, Batista. *Figuras do Império e outros ensaios*; prefácio de Américo Jacobina Lacombe. 3. ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975; (Brasíliana, v. I).
- PINHO, Wanderley. *Política e políticos no Império; contribuições documentais*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930.
- PINTO, Edmundo da Luz. *Principais estadistas do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1943.
- SANTOS, Leri. *Pantheon fluminense; esboços biographicos*. Rio de Janeiro, G. Leuzinger & Filhos, 1880.
- SISSON, S.A. *Galeria dos brasileiros ilustres; os contemporâneos*. São Paulo, Martins, 1943. 2 tomos. (Biblioteca histórica brasileira, v. 17)
- VIANA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo, Editora Nacional, 1968. (Brasíliana, v. 339).

Vida social no II Reinado

Américo Jacobina Lacombe

Dizem os sociólogos que a convivência de homens cria necessariamente uma série de ritos que dão aos atos mais naturais e biológicos, uma significação estética. Este fenômeno ocorre, especialmente, nas cidades. Por isso urbanidade, derivada de *urbs*, significa exatamente esse aprimoramento de maneiras que revestem os acontecimentos mais banais. Se reduzirmos um funeral à sua simplicidade veremos que ele consiste, em essência, no abandono à terra dos restos de um ente estimado; brutal e chocante cena quase animalesca. Mas se pusermos o corpo do falecido no lugar de honra da residência, convocarmos parentes e amigos, ornarmos o salão com flores e, tirando do ambiente a sua crueza, aliarmos à despedida o tom religioso, a barbárie do acontecimento fica transformada numa consagração e naquilo que se poderá chamar um cerimonial. Num ambiente de obsessão cerimoniosa e de mística de formalismo este enterramento – a fatalidade a que nenhum de nós pode escapar – pode assumir até as proporções de uma encenação teatral como nos funerais de Luís XIV em que se chegou a prestar as homenagens pomposíssimas a uma urna simbólica, enquanto o corpo do rei estava sendo submetido à necropsia determinada pelo costume.

Dessa incrível superfetação ainda restam as cerimônias prestadas perante um catafalco vazio, que ainda ocorrem em certos lugares do país. Enfim, a crueza de um sepultamento gerou todo um ciclo de cerimônias para disfarçar do evento sua dura realidade.

O mesmo poderíamos dizer do casamento que, em sua essência, consiste no propósito de convivência de dois esposos. Esta simples declaração está, ainda hoje, revestida de um complicado ritual em que a declaração solene dos nubentes perante os parentes, e a autoridade religiosa e civil, está acompanhada de festas, indumentária especial, bolos, cortejo, acrescido tudo dos trotes aos noivos que lhe dá um tom alegre como arremate, camuflando a despedida. O conjunto representa a encenação que disfarça outro ato elementar da vida social.

Estamos numa época de desprestígio aparente do cerimonial. Digo aparente porque o que se dá realmente é a substituição de um ritual por outro. Um cineasta que filmasse a complexa operação de um elegante do século XIX e início do XX, preocupado com o vinco da calça listrada, os botões de ouro do colarinho, punhos e peito duro da camisa gomada, o plastron, as polainas, poderia sobrepor a essas cenas arrastadas o capricho de um moder-

no elegante que, no aparente desleixo com que se exhibe, gastou largo espaço de tempo dando, à calça de brim forte, a aparência de gasta, com o emprego do cloro da água sanitária, ou outro descorante, desfazendo esforçadamente qualquer vestígio do vinco e escolhendo cuidadosamente os berloques que ostenta com ar de falsa displicência, a fim de aparentar um estudado desmazelo. No fundo, a mesma preocupação de estar ao corrente da moda do tempo.

Do mesmo modo, no combate aos chamados mitos do passado, vão-se criando novos mitos, venerados segundo novos cerimoniais, não menos inexoráveis. Os ditadores são levados à criação de um verdadeiro culto para-religioso em torno da figura do chefe inspirado, desde o Papa-Doc¹, impondo às escolas um catecismo leigo, com adaptação do Padre Nosso, da Ave Maria, do Credo e mesmo de um *Confíteor*, sugerindo uma espécie de autocrítica, tudo numa canonização do grande protetor, até o estalinismo, no extremo oposto, sugerindo atributos sobrenaturais ao “guia genial”, especialmente através do cinema, onde a onisciência, a onipresença e a infalibilidade do chefe são apresentados como versões leigas da inspiração e da graça divinas. Há mesmo cenas em que um raio de luz atinge a cabeça do ditador numa espantosa transposição do pentecostes materialista.

Não é preciso, porém, personalizar o novo culto. Os novos dogmas geram nova liturgia, e combatendo um ritual, vão-se criando novos cerimoniais em nada menos fervorosos que os que se combatem. A Revolução Francesa tentou um culto cívico minucioso com a prostração diante da deusa Razão, encarnada numa cômica. Desfiles e procissões espetaculares, como os do nazismo, com a passagem pelas ruas, debaixo de pódio, da cruz gamada, têm como contrapartida, as paradas imponentíssimas do Primeiro de Maio em Moscou, ou as exibições impressionantes maoistas sobre as quais perpassa o mesmo espírito religioso.

É forçoso concluir que ninguém se liberta de um culto, de um ritual que revele perante a massa sentimento de respeito à ordem vigente, quer diante de um vulto humano, quer diante de princípios políticos ou religiosos. É inútil tentar suprimi-lo. Um substitutivo surge espontaneamente, porque a massa exige uma demonstração externa do sentimento que deve dominar o espírito.

A monarquia é um regime essencialmente estético. É este característico, segundo muitos sociólogos, que lhe assegura imensa simpatia popular. Quem percorre o primeiro tomo da obra de Taine sobre as Origens da França Contemporânea compreende como se foi tecendo, em torno da pessoa real, a imensa rede da etiqueta que previa os maiores detalhes do comportamento dos súditos. Tudo em torno do prestígio religioso da presença do rei, cujo simples toque, o célebre *toucher royal*, curava uma série de doenças.

*. Apelido do falecido presidente e ditador do Haiti, François Duvalier.

O cerimonial do acordar e do vestir do rei, o *lever du roi*, assumia o tom de uma missa pontifical em que todos os participantes sabiam muito bem como deviam desempenhar o respectivo papel. Tudo isso era uma espécie de espetáculo diante do povo que acompanhava, a princípio embevecido, o desenrolar do cerimonial. Ah! Os batizados, os casamentos, os enterros das pessoas reais, os banquetes da coroação, as entradas solenes dos embaixadores.

E por toda a Europa monárquica, e ela era quase unanimemente monárquica, a mesma coisa.

Tenha-se em mãos um cerimonial da corte russa, em meados do século passado e ver-se-á como devia impressionar a mentalidade popular, o contraponto dos esplendores da liturgia da igreja oriental com as pompas militares. O juramento de fidelidade do príncipe herdeiro russo, por exemplo, em 1847, constituiu um soleníssimo espetáculo. *Te-Deum*, cortejo, baile, ao som de 301 tiros de canhão da fortaleza de S. Petersburgo e dos sinos de todas as igrejas, tudo conforme o protocolo distribuído previamente aos convidados e no qual todas as minúcias estão rigorosamente previstas.

Todo este cerimonial obedecia a um pensamento político. Quem o definiu foi o próprio Luís XIV em suas *Memórias*: “Erram redondamente os que imaginam que essas coisas são somente assuntos de cerimonial. Os povos, sobre os quais reinamos, não podendo penetrar no âmago das coisas, firmam o juízo apenas por aquilo que vêem exteriormente. É, geralmente, sobre as precedências e as categorias que regulam o respeito e a obediência que devem às pessoas. Como convém que o povo seja governado por um só, é importante que aquele que tem esse encargo se destaque de tal modo, acima dos demais, que não haja mais ninguém que lhe possa ficar em paralelo, nem com ele se confundir. Não é possível, sem abalar toda a estrutura do Estado, privar o chefe dos mais pequenos sinais de superioridade que o distingam dos seus componentes.”

Por não aceitar esses fundamentos políticos, o nosso segundo imperador não seguiu os conselhos de seu antepassado. Ele próprio aceitava, a contragosto, um mínimo de etiqueta e declarou expressamente que só em casos extremos a ela se submetia. Por isso Gilberto Freyre, em primoroso ensaio publicado inicialmente na *Revista do Norte*, comparou d. Pedro II a um pastor protestante oficiando numa catedral católica. “Não estou a desejar”, diz o mesmo autor, “que a corte de d. Pedro II tivesse sido escandalosa e cheia de brilhos do pecado; apenas que tivesse sido mais elegantemente mundana, mais dramática, mais rica de sugestões de beleza para a imaginação burguesa e popular. Povo nascido e criado sob o encanto da liturgia católica, não nasceu nem se criou para ver os seus destinos ligados ao cinzento de uma cartola.”

Vem a propósito uma passagem do recente romance de Graham Greene, *The Honorary Consul*, quando um padre ultraprogressista recusa-se a envergar os paramentos para a celebração da missa: “– Detestava usá-los quando via

o povo em frangalhos diante de mim. Preferia voltar-lhe as costas e esquecê-lo, contemplando somente o altar e os círios. Mas ocorria-me então, que a despesa com as luminárias seria suficiente para alimentar metade dos fiéis. – Está enganado padre, contesta-lhe uma miserável devota. Ficávamos tão contentes por vê-lo naquelas vestes! Eram tão lindas, especialmente as vermelhas com os bordados de ouro.”

A festa para os olhos também é uma necessidade desde que não assume o caráter de insolência em face da miséria popular.

Não quer isto dizer que a corte merecesse a *boutade* de mau gosto do diplomata francês desapontado ao chegar ao Rio: *ce n'est pas la cour, c'est la basse-cour*. Havia certamente dignidade e certa solenidade nos cortejos, nas recepções, nas cerimônias religiosas do Paço. Mas havíamos herdado da corte portuguesa um traço que chocava os estrangeiros, dispostos quase sempre a anotar o que havia de exótico na terra alheia: o tom paternalístico da monarquia, destruindo as famosas distinções de classe a que se referia Luís XIV. Nas audiências públicas os requerentes se dispunham rigorosamente pela ordem de chegada. De modo que um titular podia encontrar-se depois de um negro escravo, e um prelado em seguida a um simples mendicante. Mas nas cerimônias das Ordens de Cavalaria, ou das funções propriamente palacianas, a hierarquia retomava os seus privilégios.

De qualquer modo a rudeza da cidade colonial determinava alguns hábitos estranhos. Conta um diplomata que o caminho para São Cristóvão era de tal modo primitivo, que os homens da *carrière* preferiam ir de bonde (de burro, naturalmente) pobre, mas de percurso suave, até a entrada da Quinta, onde tomavam as carruagens nas quais haviam deixado os chapéus de plumas e as espadas.

Em relação ao vestuário, não obstante a poeira e o calçamento primitivo das ruas e também a simplicidade da maioria das salas quase destituídas de decoração, havia exigências extremas em face dos nossos hábitos atuais cada vez mais libertos. O uniforme bordado era geral no Paço. A casaca era de preceito, tanto no serviço público quanto no parlamento. Ninguém se apresentaria numa tribuna sem essa indumentária, no Segundo Reinado sempre preta, desaparecidas as coloridas. A gravata, porém, era preta também, o que causou sérios reparos num jornal de Londres contra d. Pedro II, que assim se apresentou perante a rainha Vitória.

A monotonia da vida tropical era quebrada pelas festas dadas pelas famílias ricas. Saraus, como se dizia, com danças, quase sempre paralelas aos jogos, em salões especiais. Em quase todos os viajantes observa-se a separação entre estrangeiros e nacionais. Poucos brasileiros conseguiam penetrar nos círculos dos diplomatas ou altas figuras do comércio estrangeiro e vice-versa. Esta separação foi-se atenuando no correr do século. No fim, os salões mais famosos, estavam cheios de estrangeiros fixados no Brasil ou de passagem.

Uma das críticas feitas a d. Pedro II é a de não ter utilizado a política das festas no jogo da política. Esta crítica se encontra nas cartas da sua

própria irmã, a princesa de Joinville, exprobrando a falta de vida social do jovem imperador, que desprezava uma arma largamente utilizada pelos soberanos europeus. Napoleão III, por exemplo, serviu-se desse meio para obter a aproximação das várias correntes da nobreza francesa. É bem verdade que o resultado final deste reinado não é muito alentador.

Mas no início do reinado houve diversos saraus em São Cristóvão, onde o imperador jovem deu vazão a seu gosto pela dança. Porque houve uma fase em que ele se entregou com entusiasmo a essa arte. E dançou a ponto de torcer o pé numa festa em sua honra. Na viagem ao Rio Grande do Sul brilhou extraordinariamente nesse terreno. Em carta a Paulo Barbosa, diz o visconde de Macaé em 1845: “O imperador já dança seis contradanças em noite e já está num baile fora de casa, de seu Paço, sem sono e sem fastio até uma hora da madrugada. É um gosto ver os Farrapos beijar-lhe a mão e gostar dele. O imperador ganhou e ganhou muito nesta viagem e a vantagem que tem adquirido na opinião dos povos que o têm visto é incalculável.”

O que há de curioso nesta comunicação do ministro ao mordomo da Casa Imperial não são tanto as notícias do imperador, mas o lado político exatamente que ele julgava proveitoso na sociabilidade do chefe de Estado.

Em 1851, porém, a princesa de Joinville lamenta a falta de festas em carta ao mesmo mordomo: “O mano não dá mais bailes nem saraus, não viaja mais. Tudo isto é de um efeito péssimo. Então vai aos bailes do Cassino, o que é de mau efeito e temo que lhe faça mal ao prestígio que os nossos compatriotas ainda garantem pela monarquia. Se ele nos foge, estamos perdidos sem dúvida nenhuma.”

Era pessimista demais a princesa brasileira, escarmentada pelo exílio na Inglaterra. Os bailes do Cassino Fluminense (hoje Automóvel Clube), dispendo de um dos mais belos salões da América, estavam longe de desprestigiar o imperador. E a monarquia brasileira ainda resistiria quase quarenta anos, período bem mais longo que os dezoito que deixou o domínio orleanista a que ela se aliara, com bailes e tudo.

Baile oficial, para o qual fora convidada toda a sociedade fluminense, como então (e agora) se dizia, houve somente um, no Paço da Cidade, a 31 de agosto de 1852, e seu noticiário encheu as colunas sociais da imprensa. Nesse baile o imperador dançou bastante e a imperatriz viu-se forçada, como de costume, a dançar uma quadrilha com um representante de cada uma das classes presentes. Assim é que se dizia que: “dançou pelas forças armadas o general X, pela magistratura o desembargador Y.” Nesse baile de 1851, sabe-se que “dançou pela magistratura o desembargador Couto.” Ao ler estas notícias não nos pode deixar de vir à lembrança a famosa piada do príncipe de Ligne a propósito do Congresso de Viena: *Le Congrès ne marche pas, il danse*. Os problemas políticos podiam acumular-se, mas os corpos administrativos dançavam.

Parece ter sido a partir da segunda metade do século que a vida social da

corte esfriou e tomou o tom cinzento a que se refere Gilberto Freyre. A morte sucessiva dos dois filhos herdeiros fez do imperador um homem triste:

“Coube-me o mais funesto dos destinos
Vi-me sem pai, sem mãe na infância linda
E morrem-me os filhos pequeninos”

Contentou-se em manter uma etiqueta pouco severa, mas digna, e a frequentar com mais discrição as grandes festas da sociedade. O beija-mão herdado da corte portuguesa foi suprimido logo após a primeira viagem à Europa, quando viu que não era mais usado nas cortes européias. Restaram alguns preceitos respeitados até o fim do regime: não dar as costas ao soberano ao retirar-se das audiências, não lhe fazer perguntas, encerrar a conversa ao seu primeiro sinal de despedida e, finalmente, a saudação à sua passagem pelas ruas. No tempo do rei português, era preciso, ao defrontar o soberano (ou a rainha) na via pública, desmontar ou descer da carruagem, descobrir-se, fazer uma reverência (ou mesmo ajoelhar-se). No fim do Segundo Reinado bastava deter-se e descobrir-se, coisa que não custava, dada a rapidez com que passava o imperador precedido dos batedores. Pela atitude assumida nessa cerimônia media-se o grau de reverência à Família Imperial.

Mas se a corte não constituía um atrativo para os que amavam a intensidade da vida social e ocupava relativamente pouco espaço nas colunas dos cronistas da época, havia outros centros de intensa atividade elegante, onde se dançava, jogava e disqueteava acerca da vida alheia. O imperador reunia literatos para a leitura e comentário de poemas, fazendo observações nem sempre felizes. Daí a malícia de Otaviano ao responder a um amigo que perguntava como ia o imperador: “Vai bem, fazendo maus versos e criticando os bons.” Ou, então, frequentando o Instituto Histórico onde, pacientemente, ouvia e comentava extensas, massudas, mas muitas vezes importantíssimas memórias, recolhidas em sua veneranda *Revista*.

Mas havia outros centros de atividade social, outros salões que Wanderley Pinho estudou de modo insuperável num livro consagrado. Quesada exagerou, evidentemente, quando declarou que havia no Rio de Janeiro casas mais ricas e mais bonitas que o Palácio de São Cristóvão. Os documentos que estão nos chegando ultimamente, e que pensávamos que não existiam, revelam-nos, pelo contrário, um palácio extremamente rico de objetos de arte e, dentro dos padrões brasileiros, muito superior às instalações que se seguiram e que viemos a conhecer para as residências oficiais dos chefes de Estado.

Mas é fora de dúvida que, realmente, havia residências e centros de vida social de alto nível no Rio de Janeiro, dignos de menção pelo requinte e pela intensidade da vida social.

Ainda recentemente, um estudo a respeito do conselheiro Mayrink, fornece minuciosa descrição do palacete deste importante homem de

empresa do fim do Império e início da República. Ficava na Rua General Canavarro, perto do palacete dos duques de Saxe e era cercado de magnífico parque com vários pavilhões e mesmo uma piscina, coisa nada comum para a época, e os complementos do costume: cocheiras, quartos de empregados e cozinha externa, que não era raro. A grande atração era uma famosa parelha de zebras, presente dado ao conselheiro pelo barão de Cotegipe. Aí se deram festas famosas. Mas a que mais se celebrizou foi exatamente após a queda do regime, e que foi seguida de um dos mais comentados assaltos jamais realizados no Brasil.

Outro palácio destinado a ser o cenário de grandes acontecimentos históricos foi o do barão de Nova Friburgo, pai dos condes de Nova Friburgo e de São Clemente. O histórico da construção desse palácio e seu significado artístico foram estudados em nutridos trabalhos de Wasth Rodrigues e Herculano Matias. O da sua vida social está registrado na obra clássica de Wanderley Pinho. Quando os Nova Friburgo não puderam manter tão imponente palácio, o conselheiro Mayrink incorporou-o a seu imenso patrimônio, e fez dele uma simples residência temporária para estações de banho. Daí, por encontro de contas, quando este capitalista não pôde também sustentar seu valioso patrimônio, passou para o governo através do Banco da República.

A família Nova Friburgo mantinha, aliás, outros palacetes fora do Rio, como o Gavião, em Cantagalo, e o parque de Nova Friburgo. Mas isto já pertence a um campo um tanto fora de nosso estudo e muito bem abordado por Viana de Castro.

A vida social no Rio ia em contínua ascensão desde a vinda da corte em 1808. Maria Graham observara pessoalmente em suas três passagens pela capital a rápida intensificação. Segundo ela, foi no solar da baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes, que se começou a quebrar a rudeza das reuniões familiares até o início do século com a introdução dos hábitos europeus, inclusive o chá, servido à inglesa, rigorosamente, conforme o ritual europeu. Ali também se começou a intercalar a simples conversação com a dança e os números de música.

Mas nenhum desses salões teve o esplendor do que mantinha o visconde de Meriti, que conservava a tradição dos famosos bailes da Glória, no dia 15 de agosto, naquele tempo a maior festa carioca. Esta tradição passou à filha, marquesa de Abrantes, no célebre palacete em Botafogo, pertencente outrora à rainha Carlota Joaquina e de que só nos resta a capelinha anexa. Este salão daria lugar a um livro inteiro, com seus aspectos social, literário, artístico e político. Nele se firmaram e derrubaram ministérios; nele se compuseram ou alteraram chapas eleitorais. Porque a vida social, intensa, absorve e domina os vários setores da atividade humana. Alguns estadistas se viam forçados, muito contra a vontade, a sacrificarem horas destinadas ao estudo de questões públicas, para, em contato com elementos de fora do círculo habitual de atividade, sentir a repercussão da atividade política. Os

salões eram observatórios e espelhos que, utilizados integralmente, auxiliavam os homens públicos em suas manifestações.

A separação dos convidados em dançarinos e jogadores, estes reunindo especialmente os casados, enquanto os primeiros eram em geral empenhados nas lutas incruentas dos namoricos e noivados, era de regra. Prolonga-se até o nosso século. Nas festas descritas em romances como os de Afrânio Peixoto, lá estão as salas de jogo, destinadas ao consolo dos que não ousavam competir com os jovens na conquista das beldades casadouras. *Tempora mutantur*. Hoje será difícil saber quem é o disponível e desvinculado para essa guerra de conquista. No calidoscópio da sociedade atual será difícilimo tentar uma linha nítida de separação entre os disponíveis e não disponíveis candidatos ao embarque para a ilha de Citera.

Estes salões não representavam o único ponto de encontro da classe dos ricos. Havia os clubes e sociedades à frente dos quais o Cassino Fluminense, que tanto escandalizava a princesa de Joinville, e sem motivo. Seu salão, até hoje conservado milagrosamente em suas linhas gerais, permite-nos imaginar o que poderia ser o espetáculo de uma quadrilha dançada por centenas de pessoas. Um verdadeiro balé, que, assistido das galerias seria um encantamento. Esta dança dependia, em grande parte, de um bom marcador. Para isso era preciso ter voz possante e tom de comando. Não admira que, no final do reinado, um dos mais procurados marcadores de quadrilha se chamasse Manuel Deodoro da Fonseca.

O Cassino era presidido sempre por pessoas de alta representação, e tinha na diretoria membros do alto comércio. Em 1860 era presidente o vereador Manuel Higino de Figueiredo. Eram membros do Conselho o barão de Drummond, o banqueiro João Batista da Fonseca e o conselheiro Campos Melo. Em 1883 presidia-o o barão Homem de Melo, tendo como vice-presidente o dr. barão de Canindé. Um dos diretores era o conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira. É certamente por isso que ele registra alguns episódios das festas do Cassino em suas *Memórias*, inclusive o de ter “dançado pela magistratura” com a imperatriz no baile de 26 de abril de 1852, a quarta ou quinta contradança. Isto acarretava uma visita no dia seguinte ao imperador para agradecer tamanha distinção.

Mas se a presença do imperador emprestava aos bailes do Cassino uma dignidade especial, muitas outras associações reuniam a sociedade para reuniões sociais.

Havia o velho Clube de São Cristóvão, com uma velha tradição aristocrática, os clubes estrangeiros, a British Amateurs Athletic Sports Association, fechada inteiramente aos brasileiros que não praticavam e desprezavam os esportes; o Cercle Suisse, o Clube Ginástico Português, onde se praticava a ginástica e a esgrima, os clubes dramáticos em diversos bairros, onde se promoviam récitas de amadores durante o ano.

Dos clubes de bairros, passa-me pelas mãos um talão do Clube das Laranjeiras, subscrito pelo tesoureiro, Sabino de Almeida Magalhães. A men-

salidade era fabulosa para o tempo (1881): 5\$000 rs. Basta lembrar que era a mesma que pagavam os sócios dos bons clubes de futebol na era de 1920! Idêntica era a mensalidade do Clube Guanabareense, em Botafogo. O Clube das Laranjeiras também proporcionava bons saraus musicais. O diretor de concertos, Vicente Cernicchiaro em 1887 ali se exibiu em notável concerto em que brilhou d. Maria Nabuco.

Outro campo em que se desenvolvia uma surpreendente atividade durante toda a monarquia era o teatro. Já tivemos ocasião de revelar o interesse pessoal do imperador pela arte cênica, a ponto de determinar, com sua imperial mão, a distribuição dos papéis pelo elenco das companhias, em geral francesas, que mantinham em constante atividade as nossas casas de espetáculo. Mas o grande centro teatral, em torno do qual girava a vida artística da corte era o Teatro de São Pedro d'Alcântara dirigido, em sua época mais brilhante, pelo ator João Caetano dos Santos.

O Teatro vivia em crise e era sustentado também pelas loterias. Só em 1859 foram concedidas 26 loterias para que o grande ator pudesse receber quatro contos de réis mensais para manutenção do teatro, além de 6 para a Ópera Lírica Nacional e 36 para a Academia de Música e Ópera Nacional.

Ajunte-se, na mesma época, o Teatro do Ginásio Dramático, dirigido por Furtado Coelho e no qual brilhava a estrela Eugênia Infanta da Câmara, de gloriosa memória na literatura brasileira.

Em meados do século iniciou-se a construção do Teatro Provisório, no meio do campo de Santana, chamado oficialmente Teatro Lírico Fluminense. A acústica, tratando-se de uma construção de madeira, era excelente, e nele realizaram-se brilhantes espetáculos, e também, ocorreram alguns incidentes rumorosos como a agressão do visconde de Sabóia ao conde de Gobineau.

Havia ainda o *Alcazar*, ou *Théâtre Lyrique Français*, visto com desconfiança pelas famílias e mais ainda pelo imperador. Mas segundo os bons testemunhos havia ali bons espetáculos de operetas e óperas bufas de Offenbach, desempenhadas por artistas de mérito, que perturbavam o espírito não só de moços, mas de sisudos e respeitáveis pais da pátria.

Outro era o Teatro Fênix Dramático, dirigido pelo cômico Vasques, especialista em paródias. *Orphée aux enfers* era transfigurado em *Orfeu na roça*; *Barbe bleu* em *Barba de milho*. Ali se executou, certa feita, um *Cateretê*, para orquestra, revelando uma incursão no gênero folclórico.

Mas uma característica da sociedade fluminense no Primeiro Reinado, segundo o depoimento unânime dos viajantes era, como disse acima, a separação entre os grupos estrangeiros e as reuniões de brasileiros. Este gelo começou a desfazer-se com a freqüência às sociedades musicais. Em meados do século elas eram muitas: a Filarmônica Fluminense, o Clube Mozart, de grande prestígio, a Reunião Lírica, dirigido por M. Morvilliers e, no fim do reinado, o Clube Beethoven, onde houve completa fusão dos sócios estrangeiros e nacionais. No Clube Beethoven os estrangeiros ultrapassavam 20%.

É bem verdade que nestes concertos as peças de músicas eruditas, tal como hoje apreciamos, eram entremeados com trechos de ópera, ou em variações adaptadas para piano, quer em canto, quer mesmo em coros. Enfim, consola-nos saber que até o início do século XX, nos Estados Unidos, ainda alguns solistas tinham que se submeter a um programa entremeando os números de música com mágica e acrobacia.

Se tomarmos o programa do grande concerto anual do Clube Beethoven, de 1882, nos salões do Cassino Fluminense, único a que eram admitidos senhoras (porque nos concertos musicais havia exclusividade para homens) veremos que se compunha de três partes. A primeira compreendia sete peças: *Ouverture da Gruta de Fingal*, de Mendelssohn; ária de uma ópera de Weber; outra ária da Heródíade de Massenet; outra da Semíramis de Rossini; dois quartetos (Lully e Beethoven) e uma *polonaise* de Chopin. Na 2ª parte, a 5ª Sinfonia. Na terceira, a *ouverture* do Tannhäuser de Wagner; uma ária do Barbeiro de Sevilha, de Rossini; um concerto para violino e orquestra de Paganini; uma ária dos Huguenotes de Meyerbeer, e uma música de bailado de Rubinstein. Durava algumas horas tal espetáculo honrado com a presença da Família Imperial, mas não tanto quanto os concertos na Alemanha pela mesma época, que segundo recorda Luís Heitor, chegavam a durar sete horas a fio.

Os concertos da Sociedade de Concertos Clássicos, rival do Clube Beethoven, realizavam-se nos salões do Clube Fluminense, amplos, mas sem a beleza imponente do Cassino. A esses concertos é que um poeta, infelizmente anônimo, dedicou uma famosa versalhada, desabafo certamente, de quem não compreendia que se dedicassem tantas horas a música tão fastidiosa. Acha-se impressa em elegante folha solta.

Não creio que seja desinteressante citar alguns versos:

“O imperador, princesa, fidalguia
E fina flor da gente brasileira
Atacados de cruel monomania
Se congregam em festa domingueira
Em tributo de nova arqueologia
O encontro desta alegre romaria
Que a pretexto d’antiquada sinfonia
Vem expor a maior tafularia
E a vaidade da moda tanto açula
De clássicos concertos se intitula

Enquanto o rabecão não se apresenta
Com viola, violeta e violino
A alegria dos convivas cresce, aumenta.
Rumoreja a conversa, o dito fino,
Os risos nos semblantes se sustenta

Como em anjos no céu cantando um hino
Mas o gozo depressa se agoirenta
Com o dó de afinar, triste e mofino
Os esbeltos tagarelas ficam mudos
E os risonhos semblantes carrancudos

A tocata nunca mais quer se acabar
As violetas, violinos vão chorando
O rabecão nunca pára de roncar
Voa cinza dos arcos esfregando
Velozmente, sem ao menos respirar
E no momento em que vai terminando
Ordena a partitura começar
Tudo desde o princípio repisando
Este masso e cacete, este martelo
Se chama em termo próprio um *ritornello*

Quando em bagas suando os professores
O alfarrábio acabaram de esgotar
Despencando as semifusas como flores
E não têm mais *ritornellos* que tocar
Como aqueles que aliviam certas dores
Um suspiro geral faz-se escutar
Os semblantes risonhos tomam cores
No salão é completo o acordar
Recomeça outra vez o rumorejo
Da conversa, namorico e do gracejo

A tocata terminou sem incidente
Os tournures vão-se logo consertando.
Cavalheiros dão o braço incontinenti
Às senhoras suas galas ostentando
Sai a turba cochichando alegremente
Schubert, Haydn, Mendelssohn elogiando
Mas *in petto* pensa coisa diferente
Pois concorda, sem um voto discrepando
Do concerto o que deu maior regalo
Foi o fim, o princípio, o intervalo.”

De qualquer maneira, os clubes musicais introduziram na sociedade brasileira o hábito de reunir-se sem ser para dançar e jogar. Apesar da exclusividade dos homens nos concertos ordinários, a oportunidade aberta pelos grandes concertos vai permitir um gênero novo de convivência social. Os concertos apresentavam um lado de elegância e de requinte de maneiras que

não pode deixar de ser registrado. Koseritz que assistiu ao de 1883 ficou encantado com o espetáculo do grande salão e galerias repleto de senhoras exibindo toaletes que fizeram as delícias dos cronistas sociais do tempo. A ornamentação, a mais rica imaginável. Um bufê anexo confiado ao Clube Germânia. O imperador e a Família Imperial tomavam assento no meio do público e conversavam com a maior simplicidade com os conhecidos.

Está claro que o público, tal como observou França Júnior em um de seus famosos folhetins, dividia-se em três categorias: “os que iam para ouvir, os que iam para ver e os que iam para serem vistos.” Mas o fato é que a sociedade habituou-se a freqüentar concertos de boa música, qualquer que fosse o pretexto. Não se poderia pensar no surto de melhor cultura musical no início do século, se não tivesse havido a fase, um tanto sofisticada, da segunda parte do Segundo Reinado, em que se deu a glorificação dos grandes cantores como a Candiani e o delírio popular por Gottschalk.

Ficou provado, como escreveu numa crônica Machado de Assis – um dos mais ativos sócios do clube – que passou a ser de mau gosto não freqüentar os concertos. Em 1877 já o maestro Carlos Mesquita realizava, no mesmo Cassino, concertos populares, com a presença da princesa e o concurso de Artur Napoleão.

Mas se os bailes, o teatro e concerto eram os grandes acontecimentos sociais das classes rica e média, os grandes acontecimentos populares continuavam a ser as festas religiosas, especialmente as grandes comemorações em que as “missas grandes”, com coros e orquestras, mais que o órgão, que havia em poucas igrejas, constituíam um imenso atrativo para a massa.

Principalmente porque não havia grande festa religiosa sem seu complemento obrigatório que era a procissão.

As procissões apresentavam um aspecto em grande parte grotesco. Os estrangeiros, especialmente os protestantes, não perdem vasa de focalizar episódios quase carnavalescos de alguns préstitos, com muita pouca lembrança de suas finalidades primitivamente edificantes. Especialmente quando se tem em vista que seus componentes, muito pouco teriam na consciência de que desempenhavam uma função religiosa. Era quase um balé, em que tomavam parte os velhos burgueses, em boa parte anticlericais, conduzindo os filhos e filhas rigorosamente fantasiados de anjinhos, por intermédio de estabelecimentos especializados em tal gênero de indumentária, os armadores de gala para festividades de igreja, que percorriam as ruas certamente sem qualquer pensamento religioso. O espetáculo que Gobineau assistiu na antiga Rua Direita nada tinha de edificante. A descrição que ele faz do préstito, rigorosamente fiel, conforme pôde verificar Gilberto Ferrez, nos jornais e relatórios da época, é uma página maravilhosa do estilista de gênio: “*Il n’y avait là un seul prêtre, et toute la procession, confrères, anges, saints, gardes nationaux, tout le monde marchait d’un pas relevé, cadencé, tenant la pointe du pied en avant, comme à l’enterrement de Marlborough. Ma foi c’était on ne peut plus*

curieux, plus grotesque, plus magnifique, plus fou et plus étonnant qu'on ne peut dire. J'ai été ravi."

É preciso ter uma noção exata do que era aquilo que se pode chamar de "catolicismo brasileiro", completamente isolado do movimento de depuração e de centralização que se processava em toda a Europa e América do Norte, girando muito mais em torno do ciclo santoral que do temporal e mesmo concentrando e personificando conceitos sublimes, como Pentecostes, que passava a ser um Divino, encarnação de uma folia que nada tinha de espiritual.

O Divino Espírito Santo
É um grande folião
Amigo de muita carne
Muito vinho e muito pão.

Era uma religião de ídolos e festanças, foguetes e bandas de música, de conventos vazios e clero escassíssimo. Para dar uma rápida idéia do que era a estagnação da Igreja basta dizer que em 1889, com uma Igreja oficial e sustentada teoricamente pelo Tesouro, tínhamos 12 dioceses e 13 bispos em todo o Brasil, e cerca de 700 padres. No mesmo ano, os católicos dos Estados Unidos, com uma população incomparavelmente menor, tinham 84 bispos e 8.000 padres. Todo o clero brasileiro era formado apenas em 9 seminários. Havia povoações do interior que viam um sacerdote de dois em dois anos. Todo o culto em certas regiões era mantido por meio de rezadores que freqüentemente descambavam para a heterodoxia.

Nada mais natural que a religião popular fosse mesclada de costumes folclóricos, a que as irmandades, pouco submissas à orientação eclesiástica, davam todo apoio. A procissão de Corpus Christi, que na Península Ibérica era uma afirmação espetacular anti-reformista, exaltando a presença real, transformou-se num préstito cívico, motivo para festas, mesmo de danças após a passagem do cortejo, enquanto a Semana Santa era um pretexto para emulação entre os sodalícios quase totalmente laicizados. Mas, por outro lado, era uma confraternização de todas as classes sociais, em torno de um princípio certo, ainda que mal compreendido. A colaboração da tropa ajuntava ao espetáculo o prestígio do Estado.

Mas a música, pouco acorde com os moldes aprovados pela Igreja era de excelente qualidade. Vários viajantes estranharam o tom operístico das peças executadas nas grandes cerimônias eclesiásticas, mas gabaram a execução e a inspiração. No Primeiro Reinado o coro da Capela Imperial ainda impressionava. Maria Graham declara não ter ouvido música mais bela, a não ser na Itália. Mas chocava também aos estrangeiros a falta de circunspeção nas cerimônias religiosas. As conversas na igreja em plena missa, as grandes saudações e abraços, como se estivesse numa praça pública, não se casavam com a piedade e as atitudes patéticas diante de certas imagens mas não do Santíssimo Sacramento. É que a igreja era também uma ocasião de encontro e, para alguns, a única atividade social.

Haveria ainda, para abranger toda a vida social da corte, que estudar a vida das classes menos dotadas, com suas irmandades, suas sociedades de dança, suas devoções também mescladas de pitoresco: a Penha para os portugueses, a festa do Rosário para os negros, enfim as festas juninas em que todos confraternizavam. Desde as fazendas, passando pelas casas mais humildes, até os palacetes e o próprio Paço Imperial, não havia quem não estivesse munido de vasto arsenal de bombas, busca-pés, rojões e bichas. Encordoavam-se violões e cavaquinhos para os descantes. Nos sítios, ou nas chácaras, armavam-se imensas fogueiras, em torno das quais cantavam e dançavam verdadeiras tribos constituídas por grupos de famílias relacionadas, enquanto o céu se iluminava de balões. Desde os salões até as senzalas, reinava uma geral alegria.

O Carnaval ainda conservava como principal característica o entrudo. O próprio imperador, quando jovem, integrava-se na brincadeira e divertia-se, em atirar nos jovens companheiros, limões de cheiro e bisnagas de água perfumada. As famílias chegavam à janela, recorda Melo Morais Filho, e travavam-se verdadeiras batalhas. Os rapazes visavam as moças que lhes atraíam. Estas procuravam atingir o peito engomado das camisas de seus futuros noivos. En-sopados de água, um rancho de rapazes e moças embarafustava pelos salões vizinhos e prodigalizavam-se dilúvios.

À noite havia desfiles de cucumbis, espécie de mascarada africana, agitando chocalhos, tocando marimbas e atroando os ares com zabumbas. Também falsos índios executavam supostas danças guerreiras. No terceiro dia as chamadas “grandes sociedades” faziam desfilar préstitos alegóricos com os indefectíveis carros de crítica, registrados e comentados na *Revista Ilustrada* de Ângelo Agostini.

O Natal ainda não se havia europeizado com árvore e o Papai Noel. A grande comemoração, em que novamente se reunia a assembléia da família, era feita em torno do presépio, que em algumas casas apresentava um aspecto monumental. Até o dia de Reis, cruzavam as ruas os ranchos de pastorinhas que, a pretexto de saudar os parentes e amigos iam, de fato, bebericar e lambiscar, tudo ao som dos cânticos dos reisados.

E assim relacionavam-se entre si as classes sociais no Brasil. O Segundo Reinado assistiu a uma grande transformação na estrutura da sociedade. Ao iniciar-se era, ainda, uma pirâmide dominada pelas classes dos grandes proprietários; a eles, competia ocupar os postos de comando na vida política e nas relações sociais. Fora deles só os estrangeiros, diplomatas e os representantes do alto comércio (onde era ínfimo o número de nacionais) tinham entrada nos salões.

Desde que a Lei Alves Branco permitiu o tímido florescer de uma indústria local, uma nova classe começou a ascender ao alto da pirâmide. Era a burguesia que entrava na arena política e social. Mas o maquinismo eleitoral antiquado feito para a época anterior, dificultava a manifestação desses novos elementos na representação política. Com a participação de brasileiros

do comércio e na indústria nascente, uma nova classe começa a palpitar. A lei da eleição direta, votada no correr de 1880 e aprovada a 9 de janeiro de 81, diminuiu o predomínio incontrastável da classe agrícola. É visível a mudança de fisionomia da arena política, e dos componentes das classes superiores, no final do reinado. Uma consulta sumária à nominata dos quadros sociais das grandes entidades do fim do século revela uma séria transformação. A essa alteração corresponde o fortalecimento e ascensão da classe média, que vai ocupar um papel de destaque no fim do regime monárquico e início do republicano.

Por isso, quase todos os estudiosos do momento, previam uma completa alteração do aspecto político e social do país num eventual Terceiro Reinado, provavelmente mais “populista”, para usar o termo atual, que a Primeira República, francamente apoiada pela lavoura, “republicanizada a 14 de maio de 1888” na expressão de Rui Barbosa.

Mas isto não pertence à história, mas à futurologia. Entraríamos aqui num terreno que um pensador chamou com espírito a “previsão do passado”.

Quisemos somente fornecer alguns flashes da sociedade do Segundo Reinado, tal como transparecem em algumas páginas da imprensa e dos cronistas. As estruturas que a mantinham e as forças que a modificaram exigem exame mais profundo. Pertencem à história econômica e à sociologia.

Evocamos alguns personagens que tomaram parte na intensa vida social de um regime encantador para a maior parte dos que o viram de fora. A época, se não teve o esplendor dos correspondentes nas grandes capitais européias, legou-nos uma imagem de bom gosto, de distinção e, acima de tudo, uma cordialidade e boa vontade que será sempre, queiram ou não, o timbre do homem brasileiro.

A música no Brasil no II Reinado

Odilon Nogueira de Matos

Ao iniciar-se o Segundo Reinado tinha já o Brasil uma valiosa tradição musical que vinha dos tempos de d. João VI e de d. Pedro I, ou mesmo dos lustros do século XVIII, com os compositores que, de maneira nem muito correta, têm sido agrupados sob a denominação um tanto vaga de *Barroco Mineiro*, os quais fazem antecipar, de pelo menos meio século, o início da história da música em nosso país. Deixarei de lado, por escapar aos limites desta palestra, as figuras de José Maurício, Marcos Portugal e o próprio d. Pedro I, nosso primeiro imperador, o qual, como é sabido, tinha suas veleidades de compositor e, efetivamente, deixou muita coisa, mas muito pouco, infelizmente, de nosso conhecimento. É com muita simpatia que coloco d. Pedro I na galeria, aliás bastante numerosa, dos monarcas-compositores que aparecem na história: Thibaut de Champagne, rei de Navarra, Ricardo Coração de Leão e Henrique VIII de Inglaterra, d. João IV de Portugal, Luís XIII de França, Frederico II da Prússia (o maior de todos eles) e, sem ser monarca, mas chefe de Estado, Carlos de Campos, um dos últimos presidentes de São Paulo na Primeira República, e que muitas composições deixou. D. Pedro I enfileirar-se-ia, assim, entre eles. É claro que o julgamento da obra desses monarcas-compositores deverá ser sempre muito relativo, pois nenhum deles pôde dedicar-se inteiramente à música para que pudéssemos avaliar o que teriam realizado se os deveres da vida pública os não absorvessem. Deixarei de lado também, a figura de Sigismund Neukomm, compositor vindo com a Missão Artística de 1816 * e que enorme influência exerceu sobre o nosso primeiro imperador e sobre o meio musical de então. Deixarei de lado, ainda, a vida musical do Primeiro Reinado e as influências que sobre elas se fizeram sentir.

A história da música no período que nos interessa pode ser avaliada através de instituições musicais de real importância, como o Conservatório do Rio de Janeiro; das realizações que mais freqüentemente eram levadas a efeito, quer no domínio da música sacra ou profana, quer na forma de concerto e principalmente de ópera; ou ainda, através de algumas figuras de destaque no panorama musical de então. A primeira destas figuras, a merecer nossa atenção, há de ser Francisco Manuel da Silva, que viveu entre 1795 e 1865 e que foi o diretor do Conservatório a que há pouco me referi. Embora

*. Para alguns estudiosos S. N. não teria, a rigor, feito parte da M. A.

tenha deixado obra numerosa, cujo catálogo vem de ser levantado pela professora Cleofe Person de Matos, ele é, praticamente, lembrado hoje apenas como o autor do Hino Nacional Brasileiro ¹. Imensa foi, ainda, a obra que realizou como incentivador e mesmo promotor de atividades musicais. O livro que lhe dedicou Aires de Andrade encerra precioso documentário sobre as atividades musicais do Rio de Janeiro no período em que viveu o autor do Hino Nacional ².

O Hino Nacional Brasileiro já fez correr muita tinta, inclusive para discutir sua destinação ou verdadeira origem. Sabe-se que foi composto para celebrar a abdicação de d. Pedro I, em 1831, com uma letra, aliás muito medíocre, de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Intitulava-se: *Hino ao grande e heróico dia 7 de abril de 1831*. Aos poucos foi se firmando, deixando simplesmente de ser um hino cívico, mas adquirindo as características e as condições de verdadeiro hino nacional. Consolidou-se sem precisar que algum decreto o oficializasse. E não demorou muito. Aires de Andrade relata episódio ocorrido em dezembro de 1837, portanto pouco mais de seis anos depois de composto o hino, que confirma sua consagração. Para comemorar o natalício do jovem imperador (ainda menor) foi organizado um suntuoso espetáculo no Teatro São Pedro de Alcântara, cujo nome havia sido mudado para Teatro Constitucional Fluminense (estava na moda tudo aqui tivesse o nome *constitucional*, até um teatro...). O *Jornal do Commercio*, anunciando o espetáculo, informava que assim que o imperador e as sereníssimas princesas chegassem, uma grande orquestra executaria o hino nacional, seguindo-se a representação de um drama, etc. Ora, o que então o anúncio do jornal chamava de “hino nacional” não era outro senão o que Francisco Manuel compusera para a abdicação. O grande jornalista Justiniano José da Rocha, viperino quando queria sê-lo, foi assistir a festa e, dias depois, arrasou-a pelo seu jornal. Do longo artigo que então escreveu destaca-se o seguinte trecho: “Esperei, esperei, até que eu ia quase desesperando. Eram já nove horas da noite ou pouco lhe faltava; as pálpebras, com o peso do sono, iam-se-me fechando. Felizmente toca a orquestra essa música que nada tem de hino, e que, todavia, é a nossa Marselhesa... é, enfim, o Hino Nacional do Brasil. Então, já não cochilei; dormi mesmo”. Pouco depois, replicando a alguém que respondera à sua crítica, volta Justiniano às colunas do jornal. Insiste em dizer que o hino não o entusiasmara, mas respeitava a opinião dos que o apreciavam e termina com grandes elogios ao compositor, o que demonstra o quanto naquela época Francisco Manuel já era personalidade marcante e respeitada ³.

Não é o momento de analisar o hino de Francisco Manuel. Muitos já o fizeram. Livros inteiros já lhe foram consagrados. Sua beleza é indiscutível, embora com o defeito de possuir uma linha melódica difícil, o que, sem dúvida, é uma inconveniência em se tratando de hino cívico. Tanto é verdade que até um livro já foi publicado há alguns anos, apontando os erros mais freqüentes cometidos no cântico do hino... Mas, com todas as suas falhas,

ele aí está. A república não teve coragem de substituí-lo, como seria natural que o fizesse. Ao contrário, oficializou-o. É sabido que logo depois da Proclamação da República, o marechal Deodoro determinou a abertura de um concurso para a composição do novo hino nacional, pois sempre foi a norma a dos símbolos cada vez que um país muda de regime. Conta-se, não sei com que fundamento, que, quando da apresentação dos hinos então escritos, após a audição do primeiro colocado, que foi o de Leopoldo Miguez, o marechal desejou ouvir o velho hino de Francisco Manuel. E após a execução, teria tido esta saída: “Prefiro este mesmo”! E aquele que foi o primeiro colocado, música de Miguez com letra de Medeiros de Albuquerque, ficou sendo o Hino da República. Não sei até que ponto esta história é verdadeira, mas, como dizem os italianos: *Se non é vero, è ben trovato*... O fato é que a República fez o que o Império não fez: oficializou a bela partitura de Francisco Manuel como Hino Nacional, a 20 de janeiro de 1890. Só a letra, esta sim, foi substituída pela que atualmente se canta, mas isto só em 1922. E se a República, no seu afã de apagar as lembranças do Império, não substituiu o hino (e seria normal que o fizesse) não será agora certamente que ele haverá de ser substituído. Será sempre o nosso Hino. Ao que tudo indica, Francisco Manuel conhecia muito bem os clássicos italianos e tinha especial predileção pelos alaudistas e guitarristas da Península. Aliás, para quem conhece bem a literatura desses autores não será muito difícil descobrir de onde o compositor tirou o tema principal de nosso futuro hino nacional...

A ópera constituía já uma tradição que vinha do começo do século, mais precisamente do tempo de d. João VI. José Maurício e Marcos Portugal, especialmente este, deixaram inúmeras obras nesse gênero. Estava em voga, como não poderia deixar de ser, o repertório operístico do período clássico ou do período de transição.

O Primeiro Reinado continuou a tradição. De 1826 a 1831 (para citar um exemplo) foram encenadas no Rio de Janeiro dezoito óperas novas, além de cerca de trinta, que foram repetidas⁴. O período da Regência e o início do Segundo Reinado representam uma estagnação total do movimento lírico: basta dizer que, nesse período, de 1832 a 1843, portanto mais de doze anos, nenhuma ópera nova foi apresentada, contrastando com as dezoito dos últimos cinco anos do Primeiro Reinado. Em 1835, um cronista registrava: “Já tivemos uma boa Companhia Italiana; já o nosso teatro esteve em pé, se não maravilhoso, ao menos como o comportavam as nossas circunstâncias; e tudo acabou”⁵. A Regência nada propiciou em matéria de ópera ao povo fluminense. Seria a falta de uma Corte para prestigiar as iniciativas e estimular as realizações? É possível. Tanto que, a partir de 1844, o Rio de Janeiro reintegra-se na tradição do teatro lírico. O que ocorreu nesse ano? Dois fatores importantes: uma cantora e uma ópera. A cantora: Augusta Candiani, que pela primeira vez visitava o Brasil; a ópera: a *Norma*, de Bellini, a grande novidade da temporada. Parece que o Rio de Janeiro estava ansioso por uma

verdadeira temporada lírica. Basta dizer que só a *Norma* foi apresentada vinte vezes e o total de récitas da temporada elevou-se a setenta e quatro espetáculos, com o seguinte repertório: *Norma*, 20 vezes; *Ana Bolena*, 11; *Belisário*, 9; *Elixir de amor*, 7; *A dama do lago*, 6; *O Barbeiro de Sevilha*, 1; *Torquato Tasso*, 6; *Capuletos e Montecchios*, 4; *Betty*, 1; *O Furioso*, 1 ⁶. Predomínio absoluto, como se vê, de Rossini, Bellini e Donizetti, os anos que se seguiram a essa temporada de 1844 marcam, provavelmente, o ponto mais alto das atividades operísticas na capital do Império. Durante esses quatro lustros, de 1845 a 1865, cento e sessenta e cinco óperas diferentes foram representadas no Rio de Janeiro! Óperas italianas alternavam-se com as do repertório francês e algumas até do repertório alemão. Desse movimento, as crônicas de Martins Pena, de José de Alencar e de Machado de Assis deixaram fiéis retratos. É preciso não esquecer que a esposa de Pedro II, d. Teresa Cristina, como boa napolitana, tinha especial predileção pelo canto e pela ópera. Ela própria gostava de cantar. Já mencionei, em conferência proferida neste mesmo local ^{*}, por ocasião do Curso Princesa Isabel, o testemunho de um diplomata francês, André Victor Itier, que, um dia, surpreendeu-a na janela do palácio, a cantar uma ária do *Barbeiro de Sevilha*. Seu depoimento é expressivo: “Ao aproximar-se das janelas de certa ala do palácio, estacou surpreso. Havia alguém que cantava de modo delicioso e com a maior expressividade a famosa ária *Una voce poco fá*. Um bom piano acompanhava a cantora. Tão entusiasmado ficou o diplomata, lembra Taunay ao resumir o relato, que, instintivamente, quase prorrompeu em aplausos calorosos. Conteve-se a tempo e finalmente apareceu a cantora à janela, apanhando-o em flagrante delito de curiosidade. Era nada menos que a imperatriz do Brasil” ⁷.

Nas temporadas do Rio de Janeiro há um predomínio do repertório italiano, mas, a partir de certo momento, começam a ser encenadas também óperas francesas, especialmente as de Auber, Adam, Boieldieu, Hérold, Meyerbeer, algumas na mais legítima tradição da Grand Opéra que fazia o encanto dos franceses. Com menos freqüência aparecem óperas alemãs e, a propósito, convém recordar que uma das mais importantes obras da música universal por pouco deixou de ter a sua estréia mundial na capital brasileira: o *Tristão e Isolda*. É o que se depreende da correspondência entre Ernesto Ferreira França e o compositor alemão e mesmo dos próprios escritos de Wagner ⁸.

Nossos compositores também escreviam óperas, em geral presas à tradição italiana e quase sempre usando textos italianos. Não se pensava, ainda, pelo menos no Brasil, na possibilidade de uma ópera nacional, embora Weber já houvesse criado uma ópera alemã em 1816 e os compositores nacionalistas da Rússia e da Tchecoslováquia já estivessem delineando os primeiros esboços de suas óperas russas e tchecas. No Brasil, vamos permanecer ainda

*. N. do E. Refere-se ao Museu Imperial.

por muito tempo presos à ópera italiana, a começar pelo maior dos nossos compositores líricos, Carlos Gomes, de quem daqui a pouco falarei.

Há, entretanto, algumas tentativas: é o caso de Elias Lobo, paulista de Itu, nascido em 1834 e falecido em 1901, autor da primeira ópera brasileira, isto é, composta e representada no Brasil, com libreto de Alencar. Intitulava-se *A noite de São João* e teve sua estréia no Rio de Janeiro em 1860. Posteriormente, escreveu *A Louca*, que não chegou a ser representada, mas cuja abertura “é de extrema singeleza de recursos expressivos”⁹. É o caso, ainda, de Henrique Alves de Mesquita (1831-1906), carioca, primeiro diplomado em composição pelo Conservatório do Rio de Janeiro e o primeiro a obter prêmio de viagem à Europa. Voltando ao Brasil, foi professor do Conservatório, deixando *Noivado em Paquetá*, *Estrela do Brasil* e *O Vagabundo*. Preocupavam-no as características nacionais, que realizou de maneira interessante não tanto nas suas óperas, mas num *Batuque* para piano. É o caso, finalmente, de Carlos Gomes.

Nascido em Campinas em 1836¹⁰, manifestou-se muito cedo a inclinação de Carlos Gomes para o teatro lírico, pois antes de seguir para a Europa como beneficiário de uma bolsa concedida pelo imperador, já fizera encenar no Rio de Janeiro, com relativo êxito, as óperas *A noite no Castelo* e *Joana de Flandres*, sobre textos de Feliciano de Castilho e Salvador de Mendonça, respectivamente. Para seu espírito acentuadamente voltado para o lírico, nenhum ambiente seria mais propício do que a Itália da segunda metade do século XIX. A ópera absorvera, na Península, todas as outras formas musicais. Se a época romântica de Donizetti ou Bellini, ou a dos compositores “*buffos*” do século XVIII já havia sido superada, encontrava-se a Itália sob o fascínio das obras melodramáticas de Verdi. Os maiores sucessos do grande compositor já se haviam firmado com *Rigoletto*, *O Trovador*, *Traviata* e *Força do destino*, e preparava-se, então, para o grande triunfo da *Aída*, composta a pedido do quediua do Egito para as festas da inauguração do Canal de Suez e estreada no Cairo em 1871. Nesse ambiente operístico Carlos Gomes ia sentir-se bem à vontade.

Andava à procura de assunto para a sua ópera de estréia, quando lhe caiu às mãos uma tradução do célebre romance de Alencar. Tudo, no *Guarani*, lhe pareceu adequado a uma ópera: amor, intriga, traição, cenas descritivas de grande beleza, um certo sentido épico e heróico. Encomendou o libreto a um certo Antônio Scavini, que se apressou em explicar que o drama “*fu tratto deito stupendo romanzo dello stesso titolo del celebre brasiliano José de Alencar*”, julgando-se ainda no dever de informar ao público italiano o significado dos nomes guarani e aimoré que aparecem com frequência no drama: “*sono quelli di due fra le tante tribù indigene che le varie parti del territorio brasiliano prima che i portoghese vi approdassero per introdurvi la civilizzazione europea*”. Seus poucos conhecimentos da história brasileira levaram-no a ver em d. Antônio Mariz “*uno dei primi che governarono il paese in nome del Re di Portogallo*”¹¹. No

libreto, a sinistra figura de Loredano, do romance, foi substituída. Não seria de bom tom apresentar ao público italiano uma ópera na qual o único personagem a desempenhar um papel execrável fosse um italiano... Libretista e compositor, de pleno acordo, transformaram-no em Gonzalez, “aventureiro espanhol”... Muito se tem comentado acerca do libreto do *Guarani*. Ele não é melhor, nem pior que os de qualquer outra ópera italiana da época. Aliás, este é o ponto fraco da ópera do século XIX, com raríssimas exceções. O próprio Verdi foi muito sacrificado pelos péssimos libretos de suas óperas e só nas duas últimas (*Otelo* e *Falstaff*) pôde contar com a colaboração de Arrigo Boito, poeta de gênio e igualmente compositor, que lhe ofereceu dois libretos que são verdadeiras obras primas. Mas, são casos raros. No mais das vezes, Solera, Piave, Ghislanzoni, Cammarano, Dornville, todos eles equivaliam-se na mediocridade. É o caso de dizer-se: quanta partitura excelente estragada por maus libretos, ou, talvez melhor, quanto libreto medíocre salvo apenas pela excelência das partituras...

Há, no *Guarani*, reflexos de todo o convencionalismo da ópera italiana do século XIX, não lhe faltando o clássico bailado, aliás de gosto muito duvidoso, mas imprescindível numa ópera que explorasse temas exóticos. E os temas exóticos estavam em moda na ópera, não apenas na italiana, mas também na francesa, Meyerbeer triunfara com *A Africana* e Bizet com *Os pescadores de pérolas*, nas quais aparecem nativos de Madagascar e da ilha do Ceilão, respectivamente. O elenco iria longe: *O rei de Lahore*, *Lakmé*, *A pérola do Brasil*... O próprio Verdi poria uma dança de escravos núbios em *Aída* e o russo Borodine colocaria uma cena de sua única e grande ópera, *Príncipe Igor*, entre os polovtsi, para ter oportunidade de apresentar um bailado selvagem característico daquelas hordas do sul da Rússia. Carlos Gomes iria, pois, sentir-se bem à vontade colocando indígenas brasileiros em sua ópera. Tudo isso, e mais aqueles predicados do romance de Alencar a que já me referi, justificariam o êxito da ópera. Embora houvesse escrito pelo menos mais duas óperas bem superiores ao *Guarani* (*Maria Tudor* e, principalmente *Fosca*) e ainda compusesse *Condor*, *Salvator Rosa* e o *Escravo*, Carlos Gomes ficou sendo, no consenso popular, simplesmente o autor do *Guarani*. Já o próprio compositor se queixava do que lhe parecia uma injustiça. Lembro-me de uma carta por ele escrita ao visconde de Taunay ou a Rebouças (dois excelentes amigos que, do Brasil, acompanhavam com todo o carinho e interesse seus triunfos na Europa), na qual comentando o pedido para uma representação do *Guarani* numa das capitais da província, teve este desabafo: “Por que só o *Guarani* e sempre o *Guarani*, como se eu não tivesse escrito mais nada?” Mas, fosse pelo que fosse (o assunto bem brasileiro, a popularidade do romance de Alencar, ou por qualquer outro motivo) a verdade é que *O Guarani* fez eclipsar todas as outras obras do compositor campineiro. Sua abertura, já o disse alguém, adquiriu foros de segundo hino nacional brasileiro. Essa bela página orquestral, como é sabido, não constava da partitura original, tendo sido composta para uma segunda apresentação da

ópera. Mesmo *O Escravo (Lo Schiavo)* não gozou nunca do favor do público. Aqui, mais ainda que no *Guarani*, o compositor foi vítima de um horroroso libreto. E o pior, no caso, é que a tal monstrego se acha associado o nome do visconde de Taunay! É fácil explicar o que houve. De fato, a idéia de *Lo Schiavo* foi sugerida a Carlos Gomes pelo autor de *Inocência*. Estávamos em plena campanha abolicionista. Taunay lembrou que Carlos Gomes poderia pôr seu estro a serviço da nobre causa, escrevendo uma ópera em que o assunto fosse a escravidão. Taunay, ao que parece, forneceu-lhe os lineamentos gerais de como deveria ser o libreto. Mas não o escreveu. O texto italiano foi encomendado a um certo Rodolfo Paravicini, o qual, completamente ignorante da história brasileira, produziu a maior moxinifada que se possa imaginar. Basta dizer que o “escravo”, que, pelo próprio espírito da obra, deveria ser um negro (pois era este que estava para ser libertado...) foi transformado em índio tamoio e a cena, que devera passar-se no século XIX, foi deslocada para meados do século XVI, passando-se um ato inteiro no castelo de uma condessa francesa, em Niterói, e utilizando, como ambientação histórica, a Confederação dos Tamoios. O primeiro ato passa-se numa *fattoria del Conte Rodrigo pressa il fiume Parahyba*; o segundo, num: *elegantíssimo chioso ottangolare nei giardini della Contessa Di Boissy*¹, a Nitheroy; o terceiro, numa: *immensa foresta pressa a Giacarépaguá*, e o último num: Altiplano roccioso a Guanabara... Nesta obra, encontra-se o mais belo trecho orquestral de Carlos Gomes: o *intermezzo* conhecido pelo nome de Alvorada, no qual ele procura descrever o amanhecer numa floresta brasileira¹².

Costuma-se afirmar, não sei com que fundamento, que Carlos Gomes, já no fim de sua carreira, mostrava-se arrependido de ter ido para a Itália, julgando que teria sido melhor se preferisse a Alemanha, como, aliás, parecia ser o desejo do imperador ao conceder-lhe a bolsa. Isto me parece pouco consentâneo com o seu temperamento e a sua inclinação lírica, mais próximas das tendências estéticas italianas que das alemãs. Além do mais, a figura gigantesca de Wagner dominou de tal modo o mundo musical alemão da época, no campo da ópera, que, praticamente, não deixou lugar para mais ninguém. E teria sido muito difícil, senão impossível, para o nosso compositor triunfar à sombra do genial criador de *Tristão e Isolda*, quando os próprios compositores alemães de ópera permaneciam totalmente obscurecidos. A não ser que sua inclinação fosse para a música sinfônica ou de câmara, campo em que, realmente, a Alemanha teria muito mais a oferecer-lhe do que a Itália. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Henrique Oswald, Alberto Nepomuceno e Francisco Braga.

Numa linha parecida com a de Carlos Gomes, encontramos outro Gomes, também paulista, mas do vale do Paraíba, João Gomes de Araújo (1846-1943), cuja trajetória muito se assemelha à do autor do *Guarani*:

1. (Segundo o libreto)

partiu para a Itália com bolsa concedida pelo governo imperial e lá escreveu óperas italianas, apenas com menor projeção que o campineiro. Teve, contudo, um privilégio que Carlos Gomes não teve: a estréia de uma sua ópera, em Milão, foi assistida pelo próprio imperador, então em viagem pela Europa em 1888. João Gomes de Araújo, a quem tive o privilégio de conhecer, pois faleceu quase às vésperas de seu próprio centenário, falava com orgulho desse acontecimento que, para ele, significou a maior consagração: d. Pedro II abalar-se para ir a Milão assistir a estréia de sua *Carmosina*. Seu maior sucesso, entretanto, foi *Maria Petrowna*, sobre texto de Ferdinando Fontané, extraído de um drama de Cucciniello, e que o compositor dedicou a Bernardino de Campos, então presidente do Estado de São Paulo, em fins do século passado¹³.

Na mesma orientação dos dois Gomes, encontramos, já nos fins do Império, numerosos compositores de “óperas italianas”: Manuel Joaquim de Macedo, José Cândido da Gama Malcher, Euclides da Fonseca, Meneláu Campos, Delgado de Carvalho, entre outros. As fontes de inspiração desses autores estão em toda a parte, menos no Brasil: Carlos de Mesquita, por exemplo, escreve *La Esmeralda*, inspirada na história do Corcunda de Notre Dame de Vítor Hugo; e uma outra intitulada *Souvent femme varie*, que, como se sabe, é o tema de *Le rol s’amuse*, do mesmo Vítor Hugo, utilizado por Verdi para o *Rigoletto*. O *Souvent femme varie* da irônica canção de Francisco I é o mesmo *La donna è mobile*, do duque de Mantua. Deolindo Fróis escreveu duas óperas (vejam os temas): *A queda de Babilônia* e *Evangelina*, esta, inspirada no grande poema de Longfellow. É a mesma história: Carlos Gomes tem apenas duas óperas de assunto brasileiro; as outras versam sobre a história de Inglaterra (*Maria Tudor*), sobre a pirataria italiana no Adriático (*Fosca*) e sobre as aventuras do pintor e poeta Salvador Rosa, envolvido na revolta napolitana contra os espanhóis em 1647, mesmo assunto utilizado por Auber em *Masaniello* ou *A muda de Portici*. Iríamos longe. Lembraria, apenas, que essa universalidade de temas é da essência do romantismo. Tomemos como exemplo mais expressivo o próprio Verdi, o maior compositor italiano do século XIX. Escreveu vinte e sete óperas. Delas, apenas seis (e só duas de entre as mais importantes) são inspiradas em assuntos italianos ou se passam na Itália. É fácil verificar: *Un giorno di regna*, passa-se na Polônia; *Nabucco*, em Babilônia; *Os Lombardos* tem apenas a cena inicial em Milão, passando-se a maior parte na Terra Santa por ocasião da primeira cruzada; *Alzira* desenrola-se no Peru; *Macbeth* na Escócia; *Luísa Miller* na Suíça; *Traviata*, em Paris; *Ernani*, *Força do destino*, *O Trovador* e *Dom Carlos* passam-se na Espanha; *Aída*, no Egito; *Joana d’Arc*, em França; *Otelo*, na ilha de Chipre, pois a cena inicial do drama de Shakespeare, que se passa em Veneza, foi omitida pelo compositor; *Baile de máscaras*, passa-se em Boston, na Nova Inglaterra, embora originalmente devesse passar-se na Suécia; *Falstaff*, inspirada em *As alegres comadres de Windsor*, de Shakespeare, passa-se na Inglaterra; *O Corsário* decorre numa ilha do mar Egeu.

Restam das grandes obras, *Vésperas sicilianas* e *Rigoletto*, mas esta, sabe-se, deveria passar-se em Paris (pois é a crônica aventureira de Francisco I de França) e só por motivos políticos foi deslocada para Mântua. O mesmo se poderia dizer de Donizetti, que, nas suas quarenta e oito óperas, passeia da Escócia para a Espanha, para Bizâncio, para a Suíça, para a Índia e até para Portugal... Toda a história da ópera romântica do século XIX nos mostraria, à saciedade, exemplos dessa natureza. Não há, pois, que criticar os compositores brasileiros no que se refere à temática de suas obras.

Se o lírico tem predominância, é preciso não esquecer que também a música instrumental tem grande aceitação e significado. O piano, sobretudo, adquiriu excepcional importância na sociedade brasileira do século passado. Aires de Andrade, o já citado biógrafo de Francisco Manuel, atribui grande significado à visita que Sigismund Thalberg fez ao Brasil em julho de 1855. Chega a dizer que o fato abria “um novo capítulo na história do piano no Brasil”. A tradição pianística vinha de longe, mas com a visita do grande mestre, considerado o rival de Liszt, o piano ia deixar de ser simplesmente instrumento de salão para se tornar objeto de atenção mais séria “com ricas conseqüências artísticas”. Vale a pena recordar a crônica que, a propósito, escreveu num dos seus folhetins, Henrique César Muzzio: “Desde terça-feira passada anda em alvoroço esta boa capital. A população agita-se, corre, gesticula, grupa-se, fala em segredo como se conspirasse, e por fim repete com todas as entonações do espanto um nome semibárbaro. Os afinadores de piano andam numa dobadora; correm de um ao outro canto da cidade, rompem cordas, põem cordas novas, afinam, desafinam e suam em bagas. Há um fio elétrico circulando por todas as casas, agitando as mãos e todos os espíritos. A atmosfera está cheia de ecos despertados pelos ohs! e ahs! pronunciados em todas as línguas”. E perguntava o cronista: “Mas de fato Sigismund Thalberg está no Rio de Janeiro? Está, sim senhor. Já foi visto nas ruas como simples mortal, e no Teatro Lírico, como um semideus que é. Que capital mais que a do Império do Brasil teria direito a uma visita do grande artista? Não há palácio, casebre ou choupana onde a um canto da peça principal não se arrume o precioso Erard ou o velho Broadwood de teclas amarelas e cordas desafinadas. No Rio de Janeiro todos tocam piano: mulheres, crianças, velhos e rapazes... O Rio de Janeiro é, de fato, a cidade pianística por excelência”¹⁴.

A 25 de julho (de 1855) o grande pianista dava seu primeiro concerto, ao qual seguiram-se mais cinco, a longos intervalos, pois Thalberg permaneceu quase seis meses no Brasil, aproveitando o ensejo, também, para uma excursão ao Prata. Numerosos outros pianistas famosos estiveram posteriormente no Rio de Janeiro e em outras capitais. O campo estava aberto. O curioso, no caso dos recitais de Thalberg e desses outros pianistas, é que seus programas raramente incluíam as grandes obras da literatura pianística. Há um predomínio quase abusivo de fantasias e paráfrases sobre trechos de óperas. Do repertório de Thalberg, por exemplo, constavam fantasias sobre

motivos da *Sonâmbula*, da *Muda de Portici*, de *Moisés no Egito*, de *Lúcia de Lammermoor*, de *Lucrecia Bórgia*, da *Favorita*, dos *Huguenotes*, da *Norma*, e por aí afora. Não aparecem nem Beethoven, nem Schubert, nem Mendelssohn, nem Chopin, nem Schumann, enfim, nada daquilo que um pianista de hoje executaria. É a força do predomínio do lírico que persiste, e esses pianistas preferiam peças de gosto duvidoso e valor artístico contestável, mas de público certo. Afinal, o pianista sabia que, ao atacar os primeiros acordes de uma variação ou fantasia sobre uma ária das óperas que freqüentemente eram encenadas, estava pisando terreno seguro, certo dos aplausos que lhe não seriam regateados. O Brasil vai custar um pouco a conhecer a literatura pianística de maior valor, porque, na verdade, de toda essa enxurrada de variações, fantasias, paráfrases (ou que outro nome tenha) que inundava os salões do século XIX, quase nada ficou. Recordam-se hoje apenas as de Liszt e uma ou outra de Beethoven ou de Mozart. Mas é o caso de dizer-se: eram Liszt, Beethoven e Mozart... Mas nenhuma delas, porém, foi ouvida no Brasil quando os primeiros grandes pianistas “descobriram” nosso país. No entanto, enumeravam-se dezenas e dezenas de compositores que os dicionários de música, hoje, nem mais registram.

Importância ainda maior que Thalberg e os de sua época, tem, no meu entender, um pianista norte-americano, nascido em Nova Orleans, de ascendência francesa: Louis Moreau Gottschalk, que em 1869 aportou ao Rio de Janeiro. Pretendia, ao que parece, permanecer bastante tempo entre nós, mas sua estada não passou de alguns meses, pois, acometido de grave enfermidade (provavelmente febre amarela), faleceu no mesmo ano de sua chegada. Pianista de qualidades excepcionais – chamavam-no o “Liszt americano” – eletrizava os auditórios com sua técnica insuperável, verdadeira pirotecnia, e despertou enorme interesse, tornando sua curta temporada um rosário de triunfos. Gostava de efeitos, o que era muito da época. Mal chegou ao Rio, organizou um concerto monstro, do qual participaram mais de seiscentas pessoas e até artilharia foi utilizada, provavelmente para a execução de alguma daquelas peças de *bataille*, tão do agrado de certos compositores do século passado, mania a que nem o próprio Beethoven escapou (como o demonstra a sinfonia que dedicou a Wellington, o vencedor de Napoleão) e que tem sua mais alta expressão na *Abertura solene 1812*, de Tchaikowsky. Gottschalk não era apenas pianista e regente. Era também compositor de mérito. Uma recente gravação integral de sua obra, tanto para piano, como para orquestra e até uma pequena ópera, veio revelar certas facetas até então nem suspeitadas de sua produção. Nota-se muito, em sua obra, principalmente na que escreveu para o piano, as influências negras do sul dos Estados Unidos – um veio riquíssimo que os compositores norte-americanos não têm explorado devidamente, e que interessou até a um compositor célebre como Dvorak, que, em duas obras, uma sinfonia e um quarteto, utiliza temas do baixo Mississipi. A obra mais conhecida de Gottschalk, nessa linha, *O Banjo*, procura descrever o ambiente das fazendas americanas e serviu de modelo a

“danças negras” que nossos compositores começaram a escrever: Nepomuceno, Frutuoso Viana, Lorenzo Fernandes, Camargo Guarnieri, entre outros. Influenciou até Ernesto Nazaré em seus tangos brasileiros e em suas valsas. Não apenas um “cavalheiro amável que parafraseou o nosso hino”, como dele disse o sr. Guilherme Figueiredo ¹⁵. Não há dúvida que ele foi isso, mas não posso aceitar que tenha sido apenas isso. Embora vivendo pouco entre nós, sua influência foi muito grande. Devemo-lhe a divulgação da obra dos autores românticos, os verdadeiros mestres do piano, esse instrumento que tanto se integrou à vida social brasileira, tal como já fora observado na crônica de César Muzzio a propósito da vinda de Thalberg, vinte anos antes. Esse piano que, com o decorrer do tempo, com o rádio, a vitrola e a televisão, acabou relegado ao abandono.

Quanto à “paráfrase” do Hino Nacional brasileiro, que Gottschalk intitulou: *Grande Fantaisie triomphale sur l’Hymne National brésilien*, e dedicou a d. Pedro II, trata-se de peça de grande efeito, que passou a integrar o repertório de grandes pianistas brasileiros e mesmo estrangeiros. Teve em Guiomar Novais, como o tem agora em Eudóxia de Barros, suas maiores intérpretes. Várias vezes foi registrada em disco. Numa certa época esteve proibida, por ser considerada “desrespeitosa” ao Hino Nacional. A questão, de vez em quando, vem à tona. Não faz muito a imprensa dela se ocupou, pois há um processo pendente no Ministério da Educação no sentido de ser novamente proibida a execução da bela página de Gottschalk. Músicos e compositores acorreram em sua defesa, mostrando o que a obra significa. Ocorre aqui lamentável engano. O que a lei 5.700, de 19 de setembro de 1971 proíbe – e faz bem – são os arranjos do Hino Nacional: por exemplo, ele ser executado em ritmo de samba ou de qualquer outra modalidade. Não é o caso da obra de Gottschalk. O compositor norte-americano não fez um “arranjo” do Hino Nacional: compôs uma peça de concerto no gênero das “fantasias” ou “variações”, que tem forma definida. Nela, um tema, depois apresentado de maneira simples, é repetido com amplificação ou modificação. É uma operação musical que consiste em modificar uma melodia em seus elementos secundários sob a condição de fazer com que os ouvintes possam perceber, sempre, mais ou menos distintamente, o tema original. Numerosos exemplos encontram-se na história da música de utilização de hinos nacionais: Beethoven escreveu variações sobre o hino nacional inglês, o *God save the King*; Berlioz tem uma fantasia sobre a *Marselhesa*; Haydn construiu o movimento lento de um dos seus mais belos quartetos sobre o hino nacional da Áustria, que era de sua autoria; acordes da *Marselhesa* aparecem na *Abertura 1812* de Tchaikowsky e na ópera *Andrea Chénier*, de Giordano; toda a segunda parte da bela canção *Os dois granadeiros*, de Schumann, foi construída sobre a mesma *Marselhesa*; acordes do hino nacional norte-americano aparecem na *Madame Butterfly*, no momento em que a infeliz gueixa recorda-se do americano safado que a ludibriou. Os exemplos iriam longe.

A *Grande Fantaisie* de Gottschalk enquadra-se na categoria que costumamos denominar de “cortesias musicais”, e que são freqüentes na história da música. Um compositor é levado, por qualquer circunstância, a passar algum tempo em outro país, ou simplesmente visitá-lo, e julga-se no dever de retribuir a hospitalidade com uma obra inspirada em qualquer coisa desse país. E o que explica que um russo escreva um *Capricho italiano*, um tcheco componha uma *Sinfonia do Novo Mundo* e um quarteto americano, um francês, uma *Rapsódia espanhola*, um italiano, uma suíte intitulada *Impressões brasileiras*, um alemão escreva uma *Sinfonia escocesa* e outra “italiana”, um francês componha *Saudades do Brasil*, um alemão, visitando as Hébridias, nos brinde com uma bela abertura inspirada na *Gruta de Fingal*, e por aí afora. O compositor norte-americano, em vez do folclore, da geografia ou da história, preferiu inspirar-se no hino nacional do país que visitou e no qual, infelizmente, encontrou a morte, contando pouco mais de quarenta anos. Retribuiu, com sua “cortesia musical” a camaradagem, a hospitalidade e a receptividade de que foi alvo entre nós.

Aliás, diga-se de passagem, que o compositor norte-americano não foi o único a se interessar em parafrasear o hino nacional brasileiro. A idêntica tarefa abalçou-se Walter Burle Marx, regente e compositor do Rio de Janeiro, numa obra orquestral intitulada *Grande Fantasia triunfal sobre o Hino Nacional Brasileiro*. Tal obra nunca teve, entre nós, receptividade alguma. Foi, entretanto, gravada na Alemanha pela Orquestra Filarmônica de Berlim, dirigida pelo próprio compositor, num disco ainda ao tempo de 78 rotações da etiqueta Telefunken, hoje de extrema raridade.

O curioso, no caso do piano, é que toda a grande influência que este instrumento exerceu em nosso país, ou melhor, de toda a imensa participação na vida social, artística e cultural do Brasil (observada, aliás, com pertinência, pelos viajantes estrangeiros), não estimulou nossos compositores a escreverem para o piano no século passado, pelo menos na medida em que era de se esperar. Nossos pianistas e mais particularmente as nossas *jeunes filies*, cuja educação não estaria completa sem o piano, tinham que se valer do repertório europeu, não só os grandes autores românticos (pois o piano é, por excelência, o instrumento do romantismo) como Chopin e Mendelssohn, entre outros, mas notadamente autores secundários, produtores de mero efeito, mas que atendiam ao apreço pela exuberância tão estimada pelos freqüentadores dos nossos salões. Só mais para o fim do século, ou mesmo já no começo do atual, é que a obra imensa e rica de um Ernesto Nazaré se afirma, a traduzir um compositor pianístico por excelência.

O piano leva-nos, por natural associação, à música de salão: formas populares da música, aquelas que primeiro penetraram os salões e depois ganharam a rua ou, num processo inverso, da rua passaram aos salões. As modinhas imperiais, que tanto interessaram a Mário de Andrade¹⁶, ou as formas de danças populares, em geral escritas para o piano, traduzem uma

ambientação romântica, a mesma, guardadas as proporções, que sentimos na obra de Schumann e Schubert e, mais tarde, na de Brahms. Afinal, que são os *Volkslieder* recolhidos e harmonizados pelo grande compositor? A música de salão reveste-se de caráter um pouco mais erudito do que as serestas (estas lembram muito as cassações do século XVIII), embora com frequência nelas apareçam temas populares, muitos deles utilizados pelos nossos primeiros compositores nacionalistas, como Brasília Itiberê, Alexandre Levi ou Alberto Nepomuceno. Os temas são românticos, como não poderiam deixar de ser: o amor, a saudade, a despedida, as mágoas, o luar, o riacho, os murmúrios da mata, o cascatear das águas, o viajante, a casinha pequenina, a sinuosidade do vôo dos pássaros, o crepúsculo, enfim os temas comuns que dão ao romantismo o seu sentido de universalidade. Mas, ao lado deles, encontram-se, também, temas de inspiração patriótica ou simplesmente circunstanciais e até temas geográficos, sugeridos pela beleza dos recantos do país, especialmente do Rio de Janeiro, que é onde viviam quase todos os compositores. Aires de Andrade, no já citado livro sobre o autor do Hino Nacional, cita exemplos curiosos com relação à Guerra do Paraguai, arrolando numerosas peças (quase todas para piano) inspiradas ou motivadas por episódios da guerra, anunciadas à venda nas casas de música do Rio de Janeiro. Revestem-se de um pitoresco que vale a pena ser registrado: *A vitória de Paissandu*, passo dobrado-polca; *Os Voluntários da Pátria*, quadrilha de contradança; *Entrega de Montevidéu*, brilhante valsa para piano; *Uruguaiana, ou a rendição das tropas paraguaias*, mazurca triunfal; *Viva o Brasil*, quadrilha marcial; *A passagem de Humaitá*, polca oferecida ao bravo oficial da Armada, Artur Silveira da Mota, por Maria Guilhermina de Noronha e Castro (uma das poucas com indicação de autor, e ainda mulher, o que é coisa rara no mundo das composições); outra mulher, esta totalmente oculta pelas iniciais D. V. E. J. Carvalho, “distinta fluminense”, com uma marcha sobre a rendição de Uruguaiana; outras ainda: *Combat naval du Riachuelo*; e ainda, em francês: *Prise et soumission du Général Estigarribia et de son armée à Sa Magesté l’Empereur D. Pedro II; action militaire pour piano...* de autoria de Joseph Fachinetti, provavelmente francês, como o demonstra a grafia de seu prenome, mas que confundiu dois episódios totalmente distintos da guerra: a batalha do Riachuelo e a rendição de Uruguaiana... E uma última, *De Paissandu a Montevidéu*, também sem indicação de autor, mas trazendo esta explicação no anúncio: “Esta brilhante produção, na qual se acha entremeadado o Hino da Independência, o rodar da artilharia, o retumbo de instrumentos bélicos, as saudações do povo ao exército vitorioso, e também pelo caráter festivo e guerreiro de que se acha revestida, merece a particular atenção dos amadores”. Quem teria sido o autor desta “1812” brasileira? ¹⁷.

Noutra modalidade, temos um curioso exemplo no *Álbum pitoresco musical*, editado provavelmente em 1856 (pelo menos foi anunciado como novidade no *Jornal do Commercio* de 20 de agosto daquele ano), contendo

sete peças variadas, bem ao estilo da época, trazendo como títulos localidades do Rio de Janeiro e arredores: *Botafogo*, quadrilha de Demétrio Ribeiro; *Glória*, polca de Eduardo Ribas; *Jardim Botânico*, valsa de Salvador Fabregas; *Boa Viagem*, redowa de Geraldo Horta; *São Cristóvão*, schottish de Quintino dos Santos; *Tijuca*, polca-mazurca de J. J. Goiano; e *Petrópolis*, quadrilha de A. Campos. As peças vinham ilustradas com vistas litográficas dessas localidades, em caprichosos desenhos de Alfredo Martinet. Uma feliz coincidência beneficiou a música brasileira: um colecionador encontrou o precioso álbum num antiquário de Londres; adquiriu-o e promoveu a sua gravação em disco, lançado no Brasil pela Livraria Kosmos, com excelente prefácio de Francisco Marques dos Santos, então diretor do Museu Imperial. Friedrich Egger chama-se o pianista vienense que pôs ao nosso alcance esse precioso documentário da música pianística brasileira de meados do século XIX. Esse *Álbum Pitoresco Musical* antecipa de quase oitenta anos a suíte *Saudades do Brasil*, do compositor francês Darius Milhaud, há pouco falecido e que viveu no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial, como secretário da Embaixada de seu país. A obra de Milhaud consta de doze peças, também para piano, e todas elas, tais como as do álbum de 1856, trazem por títulos nomes de locais que ficaram associados à presença do compositor entre nós: Copacabana, Ipanema, Tijuca, Corcovado etc.

Permito-me, neste ponto, a liberdade de um empréstimo que vou tomar a Luís Heitor, resumindo excelentes conceitos acerca da música popular brasileira, expedidos em seu valioso livro *Cento e cinquenta anos de música no Brasil*:

“A fisionomia da música popular, com suas peculiaridades de ritmo, melodia e harmonia, começa a esboçar-se em composições impressas, desprezíveis, de índole popular, por volta de 1870. Não quer isto dizer que anteriormente, quicá mesmo na era colonial, alguns tipos de música já bem reconhecivelmente brasileiros, como os lundus e certas modinhas, não estivessem em voga. A coletânea de Spix e Martius, *Brasilianische Volkslieder und Indianische Melodien* de 1831, atesta-o cabalmente. O que há, da mencionada época em diante, é a consciência do forte sabor nacionalista de algumas fórmulas, que antes apenas se insinuavam, e que passam a ser diligentemente procuradas, observadas e empregadas nas peças dançantes dos compositores populares. Observa-se, então, um curioso fenômeno de divergências entre a orientação dos compositores de escola, com obras cantadas ou executadas nos salões da boa sociedade, e a desses compositores populares, autores dos sucessos da moda, cuja musa velada tinha a irresistível atração das coisas proibidas. São eles que aprofundam o caráter da música brasileira, entregando-se intuitiva ou conscientemente à pesquisa de modalidades ritmo-melódicas ainda não empregadas, modalidades que eram simplesmente a transposição, para o domínio da música erudita, das peculiaridades de modos de cantar, tocar ou bater o ritmo, usuais entre a gente do povo, especialmente os negros. Até então os compositores que produziam modinhas e lundus eram

os mesmos que faziam missas para a Capela Imperial ou óperas para o Teatro Lírico Fluminense. José Maurício, Francisco Manuel, Elias Lobo, o próprio Carlos Gomes, todos eles dedicavam-se a esse gênero e suas obras eram cantadas pelas meninas prendadas, das famílias ricas, sem que isso constituísse nem por sombra um motivo de escândalo. A canção brasileira – modinha ou lundu – marchava, então, lado a lado, com as formas mais sérias da música religiosa, dramática ou de concerto. Na realidade, pouco diferia, técnica ou sentimentalmente, dessa música concebida à européia. De vez em quando elementos mais condizentes com a sensibilidade nacional introduziam-se em seus compassos; ou caracterizava-se a insistência com que empregava as fórmulas anódinas nacionalizadas justamente em virtude de sua freqüência.

“Ao dar-se o divórcio entre a música erudita e a popular, os compositores que cultivavam a primeira passavam a desdenhar ostensivamente os motivos nacionais. E foi provavelmente esse antagonismo que revigorou as respectivas características, tornando indiscutivelmente anti-nacional a música erudita, e, ao contrário, desassombradamente nossa, a que provinha dos compositores populares, autores de música para dança, para teatro ligeiro ou para choros e serenatas boêmias. A música popular brasileira é multiforme, refletindo com extrema sensibilidade as diferentes condições do meio étnico, social ou geográfico em que se manifesta. Nem todas as modalidades encontram guarida na música dos compositores urbanos. Nas cidades, onde uma vida musical regular se tornara possível, vinha se estabilizando um tipo especial de música popular. Constituído pela rica melodia das canções portuguesas, tornada mais flexível sob a influência dos *cantabile* das melodias italianas de ópera e mais sombria e artificiosa ao influxo da pieguice peculiar ao espírito romântico – de outro lado, incorporando também a movimentação específica da música africana – esse tipo urbano de música encontrava sua expressão habitual nas modinhas e lundus, remontando ao século XVIII, mas publicadas em grande quantidade a partir de 1830. A modinha, melódica por excelência, tristonha, geralmente servida por versos de bons poetas, representava a modalidade mais característica, mais universal dessa música popular urbana. Nela, apenas o clima sentimental e certas fórmulas melódico-harmônicas traíam a nacionalidade. Mas no lundu instrumental desde muito cedo, processos rítmicos precursores da atual música popular urbana, surgiam desabusadamente, emprestando-lhe um colorido típico mais franco e mais acentuado.

“Quando a polca européia invadiu os salões brasileiros, com o mesmo que havia produzido no Velho Mundo, foi a esse gênero sempre instrumental que se recolheu o velho lundu. O binário esperto de seus andamentos, baixos fortemente marcados e variações da linha melódica, amoldavam-se com perfeição a experimentadas tendências do nosso passado musical. Não tardam a aparecer as primeiras polcas-lundus, consagrando esse processo de aculturação e revelando a capacidade de sobrevivência do lundu. O mesmo vai acontecer com o maxixe. O que realmente tornava esta dança diferente

da polca não era propriamente a música, mas a coreografia. Segundo o depoimento de cronistas da época, a polca era então dançada no Rio de Janeiro com arrastar de pés e ondulações de quadris. Tais requebros, descendentes em linha direta da maneira de bailar crioula, é que haveriam de caracterizar o maxixe. Não se sabe ao certo nem como nem porque tal designação foi dada à nova dança. Apesar de ter o maxixe se tornado muito popular, dentro e fora dos salões, são raras as composições assim denominadas. O que há com mais frequência são polcas-maxixes ou tangos-maxixes, o que corrobora a afirmação de Mário de Andrade ao caracterizar o maxixe: sua originalidade consiste apenas no jeitinho: jeitinho que se originava do requebro coreográfico e se infiltrava sutilmente na ondulação rítmica da velha polca e do tango nascente. Este, que encontra em Ernesto Nazaré sua mais perfeita expressão, deriva da habanera e não do tango platino, como muita gente supõe”¹⁸.

Embora resumidas, as páginas que venho de transcrever do autor de *Cento e cinqüenta anos de música no Brasil* me parecem suficientes para caracterizar o processo de surgimento e transformação de nossa música popular no século passado. Dessa fase os primeiros e mais expressivos representantes são Joaquim Antônio da Silva Calado (1840-1880) e Francisca Edwiges Gonzaga (Chiquinha Gonzaga), como se tornou conhecida (1847-1935). Silva Calado foi o primeiro que na sociedade preconceituosa do Segundo Reinado se atreveu a criar alguma coisa diferente dos ritmos europeus, o primeiro a inventar, em termos de música urbana, uma coisa brasileira. Com ele nasceria o gênero musical que mais tarde marcaria a ainda nascente música brasileira: o choro.

No campo da música erudita, o nacionalismo surge com Brasília Itiberê, cuja obra *A Sertaneja*, para piano, pode ser considerada o ponto de partida para a nova corrente que colocaria o Brasil no mesmo processo de evolução artística e estética que ocorria noutros países, e principalmente com dois compositores, nascidos no mesmo ano, ambos de formação européia, mas de temperamento e tendências bem diferentes: o paulista Alexandre Levi e o cearense Alberto Nepomuceno. Ambos nasceram em 1864. Levi viveu pouco, não chegando aos trinta anos. De sua primeira fase datam composições para piano, entre as quais as *Variações sobre um tema brasileiro*, de cunho nacionalista, nas quais empregou o tema da célebre canção *Vem cá, Bitu*, originada em uma catástrofe na qual perdeu a vida o tipo popular desse nome, em 1811; espalhada por todo o país, tornou-se uma das mais conhecidas melodias. Em treze variações, de atmosfera teuto-romântica, ora lembrando Mendelssohn, ora Schumann, o jovem compositor paulista transformou essa melodia de maneira muito hábil, envolvendo-a nos artifícios rítmicos e harmônicos ditados pela sua musicalidade e excelente formação. A obra foi originalmente escrita para piano e mais tarde orquestrada pelo próprio autor. Sua permanência na Europa fez-lhe ver a necessidade de uma música de inspiração nacional, a exemplo do que estava acontecendo em todos os países.

Não chegou, contudo, a realizá-la, na medida em que desejava. É só no ano de 1890, portanto já ao fim de sua curta vida, que aparecem suas obras mais caracteristicamente nacionais: *Tango brasileiro* e a *Suíte brasileira*, esta constituída de quatro movimentos, assim denominados: *Prelúdio*, *Dança rústica*, *À beira do regato* e *Samba*. Nesta obra, Alexandre Levi emprega, a par de temas originais, de caráter nacional, algumas melodias populares. Assim é *Vem cá, Bitu*, de sua obra anterior, aparece no *Prelúdio*, e no *Samba* encontramos a chula paulista *Se eu te amei*, ao lado do *Balaio, meu bem balaio*, já utilizado por Itiberê na sua velha *Sertaneja*.

Muito diferente de Alexandre Levi foi Alberto Nepomuceno. Viveu longos anos na Europa. Foi a primeira figura do cenário musical de seu tempo. Sua vida bem mais longa (alcançou até 1921) deu-lhe maior experiência das tendências artísticas que se entrecrocavam no Velho Mundo, conduzindo-o a uma expressão pessoal e a uma interpretação nacional mais puras e autênticas do que a visão nublada do romantismo alemão em que havia permanecido Alexandre Levi. Rapidamente se desenvolveu nele a consciência de que a arte não podia fugir aos imperativos da nacionalidade; que era inútil inventar melodias sobre textos poéticos em língua estrangeira ou mesmo construir tempos de sinfonias alheios à sensibilidade específica de sua terra. Que a primeira dessas afirmativas havia dominado completamente o seu espírito, não há a menor dúvida. A não ser circunstancialmente, nunca mais recorreu a textos estrangeiros para as suas canções. Assim agindo, mostrava decisão e coragem, pois o público daquela época estava tão pouco habituado a ouvir cantar em português, que a sensação, nas primeiras experiências, era de ridículo, de heresia artística. Nepomuceno insistiu, coadjuvado por um grupo de artistas jovens, levando para a música textos de numerosos poetas brasileiros. Assim, pouco a pouco, foi levantando o respeitável monumento de suas canções, que continua sendo, na música brasileira, uma das maiores expressões de nossa sensibilidade e um dos mais altos como significação universal. Na música instrumental ou orquestral, seu nacionalismo não foi tão longe, continuando preso pelo espírito, especialmente na música de câmara e nas sinfonias, à tradição européia. Merece destaque, entretanto, a *Série brasileira*, verdadeiro marco inicial de orientação nacionalista na música orquestral, em que pese a singeleza da orquestração. Nas quatro peças que a integram, o compositor emprega temas brasileiros ou tipos de melodias que caracterizavam a nossa música. Na página inicial, *Alvorada na serra*, faz intervir o tema do *Sapo-Cururu*, que tem origem no *Bumba-meu-boi* nordestino; no *Intermezzo* aparece a linha buliçosa de certo maxixe muito em voga no Rio de Janeiro; a *Sesta na rede* tem a moleza cálida das horas de sol a pino, quando a gente nordestina busca preguiçosamente a rede e se entrega ao seu leve e sonolento embalo; o *Batuque final*, com o colorido sombrio e as grandes batidas sincopadas do início, transformando-se pouco a pouco numa orgia de sons e ritmos, conseguiu popularizar-se, sendo muitas vezes executado como número independente das demais partes da suíte. Inicia, por assim

dizer, a grande quantidade de obras congêneres a que se dedicaram posteriormente nossos compositores.

Uma grande quantidade de expressivas figuras da música no Brasil, embora nascidas no período que nos interessa, realizou sua obra já em nosso século: Henrique Oswald, Francisco Braga, Leopoldo Miguez e tantos outros, representantes mais ou menos valiosos deste nosso pré-nacionalismo musical. Suas vidas e suas obras não podem e não devem ser ignoradas. Apenas não é este o momento – dada a delimitação do tema e a limitação do tempo – para delas cuidar como gostaria, pois são todos de minha predileção e só lamento não ter melhores oportunidades para conhecer o que deixaram.

Intencionalmente, toco aqui num ponto que julgo de muita importância: as poucas oportunidades que se tem, especialmente para quem vive fora do Rio de Janeiro, de conhecer a obra deixada pelos nossos compositores do século passado. Sua produção, imensa como se viu, raramente aparece nos programas de concerto. Poderíamos compensar esta lacuna com o “milagre do disco”, mas a este respeito ele tem sido pouco milagroso. Pouquíssimas das obras deixadas pelos nossos mestres do passado mereceram as honras da gravação. Algumas experiências levadas a efeito pelo Ministério da Educação ou pela antiga gravadora *Festa*, não tiveram prosseguimento. As gravadoras particulares, visando, como é natural, mais ao interesse comercial que cultural, por elas dificilmente se interessarão a não ser que sejam subsidiadas, como já tem acontecido. Haja vista a série *A música na corte brasileira* ou a *Antologia da música romântica brasileira*. Não só tiveram prosseguimento, como, seus discos esgotados, não foram reimpressos. O estudioso de hoje a eles não tem acesso, a não ser em discotecas particulares, que são raras. Para os compositores mais recentes, a situação, felizmente, é mais animadora, graças a instituições como o Museu Villa Lobos, que vem cuidando da gravação da obra de seu patrono. Afora as três coleções mencionadas, pouca coisa se encontra em disco a permitir-nos o conhecimento dos nossos compositores do passado: uma sinfonia, um quarteto e algumas canções de Nepomuceno; um disco de obras variadas de Alexandre Levi e mais peças menores em discos-antologia. É pouco, muito pouco. A única ópera de Carlos Gomes a merecer uma gravação integral foi (e nem podia deixar de ser) o *Guarani*, embora a gravação do poema sinfônico-vocal *Colombo*, escrito para comemorar o quarto centenário do descobrimento da América, há muito tenha sido realizada, mas com as matrizes embolorando, sem que a firma gravadora se anime a lançá-la no mercado. Um movimento dos órgãos oficiais e das instituições particulares seria da mais alta valia no sentido de permitir que nossa música se beneficie do tão falado “milagre do disco”.

A segunda metade do século XIX constitui um período de grande significação na história da música. Até então existiam na Europa praticamente três centros de atividade musical: a Itália, a França e a Alemanha. Um compositor, nascido em qualquer outro país, musicalmente seria italiano, francês ou alemão, de acordo com as suas tendências: italiano, se sua preferência

fosse pela ópera; francês ou alemão, se sua inclinação o levasse para a música de câmara ou sinfônica. Na segunda metade do século passado, países da Europa decidem-se a criar sua própria música. Surgem as chamadas “escolas nacionalistas”, cujo primeiro movimento foi na Rússia por Glinka e, pouco depois, pelo denominado “Grupo dos Cinco”. Acompanhando a Rússia nesse nacionalismo musical, surgem os compositores da Tchecoslováquia, da Polônia, da Hungria, da Escandinávia, da Dinamarca, da Espanha, e até dos Estados Unidos e do México. O ponto de partida dessas escolas nacionalistas foi a descoberta, para a música, desses países, com o aproveitamento das fontes de inspiração que mais de perto tocassem à alma de seus povos: as tradições, as lendas, o folclore, a literatura, a história e até a geografia. Enquanto isso acontecia na Europa (e mesmo nos Estados Unidos) o Brasil continuava apresentando uma grande falange de compositores brasileiros, mas de coração europeu, como deles disse Luís Heitor. De coração e de espírito, devo acrescentar. Nossos compositores, salvo raríssimas exceções, permanecem alheios ao grande movimento que marcou tão profundamente a história da música na segunda metade do século passado. Nossa vez, nesse campo do nacionalismo musical, chegará bem mais tarde. Aquilo que na Europa acontecia entre 1860 e o fim do século, em nosso país só acontecerá no começo deste século, mais precisamente depois de 1920. Mas isto escapa ao objetivo desta palestra. Talvez um dia ela possa ser continuada, para que se fale desta outra fase da música brasileira.

1. Na versão original deste texto havia escrito: “É verdade que Francisco Manuel não deixou obra muito extensa e nem muito profunda...”. Dias após a conferência tive a honra de ser procurado pela ilustre diretora da Associação de Canto Coral do Rio de Janeiro, que me mostrou os originais do catálogo que vinha de elaborar, das obras do compositor, constante de centenas de obras, abrangendo as mais diversas formas. À vista do trabalho da professora Cleofe, não houve senão alterar o que havia escrito. É pena, entretanto, que tão vasta obra continue completamente fora de nosso conhecimento, o que torna válido, ainda, o que se escreveu no texto: permanece lembrado apenas como o autor do Hino nacional.

2. Andrade, Aires de. *Francisco Manuel e seu tempo*, 2 vols. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1967.

3. Andrade, Aires de. Obra citada, I, 174.

4. Andrade, Aires de, obra citada, I, 189-193.
5. Andrade, Aires de, obra citada, I, 195.
6. Andrade, Aires de, obra citada, I, 197.
7. Taunay, Afonso de E. *No Brasil de 1840*, 109-110. São Paulo, 1936; Matos, Odilon Nogueira de. *A princesa Isabel e a sociedade brasileira de seu tempo*, em Anuário do Museu Imperial, Petrópolis vol. 32, p. 79.
8. Sobre este assunto – Wagner no Brasil – v. os artigos de Ernesto Feder sob o título: “Teria d. Pedro II convidado Ricardo Wagner para visitar o Rio?” no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14, 21, 28 de março e 4 de abril de 1943.
9. Sobre Elias Lobo, v. Taunay, Afonso de. *Antiquilhas de São Paulo*, 42-48. São Paulo, 1952.
10. Sobre Carlos Gomes há uma bibliografia, destacando-se, entre outros, os livros de Ítala Gomes Vaz de Carvalho, Jolumá Brito, Hermes Vieira, Gabriel Marques, e ainda um número especial da *Revista Brasileira de Música* editado em 1936, quando se comemorou o centenário do compositor.
11. *Il Guarany: ópera-ballo in quattro atti*; libretto di Antonio Scalvini; musica di A. Carlos Gomes. Milano, G. Ricordi. V. “Avvertenza”.
12. Na edição original de *Lo Schiavo* (Milano, Ricordi) vem estampado: “Drama lírico in quatro atti di Alberto Taunay e Rodolfo Paravicini”. Sobre a real colaboração de Taunay para o libreto, v. *Dois artistas máximos: José Maurício e Carlos Gomes*, 120-126; trata-se de obra póstuma do visconde de Taunay, reunindo algumas páginas que o autor escrevera na imprensa do Rio sobre o compositor campineiro, publicada em São Paulo, em 1930, pelas Edições Melhoramentos. Ainda sobre o assunto, v. Afonso de Taunay, “O método confuso em nossas artes”, na *Rev. da Academia Paulista de Letras*, S. Paulo, março de 1939, pp. 61 a 71.
13. Sobre João Gomes de Araújo, v. o livro que lhe dedicou sua filha Estefânia Gomes de Araújo, São Paulo, 1946.
14. Andrade, Aires de. Obra cit., I, 231.
15. Figueiredo, Guilherme. *Miniatura de História da Música*, 204, Rio de Janeiro, 1942.
16. Andrade, Mário de. *Modinhas Imperiais*. São Paulo, 1930.
17. Andrade, Aires de. Obra cit., II, 76.
18. Azevedo, Luis Heitor Correia de. *Cento e cinqüenta anos de música no Brasil*, Rio de Janeiro, 1956.

**Uma reavaliação da política
econômica do II Reinado**

Mircea Buesco

Quero esclarecer, desde o início, as intenções deste trabalho. Nele, “reavaliação” quer dizer reabilitação ou, mais explicitamente, tentativa de defender a política econômica do Segundo Reinado contra as críticas a que foi submetida. Críticas, a meu ver, injustas, infundadas, até levianas ou mesmo de má fé.

Exemplo clássico é o chavão lançado pelos republicanos e repetido ao longo dos anos: “O Império é o déficit” referindo-se aos desequilíbrios crônicos da execução orçamentária do Tesouro Nacional. Chavão que voltou, feito bumerangue, contra aqueles que o haviam lançado. Senão, vejamos: entre 1823 e 1889, em 67 exercícios orçamentários 56 foram deficitários, logo 84% do total; e de 1890 a 1964, em outros 75 exercícios 63 apresentaram déficit – praticamente a mesma proporção de 84%. Então, será que o Império foi o déficit ou outras causas, próxima do regime constitucional, provocaram aquela situação?

Que os republicanos tenham lançado, por motivos óbvios, o *slogan*, não é de estranhar. É lastimável que verdadeiros historiadores aceitaram, sem maior inspeção, a alegação. O caso é expressivo para caracterizar uma das fontes da crítica injusta: o descuido, voluntário ou não, de proceder a verificações empíricas, como aquela, tão simples, que acabo de apresentar.

Por outro lado, a crítica adota uma posição *anti-histórica*, tanto mais inadmissível quanto mais imbuída de radicalismo: a apreciação da política econômica da época é feita sem consideração pelas condições peculiares do momento histórico e à luz de nossas teorias atuais, surgidas muito depois. É como se o visconde Itaboraí fosse censurado por não ter as idéias de Keynes! Sem dúvida, hoje em dia, pode-se discordar do pensamento econômico da época, mas com isso não é lícito responsabilizar os adeptos daquele pensamento. Ademais, um pouco de humildade é recomendável quanto a nossas verdades: é oportuno lembrar que, por volta de 1870, John Stuart Mill afirmava que a teoria do valor econômico estava completa e que nada de novo podia mais dizer-se a respeito...

Apresentarei a seguir os “autos de acusação” em sua formulação própria – autos assinados por renomados historiadores – e, paralelamente, a defesa. Esta defesa tem como esteio a idéia de que os defeitos e erros se explicam pela História – em nosso caso, principalmente pelos mais de 300 anos de colonialismo que não podiam ser recuperados nos 67 anos entre a Independência

dência e o fim do Império. Explicam-se, mais uma vez, pela História, no que concorre ao grau de conhecimento teórico atingido pelo mundo civilizado naquele momento.

Aparentemente, contudo, a defesa encontra-se numa postura muito incômoda, tal como na fábula de La Fontaine, enfrentando a verdade de que: – *on ne peut pas contenter tout le monde, et son père*. De fato, como veremos mais adiante, os críticos censuraram tudo, tanto as teses quanto as teses contrárias, e a defesa, rejeitando uma crítica, torna-se vulnerável à crítica contrária.

Porém, apenas aparentemente, pois a defesa poderia aproveitar o caminho cômodo de jogar uma crítica contra a outra para se anularem reciprocamente. Não obstante, tentarei, em cada caso específico, apresentar a explicação que me parece mais objetiva, tanto dos méritos como dos defeitos da política econômica do Segundo Reinado.

Uma crítica de ordem geral consiste em que os dirigentes econômicos do Império adotaram teorias estrangeiras, prova de sua alienação e de “*incompreensão de nossos problemas internos*”. (HFL, p. 259) (Todos os grifos são meus.)

Eis alguns exemplos tirados de livros consagrados e adotados: “... a classe de senhores de terra e de escravos, manipulando o aparelho do Estado [adota] as teorias econômicas vigorantes entre os seus associados europeus”. (NWS, p. 263) E, em outro lugar: “... [os dirigentes] aplicavam aqueles princípios com uma confiança a um mesmo tempo interessada e ingênua”. (NWS, p. 264)

Observe-se a dramatização, ligada ao radicalismo já mencionado e aí expresso nas palavras por mim sublinhadas. Sem falar da imputação simultânea de “interessada” e “ingênua”, tipo de censura ambivalente, denunciando ao mesmo tempo dois aspectos contraditórios.

Sem dúvida, havia interesses em jogo, como sempre os há, de pessoas, de grupos, de nações. Mas, afinal, que teorias podiam adotar os dirigentes políticos e econômicos do Brasil do século XIX? Tinham eles condições culturais de inovar, de forjar teorias novas, puramente brasileiras? Seria oportuno lembrar que a França do século XIX, centro brilhante da cultura universal, adotou as teorias econômicas dos ingleses Adam Smith e David Ricardo, limitando-se apenas a simples adaptações e poucas inovações, como as de Jean-Baptiste Say. Para outra categoria de negativistas recordemos que o modelo econômico implantado na União Soviética teve suas raízes em idéias e teorias arquitetadas na Alemanha e na Inglaterra.

Poder-se-ia retrucar (é, também, uma censura habitual) que aquelas teorias se referiam a países industrializados, desenvolvidos, portanto pouco

nada adequadas aos países subdesenvolvidos como o Brasil daqueles tempos. Mas, existia alguma teoria do subdesenvolvimento? Mesmo hoje em dia não se pode dizer que foi articulado e sancionado um corpo completo de conceitos e preceitos para os países em desenvolvimento. O que poderíamos exigir dos dirigentes do século XIX?

E, afinal, quais eram as “teorias vigorantes entre os associados europeus”? Nada mais que o liberalismo econômico, considerado por um analista da política econômica imperial como “sistema prejudicial e perigoso”. (HFL, p. 260) É verdade que agora nós conhecemos os perigos do liberalismo, mas não se deve esquecer que o pensamento liberal dominou durante mais de um século e se manteve vigoroso durante talvez três séculos. O apogeu da teoria liberal está marcada pela publicação dos *Princípios de Economia* de Alfred Marshall em 1890; mas grandes liberais como Von Mises e Hayek brilharam até em nossos dias. Quanto ao caráter prejudicial do capitalismo liberal, é suficiente recordar que os próprios Marx e Engels conheceram, desde o *Manifesto Comunista* de 1848, os méritos do capitalismo no progresso econômico do mundo ocidental.

Para o Brasil o liberalismo tinha significado muito mais profundo. Do ponto de vista político, ele representava, no fim do século XVIII e início do século XIX, o suporte ideológico da desejada independência. A leitura do depoimento de Rodrigues de Brito, escrito em 1807, está cheia de ensinamentos: os argumentos econômicos a favor do liberalismo deixam transparecer os objetivos políticos. (Brito, Rodrigues de. *A economia no alvorecer do século XIX*, Salvador, Progresso, s.d.).

Ademais, do ponto de vista econômico, o liberalismo implicou, ao longo do século XIX, na existência do livre-cambismo e de um grande mercado internacional em que o Brasil se inseriu e, graças ao café, e apesar das relações de dominação sempre existentes, conseguiu expandir sua economia, base para o futuro progresso econômico.

A crítica, entretanto, de forma contraditória, ao mesmo tempo que censura a adoção da teoria liberal, reclama contra a inexistência de um *arcabouço teórico* entre os dirigentes do Segundo Reinado: “o Império viveu de expedientes e ao sabor das circunstâncias do momento”, (CPJ, p. 205). Outro autor fala no “domínio de um diletantismo profissional entre os políticos mais esclarecidos, inteligentes e capazes”. (JFN, p. 131).

Até certo ponto, a acusação de diletantismo pode ser válida, considerando o nível cultural relativamente baixo, fruto de 300 anos de colonialismo e de estrutura educacional muito precária. Mas, nessa censura pode haver, em parte, a influência dos conhecimentos adquiridos ulteriormente em matéria de teoria econômica. Hoje em dia, tratamos com olhar irônico, senão desprezativo, o otimismo ingênuo de um liberal como Frédéric Bastiat, que brilhou na França, em meados do século XIX.

De qualquer forma, vale sublinhar essa contradição dos censores quando reclamam simultaneamente da adoção de uma teoria estrangeira e da

inexistência de qualquer base teórica. Na realidade, o analista, o historiador objetivo, identificará a existência de um pensamento liberal, reflexo da ideologia dominante em todo o mundo ocidental, ao mesmo tempo que a adoção de soluções ecléticas, pragmáticas, de acordo com as realidades locais, do momento. Essa realidade aparecerá de maneira mais nítida nos exemplos específicos a seguir, abrangendo a política monetária, orçamentária, de crédito externo e alfandegária do Segundo Reinado.

Um dos casos mais típicos é o da política monetária. Aí, a crítica principal aponta a adoção cega do padrão-ouro, subproduto de livre-cambismo. Trata-se de um caso particular da crítica geral, já mencionada, da aplicação de teorias estrangeiras. Um exemplo: “O político brasileiro, com formação de economista, estava preso por uma série de preconceitos doutrinários em matéria monetária que eram as regras do padrão-ouro”. (CF, p. 181)

Hoje em dia sabemos bastante dos inconvenientes do padrão-ouro, mais a posteriori somos todos gênios... No século XIX acreditava-se naquele sistema. E mesmo muito mais tarde: após a primeira guerra mundial, um grupo de peritos internacionais preconizava, no *Cunliffe Report* (1918), o retorno definitivo ao padrão-ouro como solução para as dificuldades monetárias do mundo. Mais tarde, em 1929, era a mesma a recomendação do *Mac-Millan Report*.

Afirma-se que, naqueles tempos, “surgia imperiosamente, como dotada de miraculosos poderes a doutrina econômica vigente no exterior (o padrão-ouro), com os seus conceitos e princípios aqui rigorosamente aplicados ou pelo menos religiosamente adotados”. (NWS, p. 263) Fala-se em “rigorosamente aplicados” ao mesmo tempo que se critica a falta de uma política coerente! (v. citação anterior CPJ, p. 205; o mesmo autor enfatiza a seguir: “o que há de precário e irregular nesta política monetária orientada pelo acaso e pelo expediente do momento”, o que contradiz frontalmente a alegação do autor anteriormente citado).

Uma afirmação mais próxima à realidade define a situação nos termos seguintes: “Todos os ministros da Fazenda condenaram, em seus relatórios anuais, a inconvertibilidade do papel-moeda... No entanto, todos eles (com muito poucas exceções) continuaram a emitir”. (JFN, p. 125) – isto é, não aplicaram a teoria.

Acho que esta é a caracterização mais correta, menos a intenção irônica, da história monetária do Brasil imperial. Adotou-se teoricamente o padrão-ouro, como não podia deixar de fazê-lo, como teoria universalmente louvada e aceita. Entretanto, o sistema implicava em certas providências concretas

que quase nunca foram adotadas: manutenção da conversibilidade da moeda, das emissões monetárias, equilíbrio orçamentário, defesa da taxa de câmbio. De fato, nem havia condições práticas para aplicação do sistema. (Há analistas modernos que consideram que o padrão-ouro só funcionou plenamente – e só podia funcionar – na Inglaterra, por motivos que não cabe analisar aqui).

O que se verificou foi um *pragmatismo* salvador, cujo resultado foi a rejeição de *facto* do padrão-ouro, evitando-se desse modo – e isso é o mais importante – os efeitos depressivos do sistema. O mesmo pragmatismo pode ser identificado na suposta separação entre “metalistas” e “papelistas” quando, na realidade, os respectivos líderes das duas correntes tomaram medidas pragmáticas fora dos preceitos teóricos.

A realidade histórica – inconvertibilidade habitual da moeda, desequilíbrio orçamentário crônico, desvalorização cambial, inflação – permite rejeitar a acusação de que os dirigentes econômicos do Segundo Reinado adotaram cegamente a teoria estrangeira do padrão-ouro, “rigorosamente” aplicada e com “incompreensão de nossos problemas internos”.

As considerações anteriores nos levam normalmente à discussão da política orçamentária. Neste ponto, as críticas costumeiras parecem mais justificadas, pois, realmente, como já foi mencionado, a execução orçamentária do Tesouro Nacional, no Império, se caracterizou por déficits crônicos. A não ser dentro de uma política anticíclica de tipo keynesiano – hipótese totalmente impensável naqueles tempos – o déficit orçamentário representava um desequilíbrio pernicioso. Entretanto, mais uma vez, não cabe criticar, ao mesmo tempo, o déficit da execução orçamentária e a pressuposta adoção “cega” do padrão-ouro.

Uma análise objetiva constata a repetição obstinada do objetivo teórico do equilíbrio orçamentário, nas Falas do Trono, nos Relatórios dos ministros da Fazenda e em outros pronunciamentos oficiais, e paralelamente a repetição constante dos déficits orçamentários.

Seria lícito deduzir uma verdadeira inépcia dos dirigentes fazendários da época? Em parte, há uma dose de verdade quanto ao despreparo administrativo, à inexistência de quadros técnicos e, de modo mais geral, à insuficiência do sistema educacional, principalmente no ensino profissional. Entretanto, o historiador deve atentar para os condicionamentos históricos do desequilíbrio orçamentário, não apenas do lado administrativo, mas também do lado da receita, quase limitada estruturalmente ao imposto sobre importações, e do lado da despesa, onerada pelas revoluções, guerras, excessos políticos, além do serviço da dívida pública e, da garantia de juros, para investimentos

de infra-estrutura. Liberato de Castro Carreira calculou, na sua *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*, que do déficit total de 758 mil contos da gestão imperial, 712 mil contos (94%) se explicam pela Guerra do Paraguai e quase todo o restante pelas sedições do Pará, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Sul, e pela seca de 1877/1879.

O pesquisador descobrirá, também, outras motivações razoáveis do déficit Orçamentário. Ouçamos Rodrigues Torres numa sessão do Conselho de Estado, em 1867, quando pleiteia o aumento de impostos, porém “sem ofensa ou minguagem das fontes da produção nacional”. Ou Paranhos (visconde do Rio Branco) no seu relatório como ministro da Fazenda em 1871, quando falou da inconveniência de “atrair para o Tesouro todos os capitais nacionais disponíveis, desviando-os dos canais da lavoura, do comércio e das diversas indústrias”. Muitos dos atuais paladinos da luta contra a estatização subscreveriam de boa vontade tais declarações – o que as isenta da qualificação de obsolescência ou mesmo inépcia. Pesquisas mais amplas abririam perspectivas diferentes dos clichês tradicionais.

A existência de fortes pressões do lado da despesa orçamentária ao lado de uma relutância em aumentar a receita (não apenas por demagogia, incapacidade ou inépcia, mas também, como vimos, por certas razões objetivas, leva ao problema da política de crédito externo, ou seja, a política de persistente recurso ao endividamento externo para cobrir os déficits do Tesouro Nacional.

Nesse terreno, a missão da crítica parece mais fácil. Efetivamente, o Império apelou constantemente para o crédito externo, o que permitiu aos críticos de se pronunciarem nestes termos dramáticos: o primeiro empréstimo externo abriria “um caminho que seria longo e melancólico, trazendo consideráveis prejuízos à economia nacional”. (HFL, p. 194) E mais, seria “a bola de neve que nos precipitou no abismo”, (HFL, p. 197) embora seja difícil explicar de que abismo se tratava e quanto durou. Em outro autor: “Em virtude desse círculo vicioso e pernicioso, o Brasil sempre viveu com a sua economia e as suas finanças deprimidas diante de obrigações irrevogáveis para com o estrangeiro”. (VB, p. 75) E, já em outro autor: “O país viverá acorrentado aos seus credores, especialmente os banqueiros ingleses”. (PF, p. 93)

Às vezes o pensamento torna-se mais claro no sentido de uma referência a pressões imperialistas que explicariam o apelo constante aos empréstimos estrangeiros: “A tendência à política de empréstimos no exterior para saldar contas comerciais externas deficitárias e de acolhimento a investimentos externos em posição de privilégio”. (NWS, p. 261) (Incidentalmente seja esclarecido que as contas comerciais foram deficitárias apenas no início do Império: entre 1861 e 1889 houve apenas um ano com déficit na balança comercial.)

Antes de mais nada, há muito exagero na apresentação do processo de endividamento externo. Em primeiro lugar, quanto ao volume da dívida. Costuma-se simplesmente somar os empréstimos contratados, esquecendo o

roll-over, isto é, os empréstimos feitos para pagar outros anteriores, portanto sem aumento líquido da dívida. Durante o Império a soma dos empréstimos foi de 166 milhões, mas a dívida existente no fim do Império limitava-se a £ 30 milhões. Para medir-lhe o peso pode-se empregar o método corrente, isto é, à comparação com o valor anual da exportação. Esta somava cerca de £ 26 milhões, logo a relação dívida externa-exportação era de 1,15 – muito razoável. É verdade que o serviço da dívida pesava bastante no balanço de pagamentos. Mas não se deve exagerar a apreciação desfavorável a respeito dos juros a pagar que eram normais, mesmo quando o “tipo” do empréstimo era baixo (aspecto realmente desfavorável).

A crítica mais pertinente refere-se ao caráter fiscal dos empréstimos, destinados a tapar os buracos da execução orçamentária. Um autor censura: “os apelos ao crédito externo, não com o fito imediato de expandir as forças econômicas do país, mas apenas para cobrir os déficits” (CSL, p.4). Este “apenas” é injusto, visto que dos empréstimos contratados durante o Segundo Reinado 34% destinaram-se a investimentos de infra-estrutura.

E para os demais 66%? Fala-se, como mencionei, em imposição dos banqueiros estrangeiros, ou então em inépcia ou, pelo menos, comodismo dos dirigentes fazendários. Vimos, entretanto, que não era tão fácil evitar o déficit orçamentário e que havia, inclusive, razões desenvolvimentistas para não aumentar demasiado a carga tributária. O empréstimo e a bola de neve da dívida externa tornavam-se uma alternativa quase fatal.

Outrossim, os ministros da Fazenda não aceitaram de bom grado a solução do endividamento externo. Declarou Zacarias de Góis e Vasconcelos em 1867: “Os empréstimos externos são onerosos e os internos difíceis” – esta última observação, na linha de pensamento, já citada, de Rodrigues Torres e Paranhos. E Francisco Belisário de Sousa, em 1887, com preocupações mais desenvolvimentistas: “Raros são hoje os Estados que não se têm visto na contingência... de onerar as gerações futuras com o juro e amortização de empréstimos para encher o vácuo determinado pela satisfação das exigências, sempre crescentes, de melhoramentos ainda há pouco não cogitados, mas logo reputados imprescindíveis”.

A opção consciente a favor da captação da poupança externa, face à insuficiência da poupança interna, aparece por vezes mais claramente, como, por exemplo, nas palavras de José Antônio Saraiva (1881): “O empréstimo é um recurso para os dias difíceis ou um meio de empreender melhoramentos de tal influência ao desenvolvimento das indústrias, que dêem uma garantia eficaz aos compromissos do Estado”. E, outra vez, Belisário (1887): “Os empréstimos só se justificam por urgentes necessidades, ou compensação de maiores vantagens, quando delas possa auferir a geração onerada com o encargo do pagamento”.

Eu diria mais: face às dificuldades financeiras de uma administração incipiente, as gerações futuras foram oneradas com o preço a pagar, via empréstimos externos, pela infância e adolescência de um novo país.

Generalizações precipitadas e falta de verificações empíricas caracterizam, também, as apreciações a respeito da política alfandegária. Foi sublinhada a dominação do pensamento liberal, logo a rejeição das idéias protecionistas. Por outro lado, devido a características estruturais (exigüidade do mercado interno, baixo nível das rendas pessoais, orientação da economia para o exterior) a única base tributável de uma certa envergadura era o comércio exterior e neste, por várias razões e interesses, a importação. O imposto sobre importações devia ser, logo, uma boa fonte de recursos. Efetivamente, ele atingiu, na década de 1850/1860 uma participação de 65% de receita total do Tesouro Nacional.

É válido, pois, dizer que “a principal característica da tarifa brasileira no século XIX foi o seu caráter fiscal” (JFN, p. 184). Mas é um tanto exagerado jogar em cima da política alfandegária, seja liberal demais, ou fiscalista demais, a culpa do atraso do processo de industrialização, como sugere um autor: “Durante a maior parte da existência do Império, a política comercial baseava-se no livre-cambismo, o que tornava extremamente difícil o estabelecimento de indústrias no país, face a concorrência externa”, (WB, p. 14). Aparece, aí também, uma certa contradição entre os analistas, pois uma tarifa elevada, de caráter fiscal, possui, pelo menos parcialmente, virtudes protecionistas.

A política comercial influenciou, sem dúvida, mas ela representou apenas um dos fatores do atraso, e não o fator de maior peso. Por outro lado, é preciso repetir que o liberalismo e o livre-cambismo eram filosofias dominantes no mundo. Ademais, o Brasil, graças sobretudo ao café, colhia várias vantagens da abertura do mercado mundial, tal como o exigiam os preceitos do livre-cambismo.

O argumento de fato contra o liberalismo dos dirigentes brasileiros baseia-se na comparação com a experiência protecionista de Alexander Hamilton nos Estados Unidos (1816-1832). Os partidários deste argumento esquecem a sua posição, em outras ocasiões, ao “instrumental teórico elaborado em outros países de diferentes graus de desenvolvimento” (HFL, p. 260). É exatamente o caso em foco: a situação dos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX era bem diferente da do Brasil, não apenas na mesma época, mas também mais tarde. (Não se deve esquecer que o *take-off* dos Estados Unidos ocorreu em torno de 1840/1860, um século antes do Brasil).

Vale lembrar que o protecionismo começou a tomar corpo de doutrina pelo fim da primeira metade do século XIX (o livro fundamental de Friederich List, *O sistema nacional de economia política*, foi publicado em 1841) e as tarifas protecionistas proliferaram no fim do século. Os próprios Estados Unidos, após a experiência de Hamilton, tornaram-se liberais, até 1860.

A simplificação deformante vai até a afirmação categórica de que “a tarifa de 1844 (Alves Branco) era puramente fiscal” (NWS, p. 255). É verdade que a primeira tarifa brasileira depois da abolição do sistema iniciado pelo tratado de 1810 com a Inglaterra foi muito tímida, mas preocupações prote-

cionistas não faltavam. O próprio Alves Branco o diz claramente na exposição de motivos da lei; o objetivo da tarifa não era “só preencher o déficit do Estado, como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do país em alguma indústria fabril e animar outros a procurarem igual destino”.

E não se tratava apenas de uma declaração teórica. Se a tarifa tivesse tido caráter “puramente fiscal”, as alíquotas deveriam ter sido uniformemente elevadas. Mas as intenções são patentes quando se observa que, por exemplo, o carvão pagava somente 5%, as máquinas a vapor estavam isentas e os produtos manufaturados chegavam a pagar até 60% de direitos.

O aumento da tendência protecionista não aparece apenas em declarações como, entre muitas outras, as do ministro da Fazenda João Alfredo Correia de Oliveira no último ano do Império, quando justificava o aumento do imposto sobre as importações, “a fim de que não sofram com a concorrência iguais produtos de fábricas nacionais”. Esse espírito é consubstanciado na evolução das tarifas, com maior diferenciação das alíquotas e sua elevação no caso dos produtos manufaturados concorrentes atuais ou futuros dos produtos nacionais. Numa análise comparativa da alíquota nas tarifas do Império (trabalho inédito que apresentei no Congresso do IHGB para o sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II, em 1975) encontrei a verificação empírica que os críticos nem procuraram. Numa amostragem para o período 1860/1889, a incidência média do imposto era de 22% nas matérias-primas, 9% nos equipamentos e 45% nos produtos manufaturados. Pode-se retrucar que era um protecionismo insuficiente, mas não se pode negar a sua existência.

Não pretendo conferir à política econômica do Império a auréola irrealista da perfeição. Houve erros, limitações, jogos de interesses, falta de preparo em grande parte explicáveis pelos condicionamentos históricos. De qualquer forma, o estudo atento dos documentos e das estatísticas demonstra que muitas das críticas feitas àquela política são exageradas, além de contraditórias. Uma caracterização mais pertinente identifica, no primeiro plano, o liberalismo, dominante no mundo e ligado aos interesses do modelo econômico vigente no Brasil daqueles tempos. Mas também um nítido pragmatismo, um afastamento dos conceitos de base – nem aplicação “rigorosa” do padrão-ouro, nem rejeição absoluta do protecionismo. Esse pragmatismo evitou, muitas vezes, efeitos nocivos do liberalismo, sem nos precipitar no “abismo” como diagnosticaram a posteriori as Cassandras da atualidade.

Referências bibliográficas

(CF)

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. RJ, Fundo de Cultura, 1991.

(CPJ)

Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. SP, Brasiliense, 1963.

(CSL)

Lemos, Claudionor de Sousa. *Dívida Externa*. RJ, 1946.

(HFL)

Lima, Heitor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. SP, CEN, 1970.

(JFN)

Normano, J. F. *Evolução Econômica do Brasil*. SP, CEN, 1975.

(NWS)

Sodré, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. SP, Brasiliense, 1964.

(PF)

Ferreira, Pinto. *Capitais Estrangeiros e Dívida Externa do Brasil*. SP, Brasiliense, 1965.

(VB)

Bouças, Valentim. *Dívida Externa (Finanças do Brasil - vol. XIX)*. RJ, Min. da Fazenda, 1955.

(WB)

Baer, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. RJ, FGV, 1966.

O Exército e o II Reinado

Mário Silva O'Reilly Sousa

Na pesquisa da história pátria ressalta de importância para o Exército brasileiro o II Reinado, o reinado de d. Pedro II. Pois foi nele que o nosso Exército forjou sua força anímica que haveria de torná-lo singular entre todas as forças armadas mundiais, na defesa da soberania nacional.

Após a Independência, preocupava-se d. Pedro I com a integridade da pátria que acabara de libertar. Tratou, para isto, de forjar e estruturar o Exército brasileiro, aproveitando a organização portuguesa, já constituída, em grande parte, por nacionais. Mais ainda, criou a Guarda Cívica, a Imperial Guarda de Honra, o Batalhão do Imperador e, com pretos libertos, o Batalhão de Artilharia de Posição. Criou, ainda, órgãos de administração militar e quartéis-generais. Fundou fábricas e arsenais.

“O Exército – dizia o imperador, em sua Fala do Trono – não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente, de gente vai-se completando conforme o permite a população e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo o mais exemplar do mundo”.

Assim organizado e estruturado, pôde o Exército brasileiro assegurar a independência recém-conquistada, ante as tentativas de Portugal, apoiadas em resistências ainda existentes em vários pontos do nosso país. Leal ao poder constituído, empenhava-se o Exército em manter a coesão e a união em torno do imperador.

No entanto, pouco a pouco, tal tarefa se tornava cada vez mais difícil face às desconcertantes vacilações políticas de Pedro I, agravando a incompatibilidade entre portugueses, de um lado, que não se conformavam com a independência, e brasileiros, de outro, inflamados de patriotismo...

Até que o povo, ferido em seu nacionalismo, insubordina-se contra a autoridade do imperador. Este, confia no Exército, no seu batalhão – o Batalhão do Imperador. Porém, a 7 de abril de 1831, povo e exército unidos, no Campo de Santana, levam Pedro I à abdicação. Registrava, esse dia, uma síntese que iria perdurar por toda a história do Brasil: Exército-Povo... E, assim, começou o II Reinado, que iria durar 58 anos com d. Pedro II.

Perpassemos os olhos pela América do Sul e nos depararemos com nove países de origem espanhola e um só de origem portuguesa. Nove produtos da desintegração da colonização espanhola. E um que se manteve uno, indivisível, integrado – uma só pátria, a despeito de ser tão grande quanto os

demais juntos. Como explicar a diferença? Qual a razão do nosso Brasil?

Volvamos ao passado e lá, particularmente no II Reinado, o reinado de Pedro II, vamos encontrar as causas desse milagre de integração, que apresenta ao mundo um país-continente – unidade física, unidade espiritual, unidade nacional, enquanto, junto às suas fronteiras, corria a divisão, a separação. Lá, no II Reinado, vamos encontrar as causas que impediram o Brasil da desintegração, a despeito das tentativas múltiplas que se fizeram em várias regiões de seu território. Como teria sido o Brasil se se concretizassem os movimentos separatistas, se fossem seguidos os mesmos caminhos que conduziram à desintegração a colonização espanhola? Quantos países de origem portuguesa estaríamos contemplando?

Estamos em 1831, no limiar do II Reinado: apenas nove anos de independência tinha o Brasil. Imenso como um continente, grandes eram os vazios em seu território, incipientes as comunicações, penosas e difíceis as ligações. Por toda a parte, portugueses inconformados: não mais desfrutavam dos privilégios do conquistador; poderiam até perder suas importantes posições políticas e os cargos públicos que ocupavam. Por toda a parte, a euforia dos brasileiros: à flor da pele o sentimento nacionalista, a despeito do fraco sentido de unidade nacional.

Tensas, portanto, as relações entre brasileiros e portugueses. Radicais as posições. Inconciliáveis os partidos políticos. Tal era o clima político-social, com que se iniciava o II Reinado, e que iria conflagrar o Norte, o Nordeste, o Leste e o Sul, ameaçando a integridade da jovem nação. Havia que se consolidar a independência e impedir que se desagregasse a nação toda. Esta a tarefa grandiosa que iria receber o Exército. E, assim, dominando revoltas, destruindo ambições, desarmando os espíritos, o Exército foi, pouco a pouco, pacificando e integrando, num só Brasil, regiões conflagradas, algumas delas já declaradas independentes.

Vejamos as insurreições no II Reinado e o papel do Exército em cada uma delas.

– A longínqua província do Grão-Pará, correspondendo aproximadamente aos atuais estados do Pará e Amazonas, e territórios do Amapá e Roraima, desde 1831, vivia um clima de rebelião e agitação pela posse do poder, a que se seguiram a anarquia e a desordem. Interveio o Exército. E, em 1840, com o fim da Cabanagem, foi feita a pacificação;

– Em 1832, a rebelião atingiu Pernambuco e Alagoas, na Guerra dos Cabanos. A derrota dos insurretos, em 1835, pelas forças do Exército, pacificou a região;

– Em 1835 e 1839, os Farrapos haviam proclamado as Repúblicas de Piratini e Juliana, respectivamente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A pacificação e reintegração das duas províncias foram realizadas e ultimadas pelo Exército em 1845;

– A insurreição também chegou à Bahia que, em 1837, viu-se proclamada em República, por ação da Sabinada. Até que o Exército, em 1838,

pacificando os espíritos, reintegrou-a ao país;

– De 1838 a 1840, a Balaiada dominou o Maranhão, levando o terror às populações civis. As tropas do Exército sob o comando do futuro duque de Caxias, patrono do Exército, restabeleceram a ordem e pacificaram a região;

– Em 1842, São Paulo e Minas Gerais revoltam-se contra o governo central, cabendo a Caxias, mais uma vez, à frente de suas tropas, levar a paz às províncias;

– Outra vez, voltou o Exército a Pernambuco, agora para subjugar a Revolução Praieira que, durante os anos 1848-1849, vinha convulsionando a província.

Enquanto o Brasil, mercê de seu Exército, realizava a pacificação e a integração de todos os quadrantes de seu vasto território, ao sul do país, como vinha acontecendo desde o Brasil Colônia, a bacia do Prata, região constituída pelo Uruguai, Argentina, Paraguai e o nosso Rio Grande do Sul, era palco das mais importantes lutas, travadas agora entre os descendentes dos indômitos colonizadores hispano-lusitanos. Ali, por muitos anos, interesses diversos – hegemonia política, equilíbrio político, expansão de fronteiras de rios navegáveis, mantiveram aquela região da subamérica em permanente agitação e suscitaram as mais estranhas alianças.

Fortalecido, a partir de 1849, no interior de suas fronteiras, estabelecido o equilíbrio político, pacificados os espíritos e integrados todos no consenso da pátria única, era hora de o Brasil voltar as suas vistas para a Bacia do Prata e cuidar de seus interesses naquela importante região.

Dois caudilhos, Rosas na Argentina e Oribe no Uruguai, tiranizavam seus povos e ameaçavam a integridade de nossas fronteiras e a independência do Paraguai. O Exército brasileiro, unindo-se, em 1851 e 1852, às forças uruguaias e argentinas, que lutavam pela derrubada dos dois tiranos, participou da campanha que culminou com a expulsão de Rosas e Oribe. Em consequência, novos governantes assumiram o poder no Uruguai e na Argentina; foi assegurada a independência do Paraguai (havíamos feito, em 1850, um tratado de aliança defensiva e ofensiva, com esse país); obtivemos o reconhecimento de nossas fronteiras com o Uruguai; ficou assegurada a livre navegação do rio da Prata.

Nem bem se passariam doze anos, e o Exército haveria de voltar ao Uruguai; desta vez, para preservar as propriedades de brasileiros, estabelecidos na fronteira, invadidas durante o recrudescimento das lutas internas naquele país.

Mas a bem sucedida ação contra o Uruguai haveria de ser o pretexto, invocado por Francisco Solano López, ditador paraguaio, para iniciar represálias contra o Brasil, que iriam deflagrar a maior guerra da História da América do Sul, que durou de 1864 a 1870.

A 12 de novembro de 1864, Solano López apresara o *Marquês de Olinda*, navio brasileiro que subia o rio Paraguai, em demanda a Mato Grosso, conduzindo o presidente daquela província.

Em seguida, forças paraguaias (duas colunas com 7.000 homens) invadem a província de Mato Grosso e, a despeito da heróica resistência das fracas guarnições brasileiras (850 homens), apoderam-se dos territórios fronteiriços, que diziam pertencer-lhes.

Ao Sul, invadem a Argentina, ocupando a cidade de Corrientes, apresando dois navios de guerra daquele país.

Brasil, inicialmente, Argentina e Uruguai, em seguida, declaram guerra ao Paraguai e se constituem numa Tríplice Aliança.

No início da guerra, é interessante comparar os efetivos dos Exércitos litigantes, revelando as intenções dos respectivos governos:

- Paraguai: 64.000 homens
- Brasil: 18.320 homens
- Argentina: 8.000
- Uruguai: pequena Guarda Nacional

Porém, toda a Nação brasileira voltada para a guerra, o Exército vai, pouco a pouco, se estruturando para fazer face às aguerridas e bem armadas forças paraguaias. E, progressivamente, nesses 7 anos, juntamente com a nossa Marinha de Guerra, vai adquirindo a experiência e a força que haverão de conduzi-los e seus aliados à vitória final e encher de orgulho, pelos feitos de seus heróis, toda a nação.

Riachuelo, Uruguiana, Estero Bellaco, Tuiuti, Humaitá, Piquissiri, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, entre outras mais, são nomes de batalhas sangrentas, páginas de heroísmo que a história-pátria registra e guarda envaidecida.

Com a morte de Solano López, voltou a paz ao cenário do Prata. Foram resolvidas todas as questões relativas aos limites entre o Brasil e a Argentina com o Paraguai e as que envolviam a livre navegação dos rios da Bacia do Prata.

Porém, o esforço despendido pelo Brasil foi enorme: perdêramos 33.000 homens dos 140.000 que acabaram participando da guerra. Financeiramente também foi grande o nosso esforço. No entanto, nada exigimos materialmente do Paraguai, atestando que fizéramos a guerra contra um tirano e não contra uma nação e seu povo – uma guerra de conquista. O auxílio concedido ao país irmão, ao término da guerra, confirmou a sinceridade dos nossos propósitos.

A grande verdade é que o Brasil amadurecera muito, nestes sete dolorosos anos. A participação integral do país consolidara de uma vez o sentimento nacional e sublimara em toda a sua grandeza o sentido de pátria. O Brasil crescera no consenso de seus filhos e no respeito e admiração de seus irmãos do continente.

Outras mais seriam as conseqüências da guerra: naquele turbilhão de homens, submetidos à dor e ao sofrimento, sobrelevam-se os sentimentos de igualdade e fraternidade. Não há negros, não há brancos, não há índios, nem há mestiços; todos são irmãos. Não há ricos, não há pobres, nem há nobres,

nem plebeus; todos são iguais. Todos são soldados enfrentando a morte, em defesa da pátria ultrajada – Exército brasileiro expressão de um povo sem distinção de raças, sem nobrezas.

Assim a guerra contra o Paraguai viria a contribuir para a abolição da escravatura, nódoa que nos envergonhava, e para a implantação de uma forma de vida mais liberal e mais de acordo com as características do nosso povo – a República.

O escravo é um homem que lhe arrancaram a alma. Um soldado sem alma foge à luta, se acovarda à sanha do inimigo. O soldado jamais pode ser um escravo.

O Exército que, em suas fileiras, tivera sempre, lado a lado, brancos e negros, soldados todos, nega-se a aceitar seu emprego na captura de escravos negros fugitivos:

“... diante de homens que fogem, calmos, sem ruído [...] evitando tanto a escravidão como a luta [...] o Exército brasileiro espera que o Governo Imperial lhe concederá o que respeitosamente pede em nome da honra da própria bandeira que defende...”

Era a posição do Exército, repudiando a escravidão, juntando-se aos anseios do povo.

A 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil.

Agonizava o Império. O próprio Nabuco afirmava: “... havia mais coragem em se dizer alguém monarquista do que em ser republicano.”

A convivência com as repúblicas platinas, nas guerras ao sul do país, haveria de produzir influências marcantes no espírito dos nossos soldados. Não foi difícil, portanto, para que o Exército, pouco a pouco, fosse sendo invadido pelas idéias republicanas, que batiam às portas dos quartéis.

Em conseqüência, a 15 de novembro de 1889, pelas mãos do marechal Deodoro da Fonseca, o Exército, mais uma vez, traduzia um anseio do povo brasileiro. Surgia, naquele dia, a República no Brasil.

O soberano, augusto e sábio, que, por 49 anos, desde os 15, governara o Brasil, e em cujo reinado o país se tornara uma grande nação, integrada e respeitada, ele – d. Pedro II, compreendera o ato do povo brasileiro... Terminava, assim, o II Reinado.

Foram 58 anos de lutas internas e externas e de efervescência política e social. Consolidamos o sentimento nacionalista e integramos a pátria toda. Firmáramos a nossa posição na América do Sul e adquirimos o respeito de todos.

Foram 58 anos de participação integral do Exército e que se constituíram no cadinho onde se forjaram os seus caracteres básicos.

Exército Brasileiro:

– *Fator de integração social.* São os brancos, os pretos, os índios, os mulatos e outros tantos mestiços; são os ricos, os pobres, os nobres e plebeus: todos soldados, cidadãos de uma só pátria;

– *Fator de pacificação*. É a moderação, a paz, a solução sem ódios nas questões entre irmãos;

– Fator de integração nacional. É a obstinação por uma pátria una, em torno de uma só bandeira, um só hino. É fazer presente o culto da pátria em todos os recantos do território nacional;

– *Fator de segurança nacional*. É a luta sem tréguas e sem quartel contra qualquer agressão, quer venha de fora, quer se faça aqui mesmo;

– Exército, enfim, expressão de um povo. É o legado maior que trouxemos do II Reinado. Formação e origem totalmente populares, o Exército teria de ser o reflexo do nosso povo, passando com ele a se identificar e a participar de todos os momentos decisivos da nossa história. Esta, sem dúvida, a herança mais cara que o Exército brasileiro recebeu do II Reinado.

E com ela caminhou através da história, fazendo a história do Brasil, interpretando sempre os anseios do nosso povo, pois povo sempre foi.

Aí está a força anímica que nos mantém firmes e inabaláveis na manutenção da integridade da pátria, contra qualquer agressão, quer venha de fora, quer se faça aqui mesmo: expressão de um povo, ela vem de longe, muito longe, dos tempos do II Reinado, o reinado de d. Pedro II.

Em apêndice ao artigo do general Mário Silva O’Reilly Sousa, achou o Museu Imperial oportuno complementá-lo com a publicação de alguns documentos do seu Arquivo Histórico, que se enquadram no espírito que norteou o estudo inserido neste número.

E espera, com a divulgação desses documentos inéditos, prestar bom serviços aos leitores e estudiosos da História do Brasil.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1844.

Meu pai e senhor

Pelo Leopoldo, soube que meu pai passava bem. Eu vou passando bem de saúde, cada vez mais pressionado de trabalho. Ainda me não pude conformar com a morte de meu caro irmão Francisco. Nunca me persuadi que ele sucumbisse tão cedo. Muito estimei a queda do louco do Salvador, sentindo contudo as de seus companheiros, de quem sou e serei sempre amigo. Vim até aqui, a capital, para remediar algumas faltas que estava sentindo o Exército, pela insuficiência do crédito orçado para as despesas da guerra; tudo está já remediado e sigo amanhã para Pelotas, para de lá me reunir ao Exército, que deixei em Piratinim. Nesta data remeto a proposta para o Exército, e peço ao imperador, que ela siga confirmada com a datados anos da imperatriz, pois os despachos dados para o Exército, nesse dia, sem nenhuma informação de quem o comanda, causaram muitos desgostos entre os preteridos, que não foram poucos. Eu creio que o nosso ministro remediará tudo agora. Os Farrapos continuam a falar em paz, e eu creio mais agora nisso, que antes, porque vejo o inverno à porta, e eles nus, mal montados, e desarmados, ou muito mal armados, ao passo que disponho de 6.000 cavalos gordos, e tenho minha gente bem vestida e armada, e paga de metade do que sobre devia. Necessito de mais de 450 infantes para guarnecer a vila do Jaguarão, por ser o único ponto onde se poderá encostar os rebeldes. Deus queira que nos mandem quanto antes. Vou dobrar de atividades durante o inverno, a ver se acabo ao todo com isto, que já fede. Bento Manuel continua a estar de bom acordo comigo, e diz que eu tenho aprendido mais em 16 meses que ele em 40 anos. É ainda com dificuldade obedecido, quando está longe de mim. Há um mês que um batalhão recusou marchar à sua voz, eles fazendo junção comigo. Os soldados me dirigiram um requerimento pedindo-me serem mudados da divisão que eles honram. Nesse mesmo instante em que isto chegou ao meu conhecimento dissolvi o batalhão e prendi o capitão que interino o comandara, fazendo passar a agregados, aos outros corpos, os oficiais. Um conselho de investigação se está procedendo, para conhecer quem foram os cabeças. Esta medida dada com prontidão e à frente do inimigo, causou respeito tal aos comprometidos, que nem ousaram desertar, e creio que o exemplo deve aproveitar. Se o general-em-chefe pudesse fuzilar, com 2 ou 3 vidas, tudo se sanava, por isso estou com os braços atados e com ordem de fazer milagres, defronte de um inimigo, onde até os comandantes dos corpos pudesse por sua ordem, fuzilar sem mais formalidades a todos os seus subordinados, sem exceção a do seu próprio imediato, porém já agora, não falho mais nesse poder que é aqui indisfarçável a quem comanda, porque não quero dar motivos a ser decomposto solenemente. Como tenho a fortuna de ser respeitado, e ao mesmo tempo estimado de todos os meus subordinados, e não tenho medo de nada neste mundo, irei assim carregando com meu andar. Meu pai sabe que não tenho um instante de meu, e por isso, deve me desculpar de lhe não escrever mais a miúdo.

Sou filho muito obediente

Luís

M. 107 Doc. 5195

Porto Alegre, 15 de julho de 1845.

Meu pai e senhor

Pelo filho do Velasco, recebi 2 cartas de meu pai, de 28 do passado, em uma me dá notícias dessa corte, e em outra, me encomenda dois índios, para sua sege. Não é muito fácil havê-los hoje, depois de terminada a guerra, porém farei uma encomenda pelas Missões, e se vierem os remeterei. Muito penhorado fico, pelo que meu pai me diz de ter o imperador perguntado por mim. S. M. sabe que tem em mim um humilde súdito e um amigo fiel, que o há de servir até a morte, e por isso se recorda de quem nunca se esquece dele. Por aqui tudo vai bem, porém eu sempre com os ouvidos tapados, e com os olhos bem abertos, particularmente para os nossos amigos vizinhos, que se não descuidam de seduzir os ex-rebeldes para o seu serviço, para em tempo oportuno, os enviarem para cá. Enquanto eu aqui estiver, eles não são capazes de perturbar a província, porém eu não posso aqui ficar, e nem isso, como meu pai sabe, me pode convir por muito tempo. Fizeram-se as eleições, com toda a calma e legalidade. Eu obtive quase todos os votos para senador, e creio que terei por companheiros o Paranhos, o Araújo Ribeiro ou o marechal barão de São Gabriel, pois ainda faltam alguns colégios. Não influi, direta ou indiretamente nas eleições, apenas me limitei a pedir alguns votos para o meu amigo Magalhães, que é sem dúvida ótimo deputado. Não consenti que os soldados votassem, removi alguns corpos das cabeças de colégios, e por isso, na cidade do Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e Jaguarão, nem oficiais votaram, por não terem o prazo marcado pela lei de residência; e o mais raro foi, que nesses colégios é que eu tive melhor votação. Ainda não tenho oposição declarada na província e já vou quase completar 7 anos de presidência!! Estou chamando o espírito público, para os benefícios materiais, como construções de pontes, estradas, igrejas etc. Se não for mudado até outubro, pretendo ir à fronteira dispor os corpos de primeira linha de postos, por toda ela, e pretendo fazer construir redutos pelos soldados, meios permanentes, sem que a nação gaste mais que com as ferramentas, e com isso entretanto a tropa, e fortifico a fronteira. Logo que essa linha de redutos esteja pronta, pretendo mudar os corpos desses lugares, para outros na mesma linha, até estreitar o cordão desses redutos, e assim por diante se poderá continuar até que todas as entradas da nossa fraca fronteira, com o Estado Oriental, fiquem quase fixadas; com o destacamento que se deverão concentrar nesses redutos, etc. Ao ministro escrevo neste sentido, e espero que ele aprovará este meu projeto. Fico fazendo votos para que S.M. me escolha para senador, a fim de ter mais do que viver, pois já tenho duas filhas quase moças, e o que tenho atualmente, não me chega para repartir. Muito estimei saber que o José estaria resolvido a vir até cá.

Seu filho carinhoso e obediente

Luís

M. 108 Doc. 5297

(CÓPIA)

Ilmo. senhor. Para ser levado ao conhecimento do exmo. senhor general-comandante das Armas. Participo a V. Sa., como me ordenou, que chegando do Verde neste Ponto ao anoitecer de 25 do corrente às 2 ½ horas da madrugada do dia 26, com o Corpo de Batedores, conforme as ordens do mesmo exmo. senhor, segui para a Prata, entrando pelo Riachão; às 3 ½ horas principiei a sofrer fogo dos rebeldes na entrada do Riachão meia légua distante deste Ponto; podendo achar-me adiante da Pratinha quase ao chegar na Prata às 7 horas da noite de 26, e fazer junção com a Força Comandada por V. Sa. na manhã de 27, depois de vencer as grandes dificuldades, muitas e fortes trincheiras que foram feitas para obstarem a Força, que entrasse pelo Riachão; cujas dificuldades V. Sa. mesmo conheceu na passagem que pelos ditos lugares hoje fizemos para voltar a este Ponto. Na entrada para a Prata do Corpo de Batedores, morreram quatro índios dos de Cimbres e foram feridos um dito do mesmo lugar, um sargento dos índios do Coucal, e levemente um corneta do 2º batalhão de Caçadores. Os rebeldes tiveram [sic] alguma perda pelo lado em que entraram os Batedores, como V. Sa. conheceu pelo sangue que veio vindo em suas posições, e verifica-se pela informação dada pelas duas mulheres caídas hoje em nossas [sic] de terem saído muitos rebeldes de pernas e braços quebrados, além de treze que morreram na primeira trincheira que foi tomada com linhas de franqueadores. Deus guarde a V. Sa. Ponto no Catende 28 de janeiro de 1850. Ilmo. senhor Ferreira d' Azevedo, coronel-comandante da 1ª Brigada. Francisco Vítor de Melo e major-comandante do Corpo de Batedores. Conforme Guilherme dos Santos Sazes Cadeh, alferes servindo de secretário militar.

Conforme

No impedimento do oficial maior
José Inácio Soares de Macedo

M. 113 Doc. 5596

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor. Em aditamento ao meu ofício de vinte e sete do corrente tenho a honra de submeter à consideração de V. Exa. a inclusa cópia da ordem do dia que acabo de mandar publicar à Guarnição para que V. Exa. se digne dar-lhe o destino que julgar conveniente, e para que V. Exa. fique bem ao fato do que se passou no dia 26 com o Corpo de Batedores também remeto inclusa a cópia do ofício do major Vítor ao comandante da 1ª Brigada. Deus guarde a V. Exa. Quartel-General do comandante-das-Armas na Vila d' Água-Preta. 30 de janeiro de 1850. Ilmo. exmo. senhor Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente da província. José Joaquim Coelho.

Conforme

No impedimento do oficial maior
José Inácio Soares de Macedo

M. 113 Doc. 5596

(CÓPIA)

Laurindo. Muito hei de estimar que você e todos os companheiros gozem saúde. Desde que você saiu daqui, que não tem cessado mais tropas nestes Engenhos Sebiró e Minas, e a perseguição é demasiada por aqui; fizemos uma acomodação falsa para eles soltarem os escravos e saírem daqui para nós fazermos nossos arranjos de guerra, o malvado Honório quer fazer de mim um grande; porém já há quem diga que torna a vir tropa para este Engenho outra vez por causa dos diretores que nós temos.

O Honório está danado, só faz dizer que os capobres é quem fazem a guerra, só nos trata por salteadores; vai a roupa que pede, assim como a do Manuel Botas, diga ao Lima, que breve chega o que ele pediu, e não agora porque mandei buscar, e foi tomada no caminho, agora tornei a mandar buscar, e chegando mando levar. Eu talvez breve chegue por aí, pois estou com algumas esperanças. Lembranças a todos os que foram daqui. Saúde e tudo quanto é bom lhe deseja quem é seu amigo e obrigado. José Afonso. NB. Recomende-me muito e muito ao nosso brigadeiro, e você não se ponha com fidalguias, pois é a notícia que tenho por cá.

Conforme
No impedimento do oficial maior
José Inácio Soares de Macedo

M. 113 Doc. 5596

(CÓPIA)

Ilmo. e exmo. senhor. Não tendo de 31 de janeiro notícia do rumo que os rebeldes tomaram depois de batidos em 26, saí na madrugada do 19 do corrente, e chegando ao Verde ali também encontrei o major Vítor, que não tendo igualmente notícia do inimigo, tinha vindo raçoar a gente. Depois de algumas combinações baseadas em certos dados anteriores, e posteriores ao referido ataque, concluímos que eles se deviam achar em Dois Braços, entre Riachão e Jacupe (do que hoje estou convencido) e depois de dar as minhas ordens ao sobredito major para batê-los vindo pelo Riachão, saí do Verde às duas horas da madrugada de ontem com cem homens do 8º batalhão de caçadores, e tomando em Couceiro mais cem do 59, e o 2º batalhão de caçadores, que ali se achava às minhas ordens, explorei todas as imediações do Capim, Pirangi, e Prata onde descansei, e almocei, enquanto a tropa batia as circunvizinhanças do Ponto, e destruía tudo quanto podia ser útil ao inimigo. Nada encontrando, o que ainda mais me faz crer que o inimigo está em Dois Braços, fiz contramarchar as forças do 5º e 8º, e regressei para esta Vila, de onde fui seguir o mesmo batalhão e o 5º batalhão de fuzileiros, com o comando da 2ª brigada o tenente-coronel Antônio Maria de Sousa, a fim de se embonar na Serra, lugar por onde o inimigo tem de fugir acossado pelos batedores, o que acontecendo lhes deve ser fatal.

Nestes dois dias deve saber-se do resultado, e o comunicarei a V. Exa. a quem Deus guarde. Quartel-General do comandante-das-Armas na Vila de Água Preta 3 de fevereiro de 1850. Ilmo. e exmo. senhor conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente da província. José Joaquim Coelho.

Conforme
No impedimento do oficial maior
José Inácio Soares de Macedo.

M. 113 Doc. 5596

(Armas do Império do Brasil)
COMANDO-EM-CHEFE DE TODAS AS FORÇAS BRASILEIRAS
EM OPERAÇÕES CONTRA O GOVERNO
DO PARAGUAI

QUARTEL-GENERAL EM TUIUTI, 18 DE NOVEMBRO DE 1866

ORDEM DO DIA Nº 1

Por decreto de 10 de outubro próximo passado, houve por bem sua majestade o nomear-me comandante-em-chefe de todas as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguai, na guerra a que nos provocou o chefe dessa República.

Assumindo o comando, acho-me mais uma vez no meio de vós, para vos coadjuvar e dirigir.

Se já vos não conhecesse, eu vos recomendaria valor; mas, nos inúmeros combates até hoje havidos, tendes dado sobejas provas dessa virtude militar. Também não vos venho preceituar subordinação, pois sempre testemunhei a conduta do militar brasileiro nas mais árduas campanhas. Conto, porém, com a vossa constância e dedicação ao país, para levar ao cabo a gloriosa empresa, em que estamos empenhados.

Mais um esforço, e os nossos trabalhos serão coroados pela vitória!

Eu o creio e espero, porque a causa que defendemos é justa, e o Deus dos exércitos nos há de proteger.

Novos reforços chegam a estes campos; de todas as províncias do Império marcham denodados brasileiros a duplicar vossas fileiras; e a mão benéfica do nosso monarca não deixará de recompensar os sacrifícios que fazeis pela honra de nossa pátria.

Eis, pois, camaradas e amigos, prossigamos no caminho de glória que haveis trilhado, repetindo comigo:

VIVA O IMPERADOR E SUA AUGUSTA FAMÍLIA!

VIVA A NAÇÃO BRASILEIRA!

VIVAM OS NOSSOS ALIADOS!

MARQUÊS DE CAXIAS

M.139 Doc. 6816

Comando-em-chefe de todas as forças brasileiras em operação contra o governo do Paraguai. Quartel General em Tuiuti, 31 de dezembro de 1866.

Ilmo. e exmo. sr.

Tenho a honra de enviar a V. Excia. o mapa incluso da força pronta, por armas, pertencente aos dois Corpos do Exército, e bem assim das bocas de fogo existentes nos mesmos Corpos, relativo ao mês que hoje finda.

Deus guarde a V. Excia.

Ilmo. exmo. sr. conselheiro

Senador João Lustosa da Cunha Paranaguá

Ministro e secretário d'Estado dos Negócios da Guerra

Marquês de Caxias

M. 139 Doc. 6811

MAPA DE FORÇA PRONTA, POR ARMAS, PERTENCENTE AOS DOIS CORPOS DO EXÉRCITO EM OPERAÇÃO CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAI, E BEM ASSIM DAS BOCAS-DE-FOGO EXISTENTES NOS MESMOS CORPOS, RELATIVO AO MÊS DE DEZEMBRO DE 1866.

Comando-em-Chefe de todas as forças brasileiras em operação. Quartel-General em Tuiuti, 31 de dezembro de 1866.

ARMAS	OFICIAIS										SOMA			
	Mal. de Campo	Brigadeiros	Coronéis	Ten. Coronéis	Majores	Ajudantes	Quart. mestres	Secretários	Capitães	Tenentes	Afetes	Oficiais	Praças de Pré	Total
Corpos especiais de Artilharia	2	5	5	5	16	3	2					14	128	128
de Cavalaria				4	16	17	22	16	113	119	225	39	85	2.260
de Infantaria			1	19	36	24	24	11	153	219	500	240	987	18.692
Em destino ao Exército			13	10	15	1	3	9	98	97	240	474	5.271	19.679
Soma de toda a força pronta	2	5	23	50	86	44	49	37	427	479	1.018	2.220	31.314	33.534

Canhões										
a Whitwarth		à La Hitte						Morteiro de 0,22		Total
Calibre	de mon-tanha	Calibre		de mon-tanha		de 14		Obuses de montanha		
32	12	12	6	4	4				2	12
10	2	23	12	26	10			2	95	

Números das bocas-de-fogo

Observações

Neste mapa não vão incluídas as bocas de fogo que estão em reserva nos depósitos ambulantes dos dois Corpos d'Exército.

*O Cel. João de Sousa da Fonseca Costa
Chefe do Estado-Maior*

Evolução industrial no Império

Francisco de Paula e Azevedo Pondé

Até meado do século XIX, no Brasil e nas demais colônias tropicais, não chegou a empregar o trabalhador branco. Naquela época, Portugal não dispunha de braços disponíveis e dispostos a emigrar; e sua população era tão insuficiente que seu próprio território, em maior parte, se achava, em meio do século XVI, inculto e desabitado. Faltando-lhe mão-de-obra, cresceu o número de escravos empregados; no princípio, com os mouros remanescentes da antiga dominação árabe e os aprisionados nas guerras que Portugal empreendia desde o início do século XV, para conquista dos domínios do norte da África. Depois, com escravos africanos que afluíam para o Reino, desde meados daquele século, chegando Lisboa, por volta de 1550, a ter dez por cento da sua população em escravos de cor.

As expedições do Oriente depauperavam o país, datando de então, em grande parte, a precoce decadência lusitana ¹. Portugal era país pobre e sem recursos para ajudar suas colônias e delas pensava obter sua riqueza. Com grande parte da população embarcada e em suas colônias, orientou para o Brasil o fluxo de negros africanos escambados pelos mercadores com os sobas que entregavam, como cativos, seus inimigos aprisionados, ou mesmo seus súditos com essa servidão. Desse modo, o Brasil começou a se desenvolver com escravatura negra, cujo regime marcou todo seu sistema econômico durante sua vigência e mesmo depois dela ser abolida. Os senhores rurais se entregavam à produção em larga escala para a exportação, utilizando escravaria abundante em culturas agrícolas extensivas. E, assim, na divisão internacional do trabalho, ficamos como país fornecedor de matérias-primas e importador de manufaturados de toda a ordem; e, em grande escala, de alimentos, também de toda a ordem ².

A indústria civil, até a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, limitava-se à tecidos de algodão para os vestuários dos escravos, à da cana-de-açúcar e à mineração. Tudo mais era importado da Europa. Mesmo assim, a carta régia de 23 de março de 1688 vedou à colônia possuir fundições de ferro “por serem lesivas e prejudiciais ao comércio da metrópole”; o alvará de 5 de janeiro de 1735 proibiu qualquer manufatura e indústria; extinguindo a lei de 1751 a profissão de ourives sob pena de confisco e degredo, sendo os do Rio de Janeiro expulsos da capitania pelo bando de 31 de julho do mesmo ano. Em 1766, a carta régia de 30 de julho mandou demolir todas as forjas

do Brasil ; e a situação mais se agravou com o alvará de 5 de janeiro de 1785, extinguindo as fábricas e manufaturas de galões de ouro e prata, de veludos, brilhantes, tafetás, chitas, bombazinas, chapéus e baetas.

Todas as fábricas, apesar de possuírem apenas dois ou três teares primitivos, foram desmontadas e as máquinas enviadas para Portugal. Foi a produção de tecidos que deu origem ao famoso alvará de 5 de janeiro, proibindo a existência de fábricas e mandando fechar as existentes. Portugal procurava proteger sua incipiente indústria e defender sua economia, evitando verdadeira crise que atingia a “Fazenda de Sua Majestade”, como justificava Pina Manique, administrador da alfândega de Lisboa. Só no Rio de Janeiro, a proibição prejudicou seis indústrias de tecidos de ouro e prata, de linho, lã e algodão; além de panos de algodão, cobertores felpudos, baetas, toalhas de mesa e guardanapos.

Portugal, naquela época, possuía pequenas oficinas com produção diminuta e empregando teares manuais, ou movidos à roda d’água, na tecelagem de linho e de seda, e instrumentos primitivos na manufatura do couro, do ferro, do sabão e do vidro, que, com o vinho das suas quintas, constituíam a única produção. Produzia pouco e as oficinas do interior, por falta de transporte, não podiam receber facilmente as matérias primas necessárias para seus produtos, nem enviá-los aos centros consumidores. Daí, essas indústrias permanecerem em pequenas vilas, onde contava com quedas d’água e mercado próprio. Portugal possuía, assim, dois tipos de zonas econômicas: a marítima, constituída pelas cidades de Lisboa e do Porto, nas quais dominava a atividade comercial, residia a parte mais rica da nação e onde as comunicações, sendo fáceis com a indústria estrangeira, as transformavam em grandes mercados importadores; e as das vilas do interior, onde se localizavam as pequenas oficinas de artesãos e que, pelas dificuldades de comunicação e transporte, formavam centros de produção e, ao mesmo tempo, de consumo das suas mercadorias ³.

A interdição de d. Maria I, elevando à regência seu filho d. João, acarretou a mudança da mentalidade do governo, sendo as instruções do ministro Luís Pinto de Sousa, de 25 de maio de 1795, o primeiro passo para a reviravolta favorável ao Brasil. Essas instruções mandavam remover os dois mais pesados tributos – o monopólio do sal e os direitos de importação do ferro. E as primeiras modificações da legislação foram tão benéficas para o Brasil que, no comércio com Portugal, no período de 1796 a 1807, nove anos lhe foram favoráveis, com uma exportação superior a quatro milhões de libras esterlinas ⁴.

Era essa a situação do Brasil, quando aqui aportou o príncipe regente. A indústria civil não existia e a militar, a única permitida, era diminuta e constituída pelo Arsenal Real do Trem, a Ribeira das Naus, no Rio de Janeiro, o Arsenal de Marinha da Bahia, pequenas ribeiras em outros portos e algumas Casas da Moeda que fundiam o ouro e eram conseqüência da mineração desse metal. Nessas condições, forçoso se tornava liberar e incentivar a

indústria civil e ampliar a militar, para que a colônia, como nova sede do reino e da Monarquia, pudesse defender-se do Reino com o mínimo indispensável.

No dia 22 de janeiro de 1808, fundeava na Bahia de Todos os Santos a nau *Príncipe Real*, tendo a bordo o príncipe regente, que, em Salvador, deu os primeiros passos para a libertação da colônia, abrindo os portos às nações amigas (28 de janeiro de 1808). Em 19 de abril, já no Rio de Janeiro, revoga o alvará de 5 de janeiro de 1785, após a vigência de vinte e três anos, durante os quais as incipientes manufaturas desapareceram totalmente do quadro econômico colonial, libertando, assim, a indústria de todas as restrições que sobre ela pesavam. E, para fomentá-la, logo isentou as matérias-primas que servissem de base a qualquer manufatura, como explicava o alvará de 23 de abril de 1809.

Mas, infelizmente, tudo isso foi prejudicado pelo “Tratado de Comércio” assinado com a Inglaterra em 19 de fevereiro de 1810, tratado que garroteou a nossa indústria de artesanato ainda no nascedouro. O tratado concedia-lhe, além de outros favores e vantagens, a redução de taxa de entrada para 15% *ad valorem*, ficando assim, as mercadorias inglesas mais favorecidas que as próprias portuguesas, que continuariam a pagar 16%. Além disso, aniquilava a indústria artesanal brasileira, que recomeçava a engatinhar não podendo competir com a estrangeira, de maior produção, de qualidade superior, mais variada e de baixo custo. Só em 1816 é que as taxas portuguesas foram equiparadas às inglesas. Mas isso pouco adiantou para Portugal que, sem recursos, com diminuta indústria artesanal e pequena marinha mercante, não podia rivalizar com a Inglaterra, possuidora de admirável aparelhamento comercial, da maior indústria nacional da época e marinha mercante sem competidora. Assim, o comércio e a navegação portugueses foram praticamente excluídos do Brasil.

Mesmo assim, no Brasil, as manufaturas e atividades artesanais tomaram impulso em todas as capitânicas, embora predominassem as pequenas oficinas de âmbito puramente local, especialmente as de tecido, de couro, de estampanaria, além da tipografia da Imprensa Régia no Rio de Janeiro. Fábricas de cal, numerosas olarias e refinações de azeite de baleia também se instalaram, não obstante inadequadamente; e, em Goiás, oficinas para tratamento de lã de carneiro, empregada na fabricação de tecidos grosseiros para negros e os chapéus, conhecidos por chapéus mineiros, de abas largas, copas baixas e arredondadas; e, em Minas Gerais, onde Vila Rica era o centro mais importante, uma fábrica de pólvora e uma de louça, manufatura de feltro e oficinas de seleiro, funileiro e outras como em quase todas as capitânicas ⁵.

Mas, sendo indispensável ampliar a incipiente indústria militar, foram criadas no Rio de Janeiro, a 13 de maio de 1808, a Real Fábrica de Pólvora da Lagoa de Rodrigo de Freitas, e em 1810, a Fábrica de Armas da Conceição e o Laboratório Pirotécnico no Morro do Castelo; em 1º de março de 1811, ampliado o antigo Arsenal do Trem em Arsenal Real do Exército, com

maior número de oficinas e operários. Em 4 de dezembro de 1810, criou-se a Fábrica de Ferro de Ipanema, em São Paulo.

Várias medidas foram tomadas no sentido de estimular a produção de ferro, mas, infelizmente, nenhuma delas, embora promissoras, medrou a ponto do Brasil só possuir siderurgia definitiva no século XX, não obstante os incentivos de d. João, através de seu dinâmico ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho.

Já em 10 de outubro de 1808, a decisão n. 41 ordenava ao intendente Manuel Ferreira da Câmara, intendente geral das minas e diamantes, reservasse dos 120:000\$000 que entravam para a Real Fazenda, provenientes da extração de diamantes, 10:000\$000 para estabelecer uma fábrica de ferro. Em abril do ano seguinte, Câmara iniciou as obras ⁶ de montagem da Fábrica de Pilar ou Real Fábrica do Morro do Gaspar Soares, enfrentando inúmeras dificuldades, principalmente as da falta de pessoal habilitado. Em 1815, começou a produzir; e, até 1821, havia fundido 6.863 arrobas, sendo o ano de 1820 o de maior produção, com 2.536. Infelizmente, empreendimento de tal envergadura e tão promissor, por falta de orientação segura, já, em 1825, estava aniquilado; e, em dezembro de 1831, seus móveis, utensílios e semoventes foram postos em leilão, por não se ter conseguido quem arrendasse a fábrica.

Em 1809, o governo encarregou Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, proveniente da Alemanha, que trabalhou na fábrica da Foz d'Alge, em Portugal, para estudar a possibilidade da instalação de uma fábrica de ferro em Ipanema, no morro de Araçoiaba, perto de Sorocaba, São Paulo, onde já se havia produzido ferro nos tempos coloniais. Apresentado seu relatório em 1810, teve notícia de que fora contratada pelo governo uma missão de metalurgistas suecos. Com o fracasso dos pretensos metalurgistas, despedidos em 1814, foi Varnhagen, no ano seguinte, nomeado para dirigir Ipanema. Restaurou e ampliou os pequenos fornos suecos deixados por Hedberg e deu início à construção de dois altos fornos, um dos quais começou a fundir em 1818, produzindo até 1821, 16.085 arrobas de obras diversas. No entanto, com a retirada de Varnhagen de sua direção, em 1821, a fábrica entrou em decadência. Em 1811, foi feita a terceira tentativa siderúrgica no reinado de d. João VI, com Wilhelm Ludwig von Eschwege, alemão também servindo no Brasil. Apoiado pelo conde da Palma, Eschwege fundou uma empresa particular e iniciou, em 1811, a construção da Fábrica Patriota, localizada na região do Prata, perto de Congonhas do Campo, a oito léguas de Vila Rica. Concluída em dezembro do ano seguinte, sua produção foi de 5.326 arrobas de ferro.

Marcos Carneiro de Mendonça, em sua obra *O Intendente Câmara*, informa que se pode estabelecer, nitidamente, a primazia do barão de Eschwege em fabricar no Brasil o ferro líquido, a 17 de dezembro de 1812, em sua fábrica Patriota; e que Manuel Ferreira Câmara fabricou pela primeira vez o ferro-gusa em alto-forno em agosto de 1814, o que só foi repetido por

Varnhagen, em 1º de novembro de 1818, em Ipanema, no início da primeira campanha de resultados verdadeiramente industriais (p. 193). Além desses empreendimentos, existiam outros de pequeno vulto pelo território de Minas.

Para incentivar a agricultura e o comércio, instituiu o governo do príncipe regente, em 23 de agosto de 1808, a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação, com a finalidade de matricular os negociantes, despachar os negócios relativos ao comércio e premiar os inventores, os primeiros agricultores de cultura nova e os que introduzissem máquinas aperfeiçoadas para o aumento da produção. E, em 23 de maio do ano seguinte, o Real Colégio das Fábricas, com oficinas de tecidos de seda, algodão, de galões e fitas, de estampanaria de chitas, cartas de jogar, tinturaria e teares com mestres penteiros, de abrição, de torneiros, de serralheiros e ferreiros, de carpinteiro e marceneiro e de bordadores. Ao todo, onze aprendizes que, em 1811, já estavam trabalhando com sete oficiais, noventa aprendizes e seis serventes; um professor de música e um de desenho e arquitetura civil ⁷.

No Primeiro Reinado, não houve ambiente para o florescimento das manufatureiras; a depressão cambial, o governo procurando estabilidade à Independência e seu reconhecimento por todas as nações, a instabilidade política dos nove anos do reinado de d. Pedro, com dez ministérios; os poucos recursos nacionais orientados para a lavoura, principalmente do café, que se espriava pelo vale do Paraíba e apresentava apreciável desenvolvimento para o sul, não ensejaram o desenvolvimento da indústria. Acrescente-se a isso o tráfico negreiro em crescimento e, por isso, absorvendo grande parte do capital particular, como investimento ou emprego indispensável nas culturas. Nesse estado de coisas, as manufaturas se desenvolveram lentamente e, entre 1822 e 1841, se estabeleceram quatorze estabelecimentos fabris e apenas duas sociedades anônimas nacionais – a Sociedade de Seguros Mútuos Brasileiros, em 1825, e a Sociedade Imperial Brasileira Barra e Castro, em 1830 ⁸; e, na mineração, investimentos estrangeiros, quase sempre ingleses, como o Estabelecimento de Mineração Oxenford e Cia., em 1824; começando a trabalhar nesse mesmo ano a Imperial Brazilian Mining Association e, em 1830, a St. John d’El Rey Mining Limited, que virá até os dias de hoje ⁹. Gervásio Pires Ferreira, por sua vez, fundou em 1825 uma das maiores fábricas de tecidos da época, em Recife, com uma grande máquina de seis cavalos, doze de fiar e vinte e um teares, nela trabalhando 50 escravos e produzindo cobertores e algodãozinho. Falecendo em 1836, porém, ficou a fábrica sem a ampliação prevista com equipamento novo adquirido, sendo as máquinas vendidas, depois, separadamente ¹⁰. Em Sabará, Minas Gerais, foi organizada em 1837, a Companhia Industrial Mineira, com três máquinas de aprontar algodão, vinte e oito fusos para fio grosso e 6 teares para colchas de algodão e lã ¹¹. Na ilha de Fernando de Noronha, igualmente, seu comandante o coronel Aleixo José de Oliveira, estabeleceu, no mesmo ano, pe-

quena fiação e tecelagem de algodão para confeccionar as roupas dos presidiários. Na Bahia, havia uma fundição de ferro e de metais organizada em 1828 e uma fábrica de moer cereais. Em Niterói, uma fábrica de oleados envernizados; e, no Rio de Janeiro, em 1835, a tipografia de Eduard Laemmert.

O Brasil do século XIX era essencialmente agrícola, especialmente quanto à cultura do café, que, nos primeiros trinta anos, se estendeu pelo vale do Paraíba, formando ricos fazendeiros, como no município de Vassouras, cujas casas-grandes atestam ainda hoje a riqueza e o luxo de seus antigos proprietários. Era um país de economia predominantemente rural e fundiária, baseada na mão-de-obra escrava. Os nossos dirigentes não souberam, no entanto, aproveitar as lutas externas dos nossos concorrentes de matérias-primas e produtos alimentícios, que estavam a braços com dificuldades de toda a ordem. E assim, na primeira metade do século, não criamos uma frota mercante nacional, um sistema bancário capaz de sustentar a nossa produção, uma manufatura para as nossas matérias-primas, e nem desenvolvemos nosso mercado interno. Com a paz externa restabelecida, depois de 1830, a nossa maior produção agrícola, que era o açúcar-de-cana, teve de competir com outros produtos como o açúcar de beterraba europeu. Outrossim, o Brasil, carente de carvão de pedra, só possuía jazidas de inferior qualidade e quantidade; sua energia hidráulica ainda estava sem aproveitamento, além da ausência de siderurgia, elemento principal na indústria moderna, embora detivesse as mais ricas e maiores reservas de ferro e de manganês do mundo. E quando, anos depois, o governo aumentava as tarifas aduaneiras pretendia apenas proteger a balança de pagamentos, melhorando as necessidades do Tesouro Nacional, sem procurar proteger sua incipiente indústria.

Contudo, alguns brasileiros de visão não ficaram inertes e procuraram lutar pela industrialização do país, apesar da idéia dominante ser a do “Brasil essencialmente agrícola”, exportador de matérias-primas e gêneros alimentícios.

Assim, no discurso de 19 de outubro de 1827, em que foi instalada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo presidente nato era o imperador, atuando a SAIN como órgão consultivo do governo imperial, Inácio Álvares Pinto de Almeida, deputado da junta do comércio e secretário da Sociedade, declarou: “(...) que os maquinismos são os poderosos auxiliares da indústria, cujos benéficos resultados se derramam sobre todas as classes da sociedade, e desejando, portanto, conciliar estes princípios de verdade incontestável a benefício do Brasil, que me deu o berço, e onde a indústria sufocada por mais de três séculos, demanda todos os socorros, eu trabalho desde 1820 para que se crie entre nós esta Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo fim principal é auxiliar a indústria, mormente pelo que respeita à aquisição de maquinismos (...)”¹². E os estatutos da Sociedade, publicados em 1828, diziam, em seu parágrafo 1º do cap. 5º: “É da obrigação e positivo dever desta Sociedade a aquisição, arrecadação e conser-

vação de máquinas, modelos e inventos adquiridos, e de quanto para este meio possa concorrer, para aumento e prosperidade da indústria nacional neste Império (...).”

Com efeito, já em 20 de maio de 1820, Inácio Álvares Pinto de Almeida lançava as bases com as quais iria ser fundada a SAIN em um discurso com o seguinte pensamento: “Todo aquele que se prezar de ser bom cidadão e desejar dar testemunho público de quanto se interessa pelo progresso da pátria, não deve perder a boa ocasião de subscrever para auxiliar a indústria nacional, devendo ao nosso tempo lembrar-se de que os benefícios e vantagens desta se derramam sobre os habitantes de todas as classes sem exceção de uma só”¹³. Inácio havia compreendido que a vinda da família real para o Brasil significava o afrouxamento dos laços que uniam a Colônia à Metrópole. E, embora a independência tivesse sido mais política que econômica, o Brasil ingressava em uma nova era.

A despeito da sua denominação, a SAIN tinha em vista, precipuamente, o aperfeiçoamento técnico da agricultura e quase sempre se manifestava contra a política mercantilista de proteção às fábricas nacionais, assim chamadas as que utilizavam matéria-prima nacional, especialmente, suas seções de comércio, na maioria nas mãos de estrangeiros, com a predominância de portugueses¹⁴. A Sociedade, aceitando a “vocação agrícola” do país, se preocupava em promover a modernização da sua agricultura; e as atividades industriais, para ela, embora dignas de atenção, constituíam temas secundários¹⁵. Assim, em 1833, criou, com o objetivo de patrocinar, com maior eficiência o desenvolvimento econômico do Brasil o *Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico mensal e porta-voz da entidade.

No campo cultural, um dos acontecimentos mais marcantes, promovido pela SAIN, foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proposto pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, que, aprovado por unanimidade, foi inaugurado no dia 21 de outubro de 1838.

Roberto Simonsen, em *A evolução industrial do Brasil*¹⁶, conclui que: “Na primeira metade do século XIX, a inexistência de fatores favoráveis à industrialização do Brasil, a política livre-cambista que adotamos e a concorrência das manufaturas inglesas impediram a nossa industrialização”. Com efeito, importamos entre 1839/40 e 1843/44, quarenta e oito e quatro décimos por cento de manufaturados têxteis, sendo 33,8% de manufaturados de algodão, 21% de gêneros alimentícios, em sua maior parte farinha de trigo, da qual até hoje não conseguimos cultivar o suficiente para nosso consumo, bebidas e carnes, com 3,7% de calçados, chapéus e artefatos de couro, num total de 70% das nossas importações¹⁷. E os países que mais nos venderam, naquela época, foram a Grã-Bretanha, a França, os Estados Unidos da América e Portugal.

Um dos fatores principais pela ausência de condições para a industrialização brasileira naquele tempo, foi o livre-cambismo, como vimos, o que

não aconteceu com os Estados Unidos, cuja grandeza atual é consequência do protecionismo adotado com direitos alfandegários, já em 1818, atingindo a cifra de 25% ¹⁸. Entre nós, no entanto, na mesma época, vigorava a tarifa de 15%, estendida a todos os países por Bernardo Pereira de Vasconcelos em 1828.

Um período de tranqüilidade e segurança para o país foi iniciado com a declaração da Maioridade, encerrando o ciclo revolucionário das Regências e firmado com a pacificação do Rio Grande do Sul em 1845. Esse clima propício e a aplicação das tarifas do ministro Alves Branco, em 1844, embora estabelecidas com objetivos fiscais, ensejaram a criação de manufaturas, até então sem possibilidades de se desenvolverem ante os produtos industriais ingleses, favorecidos pelo malfadado tratado de 1810 e revigorado em 1827.

Como resultado, iniciou Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão e visconde de Mauá, o homem de maior visão do Segundo Reinado, em 1846, a série de suas grandes realizações, com a aquisição dos Estabelecimentos de Ponta da Areia e com a tenacidade indomável que ele mesmo dissera ter sido plantada por Deus em sua alma. Percorrendo pela primeira vez a Inglaterra, em 1840, em caminho de Falmouth para Londres, Mauá visitou um grande estabelecimento de fundição de ferro e maquinismo de Bristol. Causando-lhe a visita grande impressão, logo teve a idéia de fundar no Brasil um estabelecimento idêntico do qual também fizesse parte a construção naval, tão necessária ao seu país. No Rio de Janeiro, adquiriu de Carlos Coleman e Cia. os Estabelecimentos de Fundição e Estaleiros da Ponta da Areia, em Niterói. No fim de um ano, Mauá havia dado tal desenvolvimento à empresa que ela passou a representar quatro vezes o capital primitivo. Construiu navios a vapor e alguns de vela, dos quais conseguiu fornecer setenta e dois nos primeiros anos de existência, e fabricou ainda a canalização de ferro para as águas do rio Maracanã e para a Fábrica de Gás, de cuja instalação foi o primeiro concessionário no Rio de Janeiro ¹⁹. Além disso, entre outros produtos, construiu uma canhoneira por conta do Estado e material bélico, como foguetes de guerra, e outros ²⁰. Em 1850, em consequência talvez do impulso dado por Irineu Evangelista de Sousa, o Brasil já possuía 72 fábricas para manufaturas de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros e tecidos de algodão, sendo 50 localizadas no Rio de Janeiro, 10 na Bahia, 4 em Pernambuco, 2 no Maranhão e outras em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul ²¹. Eram fábricas pequenas, de âmbito local, usando poucas máquinas, difíceis e caras de importar. De todos os estabelecimentos industriais, o de maior destaque, pela produção, importância e variedade de produtos, era o Estabelecimento da Ponta da Areia que, em 1850, mereceu menção especial no Relatório do ministro da Fazenda.

De 1840 a 1850, houve grande concentração de manufaturas na Bahia; e, em 1866, existiam em Salvador e arredores, 6 novas fábricas de tecido de algodão com 13.977 fusos, produzindo, aproximadamente, quatro milhões

de metros de tecidos ²².

Tavares Bastos ²³ continuava a combater o protecionismo alfandegário que julgava criador de indústrias artificiais e enriquecedor de algumas manufaturas à custa do consumidor. Sua crítica maior era contra o decreto 376, de 12 de agosto de 1844, assinado pelo ministro da Fazenda, Alves Branco, beneficiando as fábricas de tecido, que ainda foram mais favorecidas pelo decreto 386, de 8 de agosto de 1846. O governo tinha em vista criar um parque de fabricação de tecidos para reduzir ao mínimo a importação desse produto, que, durante todo o Segundo Reinado, e, até trinta anos atrás, não podiam competir em qualidade com os ingleses, mesmo importando-lhes o fio.

Em 1850, foi assinada a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico negreiro, sem contudo fazer cessar de todo a importação de escravos cujo volume chegava a ultrapassar, nos últimos anos, o valor das importações e exportações de mercadorias. A extinção do tráfico liberou enormes capitais nele investidos, os quais, enquanto não se formassem novas correntes de importação, acorriam à compra de ouro ou das limitadas ações de companhias ²⁴. Em face desses fatos e da decretação da legislação reguladora das sociedades anônimas em 1849 e da promulgação do Código Comercial no ano seguinte, teve lugar, no decênio 1850/1860, a formação de grande número de associações de capitais, surgindo, assim, as primeiras estradas de ferro, rodovias macadamizadas, carruagens, companhias de navegação, telégrafo e outros ²⁵.

Nesse ambiente de condições propícias, apareceu, então, a primeira estrada de ferro do Brasil, cravada por Irineu Evangelista de Sousa, futuro barão e visconde de Mauá, em 30 de abril de 1854. Vencia-se a rotina e dominava a elite dos homens empreendedores como Mauá, Souto, Baía, Mayrink, os condes de Figueiredo e de Leopoldina, como observa Pedro Calmon ²⁶.

Para solucionar a crise de mão-de-obra originada pela Lei Eusébio de Queirós, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional procurou incentivar a adoção do trabalho livre, propondo, como o melhor, o sistema de parceria. E, em meio de acirrados discursos no interior da SAIN e no Parlamento Brasileiro, colocou-se a questão da imigração chinesa, que foi veementemente recusada. A SAIN, em virtude da dependência do comércio em relação ao café, procurou a diversificação dos produtos da agricultura destinados à exportação, em virtude da Guerra Civil Americana, incentivando o plantio do algodão, chá e outros artigos, e distribuindo sementes e mudas.

Em 1861, a SAIN e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, fundado no ano anterior e que abrigava em seu seio vários membros da Sociedade, propuseram ao governo imperial a organização de uma exposição nacional. Ao mesmo tempo, era feito ao Brasil o convite para participar da Exposição Internacional de Londres no ano seguinte. Seria, assim, a exposição nacional, uma prévia para a escolha dos representantes brasileiros

naquela cidade. A Primeira Exposição Nacional foi inaugurada em 2 de dezembro de 1861, no Edifício da Escola Central, como Palácio da Exposição. O marquês de Abrantes, presidente das duas entidades organizadoras, chefiou os trabalhos da Comissão Diretora e do Júri. Onze províncias se fizeram representar, e os Arsenais de Marinha e de Guerra e a Casa da Moeda apresentaram equipamentos de sua fabricação. Foram seis semanas de grande afluência do público interessado em conhecer o estágio de desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil.

No Relatório Geral da Exposição Nacional de 1861, consta o do Júri Especial do 3º grupo – Indústria Metalúrgica, Artes e Produtos Químicos e o relator Rafael Arcanjo Galvão Filho, no item – Seção Indústria Fabril – informa, se fizeram representar o Arsenal de Marinha da Corte, os Estabelecimentos da Ponta da Areia, os Estabelecimentos do sr. John Maylor (construções navais e máquina a vapor), a Casa da Moeda e o Arsenal de Guerra da Corte, com o comentário de que possuía boas oficinas e oficiais com aptidões incontestáveis; e o Arsenal de Guerra de Pernambuco com uma pistola de artesanato. A Sociedade Auxiliadora da Indústria expôs dois modelos de máquinas para torrar farinha de mandioca (p. 63). Comentava ainda na Seção-Metalurgia, que das indústrias siderúrgicas do governo constaram ainda apenas duas – Ipanema, em estado de decadência e a do morro do Pilar, na Comarca do Serro (p. 361), (B.N., cod. II-270-6-17).

Os resultados não foram os esperados pelos partidários da política aduaneira; e Tavares Bastos, em 1862, não lhes poupou críticas: “As fábricas do Brasil são um acidente; a agricultura é a grande, a verdadeira indústria nacional; quem o demonstra é a exposição(...)”. “Uma revista ligeira da parte industrial e da exposição, feita com imparcialidade, convencerá do atraso e da pequena importância das nossas fábricas, não obstante os favores de que gozem”²⁷. No ano seguinte, houve a Exposição Internacional de Londres, e o Brasil se apresentou muito timidamente. Em 1866, realizou-se a Segunda Exposição Nacional no novo edifício da Casa da Moeda, ainda não entregue, e o relator do 2º grupo – Produtos Naturais e Indústrias, dr. Agostinho Vítor de Boria Castro, entre várias considerações, analisa a situação do norte dos EUA, que manufatureiro, era mais adiantado e mais rico que o sul agrícola. E conclui o relatório, dizendo que “a triste verdade era que a indústria no Brasil era sem vida e sem vigor e, sobretudo, devia-se reconhecer que, naquele momento, falecia no Brasil os principais requisitos para ser uma nação verdadeiramente industrial”²⁸. Entretanto, em 1867, o ministro da Fazenda, visconde de Itaboraí, em seu relatório defendendo a indústria, alertava: “A produção entre as nações manufatureiras tem elasticidade indefinida e quase ilimitada; produtos que se fabricam há anos em muitos dias e por alto preço, podem fabricar-se hoje em menos tempo e com economia de despesa. Os produtos da lavoura não são suscetíveis de semelhante progresso; estão sujeitos à lei inflexível da estação, não há invenção de maquinismos que faça o café produzir mais de uma vez por ano, e é por isso que não há

nação exclusivamente agrícola que possa crescer e prosperar, como as nações manufatureiras”.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, a Fábrica de Ferro de Ipanema foi reativada e nomeado para dirigi-la o capitão de engenharia Joaquim de Sousa Muna, formado pela Escola Central do Rio de Janeiro e que se havia especializado em Freitag, na Alemanha²⁹. Assumindo a função em setembro de 1865, Murta mandou reacender os fornos e operar as forjas, produzindo ferro e aço. Visitando depois a Europa, contratou especialistas e adquiriu equipamentos. Além de peças fundidas, de máquinas e outros, fundiu o gradil de ferro do Jardim da Luz em S. Paulo, atingindo a produção de meia tonelada por dia. Além disso, Ipanema, sob a direção do major João Bhoëm, em 1837, havia fundido granadas de artilharia em ferro e usinadas em suas oficinas. Naquela ocasião, recebeu também uma prensa hidráulica e banca completa para tornear parafusos, adquiridas na Inglaterra, além de estampas de máquina de broquear tubos de artilharia, conforme testemunham manuscritos do Arsenal de Guerra da Corte³⁰.

Após a Guerra do Paraguai, acentuou-se a tendência à industrialização e, aos produtos do açúcar, surgiu a idéia de mecanizá-los, adotando um esquema de divisão de trabalho: de um lado, a cultura da cana e, do outro, a usina e seu funcionamento, tratando a cana de qualquer plantador. Apareceram então, os primeiros engenhos centrais: Quissamã, inaugurado em 12 de setembro de 1877 em Macaé, Rio de Janeiro, pelo Dec. n. 6.038 de 6 de novembro de 1875; Morretes, inaugurado em 2 de junho de 1878, em Morretes, Paraná, Dec. n. 6.039 de 31 de julho de 1877; Porto Feliz, inaugurado em 28 de outubro de 1878, em Porto Feliz, São Paulo, pelo Dec. n. 6.352 de 11 de outubro de 1876; Barcelos, inaugurado em 23 de novembro de 1878, em São João da Barra, Rio de Janeiro, Dec. n. 5.257, de 19 de abril de 1873; e Bom Jardim, inaugurado em 21 de janeiro de 1880, em Santo Amaro, Bahia, Dec. n. 6.145 de 10 de março de 1876. Desses engenhos centrais, ainda hoje estão em funcionamento: Quissamã, Porto Feliz e Barcelos. Bom Jardim se extinguiu, mas sua importância na experiência dos engenhos centrais foi grande, obtendo Medalhas de Ouro, na Exposição Internacional de Antuérpia (1885, e de Prata, na de Paris (1889)³¹.

Mas, em 1876, a própria SAIN, em sua Seção da Indústria Fabril, já declarava que: “Se ainda o Brasil não é um país industrial, é preciso que o seja, pois que sua produção, objeto principal da sua exportação vem continuamente encontrando novos obstáculos, devido ou às recentes culturas dos mesmos produtos, ou ao aumento dos direitos nos países importadores”³².

Em 1888, por ocasião da abolição da escravidão, o café tinha apresentado uma grande safra e estava em alta, havendo grande acúmulo de capitais no país. Mas o governo, mesmo assim, foi obrigado a fazer vultosos empréstimos no estrangeiro para, com o crédito necessário, socorrer os proprietários escravocratas, com suas produções completamente desorganizadas

por falta de mão-de-obra. Apesar disso, e do aumento de numerário em circulação, que se tornou indispensável, a maioria dos fazendeiros perdeu o que possuía, porque o problema não era só dinheiro para pagar mão-de-obra, mas encontrá-la; e aqueles que se serviram de empréstimos, anos depois tiveram de pagá-los, já sem produção, perdida na mataria que invadiu os cafezais. Foi o que aconteceu no vale do Paraíba.

Na última Fala do Trono, em 3 de maio de 1889, d. Pedro II recomendava aos congressistas: “instituições de crédito que prestem recursos à maior atividade industrial e operem a conversão do nosso meio circulante, colocando-o segura e definitivamente em bases normais”. E Rui Barbosa, na Reforma do Ensino Secundário e Superior, defendia a articulação de cursos, mostrando que o país não necessitava só de doutores e letrados, mas de técnicos-profissionais também: “Se o Brasil é um país essencialmente agrícola, por isso mesmo cumpre que seja um país ativamente industrial”³³. E, no mesmo ano, em discurso, pregava que precisávamos “unicamente da educação especial, que nos habilita a não pagarmos ao estrangeiro o tributo da mão-de-obra, e sobretudo da mão-de-obra artística”. E, mais adiante: “Nenhum país, a meu ver, reúne em si qualidades tão decisivas para ser fecundamente industrial, quanto aqueles, como o nosso, onde uma natureza assombrosa prodigaliza às obras de trabalho mecânico e do trabalho artístico, um material superior, na abundância e na qualidade. Na adiantada civilização dos nossos tempos, a indústria é indispensável da agricultura”³⁴.

No pequeno estudo que fizemos, vimos as discussões dos partidários da agricultura e dos da industrialização e o que foi feito dos dois lados, mas é muito difícil quantificar a evolução industrial do Segundo Reinado pela precariedade e raridade dos dados; é o que nos ensina Heitor Ferreira Lima em sua bem documentada obra³⁵. No entanto, podemos analisá-la, globalmente, pelo Recenseamento Geral de 1920 (vol. I, 1ª parte, p. XXIX), sem levar em conta as salinas e as usinas de açúcar; e verificamos que, no período de 1875/1889, foram fundados 248 estabelecimentos industriais com 24.369 operários, com um capital de 203.401;52\$000 e produção equivalente à 247.121:620\$000.

Época de fabricos	Força Motores HP	N. de estabelecimentos	N. operários	Capital empregado	Valor da produção
Até 1849	2.076	35	2.929	26.156:928\$	31.997:461\$
1850-1854	154	16	1.177	2.757:425\$	10.141:200\$
1855-1859	1.173	8	1.094	4.130:875\$	8.789:405\$
1860-1864	689	20	775	7.179:202\$	9.058:689\$
1865-1869	1.784	34	1.864	10.847:943\$	15.903:360\$
1870-1874	2.129	62	6.019	41.311:267\$	50.380:145\$
1875-1879	4.435	63	4.230	23.194:486\$	34.839:523\$

1880-1884	12.865	150	11.715	58.368:338	89.866:076\$
1885-1889	36.174	248	24.369	203.401:521\$	247.121:620\$
Totais	66.779	636	54.172	377.347:559\$	507.092:584\$

“Os esforços feitos no Brasil visando a produção do ferro tiveram características de uma luta tenaz, constante, e não houve economia de recursos. Mas faltou, sobretudo, coordenação técnica, de alguém com autoridade para impor um programa e executá-lo”. É o que nos ensina mestre Edmundo Macedo Soares e Silva ³⁵. Felizmente, contudo, quase ao finalizar a metade deste século, surgiu a nossa grande siderurgia em Volta Redonda e, hoje, podemos ter orgulho do nosso parque siderúrgico e industrial. E um dos guerreiros dessa grande luta foi mestre Edmundo de Macedo Soares e Silva.

1. Prado Júnior, Caio. *História econômica do Brasil*. 3 ed. São Paulo, Melhoramentos. 1965. p. 21-2.
2. Moraes Filho, Evaristo. *Introdução às idéias sociais de Jorge Street*. Rio de Janeiro, Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980 (491 p.) p. 16.
3. Veríssimo, Inácio José Pombal. *Os Jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1961. p. 316.
4. Simonsen, Roberto. *História econômica do Brasil*. 6 ed. São Paulo, Ed. Nacional, s. d. 431 p. (Brasiliiana, 10)
5. Lima, Heitor Ferreira. *História político-econômica industrial do Brasil*. São Paulo, Nacional, s.d. (Brasiliiana, 347).
6. Carneiro de Mendonça, Marcos. *O intendente Câmara*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1933. p. 142.
7. Cartas Régias de: 1662-1824 – Arquivo Nacional. Ms, v. 7, p. 219, cx. 423.
8. Sociedades Mercantes autorizadas a funcionar no Brasil: 1808-1946. Publicação do Departamento Nacional de Comércio e Indústria. Apud. Heitor Ferreira Lima, op. cit., p. 207.
9. Iglesias, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro: 1835-1889*. Rio de Janeiro. Inst. Bras. do Livro, 1958. Apud Heitor Ferreira Lima, op. cit., p. 206-7.
10. “A Indústria têxtil brasileira”. *Revista Senai*. Rio de Janeiro, outubro de 1949. Apud Heitor Ferreira Lima, op. cit., p.207.

11. Iglesias, Francisco. op. cit., p. 107 Apud Heitor Ferreira Lima.
12. Fac-símile do discurso publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Imperial e Nacional, 1920 (Por ocasião dos 150 anos da Soc. Aux. da Ind. Nacional, hoje Centro Industrial do Rio de Janeiro, 1977. p. 2).
13. *Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Ed. comemorativa do 150º do C.I.R.J. Rio de Janeiro. Impresso na Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. 1977. p. 11.
14. Moraes Filho, Evaristo. "Jorge Street, o bom patrão. Introdução" – In: *Idéias sociais de Jorge Street*, Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, 1980. p. 24.
15. *Apontamentos*, op. cit., p. 12.
16. Simonsen, Roberto. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo, 1939. p.13
17. Scheiter Silva, Hélio. "Tendências e características do comércio exterior do Brasil no século XIX". In: *Revista de História da Economia Brasileira*. 1953 Apud Heitor Ferreira Lima, op. cit.
18. Faulkner, Harold Underwood. *Histoire économique des Etats Unis d'Amérique*, tomo II, p. 503. Apud Heitor Ferreira Vieira op. cit., p. 256.
19. Souza, Irineu Evangelista de. *Mauá*. Rio de Janeiro, Autobiografia. 1955.
20. Pondé, Francisco de P. Azevedo. *Manuscritos da Casa do Trem*. Obra do sesquicentenário da Independência do Brasil. 1972.
21. Freyre, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco, 1954. p. 91 Apud Heitor Ferreira Lima, op. cit.
22. Stanley, J. Steen. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950*. Trad. J. L. Benchimol. Rio de Janeiro, 1979. p. 55.
23. Bastos, A. C. Tavares. *Cartas do solitário*. 2 ed. Rio de Janeiro, 1863, p. 81 e 82.
24. Bittencourt, Clemente Mariani. *Discurso comemorativo*. Salvador, Diário de Notícias, 4 jul. 1958.
25. Lins, Vieira. *História do Banco da Bahia. 1808-1958*, op. cit., p. 37.
26. Calmon, Pedro. *História social do Brasil*. 2º tomo. São Paulo, 1947. p. 203-4.
27. Tavares Bastos, A. C. op. cit., 361 e 263.

28. Relatório da Segunda Exposição Nacional de 1866. p. II. Rio de Janeiro, 1969. p. 4, 5, 10 e 23.
29. Macedo Soares e Silva, Edmundo. *O ferro na história e na economia do Brasil*. Volta Redonda. C.S.N.
30. Pondé, F. P. Azevedo. *Manuscritos da Casa do Trem*. Xerox do Brasil, 1972. p. 432.
31. Pang, Eul-Soo *O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça Arquivo Nacional I.H.G.B., 1979. p. 64 e 68.
32. Luz, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo, 1961. p. 81.
33. Barbosa, Rui. *Reforma do ensino secundário e superior*. Vol. IX, 1882, t. I. Rio de Janeiro, 1942, p. 170, Apud Evaristo de Moraes Filho. In; *Idéias Sociais de Jorge Street*, p. 28.
34. Barbosa, Rui. *Discursos e trabalhos parlamentares, Centenário do marquês de Pombal. O desenho e a arte industrial*, vol. IX, 1882, t. II. Rio de Janeiro, 1948, p. 255-6.
35. Op. cit., p. 268.
36. Macedo Soares e Silva, Edmundo. *O Ferro na indústria na economia do Brasil*. p. 27.

NOTICIÁRIO 76/80

NOTICIÁRIO

1976

1. AQUISIÇÕES

1.1 Compras

2. ATIVIDADES CULTURAIS

2.1 Promoções

2.2 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

2.3 Eventos Artísticos

2.4 Consultas na Biblioteca

2.5 Cessão do Auditório à Instituições Diversas

2.6 Atividades no Arquivo Histórico

2.7 Publicações

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 Restauração, Recuperação e Instalações

3.2 Aperfeiçoamento para Funcionários

3.3 Dotação Orçamentária

4. PRESERVAÇÃO DO ACERVO

4.1 Restauração de Peças Históricas

5. VISITAÇÃO

5.1 Visitação Geral (gráfico)

1. AQUISIÇÕES

1.1 Compras

Peças históricas e artísticas:

Tapete Aubusson, do século XIX, medindo 2,73m × 2,26 m;

Colcha de seda de Manilha, bordada a matiz, séc. XIX;

Duas sombrinhas de marfim, renda de Chantilly e seda natural, que pertenceram à esposa do conselheiro Paulo Barbosa da Silva;

Leque tipo mandarim, varetas de metal filigranado e folha de papel, que pertenceu à esposa do conselheiro Paulo Barbosa da Silva;

Pingentes e contas de cristal para lustres;
Quepe que pertenceu ao conde d'Eu. Feltro, couro e metal.

Obras Bibliográficas:
Foram compradas 16 obras.

2. ATIVIDADES CULTURAIS

2.1 Promoções

Exposições permanentes:

O Museu, que permaneceu fechado durante um ano para as obras no prédio do Palácio, foi reaberto em 19 de setembro, com a presença do diretor-geral do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, prof. Manuel Diegues Júnior e do diretor-adjunto, dr. Joaquim da Costa Pinto Neto.

Antecipou ao fechamento do Museu, uma entrevista coletiva dada à imprensa petropolitana e carioca, oferecendo aos jornalistas a oportunidade de verificar a importância e a extensão das obras a serem realizadas. Foram previstas pinturas e substituição do estuque para o ano de 1977, com recursos prometidos pelo DAC.

Apesar do fechamento do Museu, foram mantidas trinta e três (33) salas abertas ao público. Para maior segurança destas salas, foi contratado o serviço de patrulhamento da Comissão Municipal de Ação Comunitária, constante de dez (10) meninos.

Exposições itinerantes:

Em prosseguimento à ação cultural do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, junto às Secretarias de Educação e Cultura dos Estados, realizou o Museu Imperial em conjunto com o Museu Histórico Nacional, a exposição D. Pedro II & Sua Época, comemorativa do sesquicentenário do nascimento de d. Pedro II, nas seguintes capitais:

Belo Horizonte (MG): de 23/04 a 10/05/1976, no Palácio das Artes;

Teresina (PI): de 02 a 16/08/1976, no Clube dos Diários;

Natal (RN): de 27/08 a 10/09/1976, na Academia Norte-Riograndense de Letras;

Aracaju (SE): de 23/09 a 08/10/1976, na Biblioteca Pública Epifânio Dória;

Vitória (ES): de 22/10 a 05/11/1976, no Centro de Formação Profissional do SENAC.

D. Pedro II, o Homem: exposição comemorativa do sesquicentenário de d. Pedro II, realizada no Museu de Arte Moderna de Resende (RJ), e inaugurada no dia 24 de outubro e, em Nova Friburgo, em novembro.

Cursos:

Curso comemorativo do sesquicentenário do Poder Legislativo:

Inaugurando o curso, conferência do deputado Célio Borja, presidente da Câmara

dos Deputados, sobre *Alguns Parlamentares Fluminenses do Império*;

Em prosseguimento, conferência do professor Afonso Arinos de Melo Franco, sobre o tema: o Senado e a Abolição.

2.2 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

Técnica de Pesquisa Aplicada à História – Curso com aulas práticas para os alunos de História da Universidade Católica de Petrópolis. (Convênio cultural Museu Imperial – Universidade Católica de Petrópolis). Número de aulas: 60.

Pesquisa sobre a Industrialização de Petrópolis. Fichamento dos jornais locais nos anos de 1913 a 1937. (Convênio cultural criando o Centro de Pesquisa Museu Imperial, Instituto Histórico de Petrópolis, Prefeitura Municipal de Petrópolis e a Universidade Católica de Petrópolis).

Difusão cultural do Museu Imperial junto às escolas oficiais de Petrópolis – foram realizadas 65 palestras com projeção de slides sobre os temas: *O Município de Petrópolis; Desenvolvimento sócio-econômico-cultural desde a descoberta até os nossos dias; Independência; Desenvolvimento atual do Brasil; do Desenvolvimento à Independência*. Compareceram 6.626 alunos das 2ª e 6ª séries do 1º grau.

Técnica de Arquivamento e Registro de Dados – Aulas ministradas a professores e inspetores em função de supervisão. Carga horária de 45 horas, sendo 30h em Petrópolis e 15h em Nova Friburgo. Colaboração do Museu Imperial à Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio de Janeiro.

2.3 Eventos artísticos

No Auditório:

3º Festival de Inverno – Promoção da ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis, Museu Imperial, FUNARTE e Prefeitura Municipal de Petrópolis, em que foram realizados os seguintes concertos:

do pianista Artur Brasil;

dos violinistas Milton Roth, Bernard Katz e Luís Fernando Zemith;

do cantor Hermelindo Castelo;

do oboísta Antônio Carlos da Silva;

da violonista Alaurinda Padilha;

do flautista Eugênio Ranevsky;

da oboísta Cecília Altieri;

do clarinetista José Artur de Melo Rua;

do pianista Cláudio Lisboa Soares;

da pianista Leonor Houli;

do pianista Homero Capucci;

do conjunto Estúdio Musicante, do Conservatório Brasileiro de Música;

da pianista Leonor de Macedo Costa;

do madrigal degl' Amici, regido pela maestrina Lídia Podorosky;

do Coral do Município de Petrópolis, regido pelo maestro Ernâni Aguiar;

do Art Trio;

do Trio da Escola Villa-Lobos;
dos cantores Creusa Most e Waldir Ribeiro;
do Trio da Fundação Palácio das Artes de Belo Horizonte;
de dança da Escola Petropolitana de Balé Clássico.

1º Concurso Estadual de Piano – Audição do Coral Municipal de Petrópolis, na Sala de Música do Palácio Imperial, que obteve grande sucesso e repercussão.

2.4 Consultas na Biblioteca

Atendeu a 2.683 pessoas que se utilizaram de 3.918 obras.

2.5 Cessão do Auditório a Instituições Diversas

Conferências, Cursos e Palestras:

Promovidos pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis:

- Conferência da Professora Ruth Júdice, sobre os temas: Arte Egípcia e Miguel Ângelo;
- Curso de Desenvolvimento Brasileiro;
- Curso de Decoração, ministrado pela professora Yeda Fontes;
- Sessão de encerramento do Salão de Inverno – Mostra 76;
- Sessão comemorativa sobre Tiradentes, com projeção de slides;
- Sessão cinematográfica, com a colaboração da Embaixada do Canadá.

Promovidas pelo Instituto Histórico de Petrópolis:

- Conferência do prof. Lourenço Luís Lacombe, sobre o tema *Centenário do nascimento do jornalista Irineu Marinho*;
- Conferência do prof. Ivo Werneck, sobre o tema *Elevação de Petrópolis a cidade*.

Promovida pela Academia Petropolitana de Letras:

- Sessão de posse da nova Diretoria e novos Acadêmicos.

Promovida pelo Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada do I Exército.

- Conferência do gen. Francisco Silveira do Prado, sobre o tema – *D. Pedro II e o Exército*.

Promovida pela Associação Brasileira de Graduados em Controle Mental:

- Palestras proferidas pelo prof. Alberto Barbosa Pinto Dias, sobre o tema – *Controle Mental* (Psicorientologia).

Promovida pela Associação Brasileira dos Cavaleiros da Ordem de Malta:

- Sessão cinematográfica – *Viagem Maravilhosa*.

Promovida pela Escola de Pais de Petrópolis:

– Palestra com debates sobre o tema – *A Importância do Lar na Formação do Homem*;

Promovida pelo dr. Otto Heilig:

– Sessão cinematográfica sobre a Áustria;

Promovida pelo Instituto Educacional Biblos:

– Reunião do Círculo de Pais e Mestres;

Promovido pelo SESC:

– Festival de poesia;

Promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

– Instruções para os cursos Industrial, Comercial e de Serviços;

Promovida pela Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos:

– Assembléia Geral Extraordinária.

2.6 Atividades do Arquivo Histórico

Atendeu a 44 pessoas que se utilizaram de 2.783 documentos.

2.7 Publicações

Diagramação do prospecto sobre o Museu Imperial.

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 Restauração, Recuperação e Instalações

Obras:

Reparos e adaptações nas seguintes dependências do Museu Imperial:

- Sala da Carruagem
- Sala da Portaria
- Sala de Exposição Temporária
- Banheiro da ala direita do Palácio
- Sala de venda de publicações
- Prédio da sede da administração

Instalações e recuperação da rede elétrica para o Anexo I:

Serviços:

manutenção do sistema de alarme eletrônico, interligado com a Delegacia de Polícia;

reparo na aparelhagem do ar refrigerado;

substituição das cortinas de rendão e brise-bise, respectivamente, das janelas da ala esquerda e do 2º pavimento.

3.2 Aperfeiçoamento para funcionários

Curso de técnica de arquivo, ministrado pelo professor Frank B. Evans, do Arquivo Nacional dos Estados Unidos da América do Norte, constando de 17h30m no período de 15 a 19 de março, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, no Rio de Janeiro. Inscritas as funcionárias Áurea Maria de Freitas Carvalho e Maria Ignez Correia.

3.3 Dotação orçamentária

Verba orçamentária	1.035.500,00	
FNDE	170.000,00	
Auxílio do DAC para pintura interna cf. Plano de Aplicação 05/76	71.600,00	1.277.100,00
Verba orçamentária		
Repassado até out.	818.808,23	
A repassar	214.995,08	
Saldo livre	1.696,69	
FNDE		
Repassado	170.000,00	
DAC		
Auxílio repassado	71.600,00	1.277.100,00

4. Preservação do acervo

4.1 Restauração de peças históricas

Manto de Grão-mestre da Ordem Imperial do Cruzeiro, que pertenceu a d. Pedro II;

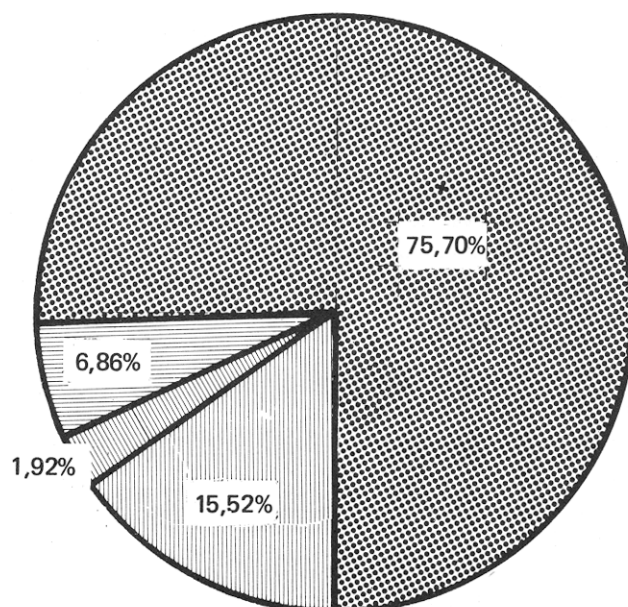
Dois (2) leques comemorativos da Proclamação da Maioridade de d. Pedro II;


Quinze (15) cadeiras.


5. Visitação


5.1. Visitação geral


Individuais	75,70	63.018
Estudantes	15,52	12.919
Membros Deleg. Diversas	1,92	1.593
Turistas	6,86	5.723
<hr/>		
Total	100%	83.253



visitas individuais: 

visitas estudantes: 

visitas membros delegações
diversas: 

visitas turistas: 

NOTICIÁRIO

1977

1. AQUISIÇÕES

- 1.1** Doações
- 1.2** Compras
- 1.3** Transferência

2. ATIVIDADES CULTURAIS

- 2.1** Promoções
- 2.2** Atividades Educativas e de Difusão Cultural
- 2.3** Eventos Artísticas
- 2.4** Cessão do Auditório
- 2.5** Consultas na Biblioteca
- 2.6** Atividades no Arquivo Histórico
- 2.7** Atividades Comemorativas do Aniversário de D. Pedro II
- 2.8** Pesquisa sobre a Industrialização de Petrópolis
- 2.9** Participação do Museu Imperial em Congressos e Encontros

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

- 3.1** Restauração, Recuperação e Instalações
- 3.2** Aperfeiçoamento para Funcionários
- 3.3** Dotação Orçamentária

4. PRESERVAÇÃO DO ACERVO

- 4.1** Restauração de peças históricas

5. VISITAÇÃO

- 5.1** Visitação Geral (gráfico)

1. AQUISIÇÕES

1.1 Doações

Coleção de 20 relógios de bolso. Doação do dr. Alfredo de Sousa Costa;
Cálice de cristal, que pertenceu a d. Pedro II; retrato de Louise Française Tiberghien, miniatura assinada Laurent; broche, ouro e coral, com o retrato da filha do

barão de Sertório; insígnia da Cruz de Ferro da Bélgica, conferida a Alphonse Tiberghien; sinete de cristal com as Armas da Família Tiberghien e xícara e pires para chá, de porcelana francesa, que pertenceram a Alphonse Tiberghien. Doação de Armando Sertório Villela, por intermédio de Lúcia Jordão Villela.

Álbum para fotografias com capa de madrepérola, que pertenceu à baronesa de Muritiba; um berço para mata-borrão e um cabo de sombrinha. Doação da sra. Júlia Figueira de Mello. Binóculo de teatro, presente do imperador Francisco José I, a Josefina Emília von Kautzky. Doação de Paulo Ernesto von Kautzky-Ditscheiner.

Coleção de xícaras de várias procedências. Legado de Maria Osória da Siqueira Shurig Vieira.

1.2 Compras

Peças históricas e artísticas:

Duas (2) luminárias de cristal branco.

Obras bibliográficas:

Foram compradas vinte e uma (21) obras.

1.3 Transferência

Piano que pertenceu à imperatriz d. Teresa Cristina; transferido do Museu Histórico Nacional.

2. ATIVIDADES CULTURAIS

2.1 Promoções

Exposições temporárias no Museu Imperial:

Oudivesaria nos séculos XVIII e XIX – com jóias da Família Imperial e titulares. A Independência e o Império – com finalidade didática, de 28/08 a 15/09/1977.

Petrópolis Antigo – com fotografias de logradouros públicos, vias de acesso e meios de transporte, de 16/09 a 31/10/1977.

Exposições temporárias fora do Museu Imperial:

D. Pedro II, o Homem – realizada no Museu Municipal (antiga Câmara Municipal) de Niterói, de 30/01 a 30/03/1977.

Cursos:

Curso comemorativo do sesquicentenário da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil:

A criação dos Cursos Jurídicos no Brasil – Alberto Venâncio Filho;

Os Cursos Jurídicos em Olinda – Francisco de Assis Rosa e Silva Sobrinho;

Os Cursos Jurídicos em São Paulo – Manuel Gonçalves Ferreira Filho;

A influência dos Cursos Jurídicos na cultura fluminense – Ivahyr Nogueira Itagiba;

O Curso Jurídico em Olinda dentro de um conceito histórico – Flávio Guerra;

A influência dos Cursos Jurídicos na cultura mineira – Gerson de Brito Melo Boson.

Curso de Informações sobre Petrópolis, em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura:

Penetração para Minas; as sesmarias; a fazenda do padre Correia – Jorge Coelho Bouças;

D. Pedro I no Córrego Seco – Lourenço Luís Lacombe;

Fundação – Ivo de Carvalho Werneck;

A obra administrativa de Koeler – Guilherme Pedro Eppinghaus;

A contribuição estrangeira – Joaquim Eloy dos Santos;

A criação da paróquia – seu aspecto político-administrativo – Ivan Luiz

Gontijo;

Elevação à cidade; o papel do Coronel Veiga – Pedro Rubens Pantola de Carvalho;

O Governo Municipal na Monarquia – Lourenço Luís Lacombe;

D. Pedro II em Petrópolis – Lígia Fernandes da Cunha;

O Governo Municipal na República – Francisco José Ribeiro de Vasconcellos;

Petrópolis capital do Estado – André Heidemann;

Viação, indústria e comércio – Claudionor de Souza Adão;

Música – Hebe Machado Brasil;

Instrução e instituições culturais – Lourenço Luís Lacombe;

Imprensa – Marcelo Ipanema;

Petrópolis e sua guarnição militar – Paulo Gomes dos Santos;

Petrópolis na poesia e na prosa – Mário Fonseca;

Artes plásticas – Vera Leal Bretz;

Conferências fora do Museu imperial:

Conferências proferidas pelo diretor do Museu Imperial;

São Paulo, SP – no Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Paulo. José de Alencar no Arquivo do Museu Imperial;

São Paulo, SP – na Academia Brasileira de História dia 18 de novembro de 1977: D. Pedro I, Imperador Constitucional.

2.2 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

Técnica de Pesquisa Aplicada à História, curso com aulas práticas para alunos de História da Universidade Católica de Petrópolis (convênio cultural MI/UCP). Número de aulas: 60.

Recebeu o Museu Imperial, através da Fundação MUDES, para prestação de serviço sem vínculo empregatício seis universitários, sendo: três de História (pesquisa para elaboração de uma história de Petrópolis. Enfoque: indústria em Petrópolis) e três de Turismo (levantamento de peças do acervo histórico e artístico conferindo com os livros de Registro Geral, catálogo sistemático, processos e etiquetagem das peças).

Prática de Museologia – para alunos da 3ª série do 2º grau da área de Turismo, do Colégio de Aplicação da Universidade Católica de Petrópolis. Total de alunos: 8 – Horas de prática: 120.

Dentro do programa de difusão cultural do Museu Imperial junto às escolas oficiais de Petrópolis, foram realizadas 96 palestras com projeções de *slides*, sobre os temas: Uma cidade – Petrópolis; Petrópolis – Município; O Estado do Rio de Janeiro e o Brasil, e suas regiões. Compareceram 9.432 alunos da 2ª à 6ª séries do 1º grau.

2.3 Eventos artísticos

No auditório:

Promovidos pela FUNARTE, Museu Imperial, Prefeitura Municipal de Petrópolis e ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis:

V Festival de Verão de Petrópolis;

IV Festival de Inverno de Petrópolis;

I Concurso Estadual de Corais de Petrópolis.

Na Sala de Música do Palácio:

– Concerto do pianista Jaques Klein, em conjunto com a Secretaria do Turismo do Município.

– Concerto do violinista Jerzi Milewski e da pianista Aleida Schweitzer, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura e ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis.

– Recital da harpista espanhola Maria Rosa Calvo Manzano Ruiz Horn, em conjunto com o Consulado Geral da Espanha e Secretaria de Educação e Cultura de Petrópolis.

– Audição do Coral Municipal de Petrópolis sob a regência do maestro Ernâni Aguiar, em conjunto com a Secretaria de Educação e Cultura do Município e ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis.

2.4 Cessão do auditório a instituições diversas

Conferências, cursos, palestras e concertos:

Promovidos pela FUNARTE, Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Petrópolis e ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis:

Cursos:

– De comunicação e empostação da voz – prof.^a Emilia Donnibelli Janniballi.

Palestras:

A alma *encantadora* da trova – Dr. Petrarca Maranhão.

A *evolução* da decoração do Brasil – Prof.^a Yeda Fontes.

O *Lied* no *Romantismo* – Prof.^a Maria Helena Bezzi.

Cecília *Meirelles* através de sua poesia – Poetisa Mariná de Moraes Sarmiento;

O administrador brasileiro diante das novas realidades – Prof. Walter Poyares;

Os segredos revelados da parapsicologia – Prof. Dorval Rainha.

Recitais e concertos:

Do violinista Nélio Rodrigues.
Da Orquestra de Câmara de Petrópolis.
Do pianista Luiz H. Senise.
In memoriam do pianista e compositor João Nunes.
Crianças tocam para crianças.
Do violoncelista alemão Ludwig Hoelscher.
Da cantora Leda Mello.
Das pianistas Eli Maria Rocha, Maria da Penha, Marina Ramalhete, Lilian Barreto e Lili Kraus.
Dos pianistas Cláudio Richerme, Artur Brasil e Artur Moreira Lima.
Dos Duos Vetere-Argollo (violino e violão) e Moura Castro (clarineta e piano).
Do Trio de Cordas do Município.
Do Coral Municipal de Petrópolis.
Do tenor Flávio Sabrá.
Do Coral dos Meninos Cantores de Petrópolis.
Do guitarrista Pedro Soler (patrocínio da Alliance Française).
Do violinista Marcus Llerena.
De canto e ballet Corália Fontes e Célio Trigo.
Do Trio Os Recitalistas, Grupo Renascença e Quarteto Ludwig.
Dos pianistas Carlos Ronaldo Pais e Braz Veloso Neto.
Do violoncelista Iraí de Paula Sousa.
Da Rede Nacional da Música (INM-FUNARTE).
De canto e ballet – Marga Alvarez e Célia Trigo.
De violino e acordeon – Maestro Guerra Peixe e Ed Lemos.
em homenagem a Octávio Maul e premiação da monografia vencedora do concurso em sua homenagem.
Hora de arte in-memoriám de Frei Luiz O. F. M.
Projeções audiovisuais: A bandeira Nacional e os Símbolos Nacionais, O Índigena Brasileiro, Exaltação à Juventude do Brasil, Abolição da escravatura, Os Tesouros do tempo. Instalação do Curvo Convívio.
Lançamento do livro: *Gota Simplicidade* de Maria Lira Pereira.
Encontro com Drummond e O Natal dos poetas – Jegral da Guanabara.
Solenidade de instalação da Academia Petropolitana de Educação, com a participação do Coral Municipal.

Promovidas pela Academia Petropolitana de Letras:

Conferência sobre o romancista José de Alencar, pela passagem do centenário de sua morte, pelo acadêmico Rubens Falcão;
Conferência proferida pelo acadêmico Silvío Júlio de Albuquerque Lima, sobre o tema: O povo brasileiro na sua síntese etnopsicossocial do Ceará: A máxima luta pela vida em meio às adversidades.
Posse do Prof. Jacques Lucien de Burlet

Promovido pela Secretaria de Turismo de Petrópolis e Consulado Geral da República Federal da Alemanha:

Recital do Duo Daulsberg.

Promovidos pelo Centro Regional de Educação, Cultura e Trabalho de Petrópolis da Secretaria de Estado de Educação e Cultura:

Projeção de filmes sobre Trânsito.

Palestra sobre O Dia do Aviador e Ecologia.

Pacote Cultural – teatro infantil.

Promovido pela Sociedade Artística Villa-Lobos: Recital do violonista Edimo Fraga;

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Treinamento de listadores e entrevistadores para a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

Promovidas pelo Instituto Superior de Cultura Feminina:

Audição e palestra do pianista Arnaldo Rebelo e tarde de autógrafos da Profa Hebe Machado Brasil, do livro Deolindo Fróes;

Lançamento do livro *A casa e a criança*, de Lysia Rocha Miranda Silva;

2.5 Consultas na Biblioteca

Atendeu a 4.305 pessoas que se utilizaram de 6.302 obras.

2.6 Atividades do Arquivo Histórico

Atendeu a 87 pessoas que se utilizaram de 1.440 documentos.

Entre os pesquisadores destacamos os seguintes:

ALMEIDA, Maurílio Augusto de, médico e historiador. Objetivo da pesquisa: biografia de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, visconde de Albuquerque.

HILLESHEIM, frei Salésio – pesquisando a pedido de Anselmo Hillesheim. Objetivo da pesquisa: tese de doutoramento pela Universidade Federal de Santa Catarina – Aprofundamento da Colonização de Blumenau, especificamente sua produção agropecuária e sua influência na província.

KOSOVSKI, Lídia, acadêmica de Arquitetura. Objetivo da pesquisa: levantamento da cidade de Petrópolis sob o ponto de vista da arquitetura residencial.

LEITE, João de Souza, designer. Objetivo da pesquisa: definição de ternário para uma nova família de cédulas e moedas brasileiras.

MOURÃO, Ronaldo Rogério, coordenador de astronomia do Observatório Nacional. Objetivo da pesquisa: estudo das anotações e correspondência astronômica e científica de d. Pedro II – A astronomia no império.

PARKER, David, professor. Objetivo da pesquisa: publicação de livro sobre bispos do século XIX.

PENNA, Milton, professor e médico. Objetivo pesquisa: estudo sobre José Boni-

fácio de Andrada e Silva, Joaquim Gonçalves Ledo, d. Pedro I e d. Pedro II.
SERRÃO, Irene Fernandes Caseira, advogada. Objetivo da pesquisa: tese para mestrado da Faculdade Nacional do Rio de Janeiro.

STEIGLEDER, Gertraude Schultz, professora. Objetivo da pesquisa: trabalho sobre a imperatriz Leopoldina.

SWEIGART, Joseph Earl, professor, candidato ao PH.d, da Universidade do Texas. Objetivo da pesquisa: tese de doutoramento – Comércio do café, século XIX.

O Arquivo foi, ainda, consultado, pelas seguintes pessoas que vieram colher subsídios para palestras proferidas no Curso de Informações sobre Petrópolis:

Claudionor de Sousa Adão

Hebe Machado Brasil, diretora do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Petrópolis.

Foram enviadas relações de documentos para os seguintes consulentes:
Luís Vianna Filho – documentos referentes a José de Alencar.

Akademie der Wissenschaften der D.D.R.

José Gabriel da Costa Pinto – correspondência de Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha; documentação da coleção Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Lygia Fernandes da Cunha (Biblioteca Nacional) – litografia de Alfredo Martinet. Francisco Vinhosa (Itamarati) – documentos referentes a Teodoro José Biancardi.

2.7 Atividades Comemorativas do Aniversário de D. Pedro II

Dia 2 de dezembro, foram realizadas as seguintes atividades:

No Museu imperial, inauguração das salas de viaturas, destacando-se entre outras peças a carruagem de gala de d. Pedro II e a caixa de carruagem de d. Pedro I.

No 32º Batalhão de Infantaria Motorizada – Batalhão D. Pedro II, foi oferecido àquela entidade pelo Museu Imperial, o retrato a óleo do imperador, de acordo com a autorização do Ministério de Estado de Educação e Cultura (proc. 231.630/77). Na oportunidade, foi realizada uma sessão cívica, promovida pelo Batalhão, Museu imperial e o Instituto Histórico de Petrópolis, na qual falou o prof. Lourenço Luís Lacombe, sobre o homenageado.

2.8 Pesquisa sobre a industrialização de Petrópolis

Constando de coleta de dados: dos Relatórios técnicos da Direção da Fábrica de Tecidos Companhia Petropolitana, no período de 1866 a 1930; dos Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1850-1889); no Arquivo da Superintendência da antiga Fazenda Imperial (1850,1889); pesquisas sobre o desenvolvimento industrial de Petrópolis, a influência da mão-de-obra dos colonos alemães, no processo inicial da industrialização de Petrópolis; trabalhos historiográficos dos viajantes estrangeiros no séc. XIX, a respeito do estado de desenvolvimento manufatureiro em Petrópolis, no período de 1850 a 1889.

2.9 Participação do Museu Imperial em Congressos e Encontros

Participou o Museu Imperial do 29 Encontro de Museus Sulriograndenses, tendo o seu diretor apresentado um trabalho sobre *O Museu Imperial e os problemas de*

arrumação de uma casa histórica.

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 Recuperação, Restauração e Instalações

Serviços:

manutenção do sistema de alarme eletrônico, interligado com a Delegacia de Polícia.

Reparo na aparelhagem de ar refrigerado.

Reparo na tubulação de entrada de água na caixa geral.

Recuperação de um transformador GE.

Substituição de um par de cortinas de tendão branco.

Instalação e apoio de eletricidade e recuperação das engrenagens do motor da vitrine da coroa de d. Pedro II.

3.2 Aperfeiçoamento de Funcionários

A funcionária Maria Ignez Correia participou do curso prático sobre aplicação da legislação trabalhista e previdenciária, promovido pelo DASP com a colaboração da SUNAB.

3.3 Dotação orçamentária

Verba Orçamentária	1.049.500,00	
DAC (Diária)	19.000,00	1.428.500,00
Verba Orçamentária	1.205.417,00	
Repassado até 12/77	6.783,00	
Recebido do DAC	19.000,00	
A repassar (a pagar)	197.300,00	1.428.500,00

4. Preservação do acervo

4.1 Restauração de Peças Históricas

Uma (1) miniatura sobre marfim, de d. Leopoldina;

Duas (2) tabaqueiras;

Um (1) óleo sobre tela do barão de Irapuá, de Cláudio José Barandier;

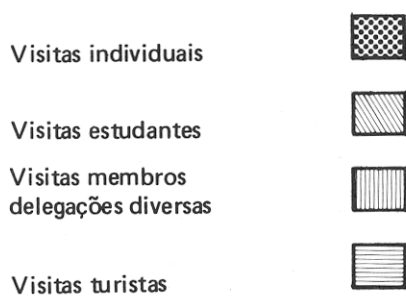
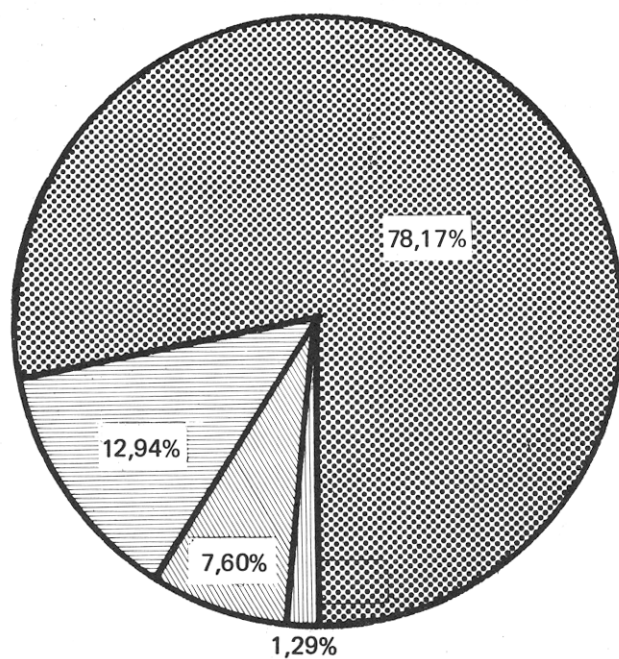
Uma (1) moldura em talha dourada;

Parte de madeira, de sofá, de encosto com três medalhões;

Oito (8) documentos.

5. Visitação

	%	
Individuais	78,17	239,341
Estudantes	7,60	23,234
Delegações Diversas	1,29	3,952
Turistas	12,94	39,616
Total	100%	306,143





Visita do príncipe Michel Poniatowski, representante do presidente Giscard D'Estaing, acompanhada do embaixador da França no Brasil e do cônsul geral no Rio de Janeiro.



Visita do príncipe Michel Poniatowski, embaixador da França no Brasil e o cônsul geral no Rio de Janeiro. 2 de novembro de 1977.

Recital da harpista espanhola, Maria Rosa Calvo Manzano Ruiz Horn, na Sala de Música do Palácio Imperial, na comemoração da Semana da Hispanidade, 9 de outubro de 1977.



Sala de Música do Palácio Imperial, no recital da harpista espanhola Maria Rosa Calvo Manzano Ruiz Horn, dia 9 de outubro de 1977.

NOTICIÁRIO 1978

1. AQUISIÇÕES

1.1 Doações

1.2 Compras

2. ATIVIDADES CULTURAIS

2.1 Promoções

2.2 Atividades Externas do Diretor do Museu Imperial

2.3 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

2.4 Consultas na Biblioteca

2.5 Pesquisa no Arquivo Histórico

2.6 Eventos Artísticos

2.7 Cessão do Auditório

2.8 Publicação

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 Restauração, Recuperação e Instalações

3.2 Dotação orçamentária

4. VISITAÇÃO

4.1 Visitas ilustres

4.2 Visitação Geral (gráfico)

1. AQUISIÇÕES

1.1 Doações

Apliques de metal dourado, um com a sigla P II na parte posterior, prendedores bifurcados; outro com coroa imperial, de metal dourado. Na parte posterior, dois prendedores em ganchos bifurcados. Doação da família Raposo de Almeida.

Medalha de bronze comemorativa do centenário de nascimento do almirante Luís da Cunha Moreira, 1º visconde de Cabo Frio. Doação do diretor geral do Museu da Marinha, Max Justo Guedes.

Copo de cristal com a efígie de d. Pedro II. Trabalho de decalque e ornatos gravados. Doação da sra. Dulce Ribeiro Simonsen por intermédio do sr. Jorge Bouças.

Auto-retrato da rainha Maria Isabel de Nápoles. Miniatura pintada sobre pergaminho. Doação do embaixador João Hermes Pereira de Araújo.

1.2 Compras

Obras bibliográficas: foram compradas 41 e doadas 126.

2. ATIVIDADES CULTURAIS

2.1 Promoções

Exposições Temporárias no Museu Imperial:

Ourivesaria nos séculos XVIII e XIX: com jóias da Família Imperial e titulares.

Reminiscências de Petrópolis: comemorativa da Fundação de Petrópolis e inauguração do Museu Imperial.

90 Anos da Lei Áurea: com objetos referentes à campanha abolicionista, à princesa Isabel, à cultura negra e à escravidão.

Comemorativa do 7 de setembro: com peças históricas e documentos da Independência e do I Reinado.

Diários, apontamentos e cadernetas de viagem de d. Pedro II: com documentos que pertenceram ao imperador.

Cursos:

Curso comemorativo da Lei Áurea:

O negro na formação étnico-social do Brasil. Gilberto Freyre.

Os movimentos para libertação dos índios e dos escravos. Artur César Reis. A escravidão na literatura brasileira. Josué Montelo;

A documentação sobre o abolicionismo. Raul do Rego Lima;

O abolicionismo no Parlamento. Célio Borja;

Homenagem à princesa Isabel. Lourenço Luís Lacombe;

Curso de Técnica de Pesquisa Histórica:

História do processo da industrialização de Petrópolis – 1890-1930.

2.2 Atividades externas do diretor do Museu Imperial

Conferências sobre os 90 Anos da Lei Áurea, realizadas nas seguintes capitais:

– Recife (PE)

– São Luís (MA)

– Maceió (AL)

– Aracaju (SE)

– Natal (RN). 6º Congresso Nacional de Museus.

– Salvador (BA). Palestra ilustrada na TV Itapoan sobre o Museu Imperial.

2.3 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

Técnica de Pesquisa Aplicada à História: curso com aulas práticas para alunos de História da Universidade Católica de Petrópolis (convênio cultural MI/UCP). Número de aulas: (setenta e seis) 76.

Bolsa-estudo para universitários: recebeu o Museu Imperial, através do MUEDES, para prestação de serviço sem vínculo empregatício – 14 universitários, sendo 6 da área de História (na elaboração de pesquisa de uma História de Petrópolis. Enfoque: indústria em Petrópolis); 8 da área de Turismo (procedendo o levantamento de peças do acervo histórico e artístico do Museu Imperial).

Programa de Difusão Cultural do Museu Imperial e Centro Regional de Educação e Trabalho de Petrópolis, junto às escolas oficiais de Petrópolis.

Foram realizadas 86 palestras com projeção de slides, sobre os temas:

- Uma cidade: Petrópolis
- Petrópolis – Município
- O Estado do Rio de Janeiro
- O Brasil e suas regiões

Compareceram a essas palestras 7.751 alunos da 2ª à 6ª séries do 1º grau.

2.4 Consultas na Biblioteca

Foram atendidas 2.157 pessoas que se utilizaram de 3.090 obras.

2.5 Pesquisa no Arquivo Histórico

Foram atendidas 75 pessoas que se utilizaram de 1.974 documentos.

Pesquisadores:

Dentre os consulentes que se utilizaram do acervo, destacamos:

BERMAN, Roderick James (professor). Objetivo da pesquisa: estudo sobre a Educação no Brasil Imperial e administração pública no séc. XIX.

DEMONER, Sônia Maria (professora de História da Universidade Federal do Espírito Santo). Objetivo da pesquisa: tese de doutorado pela Universidade de São Paulo.

MARTINS, Walmir (professor). Objetivo da pesquisa: estudo sobre a contribuição do imigrante, para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no Sul do Estado de Santa Catarina, para tese de mestrado em História Econômica e Social.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas (coordenador de astronomia do Observatório Nacional). Objetivo da pesquisa: estudo das anotações e correspondência astronômica e científica de d. Pedro II – A astronomia no Império.

RIBEIRO, Daniel Valle (professor da Universidade Federal de Minas Gerais). Objetivo da pesquisa: publicação de trabalho sobre a mediação inglesa no reconhecimento da Independência do Brasil.

SCHWAMBORN, Ingrid (professora). Objetivo da pesquisa: biografia da imperatriz d. Leopoldina.

TROCHIN, Michel Robert (professor da Universidade de Illinois). Objetivo da pesquisa: tese de doutorado sobre a queda do Império do Brasil.

2.6 Eventos Artísticos

No *Auditório*:

Promovidos pelo Museu Imperial, FUNARTE, Pref. Municipal de Petrópolis e

ABRARTE-Cultura

7º Festival de Inverno de Petrópolis

3º Concurso Estadual de Piano

2º Concurso Nacional de Corais

Na Sala de Música do Palácio:

Jogral da Guanabara

Concerto das harpistas Silvia Noronha Passaroto e Mônica Moreira Cury.

2.7 Cessão do auditório a instituições diversas

Conferências, cursos, palestras, concertos e simpósio: promovidos pela FUNARTE, Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura de Petrópolis, ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis e Instituto Italiano de Cultura.

Cursos:

Moral e Civismo.

Psicologia Clínica.

IX Encontro Cardiológico do Estado do Rio de Janeiro.

Festival de Poesia do Colégio Estadual D. Pedro II.

Os novos caminhos da parapsicologia.

Recitais e concertos dos seguintes artistas:

Cantor Flávio Sabrá.

Pianista Leonor M. Costa

Pianistas Ana Bianca e Regina Felipelli Fernandes.

Pianista Neuza Prado.

Quinteto Villa-Lobos.

Soprano Cilene Fadigas.

Soprano Lydia Podorolsky.

Violinista e pianista Paulo Bosísio e Lilian Barreto.

Pianista Roberto Szidon.

Tenor Carlos René Paulet.

Pianista Gudula Kremer's.

Violinista Harry Schoerrether.

Trio Graf Morozowicz, Ileana e Mário Carneiro.

Soprano Eny Camargo e pianista Thelma Taets.

Concertos didáticos:

Recital comemorativo da Semana da Pátria.

Recital de piano e violino promovido pelo Consulado Americano.

Quarteto Via Nova.

Poetisa Célia Góis.

Duo Armênio Z. Suzana e Maria Emilia Osório.

Pianista Marcos Nobre.

Cantores Samuel Taets e Sandra Crivano.

Palestras:

Promovidas pelo Centro Regional de Educação, Cultura e Trabalho de Petrópolis:

Projeção audiovisuais sobre Petrópolis – Semana dos Bombeiros – Preservando a natureza – Trânsito e Alimentação

Promovidas pela Academia Petropolitana de Letras:

Aspectos desconhecidos do imperador d. Pedro I, pelo dr. Mário Fonseca.

Do escritor Guilherme Figueiredo.

Posse dos acadêmicos Durval Pérsia Rabelo e Paulo Gomes da Silva.

Do Professor Pedro Calmon.

2.8 Publicação Autógrafos

Lançamento do livro: *Frei Luiz, o inesquecível*, de Célia de Góis

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 Restauração, Recuperação e Instalações

Serviços

Manutenção do sistema de alarme eletrônico, interligada com a Delegacia de Polícia.

Serviço de adaptação e vidros na Sala da Coroa e capacete da Guarda de Honra de d. Pedro I.

Serviço de revisão e recuperação da pane elétrica de 16 lustres e 10 luminárias, e pontos de luz das salas de exposições.

Serviço de recuperação do cofre e coroa de d. Pedro II.

3.2 Dotação Orçamentária

Consignada no orçamento	1.620.000,00	1.620.000,00
Verba concedida pela Sec. Geral do MEC	300.000,00	300.000,00
Verbas repassadas pelo Dep. Assunt. Cult. Repassados		
Telecomunicações	70.000,00	
Diárias	40.000,00	
Capacitação de Rec. Hum.	274.000,00	384.000,00
Verba da FUNARTE	50.000,00	50.000,00

Verba concedida pelo Dep.			
Ass.	Cul.	Para	
complementação			
Telecomunicações			9.731,15
Segurança e limpeza			633.440,00
Material permanente			
(manequins e tanque de restauração)	21.615,00		664.786,15
			3.018.786,15
Verba orçamentária MI			
Repassado até novembro	1.613.217,00		
A repassar	6.783,00		
Restos a pagar	89.580,04		

4. VISITAÇÃO

4.1 Visitas ilustres

Foi o Museu Imperial visitado pelas seguintes pessoas:

Embaixatriz da França no Brasil.

Wieland Koenig, museólogo e diretor do Museu de Arte de Dusseldorf.

Wolfram Spitzner, museólogo e presidente do Museu de Baden.

10 estudantes japoneses e 10 brasileiros: visita patrocinada pela UFRJ.

Jacqueline Thiebaut, conservadora-chefe dos museus da França.

Professora Helga Franck, arquiteta italiana.

Professora Fernanda Camargo, presidente da AMICOM.

Cantores do Rio Grande do Sul: deram uma audição no saguão do Museu Imperial.

Arquiteto Jean Bernard Berrene e sra., acompanhados do Diretor-Geral do IPHAN dr. Renato Soeiro. Professor Joaquim Veríssimo Serrão e sra: ele, presidente da Academia Portuguesa de História, acompanhados dos professores Marcelo Caetano e Pedro Calmon.

Reitor Matias Valenzuela e o monsenhor Jorge Besagna, da Universidade de Valparaíso no Chile, acompanhados de d. José F. Veloso, reitor da Universidade Católica de Petrópolis.

Dr. Arnaldo Machado, presidente da Academia Brasileira de Museologistas.

M. Michel Duchein, diretor dos Arquivos de França.

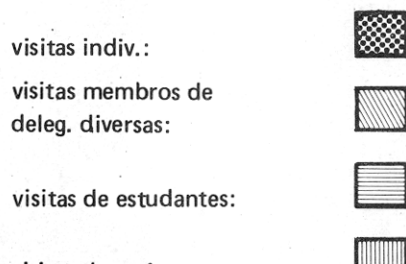
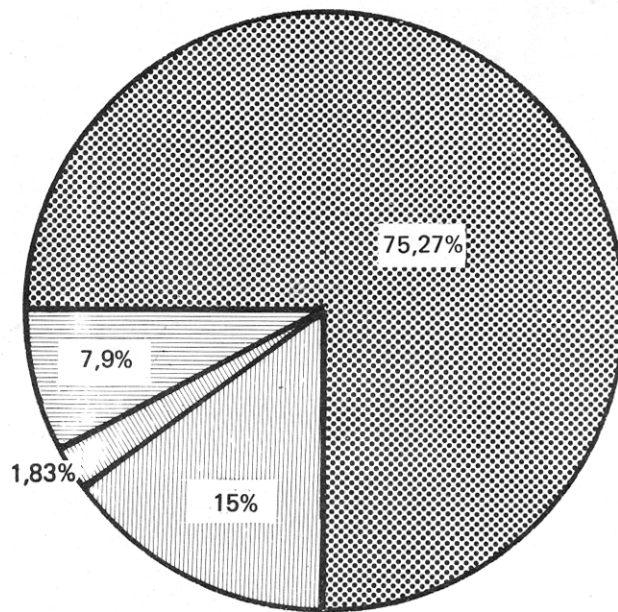
Dr. Luís Fernando Soutelo, correspondente do Museu Imperial em Sergipe.

Sr. Yuri Turchenko, chefe da Seção de Estudos e Publicações sobre Patrimônio Cultural da UNESCO (Paris) acompanhados pela professora Fernanda Camargo.

Alunos do 6º período do Curso de História da Universidade Santa Úrsula, acompanhados pelas professoras – estagiárias Maria Valério Collares da Rocha e Maria Antonieta Cruz de Moraes.

4.2. Visitação geral

		%
individuais:	217.997	75,27
membros de delegações:	5.024	1,83
estudantes:	22.909	7,9
turistas:	43.707	15
<hr/>		
TOTAL	289.632	100%





Jogral da Guanabara, na Sala de Música do Palácio Imperial. 13 de outubro de 1978.



Concerto de harpa, à luz de velas, na Sala de Música do Palácio Imperial, com as harpistas Sílvia Noronha Passaroto e Mônica Moreira Cury. 17 de outubro de 1978.

NOTICIÁRIO

1979

1. AQUISIÇÕES

1.1 Legado

1.2 Doações

2. ATIVIDADES CULTURAIS

2.1 Promoções

2.2 Atividades externas do Diretor do Museu Imperial

2.3 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

2.4 Consultas na Biblioteca

2.5 Pesquisas no Arquivo Histórico

2.6 Eventos Artísticos

2.7 Cessão do Auditório a Instituições Diversas

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 Restauração, Recuperação e Instalações

3.2 Dotação Orçamentária

4. PRESERVAÇÃO DO ACERVO

4.1 Restauração de Peças Históricas

5. VISITAÇÃO

5.1 Visitas Ilustres

5.2 Visitação Geral (gráfico)

1. AQUISIÇÕES

1.1 Legado

Legado de Leonor de Beaurepaire Moniz: peças que pertenceram ao visconde com grandeza de Beaurepaire;

Insígnia e banda de Grã-Cruz, da Ordem de São Bento de Avis. Ouro e esmalte.

Placa de Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis. Prata e esmalte.

Placa de Dignitário da Ordem da Rosa. Ouro e esmalte.

Placa de Comendador da Ordem de N. S. Jesus Cristo. Prata e esmalte.

Insígnia (miniatural da Ordem de São Bento de Avis. Ouro e esmalte. Coroa de condecoração (miniatura). Ouro.

1.2 Doação

Peças históricas e artísticas:

Medalha comemorativa do 170º aniversário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, doação do Ministério das Relações Exteriores.

Vestido de cambraia branca, bordado inglês e renda, que pertenceu à Vestula Jobim, filha do conselheiro Jobim. Doação do general Alvaro de Sousa Jobim.

Miniatura dos trens da Leopoldina e da antiga oficina do Alto da Serra – Petrópolis (três peças de madeira de pinho pintadas à mão). Trabalho e doação de Alcides Soares Guimarães.

2. ATIVIDADES CULTURAIS

2.1 Promoções

Exposições temporárias:

Diários, apontamentos e cadernetas de viagem de d. Pedro II comemorativa ao 153º aniversário do imperador.

Exposição de jóias do século XVIII e XIX, constando de jóias da Família Imperial e de titulares. Museu-Criança. Organizada pelo MUDES-Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social e pela FUNARTE.

Promovido pelo Museu Imperial, CEPETUR-UCP e *O Globo*, exposição de Flores e Plantas Ornamentais, nos jardins do Museu Imperial, na primeira Semana Petropolitana de Cultura e Turismo. Exposição comemorativa do sesquicentenário do casamento de d. Pedro I e d. Amélia de Beauharnais, incluindo objetos e documentos trazidos da Corte da Suécia; e a criação da Ordem da Rosa.

O Museu Imperial colaborou nas seguintes exposições:

“A Criança Brasileira no século XIX”, promovida pela Fundação Raymundo de Castro Maya, em comemoração ao Ano Internacional da Criança. Chácara do Céu, Rio de Janeiro.

“Pintor Eduardo De Martino”, promovida pelo Serviço de Documentação Geral da Marinha. Museu Oceanográfico. Rio de Janeiro.

“Brasil e D. Pedro I”, promovida pelo Ministério das Comunicações, comemorações da Semana da Pátria, Ministério das Comunicações. Brasília.

Centenário da morte do general Osório, realizada na Academia Militar das Agulhas Negras, Resende. Brasil – 90 Anos de República, promovida pelo Museu Histórico Nacional, realizada no Ministério das Relações Exteriores, Brasília.

2.2 Atividades externas do Diretor do Museu Imperial

O diretor do Museu Imperial, foi a Portugal, Espanha, França e Suécia para trazer peças, inclusive prataria, que pertenceram à imperatriz d. Amélia, para figurarem

na *Exposição Comemorativa do Sesquicentenário do Casamento de D. Pedro I e D. Amélia*.

2.3 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

Técnica de Pesquisa Aplicada à História: curso com aulas práticas para alunos de História da Universidade Católica de Petrópolis (convênio Cultural MI-UCP). Número de aulas: 70

Bolsa-estudo para universitários: recebeu o Museu Imperial, através do MUDES — Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social, para prestação de serviço sem vínculo empregatício, oito (8) universitários, sendo dois (2) de História (pesquisa para elaboração de uma história de Petrópolis); três (3) de Turismo (levantamento de peças do acervo histórico e artístico); um (1) de Pedagogia e dois (2) de Museologia.

Programa de Difusão Cultural junto às Escolas Oficiais do Município de Petrópolis.

2.4 Consultas na Biblioteca

Atendeu a 1.219 pessoas que se utilizaram de 1.759 obras.

2.5 Pesquisas no Arquivo Histórico

Atendeu a 48 pessoas que se utilizaram de 1.321 documentos.

Pesquisadores:

Dentre os Consultentes que se utilizaram do acervo destacamos:

Abib Jamil Nassif, brasileiro, sacerdote. Objeto da pesquisa: trabalho sobre História Eclesiástica Brasileira especialmente em São Paulo.

BERNSTEIN, Harry, americano, professor da universidade de Nova Iorque. Objeto da pesquisa: Samuel Phillips – influência no desenvolvimento econômico do Brasil.

HEBETTE, Jean, belga, economista. Objeto da Pesquisa: Colonização na Belém – Brasília.

HEILIG, Otto, brasileiro, professor de línguas estrangeiras. Objeto da pesquisa: História da fabricação de papel no Brasil, particularmente no século XIX.

MARTIN, Gregório Cervantes, americano, professor de literatura e história na PUC (RS). Objeto da pesquisa: Trabalho sobre Presas (secretário de d. Carlota Joaquina).

SILVA, Paulo César Pena da, brasileiro, mestrado em Economia pela PUC (RJ) e professor de economia da UCP (Petrópolis). Objeto da consulta: colher dados históricos do processo de industrialização de Petrópolis com finalidade de elaboração de tese de mestrado sobre indústria têxtil.

WOLFF, Egon e Frieda, brasileiros, historiadores. Objeto da pesquisa: Trabalho sobre Judeus no Brasil Imperial.

2.6 Eventos Artísticos

No Auditório:

Promovido pelo Museu Imperial, FUNARTE, Prefeitura Municipal de Petrópolis, ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis:
8º Festival de Verão de Petrópolis.

Na Sala de Música do Palácio:

Coral Municipal de Petrópolis, em conjunto com a ABRARTE.

Quarteto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com o CEPETUR-UCP e O GLOBO.

Harpista Acácia Brasil de Melo e cantora Judith Imbassahy de Melo Fortes, em conjunto com a ABRARTE.

Associação de Canto Coral sob o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Dramatização da Independência (encenado pelos alunos do Colégio Rio Branco).

Meninos Cantores de Petrópolis (CANARINHOS) em conjunto com a ABRARTE.

2.7 Cessão do Auditório a Instituições Diversas

Conferências, Cursos, Palestras, Concertos e Simpósios: Promovido pelo Museu Imperial, Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Município, FUNARTE, Sociedade Artística Villa-Lobos, ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis, O Globo, CEPETUR-UCP, CRECT, Instituto de Cultura Feminina, Academia Petropolitana de Letras, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e Instituto Histórico de Petrópolis.

Recitais e Concertos:

Da pianista Laís de Souza Escobar.

Da cantora Déa Escobar.

Do Coral Municipal de Petrópolis.

Do Grupo Ludwig.

Do barítono Ney Ayala.

Dos alunos da professora Elfrida Sratmann.

Da pianista portuguesa Manuela Gouveia.

Da pianista Lilian Barreto.

Do pianista Miguel Proença.

Do pianista Jacques Klein.

Da Orquestra de Câmara de Petrópolis.

Do pianista Artur Brasil.

Da cantora Fátima Alegria.

Do Jogral da Guanabara.

Com o Grupo de Artistas Líricos do Rio de Janeiro (GRAL).

De Noite de Arte.

Palestras:

Promovida pela Sociedade Artística Villa-Lobos:

– do escritor Odylo Costa Filho

Promovida pela ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis:

- do professor José Hermógenes
- Promovida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos:
 - pesquisa nacional de malas postais.
- Promovida pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:
 - Preservação e conservação de Petrópolis pelo dr. Aloysio Magalhães.
- Promovido pelo Instituto de Cultura Feminina:
 - Programa cultural para atualização e afirmação da mulher brasileira:

129 aulas.

Promovido pela Academia Petropolitana de Letras:

- Sobre literatura brasileira.

Simpósio:

- Reunião preparatória para o 1º Simpósio de Ufologia.

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 Restauração, Recuperação e Instalações

Serviços:

- Reparo e manutenção na aparelhagem do ar refrigerado.
- Início das obras do prédio da Divisão de Documentação e Divulgação.
- Término das obras da Casa Cláudio de Sousa.
- Instalação do circuito fechado de televisão.
- Recuperação do alarme nas janelas do térreo.
- Instalação de trancas nas janelas do prédio do Museu.

3.2 Dotação Orçamentária

Verba orçamentária	2.516.000,00
Sec. de Ass. Culturais	
Repassados Diárias	50.000,00
Exposição comemorativa do casamento de d. Pedro I e d. Amélia	340.000,00
Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação	4.012.375,00
Importâncias pagas pela Secretaria de Assuntos Culturais como complementação	
Telecomunicações	25.000,00
Segurança	503.203,00
Limpeza	424.570,16
Verba orçamentária do Museu Imperial	
Repassado	2.516.000,00

4. PRESERVAÇÃO DO ACERVO

4.1 Restauração de peças históricas

Cadeiras duas (2) do mobiliário de Petrópolis.
Cadeira de castanho que pertenceu a Carlos Gomes.
Mesa com tampo redondo, marchetaria.
Grupo de sofá, duas (2) poltronas e cadeira de balanço, que pertenceram à Câmara dos Deputados;
Suporte de cortina (soldagem).

5. VISITAÇÃO

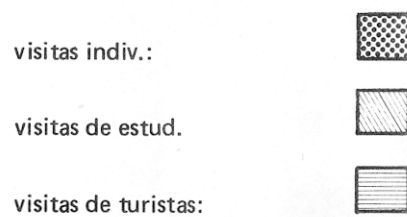
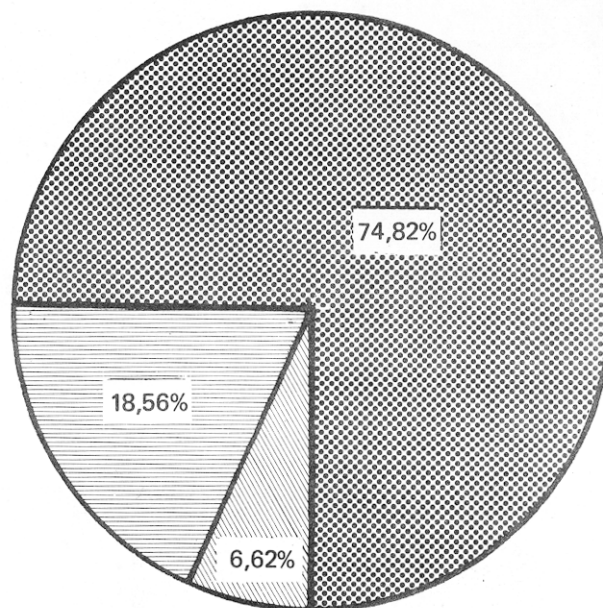
5.1 Visitas ilustres

Foi o Museu Imperial visitado pelas seguintes pessoas:

- Dr. Marcos Almir Madeira, delegado do MEC no Rio de Janeiro.
- Professora Lia da Cunha Tovar, coordenadora dos cursos de museologia da Faculdade Estácio de Sá.
- Dr. Ugo Pinheiro Guimarães, membro da Academia Nacional de Medicina e presidente de várias academias de medicina estrangeiras.
- Membros do Lions Clube Internacional;
- H. J. Koellreutter, cônsul da Alemanha no Rio de Janeiro.
- Embaixador João Hermes Pereira de Araújo.
- Luca Daniele Biolato, cônsul geral da Itália.
- Princesa Maria de Orleans e Bragança e príncipe Ludwig da Baviera.
- Dr. Aloysio Magalhães, secret. do Patrimônio Hist. Art. Nacional.
- Prof. Parwes J. K. Saher, museólogo alemão.

5.2. Visitação geral

		%
individuais:	228.129	74,82
estudantes:	20.190	6,62
turistas:	56.621	18,56
<hr/>		
TOTAL	304.940	100%

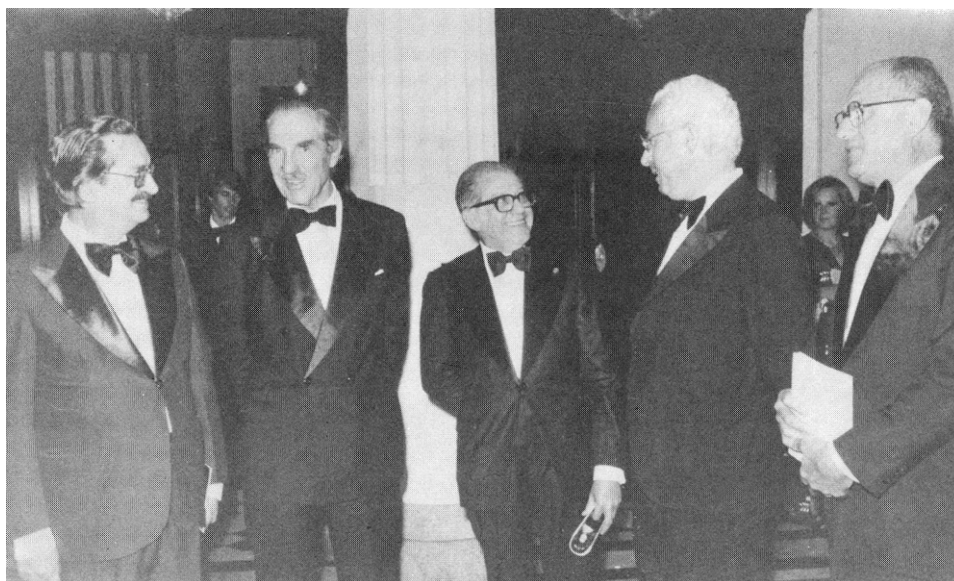




Viagem do diretor do Museu Imperial à Suécia, de onde trouxe peças históricas da imperatriz d. Amélia. Da direita para esquerda: embaixador Pimentel Brandão, prof. Lourenço Lacombe, Goran Alm, responsável pelos objetos reais e dr. José Kanan Matta, correspondente do Museu Imperial em São Paulo.



Exposição comemorativa do sesquicentenário do segundo casamento de d. Pedro I com a princesa Amélia Leuchtenberg. 17 de outubro de 1979.



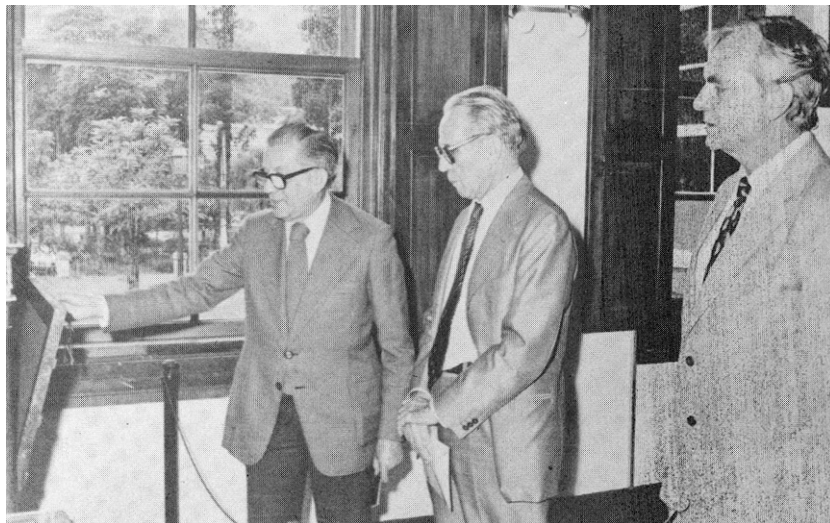
Os diretores da Enciclopédia Britânica, acompanhados pelo diretor do Museu Imperial, na inauguração da exposição comemorativa do sesquicentenário do segundo casamento de d. Pedro I.



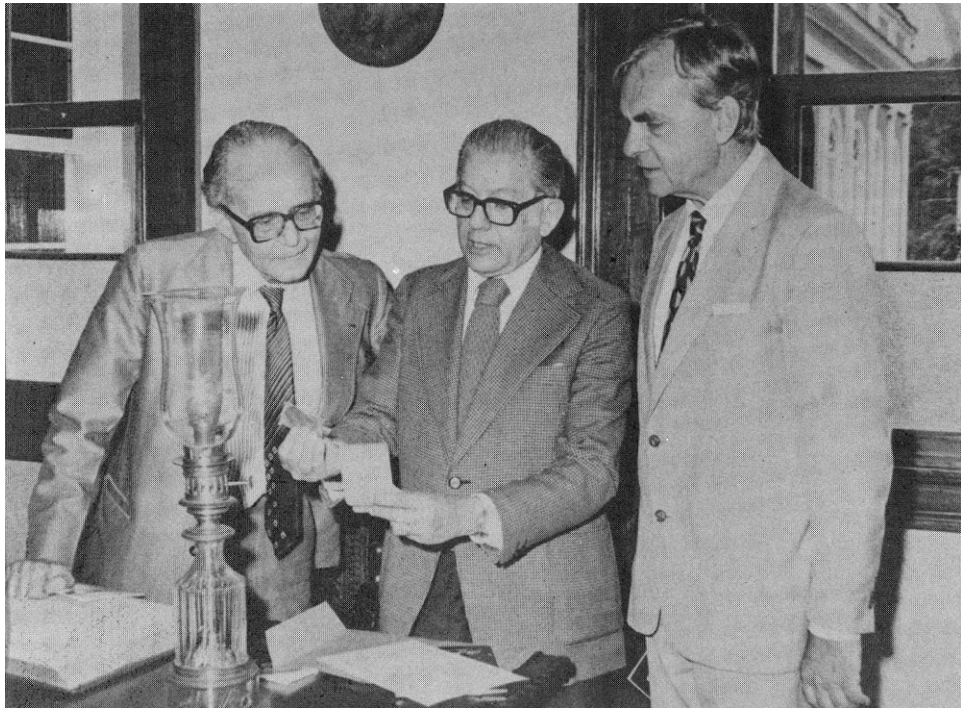
Moemia Facure Neves, representante do secretário de Assuntos Culturais, dr. Márcio Tavares d' Amaral, Carlos Alberto Lopes, presidente da Câmara de vereadores de Petrópolis e o diretor do Museu Imperial, Lourenço Luiz Lacombe, na exposição comemorativa do sesquicentenário do segundo casamento de d. Pedro I. 17 de outubro de 1979.



O príncipe d. Pedro de Orleans e Bragança, carimba o primeiro selo comemorativo do sesquicentenário do segundo casamento de d. Pedro I, com a princesa Amélia de Leuchtenberg. 17 de outubro de 1979.



O diretor do Museu Imperial recebe o embaixador da Suécia, no Brasil, Lennart Rydfors e o cônsul geral, no Rio de Janeiro, Lennart Herning.



Entrega ao embaixador da Suécia, Lennart Rydfors da medalha comemorativa do sesquicentenário do casamento de d. Pedro I.



Concerto do Coral Municipal de Petrópolis, sob a regência do maestro Ernani Aguiar, na Sala de Música do Palácio Imperial. 18 de maio de 1979.



Solenidade da entrega das medalhas aos colaboradores da exposição sobre a imperatriz Amélia. Da esquerda para direita: gen. Euclides Figueiredo, dr. Jorge Bouças, presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, prof. Lourenço Luiz Lacombe, diretor do Museu Imperial, dr. Leonisse de Cussatis, presidente da Academia Petropolitana de Educação e prof. Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. 1 de julho de 1979.



Da direita para esquerda: cel. Leone da Silveira Lee, Lourenço Luiz Lacombe, gen. Euclides Figueiredo e gen. Bohrer. 1 de julho de 1979.



Concerto de natal com os Meninos Cantores de Petrópolis (Canarinhos). 21 de dezembro de 1979.

NOTICIÁRIO 1980

1. ATIVIDADES CULTURAIS

- 1.1 Promoções
- 1.2 Atividades externas do diretor do Museu Imperial
- 1.3 Atividades Educativas e de Difusão Cultural
- 1.4 Consultas na Biblioteca
- 1.5 Pesquisas no Arquivo Histórico
- 1.6 Eventos Artísticos

2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

- 2.1 Restauração, Recuperação e Instalações
- 2.2 Dotação Orçamentária

3. VISITAÇÃO

- 3.1 Visitas Ilustres
- 3.2 Visitação Geral (gráfico)

1. ATIVIDADES CULTURAIS

1.1 Promoções:

Exposições temporárias:

No Museu Imperial:

Amor e Fidelidade, exposição comemorativa do sesquicentenário do casamento de d. Amélia e d. Pedro I e criação da Ordem da Rosa.

Museu Imperial – 40 Anos; documenta a história do Palácio Imperial e mostra as principais peças do acervo do Museu.

Karl Ernest Papf, promovida pelo Museu Imperial e Galeria Acervo, exposição de telas e fotografias desse artista alemão.

Fora da sede do Museu:

Centenário da morte do duque de Caxias, com a participação do Museu Imperial, na Academia Militar das Agulhas Negras (Resende-RJ), no período de 06 a 11/05/80.

Amor e Fidelidade, realizada na Pinacoteca de São Paulo, sendo visitada por 8.474 pessoas, no período de 08/04 a 11/05/80.

Conferências:

Conferência do general de Exército, Antônio Ferreira Marques, sobre o centenário da morte do Duque de Caxias.

Encontros:

2º Encontro de Dirigentes de Museus, de 26/11 a 02/12/80.

Conferências proferidas no 2º Encontro:

Entrosamento dos Museus com a Universidade – Tarcísio Costa Tabonda.

O Comitê Nacional do ICOM – Fernanda de Camargo Almeida Moro.

Fundação Pró-Memória – Aloísio Magalhães.

A Atuação da ABM – Therezinha de Moraes Sarmento.

D. Pedro II – Gilberto Freyre.

Expositores do Encontro:

Museus de Arte (Carlos Flexa Ribeiro); Museus Históricos (Neuza Vaz Silveira).

Entrosamento dos Museus com a Comunidade (Aécio de Oliveira); Museu e Pesquisa (Luiz Miguel Scaff); Reconstituição de Casas Históricas (Ada Camargo).

1.2 Atividades externa do diretor do Museu Imperial

Conferências proferidas pelo diretor do Museu Imperial:

São Paulo: pinacoteca do Estado de São Paulo, sobre o segundo casamento de d. Pedro I.

Brasília: no auditório do Ministério das Comunicações, sobre o reconhecimento da Independência. A Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, na série Arte e História em Cidades Tradicionais Brasileiras, sobre Petrópolis.

1.3 Atividades Educativas e de Difusão Cultural

Técnica de Pesquisa Aplicada à História, curso com aulas práticas para alunos de História da Universidade Católica de Petrópolis.

Bolsas de Estudo para universitários: recebeu o Museu Imperial através do MUDES, para prestação de serviço sem vínculo empregatício, 10 universitários sendo:

Turismo: 2

Museologia: 2

Pedagogia: 1

História: 5

Programa de Difusão Cultural do Museu Imperial e Secretaria de Educação e Cultura de Petrópolis junto às escolas oficiais, com o programa: “Crianças estudam no Museu”, com um público de 1.383 estudantes do 1º e 2º graus.

1.4 Consultas na Biblioteca

Atendeu a 471 pessoas que se utilizaram de 711 obras.

1.5 Pesquisas no Arquivo Histórico

Atendeu a 49 pessoas que se utilizaram de 826 documentos.

1.6 Eventos artísticos

Homenagem ao Jubileu Sacerdotal de d. Manuel Pedro da Cunha Cintra, promovida pelo Museu Imperial e Instituto Histórico de Petrópolis.

No Auditório:

Promovidos pelo Museu imperial, FUNARTE, FLUMITUR, ABRARTE-Cultura Artística de Petrópolis, Consulado da Itália e Universidade Católica de Petrópolis:

- Concerto da Orquestra de Câmara de Niterói e do Coral da PUC.
- Concerto do violinista Raymundo Barros.
- Concerto do Trio da Universidade do Pará.
- Recital da pianista Edith Bulhões de Aragão.

Na Sala de Música do Palácio:

- Quinteto Sonata da Câmara.
- Coral da Universidade Católica de Petrópolis.
- Recital da harpista Acácia Brasil de Mello e da cantora Judith Imbassay de Mello.
- Concerto de Natal com o Madrigal Ars Gótica, sob a regência do maestro Ernâni Aguiar.

2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

2.1 Restauração, Recuperação e Instalações

Instalação da iluminação à volta do prédio do Museu:

Entrega do prédio da Divisão de Documentação e Divulgação após a restauração.

2.2 Dotação orçamentária

Verba orçamentária	2.900.000,00
Secretaria de Assuntos Culturais	
Repassados	
Diárias	120.000,00
Quantia creditada para pagamento de despesas inscritas em restos a pagar em 1979	74.048,70

3. VISITAÇÃO

3.1 Visitas ilustres

Foi o Museu Imperial visitado pelas seguintes pessoas:

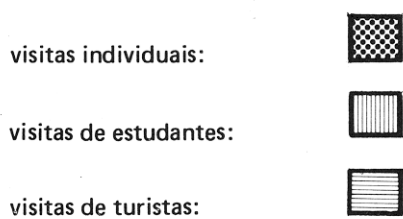
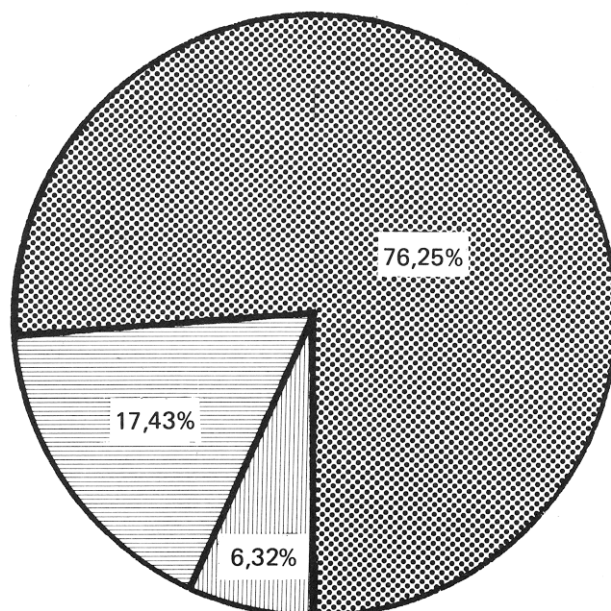
- Sr. Erich Kiesel, prefeito da cidade de Munique.
- Deputados da Câmara dos Comuns do Canadá.
- Sra. Zoé de Chagas Freitas, esposa do governador do Estado do Rio de

Janeiro.

- Gen. Antônio Bandeira, comandante do 3º Exército.
- Dr. Leandro Anaxas e sra., embaixador da Argentina no Brasil.

3.2 Visitação geral

		%
Individuais:	224.923	76,25
Estudantes:	18.637	6,32
Turistas:	51.416	17,43
<hr/>		
Total	294.976	100%





Sua alteza, o príncipe d. Pedro de Orleans e Bragança, hasteando a bandeira do Brasil- Império, na inauguração da exposição “Museu Imperial - 40 anos”. 29 de março de 1980.



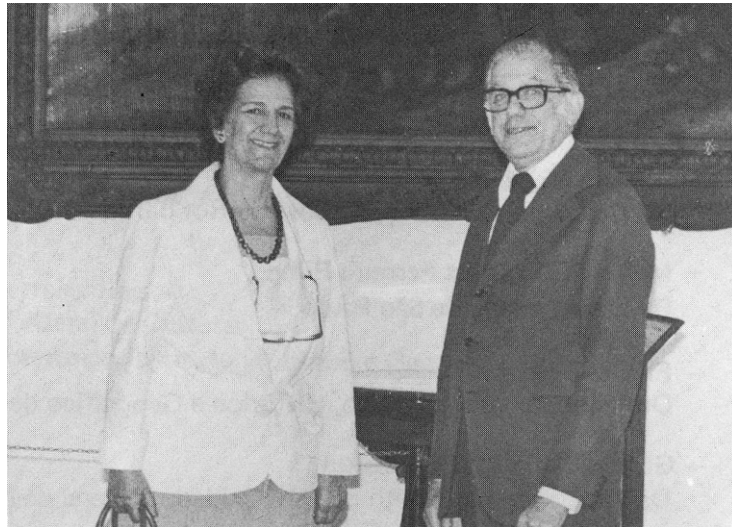
Sua alteza, o príncipe d. Pedro de Orleans e Bragança e dr. Marcos Almir Madeira, delegado do MEC no Rio de Janeiro, inaugurando a exposição “Museu Imperial - 40 anos”. 29 de março de 1980.



Inauguração da exposição “Museu Imperial - 40 anos”. 29 de março de 1980.



Missa celebrada, na Sala do Estado, pelo bispo diocesano, d. Manuel Pedro da Cunha Cintra, comemorando os 40 anos da criação do Museu Imperial.



D. Zoé Chagas Freitas em visita ao Museu Imperial.



Concerto do Coral da Universidade Católica de Petrópolis, na sala de música do Palácio Imperial. 22 de agosto de 1980.

COLABORARAM NESTE VOLUME

76/80

- Alberto Venâncio Filho
Do Conselho da Fundação Casa de Rui Barbosa
- Manuel Gonçalves Ferreira Filho
Da Universidade de São Paulo
- Flávio Guerra
Do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
- Gerson de Brito Melo Boson
Da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais
- Célio Borja
Presidente da Câmara dos Deputados
Do Instituto dos Advogados Brasileiros
- Gilberto Freyre
Presidente da Fundação Joaquim Nabuco
Do Conselho Federal de Cultura
- Raul Lima
Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Diretor do Arquivo Nacional
- Américo Jacobina Lacombe
Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa
1º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Da Academia Brasileira de Letras
- Josué Montelo
Da Academia Brasileira de Letras
Do Conselho Federal de Cultura
Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- Mircea Buesco
Da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- Mário Silva O’Reilly Sousa
General de Brigada
Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada com sede em Petrópolis

- Odilon Nogueira de Matos
 - Da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 - Da Academia Campinense de Letras
- Francisco de Paula e Azevedo Pondé
 - Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
 - Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio de Janeiro
- Artur César Ferreira Reis
 - Do Conselho Federal de Cultura
 - 2º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Este Anuário foi produzido pela Fundação MUDES, em decorrência de contrato com o Museu Imperial. Foram responsáveis pela edição do presente volume, pelo Museu Imperial, Geraldo de Abreu Camargo e Cláudia Machado Sandri

Impresso em 1983, pela Gráfica Grafit.
Rio de Janeiro